

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - U.F.Pr.
CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO: DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A CIDADE DA ORDEM : TENSÕES SOCIAIS E CONTROLE
(JOINVILLE 1917/1943).**

**IARA ANDRADE COSTA
ORIENTADOR: PROFESSOR Dr. EUCLIDES MARCHI**

**CURITIBA
1996**

IARA ANDRADE COSTA

**A CIDADE DA ORDEM: TENSÕES SOCIAIS E CONTROLE
(JOINVILLE: 1917/1943).**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA
1996

BANCA EXAMINADORA

PROF. EUCLIDES MARCHI

Presidente

PROF. ÉLIO CANTALÍCIO SERPA

1º Examinador

PROF^a ALCINA MARIA DE LARA CARDOSO

2º Examinador

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 09 |
| CAPÍTULO 1- JOINVILLE: TRABALHO E INDUSTRIALIZAÇÃO.. | 15 |
| 1.1- A CLASSE OPERÁRIA ENTRA EM CENA..... | 18 |
| 1.2- TRABALHO, ORDEM E HARMONIA..... | 21 |
| 1.3- JOINVILLE NO CONTEXTO DA DESPOLITIZAÇÃO..... | 25 |
| 1.4- TRABALHO, POUPANÇA, PROGRESSO..... | 30 |
| 1.5- JOINVILLE NO OLHAR DO OUTRO..... | 39 |
| CAPÍTULO 2- O COTIDIANO EM FACE DOS DISCURSOS..... | 47 |
| 2.1- A CONTRAVENÇÃO E A COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL..... | 51 |
| 2.2- O PROBLEMA DO DESEMPREGO..... | 56 |
| 2.3- A CRIMINALIDADE..... | 65 |
| 2.4- AS CONDIÇÕES DE VIDA..... | 72 |
| CAPÍTULO 3- OLHARES SOBRE JOINVILLE..... | 90 |
| 3.1- ENTREVISTAS POR ACASO : “JOINVILLE DAQUELES TEMPOS” | 92 |
| 3.2- NOVOS OLHARES VELHOS..... | 107 |
| 3.2.1- CARLOS GOMES DE OLIVEIRA..... | 108 |
| 3.2.2- ADOLFO BERNARDO LUIZ SCHNEIDER..... | 118 |
| 3.2.3- UMA NOTA ESPECIAL: O DIA DO TRABALHO EM JOINVILLE. | 132 |
| CAPÍTULO 4- RESISTÊNCIA: O MITO DA PASSIVIDADE..... | 145 |
| 4.1- A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA URBANA..... | 147 |
| 4.2- O BAUERBUND E A QUESTÃO SOCIAL NO CAMPO..... | 171 |
| CAPÍTULO 5- DO CONTROLE SOCIAL E SUAS VARIEDADES..... | 186 |
| 5.1- O CONTROLE PELA CRENÇA..... | 187 |
| 5.2- LEGALIZAÇÃO DO CONTROLE..... | 204 |
| 5.3- AS FORMAS PERIFÉRICAS DO CONTROLE..... | 222 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 243 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 247 |

AGRADECIMENTOS

Para a efetivação deste trabalho contribuíram inúmeras pessoas e enumerá-las é uma tarefa difícil e por isso espero retribuir, de alguma forma, parte do que recebi.

A materialização deste trabalho se deve ao acompanhamento constante com palavras de incentivo e correção de textos do Professor Dr. Euclides Marchi que acompanhou o processo de pesquisa e elaboração, orientando e estimulando sua realização.

Agradeço à ACAFE que financiou meus estudos, permitindo com isto meus constantes deslocamentos de cidade para estudar e pesquisar. Às amigas de todas as horas Dúnia Anjos de Freitas, Ilanil Coelho e Maria Rosa Maximo, pelas observações e críticas levantadas durante a realização deste trabalho, bem como a revisão final do texto. À Simoni, bibliotecária da UNIVILLE, pelas correções das citações e das referências bibliográficas.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico de Joinville, que não mediram esforços para me ajudar a superar os obstáculos das fontes.

Sou grata ao Luiz pelas constantes interferências nas “lidas” com o computador, onde noites não faltaram para resolver as minhas constantes “panes” diante da máquina.

Desejo consignar meus agradecimentos especiais à minha família : a minha mãe, presente em todos os momentos com entusiasmo e preocupação em ver este trabalho realizado, substituindo-me no convívio familiar nas minhas constantes ausências. Aos meus filhos Thais, Tatiana e Thiago, agradeço a compreensão por estar ausente mesmo quando presente.

Por último, agradeço de forma muito especial ao Pedro, por ter assegurado um clima favorável à consecução deste trabalho, pelas leituras críticas dos textos conforme iam

ficando prontos, pelos momentos de convívio, carinho e estímulo sempre renovados nestes tempos conturbados.

Enfim, a lista se faz extensa e a memória pode não dar conta daqueles que foram injustamente omitidos. Ciente destes limites, espero retribuir de alguma forma, parte do carinho, compreensão e de tudo aquilo que recebi. Obrigada a todos.

RESUMO

Esta dissertação se constitui numa contribuição ao estudo da organização da luta dos trabalhadores joinvilenses e das formas de controle organizadas pelo empresariado joinvilense no período entre 1917 e 1943.

A imprensa local constituiu-se na principal fonte para o resgate da fala oficial do empresariado, da igreja e do próprio sindicato dos trabalhadores. O que se pode verificar foi o esforço para o desenvolvimento de todo e qualquer movimento operário e a luta para se (re) produzir um tipo de homem a serviço da sociedade do trabalho.

Esta análise revela o significado da dominação, mostra a trajetória concreta dos trabalhadores urbanos neste período e aponta os mecanismos de silenciamento da fala dos trabalhadores utilizados principalmente, pelos empresários que tratavam de discipliná-la como força de trabalho, não permitindo que se articulassem em movimentos coletivos desvinculados da sua experiência fabril.

Ao longo da pesquisa observou-se que afluíam, constantemente, tensões sociais na relação empresário/trabalhador. Estas tensões sociais eram escamoteadas através de um discurso que apresentava uma relação harmônica e ordeira entre as classes. Construir um contraponto deste discurso somente foi possível através da leitura dos jornais, e, de modo especial, captar nas entrelinhas das notícias, aquilo que a fala oficial ocultava.

ABSTRACT

This paper presents one contribution to the study and organization of struggle and containment ways of it of joinvilense labor classes by employer class in earlier XX century.

Through institutional discourses by mídia, church and elite politicians, I examined how they intended disarm and reproduce one certain kind of man to work for dominants class.

This analysis has not only the objective to investigate the social relationship in order to show the means of domination and to know the current trajectory of the urban workers, the proletarian process and how this voice was hushed down by the institutions, either by the syndicates that had the purpose to speak in name of the worker classes but mainly the employers discourse in order to training this class as a work force don't permitting the workers organization in group movements that has appeared totally anlinked of his fabric experience.

For that study, it was made one re-reading of social and normative actions of the elites and the local workers, where both compose the organization and the production's relationship in its tension and struggle process. However the oficial sources demanded to undergo through communication, means the idea that had harmony and regularity between class.

INTRODUÇÃO

Transitando pela historiografia brasileira que trata das relações sócio-econômicas, percebe-se que o Brasil é caracterizado como um país economicamente rico, mas com uma sociedade marcada pelas diferenças e pelas contradições. Subsiste, ao longo da história, uma desigualdade social, fruto do descompromisso dos governantes e do Estado. Os benefícios foram apropriados por uma minoria que monopolizou a direção da economia e da política.

Observa-se ainda que, contra essa ordem, os trabalhadores buscaram garantir seus direitos mais elementares relativos ao salário, à estabilidade de emprego, à assistência social e ao direito de lutar através da organização livre e independente dos seus sindicatos.

Algumas obras da historiografia brasileira, sobretudo aquelas de tendências mais conservadoras ou tradicionais, analisam os movimentos sociais de forma mitificadora, colocando os operários e suas resistências à margem da História, ou, quando são mencionados, o agente mobilizador é colocado fora do sistema capitalista e externo às classes. Os trabalhadores, muitas vezes caracterizados como protagonistas menores, imaturos, desorganizados e passivos de qualquer processo, deixaram que as classes dominantes e o Estado assumissem o papel de sujeitos históricos “naturais e necessários” do tão propalado desenvolvimento nacional.

Os conflitos são escamoteados pelos poderes constituídos, dando a idéia de harmonia, legitimando as relações entre capital e trabalho e concebendo uma sociedade ordeira e progressista.

A quase inexistência de fontes sobre o assunto¹, bem como as tendências de muitas pesquisas que enfatizam os problemas do movimento operário mais do que analisam a classe em si², restringem-se a estudar as formas de controle do trabalho pelo capital.

Mais recentemente, o tema vem sendo abordado com ênfase no cotidiano operário, retirando-o do universo exclusivo da fábrica e procurando entendê-lo na sua totalidade³. Motivada por esta nova dimensão, este trabalho busca estudar as tensões sociais em Joinville, no período de 1917 a 1943, caracterizada como a cidade da ordem e da harmonia.

Joinville se encontra dentro de uma área de atuação do sistema capitalista, e como não poderia deixar de ser, suas contradições também afloram, embora os mecanismos existentes que forjam as relações dicotômicas, tendam a ser cada vez mais sutis. Pensando nestas dicotomias, a presente pesquisa recupera, através dos textos da história local, aspectos das questões sociais joinvilenses frente às diferentes formas de dominação capitalista e suas especificidades sócio-culturais, diante de um empresariado extremamente concentrador de riquezas, de prestígio social e de poder em nome do “espírito empresarial e empreendedor” dos joinvilenses.

Fazendo uso dos registros da imprensa local, este trabalho resgata o discurso da elite joinvilense que, utilizando-se do lema: “dividir para melhor controlar”, inviabiliza a integração regional e exclui a maioria da população. Através de uma releitura desse discurso, procura-se demonstrar suas incoerências, colocar à tona aquilo que pretendiam negar e, sobretudo ressaltar os mecanismos de controle das manifestações operárias nele contidos.

¹ - A obra de Azis Simão, *Sindicato e Estado* de 1966, de Evaristo de Moraes de 1962, entre outros, são os pioneiros na abordagem das questões entre sindicatos e aparelho estatal, à partir destes autores, outros trabalhos irão aparecer, mas dentro desta linha temática.

² - Dentro desta perspectiva, a análise de Boris Fausto em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, sugere novas formas de abordar a questão trabalhista.

³ - Verificar os trabalhos desenvolvidos na Unicamp, e algumas Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente os trabalhos de Sidney Chalhoub (1984), que descreve o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro em fins do séc. XIX.

Por outro lado, este trabalho também ressalta que esta população “calma, disciplinada e ordeira”, como querem fazer crer as elites⁴, resiste aberta ou veladamente às tentativas de controle de suas ações e de submissão às regras da acumulação do capital.

Para isto busca-se uma inspiração nos estudos Thompsonianos⁵. Todavia minimiza-se a resistência através do controle e não se aborda as questões culturais enfatizadas por eles.

Thompson entendia história como engajamento político e não como algo pensado em gabinetes, não tendo nada a ver com a realidade histórica. Reformulou criticamente os debates sobre a metodologia marxista, na medida que se aprofunda nas questões culturais e preenche alguns “silêncios de Marx”⁶. Recupera a “classe operária” na maneira como se faz a si própria, no sentido de estar presente no movimento de seu “autofazer-se” ao longo da história.

Dedica sua pesquisa à cultura operária, como força motivadora da transformação histórica, entendendo a importância do capitalismo industrial como transformação cultural. Entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, ele ficaria com as relações de produção, pois aí, se perceberia as diversas formas de culturas operárias. As experiências daquilo que foi vivido e sentido são os pontos essenciais para se entender a formação social e cultural de uma classe.

A conotação de classe social dada por Thompson chama a atenção pois não usa a terminologia classes por achá-la evasiva e reunir vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Para ele, a noção de classe traz em si a noção de relação histórica, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na experiência como na consciência. Algo que ocorre efetivamente nas relações humanas, relações estas entendidas e encarnadas em pessoas e contextos sociais reais. A classe é definida pelos contextos sociais reais, pelos homens enquanto vivem sua própria história.

Reformula a idéia de classe não como coisa feita mas como algo que existe historicamente e que se faz a si própria, mas não se faz sozinha, se faz no próprio confronto da luta de classe. A consciência de classe, as experiências operárias são históricas, pois o

⁴ - Elite aqui entendida como minorias prestigiadas e dominantes no grupo pelo acúmulo de capital e que dele desfrutam; também usam o poder dele advindo para submeter as categorias que necessitam deste capital.

⁵ - THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

⁶ - HUNT, Lynn . *A Nova História Cultural* . São Paulo : Martins Fontes , 1992.

homem quando faz as coisas, o faz no momento que a História estava acontecendo, dentro das possibilidades daquela época, respeitando as tradições, sistema de valores, culturas e formas institucionais. Seu interesse é pela existência e a atitude, e não pela transformação e casualidade.

Buscando a totalidade, através das vias institucionalizadas, e usando-se de conceitos e métodos de Thompson, procurou-se sinais de descontentamento na sociedade joinvilense que mostrassem como esta ordem era fragmentada nas suas capilaridades, reconstruindo, assim, a trajetória das questões sociais em Joinville, cidade “da ordem e do trabalho”.

Cronologicamente o trabalho privilegia o período entre 1917 a 1943, por representar o início da industrialização da região e no qual foram instituídos os mecanismos de controle do operariado. A qualquer sinal de mobilização ou de descontentamento, colocavam em ação diferentes formas de opressão. Além disso, 1917 marca a primeira greve do operariado joinvilense, inserindo-se no contexto das mobilizações nacionais, e os operários locais se envolveram no movimento paredista trazendo para Joinville “cidade do trabalho e da ordem” a “ameaça da turba enfurecida”. Já 1943 é o ano da promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas por Getúlio Vargas, dando à nação as condições “legais” para enquadrar tanto os movimentos como as questões sociais num conjunto de leis que passou a regular a vida do trabalhador e facilitar a do empresariado. O esforço para transformar a questão política da correlação de forças entre o trabalhador e o patrão numa questão jurídica e técnica, consolidou a submissão dos trabalhadores e aprimorou os dispositivos de controle através da burocratização.

Neste período, ressaltam-se, por um lado, a resistência e a conquista operária por melhores condições de vida e, por outro, os discursos e as formas de controle articulados pelos patrões para conter os trabalhadores.

Em Joinville restaram poucas informações sobre os operários e suas reivindicações e, para resgatar, ainda que parcialmente sua memória, suas lutas, sua resistência, foi preciso valer-se do material veiculado pela imprensa local⁷. Para extrair destes documentos a resistência à ordem estabelecida, houve a necessidade de ler nas entrelinhas,

⁷ - O uso do jornal como fonte, já foi sobejamente discutido por vários autores como: Maria Helena Capelato, Ligia Prado (1980), Yves Mamou (1991), e outros, mas que trabalharam com o seu caráter ideológico. Este trabalho procurou observar não a imprensa em si, mas como ela apresentava as questões locais para o resgate das informações.

buscar o não explícito, ou seja, fazer a contraleitura⁸ para resgatar a voz dos que foram silenciados pela oficialidade.

Os dados sobre Joinville foram extraídos das teses e dissertações produzidas por historiadores locais, e, especialmente, dos periódicos do Arquivo Histórico de Joinville, como o Jornal “A Notícia” e “Jornal de Joinville”⁹. Além destas fontes, foram importantes também as entrevistas com o Senador Carlos Gomes de Oliveira, com o Sr. Adolpho Bernardo Schneider e aqueles existentes no Banco de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville.

Dividiu-se esta dissertação em cinco capítulos, o primeiro mostra como a historiografia trabalhou com o tema da concentração de riquezas e a proletarização de grande parte da população nos níveis nacional e local, tendo como objetivo explicitar as condições de vida deste operariado, na sua maioria teuto-brasileiros, que idealizavam uma vida disciplinada para fazer fortuna e no olhar do outro, serem apontados como exemplo de um ideário de Europa próspera, limpa e ordeira.

No segundo, traçou-se um quadro do cotidiano da população, contrapondo-se ao discurso apresentado no capítulo primeiro, onde questões como salário, habitação, saúde, lazer e criminalidade demonstravam que as condições de vida não eram condizentes com os ideários ideologizados pela elite local.

No terceiro analisou-se o papel das lembranças na reconstrução do cotidiano, com relação aos problemas sociais na cidade e avaliou-se numa nota especial, as diferentes visões a respeito do primeiro de maio na região, porque enquanto em todo o Brasil, a data era comemorada e refletia as aflições dos trabalhadores por melhores condições de vida e

⁸ - O termo contradiscurso ou contraleitura é de Marilena Chauí : “Um discurso que seja capaz de tornar o discurso ideológico e não contrapor a ele um outro que seria verdadeiro por ser “completo” ou pleno, mas que tornasse o discurso ideológico e o fizesse desdobrar todas as suas contradições, é um discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico como o seu contradiscurso”. Ver Marilena Chauí : *Cultura e Democracia*. São Paulo : Brasiliense, 1993. p. 22

⁹ - Nos jornais locais, buscou-se o discurso das elites, com o intuito de averiguar como se utilizaram deste instrumento para confirmar como a sociedade por elas idealizada era eterna. Uma imprensa essencialmente burguesa, representada pelo Jornal de Joinville linha ideológica, assumidamente conservadora, e integralista por uns tempos, etc., e o Jornal “A Notícia” que embora afirmando-se independente, pendia sempre para onde o vento soprasse mais forte, a fim de garantir seu mercado consumidor.

trabalho, em Joinville, este dia, mesmo após declarado dia especial, era considerado, por muito tempo, como dia normal de trabalho, somente com algumas manifestações nas madrugadas, até o decreto oficial do presidente Getúlio, que tornou o dia, feriado nacional e o espírito festivo do dia tomou conta daquilo que deveria ser reflexivo.

No capítulo quatro, visualizou-se as questões sociais na região, através dos sinais de descontinuidade e descontentamento dos trabalhadores, nas suas diversas formas de resistência e nos seus desejos de transformação. Mesmo quando as reivindicações provinham dos trabalhadores rurais, a cidade constituía-se no espaço de luta.

Por fim, no quinto capítulo, faz-se o contraponto do discurso das elites, para mostrar que, apesar das formas de controle, os trabalhadores resistiram e criaram mecanismos de luta e reivindicações. Se existia a preocupação, era porque existia o problema. Para verificar tal controle utilizamos dos discursos institucionalizados, a fim de que fosse averiguado tudo aquilo que se chamou de formas periféricas e de construção do controle.

Devido às limitações desta pesquisa, basicamente verificou-se as formas de luta que o capitalismo teme, a repressão direta através dos aparelhos policiais, ou indiretas, como ação dos meios de comunicação; a divisão entre os trabalhadores, a burocratização de suas organizações, onde aguçaram as contradições internas, isolando-se ou excluindo-se os elementos que poderiam exercer lideranças ou até mesmo a sua cooptação, em nome da harmonia e da paz social.

Apesar das dificuldades para realizar esta pesquisa, especialmente porque nada foi escrito sobre esta temática pelos historiadores locais ou de outras regiões, acredita-se que esta foi uma “feliz” oportunidade de estabelecer um diálogo entre o historiador e as questões sociais de uma sociedade como a de Joinville. Cabe, de modo especial, ressaltar a importância de se resgatar a luta ou as tentativas de resistência dos trabalhadores frente às cotidianas e articuladas formas de controle na busca de garantir a ordem e a harmonia na relação capital e trabalho.

CAPÍTULO 1 - JOINVILLE: TRABALHO E INDUSTRIALIZAÇÃO.

É bastante fácil dizer que a cultura dos artesãos era retrógada ou conservadora. Bastante verdadeiro é dizer que um rumo das grandes agitações dos artesãos e trabalhadores por encomenda, mantidos por cinquenta anos, era o de resistir a ser convertido em proletariado.(...)Por todo este tempo foram, enquanto classe, reprimidos segregados em suas próprias comunidades. Mas o que a contra-revolução tentou reprimir apenas cresceu de modo ainda mais determinado nas instituições semilegais da clandestinidade.(...)

*Esses homens encontraram o utilitarismo em suas vidas diárias, procuraram fazê-lo recuar, não cegamente, mas com inteligência e paixão moral. Lutaram, não contra a máquina, mas contra as relações exploradoras e opressivas intrínsecas ao capitalismo industrial. Assim, esses anos às vezes mostram não um desafio revolucionário, mas um movimento de resistência, na oposição do **homem aquisitivo**. No fracasso em se chegar a um ponto de junção entre as duas tradições, algo se perdeu (...) mas os trabalhadores continuaram a nutrir e com incomparável energia, a *Árvore da Liberdade*.¹⁰*

O tema da história operária é por tradição altamente politizado e, durante muito tempo, trabalhado em grande parte, fora das universidades. Por mais de três séculos, a

¹⁰-THOMPSON, E.P.- A Formação da Classe Operária Inglesa. A Força dos trabalhadores. Rio de Janeiro : Paz e Terra, Vol. III, 1987. p.438 - 440.

historiografia oficial valeu-se de todos os recursos culturais para sustentar a consciência burguesa em sua auto justificação de classe salvadora que caminha de forma natural para conseguir um todo harmonioso e unificado para o bem comum, representado pelo progresso e pela justiça. Assim, inseriu-se no processo de sustentação da classe dominante para impedir a compreensão do verdadeiro sentido da ação coletiva dos trabalhadores, procurando resolver os problemas operários para poder controlá-los.¹¹

As lideranças sociais, tentaram legitimar seus interesses perante a sociedade e o poderes públicos através da imprensa, comissões governamentais, afim de mostrarem a organização do trabalho industrial como instrumento para a consecução do progresso de toda a sociedade, através da criação de riqueza pelo trabalho, mas submetidos à ordem - organização e disciplina do espaço fabril¹²

Já nos primeiros contatos com o tema do trabalho e da industrialização em Joinville, percebeu-se que as informações eram escassas, descontínuas, imprecisas e, em alguns casos, até mesmo tidas como inexistentes. Isto mostra claramente que o interesse pela preservação de documentos originais da história social jamais foi expresso pelas instituições oficiais e mesmo pelos militantes que pouco ou nada preservaram dos arquivos: Como diz Cattani, *Rui Barbosa ao mandar destruir os documentos relativos à escravatura, inaugurou a prática das elites de negar as situações de barbárie que marcaram certos períodos de nossa história, que se pretendia simplesmente apagar da memória.*¹³

Usando deste e de outros artificios, inverteu-se o real, afirmando-se as representações parciais como visão do todo, apreendendo-se as aparências como verdades absolutas, antropomorfizando seu autoritarismo disfarçado em revolução social. Esse esvaziamento conceitual e a falta de precisão teórica das classes, cumprem uma tarefa ideológica, permitindo a distorção e sustentando uma ideologia classista com base na primazia da consciência dos que monopolizam o saber e o poder : o cientista, o filósofo, o industrial, o burocrata, o técnico.

Aliás, a própria palavra ideologia, neste processo de manipulação, vai perdendo seu sentido originário de lógica da ocultação do real para tornar-se sinônimo de conjunto de

¹¹ - HOBBSAWN, Eric. *História do Trabalho e Ideologia* - São Paulo : Brasiliense, 1977

¹² - TURAZZI, M. I. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem* . São Paulo : Marco Zero , 1989.

¹³ - CATTANI, Antônio David. A Ação Coletiva dos trabalhadores. Porto Alegre : Palmarinca, 1991. p.90

idéias, confundindo-se, portanto, com a lógica da dissimulação e sua negação determinada, isto é, a crítica.

Assim sendo, ignorar a diferença entre o pensamento e a ideologia é homogeneizar a esfera do pensar, o qual uma parte diz mentiras e outra diz verdades pura e simplesmente, não precisando, portanto, questionar nada o que não pareça homogêneo.

A história operária tendeu a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos. Estes movimentos passaram por este crivo da historiografia tradicional e foram colocados à margem da história, ou, quando tinham que ser mencionados o agente mobilizador, era algo externo às classes e não inerente ao sistema capitalista. A militância, quando tenta organizar a voz e a vez do trabalhador, representa o operário, mas não age como ele.

A concepção do trabalho foi a grande força do processo de ocultamento, sendo focalizado como fator de "modificação do mundo". Mundo este visto pelo discurso, como passagem da barbárie ao do "civilizado", "moderno".

Essa concepção do real como subjetividade se acentua quando enuncia-se que o "trabalho exprime a essência humana", sendo este fator fundamental da realização do ser humano, unindo-se contra-sensos como coisas naturais. Chega-se ao paradoxo que tudo que embrutece o homem é representado, nesta visão, como aquilo que o humaniza.

Acrescenta-se a isso a valorização social e moral do trabalho, como atividade fundamental do homem, onde este pode se realizar perante os outros homens e perante Deus.

Na sua etimologia, trabalho vem da expressão *tripallium* que era traduzido como instrumento de tortura, castigo. Mas, a partir do momento em que a burguesia se institui no poder como classe, trabalho passa a ser algo que dignifica o homem em suas atividades fundamentais.

Na sociedade, tanto no plano individual quanto no plano grupal, as relações sociais são mediadas por relações de poder. O fenômeno da opressão e a conseqüente reação à opressão é uma constante no comportamento humano, pois nenhum grupo é totalmente liberto.

Só podemos falar de movimentos sociais quando existe uma busca social organizada para superar a ordem das coisas existentes afim de conquistar as "ditas" liberdades sociais. Para tanto, viu-se a necessidade da organização de classe com interesses comuns com um programa de transformação social, ou seja a "práxis", vista como uma dimensão muito ampla, compreendendo consciência e ideologia.

1.1- A CLASSE OPERÁRIA ENTRA EM CENA.

A historiografia brasileira tem trabalhado exaustivamente o tema e a formação da classe operária. Autores como FOOT et al. (1982), PINHEIRO (1985), HALL (1979), e outros, mostram que o processo de industrialização brasileira, iniciado com a cafeicultura, contribuiu para o crescimento da urbanização, modificando sistemas de transportes para exportação; criou indiretamente condições para a formação de núcleos de trabalhadores livres e de um “proletariado fabril” na região sudeste, em cujas cidades as primeiras organizações de trabalhadores tomaram impulso.

Num primeiro instante, estes operários ainda conviviam com uma sociedade escravagista ou de negros libertos, em condições, às vezes, até piores que a da escravidão, dificultando assim, por muito tempo, a sua formação como classe. Os operários têxteis constituem a primeira categoria de verdadeiros proletários modernos surgidos no Brasil.

*Os primeiros proletários industriais tinham, via de regra, um nível de vida inferior ao dos trabalhadores livres que os precederam. Os operários imigrantes que trabalharam em fábricas ao lado de escravos ganharam, em 1858, apenas a quarta parte do salário de um servente de obras na mesma época.(...).*¹⁴

A formação do operariado brasileiro iniciou-se antes da grande onda de imigração europeia, mas esta, sem dúvida deu-lhe um impulso decisivo. A constituição do operariado urbano foi intensificada pelo aparecimento das ferrovias, do transporte urbano e dos serviços portuários, que deram lugar a uma massa de assalariados composta, na sua maioria, de mão-de-obra estrangeira até mais ou menos 1920 e isto veio a ter grandes conseqüências no nível da consciência e de organização dos trabalhadores.¹⁵

¹⁴- FOOT, F. e LEONARDI, V. Origens do Proletariado Fabril. *In: História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982, p.113

¹⁵- Sobre a Formação e a Composição desta mão de obra, consultar : PINHEIRO, P. S. O Proletariado Industrial na Primeira República. *In: O Brasil Republicano*. H.G.C.B., São Paulo: Difel, 1985, V. III, N.9. HALL, Michel & PINHEIRO, P.S. (org.) *A Classe Operária no Brasil*.(1889 1930). São Paulo : Alfa-ômega, 1979. v.1

Esse operariado, em fase inicial de constituição, encontrava dificuldades imensas para se organizar, mas os imigrantes que vieram ao Brasil, chegaram com alguns conhecimentos das lutas do operariado europeu. Entre eles, inclusive, desembarcaram alguns líderes sindicais, anarquistas e socialistas muitas vezes em busca de refúgio político.¹⁶

A desilusão do não poder "fazer a América", adicionada à experiência (prática ou teórica) das lutas operárias na Europa e às condições da realidade trabalhista brasileira, de completa ausência de direitos e disciplinas rigorosas nas fábricas, permitiu que a corrente ideológica predominante neste período fosse a anarquista, embora os socialistas se fizessem presentes desde seu início.

O forte esquema de controle, castigos corporais, multas, excesso de horas de trabalho, e o total descompasso entre salários e custo de vida levaria este operariado, apesar das dificuldades, a criar uma imprensa operária nos principais centros econômicos do país e, já em 1906, realiza-se um Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro, mostrando uma expressiva vitória de teses do anarco-sindicalismo.¹⁷ Já em 1908, organizou-se a Confederação Operária Brasileira, representando cinquenta associações operárias.

As classes patronais não estavam subestimando a presença operária no Brasil, como alguns trabalhos tentam mostrar. Uma política de cooptação, estabelecia-se à partir de 1912, com o objetivo de enfraquecer as resistências. O governo Federal financiou um congresso trabalhista com a finalidade de organizar um partido político.¹⁸

¹⁶ - Em Joinville temos muitos imigrantes que chegaram nesta condição, como é o caso do Dr. Ottokar Doerffel, que "nasceu em 24 de março de 1818, em Waldenburg, Saxônia. Estudou ciências jurídicas em Leipzig, onde se formou em 1842. Em 1849 foi investido nas funções de burgo mestre da cidade industrial de Glauchau, vendo-se assim envolvido nas agitações político-militares ocorridos na Saxônia (...) onde sofreu rigoroso processo e, segundo alguns autores, O. Doerffel, teria sido condenado à morte por alta traição em primeira instância, a prisão de 12 anos em segunda e absolvido e em terceira instância. Segundo outras fontes, não teria sido condenado, mas absolvido depois de um processo, que se arrastou por três longos anos. (...) Emigrou em outubro de 1854, para o Brasil, vindo para a Colônia Dona Francisca onde tornou-se ao longo de meio século de vida em Joinville, (...) participando de maneira ímpar da vida comunitária, sendo co-fundador ou sócio de todas as associações culturais, assistenciais ou recreativas que iam surgindo a partir de 1855. (...) Foi presidente da Câmara (Prefeito) de 1874 a 1876, quando já nomeado cônsul da Alemanha. Foi de grande destaque na política, sendo membro do Partido Conservador. (...) À partir de 1862, editou o "Kolonie Zeitung", o primeiro periódico em alemão em Santa Catarina, [que só deixaria de existir em 1940 com a campanha de nacionalização de Vargas]. Autor de livros sobre a colônia. Faleceu a 18 de novembro de 1906".

Dados retirados de: HERKENHOFF, Elly. Joinville Ontem e Hoje. Joinville: Arquivo Histórico Municipal de Joinville. 1981, p.9 e 10.

¹⁷ - FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo : Ática, 1988.

¹⁸ - ANDRADE, Pedro. (Org.) Encontros da Classe trabalhadora (1906 - 1981). São Paulo : Quilombo, 1981. p.32 e 33. No governo de Arthur Bernardes além destas cooptações em 1923, na qual eram fortalecidos os sindicatos "amarelos", formados pelos reformistas de direita. Sua preocupação com as questões sociais ficaram explícitas com a criação do Conselho Nacional do Trabalho.

Os anos de 1911 e 1912 foram de refluxo para o movimento operário, mas, já em 1913, tentou-se organizar a Confederação Operária Brasileira, confirmando as resoluções do congresso de 1906, dentre elas o de ser a greve a ação direta como sua principal arma e o sindicato como agente fundamental para a organização da luta operária.

O início da Primeira Guerra Mundial provoca mudanças na condução da luta política e na economia brasileira e, principalmente, devido às dificuldades de importação, levou a um crescimento do mercado interno na área industrial, aumentando significativamente o número de operários e sua mobilização para garantir algumas de suas reivindicações.

A greve geral de 1917 foi sucedida por uma série de outras que pipocaram pelo país até 1920, quando novamente o movimento começa a entrar em refluxo, devido à forte repressão policial e à legislação que ameaçava expulsar os estrangeiros que participassem de movimentos sociais.

As divergências ideológicas entre os dirigentes dos movimentos e as avaliações errôneas dos fracassos das greves levaram à fragilização da organização operária e sua cisão em 1922 entre comunistas e anarquistas entrando os últimos em declínio e os primeiros em ascensão.¹⁹

A década de 20 foi marcada pela preocupação de se repensar o Brasil, culminando com a rearticulação das forças sócio-políticas em 1930 e a redefinição do Estado, dando novo impulso às forças capitalistas e representando modificações na formação, composição e concentração operária.

O Bloco Operário e Camponês fundado em 1926 (embora efetivamente a aliança entre estes dois grupos jamais tivesse ocorrido - prevalecia o sectarismo) aumentou a pressão social. Em 1930, os poderes constituídos fizeram a Contra Revolução Operária, com tendências autoritárias, reorganizando o Estado e reafirmando o domínio das elites através da criação do Ministério do Trabalho que ditou uma série de "direitos sociais" expressos em lei que boicotaram a possível autonomia da classe operária.²⁰

¹⁹- PEREIRA, Astrogildo. Ensaios Históricos e Políticos. São Paulo : Alfa-Ômega, 1979. (Ver os anarquistas).

²⁰- Sobre este assunto, consultar autores como Eder Sader et al. (1980). Movimento Operário brasileiro 1900-1979 (1980), Edgar de Decca.(1981) O Silêncio dos Vencidos, Boris Fausto (1972). Trabalho Urbano e Conflito Social. Werneck Vianna (1976). Liberalismo e Sindicato no Brasil, Ricardo Antunes (1982). Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil, entre outros, que expressam opiniões divergentes entre si.

Vargas tentava criar a idéia de um Estado protetor da classe operária, generoso, apagando da memória dessa classe toda a sua luta anterior por melhores condições de vida e trabalho. Obscurecia-se o lugar da luta de classes.²¹

Embora o aparato do controle fosse grande, este modelo político não aconteceu sem resistência e a Confederação Geral do Trabalho, fundada em 1929, continuava atuando nos bastidores políticos e as greves pipocavam pelas fábricas, ao mesmo tempo em que as forças oposicionistas se dividiram em várias frentes para enfrentar o Estado autoritário, o fascismo, o imperialismo e as elites latifundiárias, expressando-se cada vez com mais força.

O golpe de 1937 selaria o Estado como tutor das classes sociais. A legislação trabalhista era apresentada como doação de Vargas, criando a idéia de um Estado acima das classes, refluindo as tendências mais combativas. Despolitizam-se os sindicatos, facilitando a repressão e as manifestações operárias passaram a ter um caráter de louvor à política varguista.

Nesse período, foi marcante a atuação da Igreja na política de cooptação das classes que veio a culminar com a instituição dos chamados "Círculos Operários".

Esta fase só seria rechaçada com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial que culminaria com o fim do Estado Novo em 1945 e a criação do Movimento Unitário dos Trabalhadores, dirigido por membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Caminhava-se para um processo de "redemocratização" das forças sociais do país, rearticulando o movimento operário que havia passado por alguns anos de inércia,²² "deitados em berço esplêndido" esperando a "coisa" acontecer.

1.2- TRABALHO, ORDEM E HARMONIA.

O delineamento da economia catarinense no contexto brasileiro teve suas peculiaridades que não foram muito valorizadas pela historiografia e pelos economistas

²¹- REZENDE, A. P. História do Movimento Operário no Brasil. São Paulo: Ática, 1990, p.34

²²- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. São Paulo : Brasiliense, 1979.

nacionais que, generalizando as questões e modelos, relegaram ao esquecimento Santa Catarina e, principalmente, as regiões que não se enquadravam nos paradigmas traçados para as indústrias têxteis .

Santa Catarina teve suas terras ocupadas do litoral para o interior, numa política de povoamento incentivada pelo império. Encaminhavam famílias de imigrantes para ocuparem terras do interior e garantirem a segurança interna da região. Estas se alojavam em pequenos pedaços de terra com uma produção agrícola diversificada, devido ao seu isolamento do centro do país. Dessa maneira, estabelecia-se um contraste com as grandes economias monocultoras de exportação do país.²³ Sem mercadorias para exportação, a economia catarinense ficou no setor de subsistência, por algum tempo.²⁴

Com a diversificação da produção, a mandioca, que representava uma cultura nativa, vai perdendo espaço para os produtos semi-manufaturados como a banha, madeira e erva-mate. O comércio da erva-mate propiciou o acúmulo de capital inicial para os futuros empreendimentos industriais.²⁵

Os imigrantes alemães, traziam forte espírito comunitário reforçado pelas circunstâncias hostis da localidade (clima, florestas, etc.). As várias sociedades de apoio fundadas, juntamente com a mentalidade exigida pela própria ética da "economia, moderação, e autocontrole" destacaram-se como valores importantes para a industrialização".²⁶ Sérgio Buarque de Holanda, inspirado na tese de Weber, caracterizou este comportamento como próprio das populações nórdicas protestantes, que movidas pela moral do trabalho, tinham

²³- Para melhores esclarecimentos sobre este assunto, consultar. BOSSLE, Ondina Pereira . História da Indústria Catarinense. Confederação Nacional da Indústria: Santa Catarina, 1988. & HERING, Maria Luiza Renaux . Colonização e Indústria no Vale do Itajaí : O Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Blumenau : FURB, 1987.

²⁴- Alguns autores como: SOUTO, Américo Costa. Evolução Histórica Econômica de Santa Catarina. Estudo de alterações estruturais. (séc. XVII, 1960), Florianópolis: CEAG/S.C., s/d. afirma que: "a economia catarinense, não era apenas de subsistência, desde o início de sua formação era complementar as necessidades do centro dinâmico exportador do país". Mas há controvérsias, pois CABRAL, Oswaldo. Os Açorianos, Florianópolis : Imprensa Oficial, 1965, diz que: "os açorianos não se identificaram com a agricultura, mas sim com a pesca para consumo próprio ou com a agricultura rudimentar da mandioca que praticamente era nativa. Isto perdurou até 1850 quando ocorreram as imigrações para Santa Catarina".

²⁵- BOSSLE, Ondina. (1988) p.27 - 28

²⁶- HERING, Maria Luiza. (1987). p.27 e 114.

como princípio a disciplina, a obediência e a ordem, o que teria estimulado a organização racional e a solidariedade nas suas comunidades.

A segunda fase do processo migratório (1850/1880), teve como destaque a fundação das cidades de Joinville que se tornou, sobretudo, no século XX, centro de transformação de metais, e de Blumenau e Brusque, que se especializaram no ramo têxtil.

O processo comercial dependia da expansão das vias de comunicação para facilitar o intercâmbio do mercado urbano com o rural. Já em 1873 inaugurava-se a Estrada Dona Francisca, que ligava o porto de São Francisco a Joinville e à Serra, permitindo o escoamento da produção ervateira e outros produtos.

Os imigrantes mantinham constantes contatos com os países de origem de onde recebiam não apenas orientações técnicas, mas especialmente maquinários. A mão de obra era quase toda constituída pelos familiares. Ondina Bossle, afirma que:

(...) a indústria catarinense não poderia ter origem na ligação com o complexo cafeeiro nem na transferência dos seus lucros, porque além do comércio de importação e exportação e dos recursos financeiros usados nas transações comerciais. Santa Catarina ainda contou com a contribuição efetiva do emigrante alemão e posteriormente dos italianos. (...) Estes, ao fixarem-se em solo brasileiro, trouxeram experiências e conhecimentos técnicos, industriais que, aliados ao trabalho, formaram a base do capital industrial catarinense.²⁷

Aos poucos Joinville, cuja riqueza inicial foi a erva-mate e a madeira, foi se transformando no maior centro industrial catarinense, e antes de 1920 já possuía mais de 43 estabelecimentos, o maior número de réis e mão de obra aplicado neste setor. No entanto, o modelo econômico brasileiro, via na indústria têxtil a inspiração do desenvolvimento, apoiado nas inter-relações binômicas do café-indústria.

Joinville, desde o início, possuía um setor econômico muito diversificado e diferente de outros centros industriais. Autores que escreveram sobre a Industrialização Brasileira, neste período, como Wilson Cano (1975), Fernando H. Cardoso (1977), Antônio Barros Castro (1977), Warren Dean (1971), Celso Furtado (1964), Nícia Vilela Luz (1975), Caio Prado Jr. (1974), Roberto Simonsen, etc., ao citarem regiões industrializadas de Santa Catarina enfatizaram Brusque e Blumenau por concentrar seu setor industrial na área têxtil,

²⁷ - BOSSLE, Ondina.(1988) p. 38.

omitindo Joinville que já possuía o setor industrial de maior destaque, mas com características distintas das demais regiões²⁸, por não ter sua economia centrada na área têxtil.

A historiografia caracterizara as regiões industrializadas do Vale do Itajaí ocupadas com a economia têxtil, diferenciando Santa Catarina dos regimes de industrialização do resto do país pelas marcas deixadas pelo regime de pequena propriedade que permitiu uma solidariedade maior nas relações sociais, uma estabilidade maior no emprego, explicada pela mesma origem ética deste operariado com maior vínculo ao local de trabalho, onde o "patrão" comumente fora o antigo companheiro de luta.

O comum era ter o patrão como um benfeitor de seu empregado, o qual cometeria uma injustiça imperdoável se tivesse a ousadia de tentar fazer valer qualquer tipo de exigência. Sentia-se como "súdito em relação ao seu patrão".²⁹ Os familiares eram considerados como colaboradores e sentiam-se como parte da firma. “ *Mais de 90% das indústrias do nordeste catarinense (...), nasceram como pequenas empresas fundadas por indivíduos isolados ou por famílias.* ”³⁰

Com a crise de 1929, o Brasil adotou a industrialização como determinante do desenvolvimento, permitindo as regiões não cafeeiras participarem deste processo.

*A década de 30 representa um aumento no ritmo da industrialização nas antigas áreas coloniais, sobretudo no setor têxtil. As áreas mais industrializadas atrairão mão de obra de outras regiões do Estado. Isso forçará o convívio mais efetivo de grupos etnicamente diferentes, provocando a agudização de conflitos sociais baseados em culturas contrastantes.*³¹

Por volta de 1930, Santa Catarina passou a ocupar o 5º lugar no setor industrial brasileiro com 2848 indústrias. Um pouco antes da Segunda Guerra, em Joinville já se produzia conexões de ferro maleável na Indústria de Fundição Tupy S.A. que, a partir de 1942, juntamente com o papelão, incrementou o setor de exportação catarinense superando, neste instante, as indústrias extrativas de madeira, erva-mate, banha, e laticínios. O carvão

²⁸ - Obras citadas na Bibliografia.

²⁹ - HERING (1987) p.152

³⁰ - id.ibidem p.320.

³¹ - COELHO, Ilanil. Joinville e a Campanha de Nacionalização. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 1993. p.27 - 28.

passou a ocupar o lugar que antes pertencia a erva-mate, efetivando-se assim, a integração de Santa Catarina no mercado nacional, apesar dos entraves e da interrupção do comércio com a Alemanha, durante a guerra, para onde iam suas exportações e importava-se maquinários.

A superação destas dificuldades, impostas pela guerra, foi atribuída ao "espírito empreendedor e comunitário do empresariado catarinense", ao hábito de poupança e disciplina, aliada à experiência do imigrante alemão. Constatou-se que a pequena propriedade, ligada ao setor industrial, equilibrou as finanças do Estado, baseada numa produção diversificada para o mercado interno, criando uma estrutura econômica e social peculiar.

1.3- JOINVILLE NO CONTEXTO DA DESPOLITIZAÇÃO.

A História oficial de Joinville teve início a 1º de maio de 1843 com o casamento da Princesa Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, com o Príncipe François Ferdinand Phillippe de Joinville, que receberam como parte do seu dote nupcial, uma vasta área de terras situadas ao norte da província de Santa Catarina.

Quando das Revoluções européias de 1848 e o exílio da família real francesa, estas terras foram adquiridas, em 1849, pela Sociedade Hamburguesa de Colonização que se comprometia a estabelecer uma área de Colonização européia na então Colônia Dona Francisca, cujo núcleo recebera o nome do Príncipe de Joinville.

Para a imigração, contribuiu a política imperial de substituição da mão de obra escrava pela assalariada, que a partir de meados do séc. XIX começou a ser intensificada. Os imigrantes que vinham para o sul recebiam lotes de terra e tinham possibilidades de desenvolver sua própria agricultura e manufaturas, enquanto os das demais regiões, principalmente a cafeeira, vinham para trabalhar como empregados, engrossando a massa de assalariados brasileiros.

Em 9 de março de 1851, aportava às margens do Rio Cachoeira, o primeiro grupo de imigrantes³². Desde o início, a colônia caracterizou-se por suas estradas, que contaram,

³²- "Eram 191, os primeiros colonizadores da Colônia Dona Francisca, chegados na Barca "Colon", aos 9 de março de 1851, dos quais 117 alemães e suíços, vindos diretamente de Hamburgo e os demais noruegueses,

inclusive, com o apoio do governo Imperial, como foi o caso da Estrada Dona Francisca, que exerceu notável influência no ritmo de desenvolvimento do município como rota do comércio do mate, unindo o litoral ao planalto e, ao mesmo tempo, permitindo acesso a estas colônias para evitar a formação de núcleos isolados e talvez com fins para - militares.

A construção da Estrada Dona Francisca, da qual muitos colonos participaram, desde seu início em 1858, teve influência profunda sobre o desenvolvimento de toda a região. A erva-mate, produzida no Planalto, era então transportada pela Estrada Dona Francisca para Joinville e comercializada. Vários industriais paranaenses, ligados ao ramo, transferiram a sua residência para Joinville, seguidos de outros industriais brasileiros que viriam, assim, influenciar profundamente a vida econômica, política e cultural de Joinville.³³

Dentre os imigrantes que para Joinville se dirigiram, vieram vários oficiais de exércitos dissolvidos na Europa e de uma elite cultural com aptidões e formação profissional em diferentes áreas, que não estava habilitada ao difícil trabalho na floresta virgem, já que no seu projeto inicial esta região fora concebida para ser uma Colônia Agrícola. Dada as condições climáticas e terras constituídas pelos mangues não muito propícias ao plantio, sua economia, concentrou-se na área industrial.

Enquanto os imigrantes tiveram que se adaptar às intempéries, iam surgindo as primeiras “vendias” e indústrias, como olarias, serrarias, marcenarias, engenhos de arroz, de

em trânsito pelo Rio de Janeiro. Destes, foram poucos os que permaneceram na então colônia. Uns dirigiram-se para Anaburgo, porque o lugar que aportaram - "Porto Velho", na atual rua 9 de março, era um trecho muito inóspito e insalubre. Logo depois, voltaram, contudo novamente para onde hoje está localizada a cidade de Joinville, porque Anaburgo ficava muito distante do Rio Cachoeira, na época, a única ligação com São Francisco do Sul, cuja localidade, obrigatoriamente tinham que comerciar.(...) O Município, Joinville foi criado pela lei provincial nº 566, de 15 de março de 1866, sob a denominação de São Francisco Xavier de Joinville. Foi desmembrada de São Francisco do Sul, ao qual até então pertencia e instalado aos 7 de janeiro de 1869.(...) Por lei provincial nº 842, de 3 de maio de 1877, foi elevada a categoria de cidade, com o nome de Joinville, e Pirabeiraba, ex - Pedreira, distrito administrativo e judiciário de Joinville". (Edição Histórica do Jornal À Notícia sobre Joinville. 9 de março de 1951. Ano XXIX, nº 5328 p.2. O que era e o que é Joinville). (...) "Em 15 de abril de 1879 foi inaugurado o serviço telegráfico, dando enorme impulso à região. Enquanto davam lugar estes impulsos para o progresso de Joinville, eram-lhe acrescidas as colônias de Jaraguá e Itapocú, ao passo que a colônia de São Bento era desligada de Joinville, formando um município à parte". (Passou ontem o 74º aniversário de Joinville . Jornal de Joinville, Joinville, 10 de março de 1925, nº 57, p.1.).

³³- HERKENHOFF, Elly. Era Uma Vez Um Simples Caminho...Fragmentos da História de Joinville. Joinville : Fundação Cultural, 1987. p. 07

araruta, de açúcar, abriam-se ruas, construíam-se casas, para o afluxo de imigrantes que para cá aportavam, cada vez em maiores quantidades e de profissões as mais variadas, como agricultores, operários, intelectuais, etc.

Joinville nasceu e cresceu sob a lógica da economia e cultura do capitalismo nacional e internacional, visto que a Europa, neste período, vinha se industrializando muito rapidamente, e mais rápida ainda, cresciam as suas contradições sociais, encaminhando para países periféricos a este sistema, os contingentes de desempregados, como alívio de suas pressões internas. Para fugir da proletarização européia, os imigrantes vinham em busca do sucesso econômico, favorecidos pela valorização social e moral do trabalho, como atividade fundamental do homem, onde este pode se realizar perante os outros homens e perante Deus, segundo sua ética protestante. Para eles, *“Só tem direito à vida as pessoas que produzem e as que trabalham”*.³⁴

A esmagadora maioria destes imigrantes, que para cá vieram, eram de confissão luterana, tendo sido seu primeiro templo inaugurado em 1864 e o da Igreja Católica em 1867. Desde os primeiros anos foram se organizando associações culturais, esportivas, recreativas e assistenciais. Eram grupos de canto coral, de tiro ao alvo (ambas de 1855), a Loja Maçônica, a Sociedade Ginástica, em 1858, uma sociedade de teatro amador, as primeiras bandas de música e os primeiros grupos ornamentais.³⁵ Nota-se que o protestantismo tem papel fundamental na cultura joinvilense desde sua fundação. Neste contexto sócio-cultural, a poupança e o investimento produtivo são tendências predominantes no comportamento e na ambição econômica.

A fundação da primeira usina elétrica de Joinville, em 1909, foi de suma importância, pois permitiu grande impulso à industrialização, assim como a estrada de Ferro entre Joinville e São Francisco do Sul (graças a interferência do Sr. Abdon Baptista, pois seu projeto inicial passaria ao largo da cidade que até então era feita através do rio Cachoeira e baía da Babitonga). Esta estrada acabou sendo inaugurada em 1906 com a presença do então presidente da República, Afonso Pena, demonstrando que a região já se encaminhava para um franco desenvolvimento.

O próprio meio ajudou em muito estes imigrantes a atingirem seus objetivos uma vez que as elites brasileiras viam a Europa como centro de civilização, estimulando nestes

³⁴ - Correio Tupy N.6, p.1 (Jornal de Circulação Interna da Fundação Tupy/Joinville)

³⁵ - HERKENHOFF, Elly (1987). p.6

estrangeiros a arrancada para o sucesso. Investir economias, adiar prazeres imediatos e fazer fortuna, esta era a meta. Junto ia o sonho de retorno à terra natal para gozar um estilo de vida bem diferente do que haviam tido antes de imigrar.

Magalhães³⁶, explica que o ethos do trabalho é próprio do imigrante que migra por falta de emprego, daí o culto ao trabalho, pois este tem o trauma da perda do emprego, a busca do trabalho. Compara com os trabalhadores da Alemanha hoje, onde pedir para que o trabalhador trabalhe um minuto a mais é uma ofensa diante de seus direitos já conquistados e garantidos. No Brasil, fazer horas extras é garantia do emprego, alegria do patrão, e uma porcentagem a mais nos poucos salários mensais.

Não se pode omitir que os percalços destes imigrantes nesta localidade foram muito duros, pois a região não ajudava muito, com seu clima, seus insetos, doença, isolamento de outros centros, etc. Tudo era pioneiro, e ainda havia o confronto com os povos que habitavam localidades próximas.

Decorridos quatro décadas do século atual, Joinville já mantinha um parque bastante diversificado de indústrias, de serviços, com uma população sempre crescente, não apenas pela evolução demográfica natural, mas também pelo crescente afluxo de famílias de outras regiões de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida, dada a constante oferta de empregos.

O processo industrial local, além de contar com a parte técnica e financeira alemã é, ainda, incentivado por um padrão de relações sociais "paternalistas" que, ao mesmo tempo que asseguram um ambiente de cooperação e alta produtividade aliada ao baixo nível de organização dos trabalhadores, engendram condições especialmente favoráveis para uma expressiva acumulação de capital a partir de uma mão de obra disciplinada, treinada e barata.³⁷

Em Joinville patrões e operários sempre viveram na mesma comunhão de vida e de interesses.

A História da nossa indústria registra apenas umas duas manifestações grevistas, promovidas mais por pirataria de politicagem que por amor aos operários.

³⁶ - MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. Alemanha, mãe pátria distante. Utopia pangermanista no sul do Brasil. Tese de Doutorado. Unicamp/ São Paulo, 1993. Mimeografada.

³⁷ - SERETE, Estudos e Projetos. Plano Básico de Urbanismo de Joinville : Pref. Municipal de Joinville. 1965, v.1, p.42

*Gente ordeira, vivendo na sua casa, cultivando a sua pequena horta, em seu próprio terreno, o operário joinvilense é feliz e não se prestará nunca a promover desordens grevistas e a reclamar concessões descabidas por amor a ideologias de sectarismo que se quer implantar no Brasil. (...).*³⁸

Até a Segunda Guerra Mundial, instituições como igrejas, escolas, famílias e várias empresas mantinham contatos sistemáticos com a Alemanha que era neste período, a maior parceira comercial de Santa Catarina. Conseguiram subvenção na Alemanha industrializada, para a construção de hospitais, escolas, etc, em nome do pangermanismo reinante na Europa.³⁹ Na verdade, o grupo teuto-brasileiro, definido a partir da identidade étnica manteve até a segunda Guerra Mundial um comportamento e ações que o distinguiam da população brasileira de uma maneira geral.

Tal situação pode ser verificada quando considerado o uso cotidiano da língua alemã, existência de uma rede de sociedades e associações de tradição germânica e no prevailecimento de padrões considerados alemães nos campos religioso e educacional.

Estas ações e comportamentos levavam os teuto-brasileiros a expressarem uma solidariedade étnico-cultural com a Alemanha ao mesmo tempo em que afirmavam a cidadania brasileira. Dentro disso é que se pode dizer que os teuto-brasileiros até este período assumiam uma dupla nacionalidade. É dentro disso que o governo brasileiro implementa as leis da nacionalização objetivando a chamada "assimilação compulsória".

Em Joinville, com a Campanha de Nacionalização, os "caboclos"(descendentes de ibéricos) passam a denunciar e perseguir os "galegos"(teuto-brasileiros) independente de sua classe social ou posição ideológica. Dentro disso é que se pode perceber o acirramento dos conflitos sociais no processo de efetivação da Campanha, destacando-se a forte intervenção governamental no campo das industrializações.

A década de 30 e a 2ª Guerra Mundial marcaram profundamente as transformações na economia de Santa Catarina. Em 1940, Joinville, já se destaca como o maior centro industrial do Estado. São fundadas as maiores indústrias intimamente associadas à moderna industrialização brasileira. Mas, é a partir de meados da década de 50, que estes conjuntos de estabelecimentos se expandem notavelmente, transformando-se nas últimas

³⁸- Edição Especial dedicada ao Comércio e a Indústria de Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 12 de dezembro de 1931. Ano XIII, n. 287, p.1.

³⁹- MAGALHÃES (1993)

décadas, todos eles, em grandes empresas e alguns deles em verdadeiros grupos industriais como a Tupy, a Hansen e a Cônsul que passaram a constituir ou agregar grande número de empresas, situadas tanto no município, como no país e mesmo no exterior.

A cidade vai receber novo impulso econômico, no governo militar pós-64, entrando em cena novas formas de direcionar a economia. Mas se o avanço econômico foi muito rápido, os sub produtos deste avanço não foram nada invejáveis. A riqueza e a imponência da "Manchester Catarinense" pouco a pouco foi sendo substituída pelo caos social, pelas condições miseráveis de vida da população periférica.

1.4- TRABALHO, POUPANÇA , PROGRESSO.

Em 1921, Joinville possuía várias alcunhas. Chamavam-lhe a "Manchester Brasileira", a "Princesa do Norte", "Terra dos Jardins" e muitos de "A Cidade das Rosas", e incentivavam seu plantio para mostrar a generosidade de seu povo.⁴⁰

No 73^o aniversário da cidade, em 1924 , apontava-se como fator de crescimento a Estrada Dona Francisca e a construção da linha férrea de São Francisco-Porto União, e as estradas de rodagem, numa extensão superior à 3000 quilômetros, mantidas pelo município. Neste período, calculava-se que a cidade possuía 50.000 habitantes no município e 14.000 na cidade e já se observava um campo industrial diversificado e promissor, composto por fábricas de meias, tecidos de algodão, de velas, bordados, de pregos, arame farpado e telas, fósforos, móveis, curtumes, engenhos de erva-mate, de goma de araruta, de mandioca, de arroz, de madeiras, um moderníssimo moinho de trigo, etc, "dando ao município alto relevo entre as cidades mais adiantadas do Brasil".⁴¹

Com relação às Rendas Públicas da década de 20, afirmava-se que Joinville pagava seus impostos de forma consciente, que era para o progresso, e era o que se esperava

⁴⁰- A Cidade das Rosas. **Jornal de Joinville**. Joinville, 2 de maio de 1921, Ano III, p.1.

⁴¹- Passará amanhã o 73^o Aniversário de Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 8 de março de 1924. Ano VI, n. 58, p.2.

de uma sociedade ordeira para a manutenção da ordem social existente. O que se reclamava, era do excesso de número de impostos e sugeria-se que estes fossem únicos.

Para explicar o aumento das rendas públicas em Joinville, dizia-se que não havia milagre e sim progresso, "fenômeno este sem precedente no Estado de Santa Catarina". "O nosso povo é bom e ordeiro. Respeitador das leis e das autoridades e não se nega nunca a seus deveres para com o fisco(...)".⁴²

Em 1928, Petrarca Callado, diretor do Jornal A Notícia, apontava para os problemas mais importantes e de solução mais complicada dos comerciantes, dos homens da lavoura, da indústria e do operariado, que eram o povo, e deveriam ser ouvidos nestes momentos. No entanto, viam seus problemas resolvidos à revelia dos pagadores de impostos, pois deputados, senadores, que deveriam ser seus representantes e eram pagos para isto, nada faziam quanto aos abusos escrunchantes das tarifas de serviços públicos e dos impostos. Propunha, coesão, fundação de associações de defesa em todos os municípios e uma Junta Deliberativa Central para livrá-los do calvário dos Impostos.⁴³

Denota-se com isso, que não era sem protestos que esta população pagava seus impostos, mesmo que no discurso oficial estes aparecessem sempre como benefícios da maioria dos indivíduos, que viam seus salários reduzidos e o custo de vida aumentando.

Com respeito a imigração, por volta de 1924, continuava-se a elogiar o êxodo da população alemã para a América do Sul, pois esta "só trazia benefícios para este Estado, mas muito melhores seriam estes resultados se houvesse um plano e aparelhamentos para receber estes imigrantes".⁴⁴ Acusavam a falta de oficialização de imigração para uma triagem destes

⁴²- Rendas Públicas. **Jornal de Joinville**. Joinville, 15 de Abril de 1924. Ano VI, nº 90, p.1.

Para se ter uma idéia do crescimento da região, observa-se alguns dados:

(...) Tomando por base a arrecadação do município nos últimos anos, era em 1922/406:209\$519 e 1923/604:000\$000. A receita orçada para o ano corrente é de 535:000\$000 mais, a arrecadada será de 600:000\$000. A coletoria Estadual dos últimos 5 anos teve a seguinte receita: 1919/262:467\$971, 1920/337:422\$335, 1921/335:660\$239, 1922/411:331\$239e 1923/647:836\$459. É extraordinária a diferença entre o ano de 1923 e o de 1921, devia em grande parte pela majoração dos lançamentos e a taxa de transmissão do moinho Boa Vista que orçou em 700:000\$000. A coletoria Estadual de Jaraguá, deu-se o mesmo fenômeno de aumento anual de renda. (...) Bananal somente no 1^o trimestre já rendeu 31:254\$635 e Hansa em 1921/21:460\$558 e em 1922/28:854245 e 1923/765\$607. (...) Infelizmente não foi possível obter a renda da 1^a coletoria federal desta cidade, para comprovar que o aumento de renda de Joinville não é milagre de nenhum agente do fisco. É um fenômeno natural, resultante de um maravilhoso surto de progresso deste município.

⁴³- CALLADO, Petrarca. Os Crucificados no Calvário dos Impostos. **Jornal A Notícia**. Joinville, 20 de junho de 1928. Ano VI, n. 451, p.1.

⁴⁴- Imigração e Povoamento. **Jornal de Joinville**. Joinville, 5 de junho de 1924. Ano VII, n.130, p.1.

imigrantes e que para cá deveriam vir, principalmente, agricultores e receberem terras férteis para constituírem núcleos de nacionais e estrangeiros, misturando-os em benefício comum.

Por outro lado, em 1925, citava-se constantemente a eficiência do governo catarinense, suas obras e seu progresso mas não era citada nenhuma obra do Estado em Joinville, o que muito deixava a população ressentida, pois esta já se colocava como a maior arrecadadora de impostos para o governo estadual.⁴⁵

Com tais advertências, em 1926, o governo federal propõe algumas obras para a cidade como construção de pontes, fórum - cadeia, de melhoramentos no Grupo Escolar e macadamização na Estrada Dona Francisca num trecho de 96 Km, reconhecendo ser o município que mais contribuía para os cofres do Tesouro. Era um presente pelos 75 anos do Município.⁴⁶

Nas comemorações dos 75 anos da cidade, apontava-se para: *“(...) o exemplo vivo e confortador do quanto pode, o quanto é capaz e do quanto sabe querer um povo realizador e forte, um povo laborioso e honesto, guiado pelo espírito tenaz e abnegado dos seus honrados administradores.”*⁴⁷

Neste período, Joinville compreendia os distritos de Jaraguá, Hansa, Bananal e Corveta. Sua organização religiosa dividia-se basicamente entre católicos, que já possuíam um bispado com sede na cidade, e protestantes - luteranos. Havia também presbiterianos, espíritas, batistas e sabatistas, normalmente com sede na cidade e filiais nos distritos. Já na agricultura, despontam com maiores índices a cana de açúcar, seguida pelo milho e arroz, farinha de mandioca, batata doce, aipim, taiá, banana, inhame, araruta, etc. Entre as riquezas minerais citava-se o ferro, manganês, limônita e o ferro magnético. Quanto à Instrução Pública era privilegiada, contando com 91 estabelecimentos, e na Assistência Pública havia dois hospitais, um municipal e outro de propriedade de uma Associação particular, bem como um Hospício e um Asilo de Órfão e Desvalidos.

O Município também era bem servido de Empresas de Luz e Força, existindo três, uma em Joinville, uma em Jaraguá e uma em Hansa.

⁴⁵ - Um governo eficiente. **Jornal de Joinville**. Joinville, 13 de agosto de 1925, n. 187, p.1.

⁴⁶ - Melhoramentos Estaduais em Joinville. **Jornal de Joinville**.Joinville,29 de Abril de 1926. Ano VIII, n.99, p.1.

⁴⁷ - Edição Especial. **Jornal de Joinville**. Joinville, 22 de maio de 1926. Ano VIII, n. 116, p.7.

Até este período, já haviam sido feitos três recenseamentos municipais, em 1895, 1916 e 1926, sendo que este último acusava 10.320 habitantes na cidade e 46.347 no município e uma parcela de 9,6% de analfabetos, excluindo-se os menores de 7 anos.

Dos trabalhadores das fábricas, cercada de dois mil operários trabalhavam na cidade e tinham domicílio nas zonas rurais.⁴⁸

Os festejos dos 75 anos da cidade, duraram mais de 10 dias, entre os quais contou-se com a visita do governador do Estado Dr. Bulcão Viana, o príncipe D' Orleans e do Dr. Washington Luiz que depois de eleito presidente do Brasil, visitou por algumas horas a cidade, vindo de trem, seguindo logo para Jaraguá e Blumenau.

Nos festejos dos 89 anos de Joinville, o presidente Getúlio Vargas, também, visitou a cidade, homenageando o trabalho e o patrimônio dos homens desta terra que resultaram no progresso, na prosperidade e a ventura do povo.⁴⁹

*Joinville vem exercendo no Estado o nobre principado do trabalho e do progresso.(...) Joinville faz jus sem dúvida, ao maior carinho dos governos, já pela iniciativa excepcional de seus filhos, já pelas reconhecidas virtudes dos seus homens e de seus dirigentes, que de longa data e com superior descortínio, o vêm conduzindo na vida brilhante que o destino lhe reservou. (...).*⁵⁰

Campanhas eram feitas via imprensa e outros meios de comunicação para que o povo fosse educado para uma verdadeira economia, com benefícios próprios e da coletividade. Para tanto, estimulava-se a poupança, mas alertava-se que a economia era necessária para o progresso, desde que não ficasse guardado em "baús dentro de casa" onerando o país e tirando o dinheiro de circulação. Para que esta economia fosse eficaz deveria ser depositada nos bancos para o progresso, assim como se fazia nas grandes nações.

⁴⁸- Para maiores esclarecimentos e detalhes deste recenseamento, ver a Edição Especial do Jornal de Joinville de 22 de maio de 1926. Ano VIII, n.116, p.7 e Interessantes dados Estatísticos da Edição de 3 de Abril de 1933, Ano XV, n.77, p.1.

⁴⁹- VIANA, Bulcão. 75º Aniversário de Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 26 de maio de 1926, Ano VIII, n. 117, p.2.

⁵⁰- Joinville faz hoje 89 anos. **Jornal A Notícia**. Joinville, 9 de março de 1940. Ano XVIII, n. 3432, p.1.

Não se queria uma população perdulária, que gastasse tudo o que ganhasse como os brasileiros, mas, sim, uma população preocupada com o progresso. Emoldurava-se assim, o homem desejável para a cidade que idealizavam.

Em 1926, Joinville e Blumenau, concorriam para o Tesouro, com a 4ª parte do total da receita do Estado, segundo o Sr. Dr. Adolpho Konder, sendo que Joinville contribuiu com mais de 2.000.000\$000 para Estado, isto é, mais da 8ª parte do total da renda arrecadada pelo município, com mais ou menos 50.000 habitantes, ficando em 2ª lugar Blumenau com mais 1.900\$000 com cerca de 90.000 habitantes.⁵¹

A preocupação com a composição social da cidade, aparecerá numa série de artigos de Heitor Silveira, com o objetivo de encontrar a harmonia entre os grupos mais numerosos e, ao mesmo tempo, reconhecer as diferenças para melhor convivência. Joinville era representada por um grupo da raça latina - os brasileiros, e o outro a saxônica - os alemães. Sírios, polacos, franceses, espanhóis, italianos e outros estavam em menor escala. Era um cosmopolitismo num meio tão nascente, difícil de ser estudado e que só podiam sobreviver pelo equilíbrio entre as duas raças predominantes.

Ressaltava as diferenças e características destas raças predominantes, enfatizando o individualismo para os saxônicos, que ao mesmo tempo os tornava fortes, enérgicos, autônomos, etc, também os colocava como egoístas, arrogantes e violentos, decorrentes de um neutralismo exagerado. Curiosos, meticolosos dentro dos preceitos de "cada um por si" e da "obediência e independência". Já os brasileiros são apontados como fracos, indolentes e parasitas, mas são solidários e simpáticos.

Demonstrava-se o ideal de uma sociedade perfeita na harmonia destes dois ramos da humanidade. Uma nos dando a variedade a outra a unidade e na junção destes dois elementos estaria a **harmonia**. "Um por todos e todos por um". *Vida e trabalho são expressões que se unem, vocábulos que se combinam, para a riqueza e fartura. Mas Joinville se dedica mais ao trabalho, lado "material" do que ao "intelectual", esquecendo-se que o trabalho desenvolve somente o corpo e que cultivar a inteligência e o trabalho deve ser o*

⁵¹ - Joinville e Blumenau - cifras impressionantes. **Jornal de Joinville**. Joinville, 27 de julho de 1927. Ano IX, n. 169, p.1.

*nobre encargo de cada um. Seguir um só, acarreta males terríveis e indefinidos para o caráter social.*⁵²

Em um outro artigo, Heitor Silveira chamava a atenção dos joinvilenses : Diz ele,

(...) O progresso material de Joinville é um fato, enquanto isso o progresso intelectual anda às gatinhas. E até quando este estado de coisas? Agir, agir, mocidade agir!

*Cidade meramente material é um desastre! Compreendamos, jovens de Joinville o atraso intelectual da sociedade de hoje e tratemos de aparelhá-la ao lado da maravilha dos Braços. Eia! Agir, agir sempre!*⁵³

Enquanto uns preocupavam-se com a intelectualidade, outros elogiavam a nova cidade que ia se modernizando, cobrindo suas valetas e alargando suas ruas, Joinville ia ficando, de fato, o "jardim" do Estado, graças ao trabalho dos joinvilenses que são citados como os "espartanos" do trabalho e do progresso.

Apesar da crise de 1929 e a panacéia mundial, a cidade continuava crescendo e se modernizando. Na Exposição Comemorativa do Centenário da Colonização Alemã, realizada em São José, em Santa Catarina, ocupou o município um lugar de destaque, pois constatava-se que mesmo no Estado, muita gente ignorava o notável surto industrial de Joinville que pôde ser descortinado neste certame, mostrando "o seu espírito empreendedor" e suas potencialidades, pois grande parte dos expositores premiados eram da cidade como Manz e Cia, Doehler e Cia, Jordan, Gerken e Cia, Otto Benack, G. Wetzel e Cia, Gottardt e Cia, Instituto do Mate etc.⁵⁴

Em Joinville já havia tido exposições industriais com distribuição de prêmios, mas no âmbito estadual, foi nesta exposição que a cidade se destacou como grande centro industrial do sul do Brasil.

⁵²- SILVEIRA, Heitor. "A Composição Social de Joinville". **Jornal de Joinville**. Joinville, Série de artigos iniciados em 27 de outubro de 1927, N^{OS}.diversos à partir do 246, 28/10/1927 p.2, 01/11/1927 p1, 04/11/1927 p.1, 07/11/1927 p.2, 16/11/1927 p.1.

⁵³- SILVEIRA, Heitor. Sociedades que Dignificam Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 10 de maio de 1929. Ano IX, n. 106, p.1.

⁵⁴- Joinville na Exposição de São José. **Jornal de Joinville**. Joinville, 17 de Abril de 1930. Ano XII, n. 90, p.1.

Dentro da conjuntura revolucionária do pós - 30, os joinvilenses preocupavam-se com o trabalho, a paz, a harmonia, porque deste postulado nasceria o progresso e a prosperidade e, portanto, reclamavam das incertezas que caracterizavam o regime em vigor. O Jornal A Notícia destacava:

(...) nada poderá prejudicar a vida normal desta cidade. A população que continue calma e tranqüila nos seus propósitos de paz, não temendo a interferência de militares na vida de trabalho de uma população ordeira.

*Venham ou não os legalistas ou revolucionários nada acontecerá de anormal que prejudique a população. Cada um que continue entregue aos seus afazeres sem nenhuma preocupação.*⁵⁵

Frente à conjuntura de crise do início dos anos 30, grassava pelo país o desemprego, e no Estado era enorme a legião dos "Sem Trabalho". Aqui os jornais noticiavam com alardes e pesares a "asa negra da miséria" que cobria a cidade.

(...) E em Joinville, ontem a terra feliz, a terra das grandes atividades, hoje, pela manhã, presenciou-se espetáculo impressionante: cerca de 100 homens estacionaram defronte a Prefeitura Municipal na ânsia de se avistarem com as autoridades municipais para obterem uma colocação. (...).

*Com a chegada do Sr. prefeito municipal, foram muitos desses "sem trabalho" levados a sua presença (...) que prometeu todos os esforços no sentido de solucionar satisfatoriamente o caso de cada um (...).*⁵⁶

A grande maioria das pessoas era caracterizada como não participante da política, mas manifestava-se a favor de um governo que compreendesse suas necessidades, isto é, boas estradas, facilidade ao comércio, à indústria e à lavoura. Salientavam a necessidade de igualar-se o direito de todos, acabando com a idéia de dupla nacionalidade, pois confundia-se os filhos da terra com estrangeiros.

⁵⁵- A população de Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 08 de outubro de 1930. Ano IX, n. 674, p.4.

⁵⁶- Os Quadros tristes - As faltas de trabalho em Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 19 de Janeiro de 1931, Ano XIII, n. 15, p.2.

Não desejamos continuar a ser cidadãos de segunda categoria. Aqui todos são brasileiros, cumpridores de seus deveres e como tal têm os mesmos direitos.

*(...)Joinville é trabalho seu, exclusivamente seu, porque foi ele quem a tirou do nada, quem fez a cidade, quem construiu casas e ruas, fábricas e oficinas, quem deu progresso a esta terra. (...) Aos governos do Estado e da União, não deve nada. Deles não merecem favores, porque somente eram prometidos e jamais efetivados. E se o tivessem sido, a soma considerável dos impostos que esses governos que daqui levaram, já teriam pago a dívida, com saldo a nosso favor. (...)*⁵⁷

As alianças políticas eram constantes, os elogios aos governadores ou interventores também, mas o descontentamento com o retorno político destas alianças para Joinville era manifestado em várias ocasiões, demonstrando as contradições que haviam nas relações políticas do município que, apesar das divergências, ascendiam economicamente, inaugurando-se estabelecimentos comerciais e industriais continuamente nos mais diversos setores; do cerâmico ao metalúrgico. *“Joinville tem o direito de reclamar dos governantes a atenção e assistência para seus grandes problemas, por ser, na terra catarinense uma comuna que se impõe pelo trabalho, pela ordem e dedicação de seus filhos.”*⁵⁸

Eram grandes os problemas regionais, mas continuava-se exaltando o povo, os governantes e a administração municipal que concorriam para um Brasil maior, "repousando nos braços do trabalho, da ordem e do respeito".⁵⁹

No período varguista, mesmo antes da ditadura, a cidade já fazia a exaltação da ordem e do trabalho, que eram colocados como fatores decisivos da prosperidade. Da ordem dentro da liberdade de cada um e, para tanto, recomendava-se os excessos como fatais à existência do regime.

O trabalho e a ordem valorizadas eram, segundo se anunciava:

(...) Trabalho sadio e honesto, isento de lirismo e grandezas ridículas, que nos envergonha aos olhos do estrangeiro.

⁵⁷- CARVALHO, Montezuma de. Manifestação Oportuna. **Jornal de Joinville**. Joinville, 14 de Janeiro de 1931, Ano XIII, p.1.

⁵⁸- Sem Manchete. **Jornal de Joinville**. Joinville, 04 de outubro de 1938. Ano XX, n. 115, p.1.

⁵⁹- CARDOSO, Pedro. Vamos Trabalhar pelo nosso progresso Joinville e sua administração. **Jornal A Notícia**. Joinville, 20 de julho de 1939. Ano XVIII, n. 115, p.1.

Trabalho eficiente e metódico, com realizações concretas que positivem, de fato, a nossa capacidade e o nosso engenho.

*Ordem na política, determinando homens conscientes e verdadeiramente patrióticos, ciosos de nossa dignidade, conhecedores dos nossos problemas para que lutas partidárias e sem resultado algum, se verifique administração com trabalhos dignos e eficientes, orientando-nos para o progresso. (...) para o fim colimado: a Prosperidade do Brasil dentro da Paz. (...).*⁶⁰

A disciplina deveria presidir a vida dos indivíduos. A prática da obediência consciente geraria a disciplina individual e coletiva.

As categorias apontadas como as que mais precisavam da disciplina era o clero e o exército. O "marxismo" era apontado como sintoma de indisciplina, tanto mental como moral e seria o "micróbio das revoluções sociais".⁶¹

Na ditadura Vargasista, a disciplina estava associada aos soldados que possuíam seus princípios fundamentados na obediência, sem a qual nada conseguiriam.

Os operários são comparados aos soldados do progresso onde:

(...) a disciplina e a obediência são apontadas como pedra angular de qualquer edifício industrial ou comercial (...) onde o operário (...) tem um grande dever: obedecer (...) mas de forma dignificante.

(...) a desobediência tem sido causa de grandes infelicidades. O soldado, defendendo a integridade da terra, é um abnegado e revela profundo amor pela pátria; o operário é um soldado da grandeza econômica da nação e um abnegado do trabalho. O soldado progride obedecendo; o bom operário, olhando para o dístico nacional - Ordem e Progresso - deve e pode progredir para a elevada missão que lhe cabe nos destinos da pátria (...).

*Trabalhando honestamente, efetivamente e longe de se deixar levar pelas miragens que destroem a boa ordem e o ritmo natural das coisas, o operário verá sempre respeitadas as suas prerrogativas e terá assegurado o futuro de sua família. (...).*⁶²

⁶⁰- ARTIGAS, Ary. Ordem e Trabalho. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28 de Dezembro de 1934. Ano XIII, n. 1896, p.8.

⁶¹- CAVALCANTE, General Deschamps. A Disciplina. **Jornal de Joinville**. Joinville, 19 de Agosto de 1937. Ano XVI, n. 98, p.2.

⁶²- AMARAL, Raul J. Disciplina e Trabalho. **Jornal de Joinville**. Joinville, 1 de Dezembro de 1938. Ano XVII, n. 138, p.1

Para se atingir o tão propalado progresso, além da disciplina, da ordem, do trabalho, exigia-se a união, pois esta era o elo que ligaria os homens e o fator de coesão humana.

Em 1942, o Brasil no contexto da guerra, primava pela disciplina, obediência às autoridades e vigilância por parte das autoridades para eliminarem a espionagem. Joinville sentiria os reflexos deste contexto. A cidade que havia assimilado muito bem os demais lemas, principalmente o da disciplina, trabalho e poupança, se sentiu traída, quando seus trabalhadores foram denominados de estrangeiros, traidores e de “ quinta colonistas ”.⁶³

Em todas as instâncias, institucionais ou não, estes lemas eram condições *sine-qua-nom* para os indivíduos serem considerados da região. Se "por acaso" ocorresse transtornos, mobilizações, paralisações, etc, estes seriam sempre atribuídos a atitudes e exaltações de pessoas estranhas à cidade e que para ela teriam vindo com intenções malévolas de destruir tudo aquilo o que uma sociedade pretendia para os seus filhos, ou seja, a tão almejada felicidade. Felicidade esta, associada ao grau de prosperidade das pessoas, numa sociedade individualista, mas que pregava a união para o trabalho e que estava passando por reavaliações naqueles momentos de crise onde o controle social, através dos discursos doutrinários, era imprescindível.

A massificação ideológica era uma constante e as palavras de ordem martelavam o cérebro dos trabalhadores, dia e noite.

1.5 - JOINVILLE NO OLHAR DO OUTRO.

A cidade construída nos moldes europeus e dentro dos preceitos prussianos da ordem, impressionava os visitantes que por aqui passavam.

Embora não fosse a capital do Estado e nem estivesse listada como grande centro brasileiro, os visitantes que por aqui passavam não deixavam de expressar seu

⁶³- GERTZ, René (1989).O Fascismo no Sul do Brasil. SYEFERTH, Giralda (1982). Nacionalismo e Identidade Nacional. COELHO, Ilanil (1993). Joinville e a Campanha de Nacionalização.

deslumbramento e de observar o potencial do município que tinha no trabalho e no "espírito empresarial" de seus homens a alavanca de seu sucesso. Seus jardins floridos, casas bem cuidadas, a ordem reinante, não deixavam de ser registradas. Aqueles que vinham de outras regiões para trabalharem, deslumbravam-se pelas maravilhosas condições do centro da cidade.

A miséria, o empobrecimento e a Joinville "fria", continuava guardada a "sete chaves" nos seus rincões de bairros afastados, que não possuíam flores, bicicletas ou histórias de príncipes e sim palafitas nos mangues, sem infra-estrutura, esgoto a "céu aberto" correndo rumo à Baía da Babitonga, poluindo rios, céus e mares num processo cada vez mais ascendente. Embora a Alemanha neste período estudado tenha passado por duas guerras mundiais, o povo alemão, não deixou de ser apontado como o único responsável pelo progresso e pela ordem, esquecendo-se de mencionar, na maioria das vezes, o grande número de outros imigrantes e demais grupos de migrantes que para cá vieram e ajudaram a construir a cidade.

Desde o século XIX, quando alguns viajantes estrangeiros que por aqui passavam como Elisée Reclus, geógrafo francês que dedicou uma página de seu livro sob o título "Estados Unidos do Brasil", à então "Colônia Dona Francisca", dizia que dentro de alguns anos deveria orgulhar o Estado a que pertencia, como de fato ocorreu.⁶⁴

A imprensa brasileira também foi incansável nos elogios à cidade, pelo seu progresso "colossal". O Diário Carioca em 1921, denominado "Correio da Manhã", dizia:

(...) A evolução de Joinville é espantosa, a cidade fundada a 70 anos, hoje pode ser considerada como principal centro de atividades catarinenses. Suas ruas bem movimentadas, largas, compridas e bem edificadas, dão aos que visitam Joinville, a impressão dos que se acham numa cidade duplamente progressista, onde à parte do bem estar pessoal, todos trabalham pelo engrandecimento da coletividade. De fato, Joinville não deixa a desejar. Possui uma indústria desenvolvida, comércio intenso, exportação considerável, importação regular, construções frequentes, instrução bem ministrada, boa higiene, clima salutar, administração municipal excelente, intensa e bem orientada, população ordeira e laboriosa, bons hotéis e teatro, Hospital ativo,

⁶⁴ - Joinville e o seu Desenvolvimento. **Jornal de Joinville**. Joinville, 02 de março de 1921. Ano III, n. 16, p.1.

autoridade justiceira, e tudo o mais que se refere a vida de uma cidade adiantada. (...) ⁶⁵

Os elogios e as impressões da cidade eram registradas e reproduzidas na imprensa local, sempre com o caráter de enaltecimento. Nas comemorações do Descobrimento do Brasil, no discurso inflamado do Dr. Leonel Costa, no "Festival da Sociedade Brasileira de Amigos da Cultura Germânica", diz que os marujos alemães, desde a expedição de Martim Afonso de Souza, e depois Hans Staden nas suas duas viagens ao Brasil demonstraram interesse e reconheciam a potencialidade de nomes de alemães que fizeram parte da História Brasileira, situando-os desde o Brasil Colônia e que estes jamais criaram problemas de "classes" onde tinham se instalado, e "que estes souberam ser leais, sinceros, tanto com os brasileiros como com a generosa Alemanha". Termina seu discurso com o entusiástico "hino à Alemanha pátria de sábios e heróis" e ao Brasil "terra de direito e de justiça e das mais gloriosas tradições liberais". ⁶⁶

Ainda em 1924, um jornalista mineiro que por aqui passava, escrevia em seu jornal suas impressões da cidade de Joinville e junto com elas, todo o histórico da sua colonização e já denominando-a de "terra do trabalho e das flores", pois em cada canto, segundo ele, levantavam-se chaminés de fábricas colossais e jardins maravilhosos.

(...) Não há casa sem jardim. Nesta cidade não há desocupados, não há mendigos pelas portas, não há ladrões nem vadios. Uma população de 12000 almas é policiada por um sargento e quatro praças. Nos dias de semana é um vai e vem da atividade da labuta. Domingo é o dia do descanso, da oração e do prazer.

Terra do trabalho e da ordem, não há metting ou paredes. Patrões e operários se confundem no mesmo ideal, o bem estar da família.

Em 74 anos de existência Joinville teve duas horas, sua ordem perturbada. Um desalmado qualquer, um adventício aventureiro, quis pregar a desordem contra os patrões. Não vingou. Duas horas depois

⁶⁵ - Sem manchete. **Jornal de Joinville**. Joinville, 2 de março de 1921. Ano III, n. 16, p. 1

⁶⁶ - As tradições liberais no Brasil. **Jornal de Joinville**. Joinville, 5 de maio de 1924. Ano VI, n. 104, p. 1.

voltavam os obreiros pacíficos ao trabalho para suas tendas queridas. (...) ⁶⁷

O jornalista continua contando as proezas dos municípios que além desta ordem e disciplina entusiasmava-se com relação ao trabalho, e enumerava que, ainda possuem um corpo de Bombeiros Voluntários, escolas, hospitais e proteção aos órfãos e velhos, ruas largas e bem iluminadas à eletricidade e meios de comunicação com as principais praças do país e do estrangeiro. Seu entusiasmo era tão grande, que descrevia as edificações, os jardins das casas, etc. , não se perguntando em nenhum momento onde estava o outro lado deste paraíso que ele descrevia. ⁶⁸

Nos jornais paranaenses, citada como "cidade modelo", elogiava-se sua arquitetura, e mencionava-se que para o visitante seria como :

(...) estar atravessando certos municípios europeus famosos como Manchester. (...) que a cidade tem fama, de ser forte e robusta como as pequenas cidades industriais do velho mundo, ou qualquer coisa imponente dos centros produtores da grande nação norte americana.

Joinville é uma grande Manchester em ponto pequeno. Mas podemos afirmar, sem temor de erro, que ela é hoje, uma das cidades mais industriais do sul do Brasil. (...).

O seu calçamento, traz as proporções métricas das ruas, favorecidas e de modo a causar inveja a muita grande capital, pois ela é em todas as vias do perímetro central macadamizada. (...). ⁶⁹

Agora o que mais impressionou este jornalista, foi a higiene e a limpeza da cidade, bem como o potencial e diversidade de seu parque industrial, enfatizando o papel da fábrica de meias de seda do Sr. Arp e Cia, que possuía mais de 500 operários e cuja produção era enviada quase na totalidade ao Rio de Janeiro, de onde era remetida para o resto do país e ao estrangeiro.

⁶⁷- "Terra Prometida" Extraído do **Jornal "O Horizonte"** de Minas Gerais e citado no **Jornal de Joinville**. Joinville, 24 de setembro de 1924. n. 224. p.1.

⁶⁸- Id. *Ibidem*. p.1

⁶⁹- Cidade Modelo. Extraído do **Jornal "Do Correio do Paraná"**, citado no **Jornal de Joinville**. Joinville, 4 de março de 1925, Ano VII, p.1

Um particular da bela cidade catarinense é a perfeita unidade dos sentimentos de seus habitantes, que, embora mescle alemães e brasileiros, vivem radicalmente identificados constituindo uma sociedade única e interessada no bem e no progresso comum (...).

Por tudo isso é justo, chamar Joinville, de cidade modelo, digna de ser imitada pelas do interior e do litoral paranaense como paradigma admirável que é de esforços perseverantes e honestos.⁷⁰

Os políticos também manifestavam sua admiração e ao mesmo tempo preocupação com o avanço vertiginoso deste progresso. O deputado federal Dr. Maurício de Medeiros, em palestra com o governo do Estado, o administrador da cidade, o Dr. Ulysses Costa (Juiz de Direito) e outras pessoas, afirmavam ser, Joinville, a primeira cidade do Estado, e previam um surto industrial, que em menos de 25 anos elevaria a população para 100.000 habitantes, agravando as responsabilidades dos administradores que deveriam preparar a cidade para esta nova geração.⁷¹ O jornalista Lessa Waldeck, do "Diário dos Campos" do Paraná em sua visita à cidade na missão denominada de "Embaixada da Fraternidade", chamava a atenção não só para o desenvolvimento, como também para a hospitalidade, recomendando-a ao povo paranaense como uma esplêndida cidade do sul do Brasil.

(...)Joinville possui dupla glória de ser a um tempo, a cidade mais industrial de Santa Catarina e uma das mais hospitaleiras do Brasil.

A reunião dessas duas supremacias aparentemente antagônicas - a do progresso material e a do desenvolvimento espiritual - traduz qualidades magníficas, originárias de perfeito equilíbrio entre os elementos morais de um lado e, de outro, os elementos físicos, que impulsionaram e consumaram o progresso material.

E, assim é que Joinville vai encerrando em uma única realidade tangível os extremos ideais da civilização, é a cidade das fábricas tumultuosas e dos corações generosos. (...).⁷²

⁷⁰- Id. Ibidem. p.1

⁷¹- Telegramas - Joinville a primeira cidade do Estado. **Jornal de Joinville**. Joinville, 6 de outubro de 1927, Ano IX, n. 229, p.1.

⁷²- WALDECK, J. Lessa, "Joinville" , "Do Diário dos Campos". **Jornal A Notícia**. Joinville, 15 de agosto de 1928, n. 465, p1.

A harmonia entre as diferentes raças também era lembrada. O Dr. Álvaro Corrêa Campos, presidente do comitê pró- Washington Luís e o Dr. Mello Viana de São Paulo numa conferência no teatro Guarani, expressavam-se à respeito de Joinville, qualificando-a como uma das mais belas cidades do interior brasileiro e que o seu povo era gentil e hospitaleiro. (...) *Os alemães que aqui vivem, integraram-se em definitivo na comunhão brasileira. É um Eldorado teuto-brasileiro. Costumes europeus, boa disposição topográfica, brasileiros e alemães aqui vivem para aperfeiçoamento do grande ideal, que é a confraternização.* (...) ⁷³

Em abril de 1927, o governador do Estado o Dr. Adolpho Konder, fez uma visita a Joinville de três dias, onde recebeu imponentes manifestações tanto da classe empresarial, quanto operária (a qual aparece com ênfase nos jornais: "inclusive a operária"); oportunidade na qual manifestou as seguintes palavras:

(...) Aqui, encontro um vasto campo de trabalho, orgulho de Santa Catarina, em que cada habitante é uma alavanca de labor, (...) um povo ordeiro e trabalhador. (...) Ille, é o município que menos despesas dá ao Estado, porquanto as Escolas, os estabelecimentos hospitalares e de caridade são próprios do município (...). ⁷⁴

Com o pseudônimo de "Diamante" outro viajante mineiro, publicou no jornal "Pão de Santo Antônio", de Diamantina, Minas Gerais, interessantes palavras à respeito da cidade e depois de ter contado sua história desde a sua fundação, passou a enumerar aquilo que possuía, desde os serviços públicos até o levantamento de números de automóveis, de ruas com os respectivos nomes, número de jornais e uma revista de religiões existentes, fazendo menção especial ao culto católico. Enfim, colocou a cidade como um império, "onde todos trabalham muito durante a semana e aos domingos tiram o "ventre da miséria". Riem, brincam, passeiam, etc" ⁷⁵

Para quem visitava, a cidade não impressionava somente àqueles que vinham de outras regiões, mas os próprios catarinenses ficavam entusiasmados frente ao seu progresso.

⁷³ - Uma Conferência Política. **Jornal de Joinville**. Joinville, 17 de fevereiro de 1926. Ano VIII, n. 41, p.1

⁷⁴ - "Joinville hospeda o ilustre governador" e "Dr. Adolpho Konder". **Jornal de Joinville**. Joinville, 20 e 22 de Abril de 1927. Ano IX, n.90 e 91, p 1.

⁷⁵ - "Algumas palavras sobre Joinville". **Jornal de Joinville**. Joinville, 22 de março de 1929. Ano XI, n. .9, p.1

O Sr. Antonio Bessa, diretor de "O Labor", de Laguna, em suas notas de viagem, se referia a Joinville, elogiando a dragagem e a retificação do Rio Cachoeira, que para ele tinha um papel fundamental na economia da cidade, como escoadouro das suas mercadorias por um frete baratíssimo e que em menos de três horas punha a cidade em contato com São Francisco.

Embora se estenda bastante na comparação de São Francisco com o porto de Laguna, elogia a cidade de Joinville como o maior centro industrial do Estado e a compara com o Sul que tem na terra suas riquezas, podendo até receber o título de "seleiro de Santa Catarina". Em seu entusiasmo prossegue este viajante:

A melhor impressão que a antiga Colônia Dona Francisca nos dá é o espetáculo grandioso de suas ruas compridas e largas macadamizadas, com avenidas margeadas lado a lado por casas separadas uma das outras, todas infalivelmente com uma única e característica: ladeada ou enfeitadas por um fresco jardim, onde há sempre flores, a merecer cuidados do jardineiro (...).

Ouso dizer, olhando novas e graciosas construções, todas com seus varandas e telhados modernos, que Joinville, no ano passado, bateu o "record" em construções, fazendo levantar em média cerca de 60 casas por mês (...)

Com mão de obra barata e mais com materiais de construção baratíssimo, vi verdadeiros palacetes, casa que se fazem em outros lugares por 40 ou 50 contos, se fazem aqui por 20 a 30.

Para uma cidade com todo o conforto moderno, maior parque industrial do Estado, já aí, nas casas, tem-se uma fixação comercial das mais convidativos.

Joinville é uma destas cidades que pelo trabalho generalizado e intenso de seus habitantes, não apraz geralmente os forasteiros, habituados geralmente as aglomerações humanas, que se distraem e se divertem.⁷⁶

Outro viajante, denominado Raul Cardoso, muito entusiasta, diz que:

Não poderia deixar de escrever sobre as belezas que a natureza contemplou este pedaço de Brasil.

De visita a esta cidade, olho com curiosidade do viajante tudo o que Joinville possui. O elevado grau de progresso, o temperamento de seu povo hospitaleiro, ligado a seus costumes, (...)

A instrução, quer a ministrada pelo Estado, quer pelos mestres particulares, é sobremodo elogiável o seu programa de ensino, onde se vê, passar pedalando suas bicicletas com olhar fito

⁷⁶ - "Notas de Viagem". *Jornal de Joinville*. Joinville, 21 de novembro de 1932. N.268, Ano XIV, p.1

na estrada que o conduzirá a glória do saber, enriquecendo as reservas morais que o governo vem preparando e elevando ainda mais o patrimônio intelectual de Joinville. (...)

A população de Joinville, deixa de assim o ser, para ser uma família reunida na imensidão de um espaço ocupado pelas suas fábricas e comércio, (...)⁷⁷

Termina seu artigo com grandes enaltecimentos à região e assinando como “propagandista espontâneo desta grande terra brasileira”.

A Joinville, que os articulistas, visitantes e políticos não viam, ou não se preocupavam em ver, mostrava-se claramente, mas era cômodo ficar mascarada nas aparências.

Enquanto os viajantes mencionavam a mão de obra como barata e que as casas eram verdadeiros palacetes, ficavam, na aparência. Se a mão de obra era barata, sinal que existia um excedente e se este existia, será que também moravam em palacetes? Como seriam os bairros operários? Perguntas que não se faziam e ninguém respondia. Elogiavam, ainda, a não mendicância e a ausência de paredes, ao mesmo tempo que afirmavam que os lazeres eram poucos, e, no entanto, deixavam implícito que a população era toda feliz, como se os jardins expressassem o vigor e a alegria de seu povo como um todo.

Estas notas, dão uma mostra de como a cidade se apresentava ao “olhar do outro” que sempre a julgava pela aparência e nunca procurava onde estava o fruto deste progresso, a origem da “ordem e harmonia” que “aparentemente” reinava. A um viajante de passagem, esta imagem podia ser considerada verdadeira e daí as impressões que causava. A imprensa local reforçava esta idéia bem como a literatura existente, e, somente através do contradiscurso da própria imprensa é possível, hoje, se perceber os problemas e as queixas de um povo oprimido pelo trabalho, sem lazer, e com carências que podem ser constatadas através do seu cotidiano.

⁷⁷- CARDOSO, Raul. “Minha Impressões! ...”. *Jornal de Joinville*. Joinville, 23 de Janeiro de 1940, Ano XXI, N.9, p.1

CAPÍTULO 2 - O COTIDIANO EM FACE DOS DISCURSOS.

O homem não acostumado a trabalhar duro deve derrubar árvores, colocar a família às pressas numa cabana de palmitos e vê-la passar por uma série de privações. Daí não resistirá, pendurará logo a espingarda e com as amarguras e reclamações sobre suas esperanças estraçalhadas, ele prepara sua mochila e se ainda dispõe de algum dinheiro, regressa à velha pátria ou fixa residência numa cidade qualquer daqui, gente desse tipo devia ter ficado em casa. Por outro lado, os que imigram com ânimo forte e disposição para o trabalho, sem grandes ilusões, estão aqui no lugar certo, esses acham aqui o sucesso.⁷⁸

O imigrante que interessa à colonização do séc. XIX é o chamado “trabalhador”, e por esta palavra entende-se como aquele que não somente cumpre seu horário na fábrica ou na terra onde trabalha, mas aquele que depois de cumprir sua jornada de trabalho, está disposto a chegar em casa e continuar na labuta, construindo melhorias em sua habitação, uma horta no seu quintal, criando seus animais, cuidando do seu jardim, junto a sua família, pois o espírito neste momento é o do coletivo, da auto-estima, do desejo de mostrar, apesar de todas as dificuldades, que o fato de ter imigrado “deu certo”, nem que para isto necessite trabalhar de sol à sol e complementar o seu salário com atividades extras.

O cotidiano do imigrante é duro, pesado e até mesmo triste. Tristeza esta às vezes aliviada pelas festas, pela solidariedade do grupo que se conforta e acalanta no destino que eles procuraram traçar, num esforço sobre-humano para ostentar que “venceram” e poder se orgulhar.

⁷⁸- GROSS-HERING, G. Aus Kindern Weden Leute. Blumenau (1934). APUD. HUBER, VALBURGA. *Saudade e Esperança. O dualismo do imigrante alemão refletido em sua literatura.* Blumenau. FURB, 1993. p.89

Os primeiros imigrantes de Joinville trouxeram consigo os costumes tradicionais da velha Alemanha. Entre estes costumes contam-se os de caráter religioso, com suas normas especiais para as festas de Natal, Páscoa e Espírito Santo, que eram consideradas as mais tradicionais. Tais festas costumavam durar três dias, e os brasileiros congregavam-se com os alemães, pois o contentamento era geral e o que se elogiava era a harmonia existente.

Por toda parte havia o mesmo sentimento de fraternidade, a mesma ordem em tudo e em todos. Porque é digno de registro o fato de não haver um incidente desagradável em todas essas festas, nos bailes das associações e nos bailes públicos, nas ruas e nas casas públicas. Não aparecem valentes que ostentem um punhal ou um revólver. Todos em paz, todos felizes.

Sempre foi assim o nosso povo. Quando há desordens, é que os desordeiros não saíam do seu meio.⁷⁹

Este mesmo tipo de afirmação se repete no discurso oficial. Em 1926 na edição especial do Jornal de Joinville, comentava-se.

Não se registram desinteligência, questão por motivos religiosos, correndo na máxima cordialidade as relações entre os pastores e indivíduos de credos diferentes. A população é ordeira, respeitadora das autoridades, obedecendo as leis. Não se contam vadios e vagabundos. Cultiva-se religiosamente o trabalho. Impera a disciplina nas oficinas, no lar, na vida social.

A sexta parte dos moradores da cidade é empregada nas fábricas (...). Consagram os domingos às diversões : organizam-se passeios pelo Cachoeira, pela São Paulo - Rio Grande, pelas numerosas estradas que cortam o município e à noite os salões e cinemas ficam repletos.⁸⁰

A respeito das festas, afirma-se que as tradicionais do norte do Brasil, como São João, São Pedro, Santo Antônio e Carnaval aqui, passam despercebidas ou bem

⁷⁹- Sem Manchete. *Jornal de Joinville*. Joinville, 22 de Abril de 1924, N. 44, Ano VI, p. 1.

⁸⁰- 7º Aniversário de Joinville. *Jornal de Joinville*. Edição Especial. Joinville, 9 de Março de 1926 N. 56, Ano VIII, p. 1.

“desarrumadas”. As festas de grande mobilização são as da Páscoa, Espírito Santo e Natal, onde a população realmente se entrega aos bailes, passeios e aos esportes.⁸¹

No meio rural, vigora a mesma alegria nestas festas, assim como na operosidade do seu dia a dia.

Todos os membros de uma família constituem fonte de renda. O chefe da casa, a esposa, os filhos adultos e até os menores trabalham para o progresso comum, convergem seus esforços para o bem estar e riqueza do lar.

Aram com desvê-lo o terreno, cuidam com carinho da cultura; empregam cuidados na criação.

A economia é um dos traços de seu temperamento. Gastando o mínimo possível, o lavrador desenvolveu-se, prosperou, viu-se-lhes abrir o caminho do bem estar da abastança.

*Colonos que começaram a vida lutando com dificuldades, sem recursos para pagar, de pronto, o lote em que se estabeleceram, conseguiram, pela economia ordem e trabalho, conquistar a prosperidade.*⁸²

Enquanto se elogiavam as festas, que eram raras, mas vividas intensamente ao lado do trabalho e da disciplina, criticava-se, por outro lado, os hábitos do “footing” aos domingos, onde as moças desfilavam “durante a tarde inteira” ao redor das praças centrais, com toalete a rigor e onde não se costumava repetir os trajes.

Para um articulista da época, isto demonstrava a frivolidade das moças e só lhes trazia prejuízo e desdém pois, segundo ele:

*... afugentam de si qualquer inclinação séria, que por ventura tenham inspirado para um fim nobre, porque não há rapaz algum, sério e bem intencionado, que não receie unir o seu destino ao de uma jovem, que gosta de exhibir-se a ponto de passar horas inteiras, perambulando pelas ruas, numa vadiação incoseqüente, quando podia empregar muito mais a propósito, tempo tão precioso, no preparo e no arranjo do seu lar, do conforto dos seus, aprofundando a sua instrução, ajudando nesses mil pequenos nada, em que uma moça ou uma senhora sempre pode se ocupar, seja qual for a fortuna que Deus a brindou. ...*⁸³

⁸¹ - Sendo a população colonizadora na sua maioria luterana, as festas destinadas aos dias santos não tinham repercussões, contrastando com os demais feriados de Páscoa, Espírito Santo e Natal.

⁸² - Edição Especial Joinville, 9 de março de 1926. N.56, Ano VIII, p.1

⁸³ - JOÃO DA MATTA Bancando o Chic. *Jornal de Joinville*. Joinville, 14 de Janeiro de 1924 N. 12 Ano

O importante, e o que se valorizava era o trabalho produtivo. O lazer das cidades brasileiras, como o “footing”, o carnaval, onde se “brinca “ quatro dias e depois disso a cabeça do trabalhador “anda a roda”, era vista como sintoma da desordem. Valorizava-se os bailes públicos por serem mais controlados, tanto na ordem como na harmonia e animação. O curso foi sempre uma tentativa de tornar o carnaval da região mais popular, mas na imprensa sempre apareceu com uma nota de repúdio pelo seu “caráter” de bagunça, desorganização e provocador de acidentes por conta da imprudência dos “foliões “.

A elitização do carnaval de salão, aqui sempre foi uma constante, assim como a queixa de falta de lazeres públicos, principalmente nos finais de semanas chuvosos, quando a tristeza, a “falta do que fazer” imperava na cidade.

Em 1928, noticiava-se a ausência de carnaval nas ruas. *“Este ano pelo que parece não haverá carnaval de rua com cordões carnavalescos, blocos, ranchos para quebrar as “monotonias” das ruas, pois faltam só dois dias e nada se fala, a não ser nos carnavais de salões que pelo que tudo indica, já é alguma coisa”*.⁸⁴

Os domingos, refletiam a tristeza, onde a “falta do trabalho” rotineiro, levaria a vadiagem, reforçando a idéia de trabalho produtivo, somente o comercial ou industrial. Mas o que parecia mais triste era o retrocesso do lazer, conforme avançava o processo de industrialização e o crescimento da cidade.

Domingo morreu, na tristeza de uma trovoada. (...) Sente-se que nos domingos, todo o encanto da nossa mocidade e toda a alegria do nosso povo expansivo se perde na vastidão das ruas desorientado. Falta-nos um parque, um centro de diversão onde Joinville toda pudesse concentrar-se e viver, numa tarde de domingo as alegrias e as emoções de uma reunião festiva.

Antes, Joinville oferecia às tardes, centros de reuniões magníficos, nos seus parques, nos seus jardins, onde freqüentemente orquestras e bandas musicais, punham notas vivas e atraentes de uma arte bem cuidada.

*Hoje (...) vir-se-ia que Joinville retrograda. E se não fora a evidência das nossas forças econômicas, manifestadas no comércio e nas indústrias florescentes, crê-lo-íamos fracamente.*⁸⁵

⁸⁴- Está chegando a hora !. *Jornal de Joinville*. Joinville, 16 de Fevereiro de 1928, N. 40, Ano X, p.1

⁸⁵- Locais. *Jornal de Joinville*. Joinville, 21 de Janeiro de 1919, N.09 , Ano I p.2

O discurso da cidade maravilhosa, ordeira e laboriosa, trazia ao mesmo tempo, uma preocupação enorme com a outra Joinville, que diretamente proporcional ao seu encantamento e desenvolvimento, descobria-se que além da falta de lazer, tinha-se problemas muito sérios a serem contornados como a mendicância, higiene e saúde, policiamento, habitação, água, instrução, transportes, jogos, etc.

2.1- A CONTRAVENÇÃO E A COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL

No final da década de 20, a vida ia se tornando insuportável, não só aqui, como em todo o Brasil, principalmente para o operariado, visto que todos os direitos e garantias vinham para aqueles que tinham condições de pagar sua força de trabalho, o que na época denominavam de “tirania dos grandes”.

A crise era geral, mas a vida em todo o sul do Brasil, em particular Joinville, era apontada como uma das mais caras.

A lavoura joinvilense era muito reduzida e a pouca que existia estava entregue aos “trustes”. A vida era basicamente industrial. As pessoas viviam nos teares e nas forjas das oficinas, e o industrial, para fazer frente à concorrência, à produção paulista e estrangeira, precisava reduzir as suas despesas, refletidas diretamente nos salários. Os operários ganhavam de 7\$000 a 8\$000 por dia, sendo raros os que ganhavam 10\$000 a 15\$000⁸⁶. Tudo que ganhavam e economizavam ia para as mãos dos varejistas, tornando a vida dos trabalhadores um fardo insuportável diante de tanta miséria e de tanto esforço inútil.

Joinville possuía um grande número de engenhos beneficiadores de arroz, mas para o povo nada disto adiantava, pois os preços estavam sendo sempre majorados para cima enquanto os salários não davam nem para comprar o arroz que subia de 1\$200 para 1\$600 em menos de um dia.⁸⁷

⁸⁶ - Vida Cara. *Jornal A Notícia*. Joinville, 03 de Novembro de 1928, N. 483, Ano VI p.02

⁸⁷ - id. *ibidem*. p.2

Os ganhos dos operários eram insuficientes, e a Comissão de Inquérito do Departamento de Estatística e Previdência do Trabalho, do Ministério, em 1939, concluiu que os empregados de Joinville gastavam mais de 65% de seu salário com alimentação, no que concluíam que era necessário baixar o preço da chamada “ração tipo”⁸⁸ para que os mesmos pudessem destinar outras parcelas constitutivas do salário mínimo às demais necessidades. Esta comissão estabeleceu o mínimo de salário de Joinville em 165\$000 e nos outros municípios 145\$000, comprovando que o custo de vida aqui era mais caro.

Estes salários baixos sofreriam novas corrosões no período da guerra, depauperando ainda mais a classe trabalhadora que não possuía saneamento básico, médico e medicamentos, salários suficientes e as condições de moradias eram miseráveis. Na “cidade trabalho”, a população sem lazer, explorada e necessitando dar uma reviravolta na sua vida apelava para os jogos.

O jogo, foi sempre considerado o grande sorvedouro de grande parte das economias dos operários que, por sua vez o viam como lazer e mesmo como uma forma de através da “sorte” complementar o seu salário. O jogo, como lazer, também passa a ser acusado de vício na “terra do trabalho e de gente honesta”.

A mais desenfreada jogatina, feita às escancaras, está campeada em Joinville. Joga-se tudo em toda parte, sem nenhum disfarce, e mesmo com ostentação.

Não se trata de um simples jogo para diversão. O que se está fazendo é o jogo vício, o jogo meio de vida em uma terra de trabalho e de gente honesta. (...)

O vício do jogo é contagioso e incurável e, por isto mesmo, preciosíssimo. (...)

*O remédio para esse mal que está se propagando desassombadamente entre nós, está nas mãos da polícia que tem carta branca para agir.*⁸⁹

⁸⁸- Salário Mínimo. **Jornal A Notícia**. Joinville, 25 de Agosto de 1939. n. 3268, Ano XVIII, p.5 “Ração Tipo” : Charque 220 gr, Leite 250 gr. , Feijão preto 150 gr. , Arroz 100gr. , Farinha de Mandioca 50 gr. , Batata 200 gr. , Legumes 300 gr., Pão 200 gr., Assucar (sic) Branco 100 gr. , Manteiga 25 gr. , Frutas 3 unidades (banana), Combustível (lenha) 0,20 m.c, Condimentos usuais 100 réis. E a distribuição do salário mínimo seria : alimentação 55 % - 90\$750, habitação 23%- 37\$950, vestuário 13% - 21\$ 450, higiene 6% - 9\$990, transporte 3% - 4\$950

⁸⁹- A Jogatina. Joinville está transformada em Monte Carlo. **Jornal de Joinville**, Joinville 05 de Abril de 1924, N. 82, Ano VI, p.01

A polícia parecia ser o remédio para o “mal do jogo” e a população da ordem clamava pela sua interferência a fim de evitar os males causados à sociedade que estava se desviando do trabalho para se especializar nos chamados “jogos do azar”, numa cidade onde o lazer era esporádico e onde o futuro desenhava-se de forma maravilhosa, frente às perspectivas do aumento de estabelecimentos industriais, comerciais e das inúmeras profissões liberais.

Dentre os jogos praticados na cidade, existiam aqueles que não eram considerados perniciosos, como o xadrez, que era praticada pelas elites urbanas.

O jogo do xadrez, jogo de cálculo, de estratégia e de aparência, está fazendo furor em Joinville. No clube realizam-se partidas animadas, tendo sido até instituídos prêmios aos vencedores.

Sempre é mais elegante, mais distinto e mais digno, o jogo de xadrez que os outros jogos que por aí andam arruinando bolsas de incorrigíveis viciados e poluindo carâters.⁹⁰

As campanhas moralizadoras, exigiam das autoridades policiais o término dos jogos, principalmente o do bicho. Dizia o “Jornal de Joinville”.

(...)cidade do trabalho, progresso e ordem, cognominada a Manchester brasileira, vivia asfixiada numa parte de sua vida de bons costumes pelo famigerado vício dos jogos noturnos, casas de cabaré e noitadas que tiravam os indivíduos bons do trabalho. A pedido da população o delegado Trogilio Mello aos poucos fechou o Cabaré, proibiu o jogo do bicho com os aplausos da população. (...)⁹¹

Em época de crises econômicas, onde o comércio, às vezes, era obrigado a declarar falência, voltava-se a atenção para o jogo, como explicação das crises, pois a população se divertia, quando deveria estar comprando. “*Os inconvenientes a que, por isso, ficam sujeitos os comerciantes honestos são patentes*”.⁹²

⁹⁰- Jogo. *Jornal de Joinville*. Joinville 24 de Junho de 1924, N. 145, Ano VI, p.1

⁹¹- Campanha Moralizadora. *Jornal de Joinville*, Joinville 11 de Agosto de 1925, N.185, Ano VII, p.1

⁹²- A indústria do jogo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 18 de Junho de 1927. N. 136, Ano IX, p. 1

Os jogos, que não eram os dos salões e clubes, recebiam as mais diversas recriminações e protestos.

Vício miserável, ruína das famílias, perversão do caráter, protesto contra o trabalho honrado, humilhação da dignidade pessoal, abdicação da honra, voragem espantosa de todos os defeitos - tal é a paixão do jogo. (...)

Esta paixão infame do jogo tem produzido a embriaguez, o assassinato, a miséria no lar, as bofetadas na esposa, o roubo, o infame abuso da confiança, (...) Bem. Já que não vale a edificação moral do ser interno, já que não vale o anátema da reação social, ... valham a mão de ferro da polícia, os ferrolhos da prisão, a cadeia da galé.⁹³

Para justificar as prisões e a atuação policial, valia qualquer tipo de alegação, até mesmo a ditadura policial, que passava a operar de forma infame, enaltecida pelos legalistas que enriqueciam com seus benefícios, negando as liberdades de opinião e ação.

...A lei, que se diz constituir a ditadura policial e tanto sobressalto causa às vestes das liberdades públicas, concede poderes à polícia para agir contra o jogo, o lenocínio, a prostituição e todas as contravenções em geral.

Se isto é ditadura, bendita seja essa ditadura!

A liberdade absoluta não existe. Todas as liberdades têm o seu limite nas fronteiras da lei. ...⁹⁴

Liberdade somente para quem tem poder e dinheiro. “O jogo é pernicioso e repugnante, é o atestado da ociosidade”.⁹⁵ Para aqueles que enriqueciam, ou conseguiam algum bem neste “antro corruptor” afirmava-se:

(...) Adquirir propriedade com o dinheiro da chamada “sorte grande” é roubar o pão de muitos órfãos. É não ser honesto.

Viver do jogo, é ser um parasita, mormente em nosso país. As mãos calosas enobrecem, as mãos do jogador são manchadas e nocivas porque espalham a desdita em lares, onde reinava o afeto, e que, se tornou um vale de lágrimas. (...)

⁹³ - A Paixão do Jogo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 25 de Janeiro de 1928, N. 47, Ano IX, p.2

⁹⁴ - Ditadura Policial. *Jornal de Joinville*. Joinville, 18 de agosto de 1928, N. 195, Ano IX, p.2

⁹⁵ - CAMPOS, L. O Jogo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 8 de junho de 1929, N. 130, Ano X, p.1

*Maldito seja o jogo, que é o grande putrefator social.*⁹⁶

Apesar das ameaças e punições, o vício ampliava-se e, em Joinville, até as autoridades locais, como o Sr. Sizenando de Oliveira, suplente de juiz de direito desta comarca, era acusado de ser um jogador inveterado, “(...) *A referida autoridade já foi, durante largo tempo, empregado como “cantador” de vispora de certa casa aqui muito conhecida*”.⁹⁷

Em 1930 o jogo do bicho é proibido e os conhecidos bicheiros são ameaçados: os nacionais de severas punições e os estrangeiros de deportação.⁹⁸ Em dezembro de 1938 o governo federal voltou a proibir o jogo do bicho, mas mesmo proibido, continuava, à despeito de leis severas, e exigia-se soluções radicais. Assim manifestava-se o “Jornal de Joinville”.

(...) De duas uma: - ou o poder público se mune de meios capazes de combater eficazmente o jogo, ou, então, deve cuidar de sua regulamentação na pior das hipóteses.

Regulamentando-o, dando-lhe uma fiscalização enérgica, há de se conseguir grandes rendas, que poderão ser aplicadas ou empregadas nos serviços de higiene e de educação.

*Dos males o menor(...)*⁹⁹

Em 1942, volta-se a proibir por decreto a exploração ou estabelecimento de jogos de azar para que alguns não pudessem viver exclusivamente da sorte.¹⁰⁰

Com esta frase dicotômica percebe-se as intenções moralistas que permeavam o controle dos jogos de uma maneira geral. Para as elites era lazer, pois em princípio, os jogos, só aconteciam após os expedientes de trabalho. Para os trabalhadores, expostos a todo o tipo de “tentações”, representava ganhar através do “não trabalho” e, portanto, fugindo à convocação obrigatória ao “exército de reserva”, além de se contraporem aos princípios morais: “Ganharás a vida com o suor do teu rosto”.

⁹⁶ - id. ibidem, p.2

⁹⁷ - O Jogo Degrada o Homem. *Jornal A Notícia*. Joinville, 27 de setembro de 1930, N. 133, Ano IX, p.7

⁹⁸ - Serão Deportados. *Jornal de Joinville*. Joinville, 5 de Dezembro de 1930, N. 274, Ano XI, p.1

⁹⁹ - O Jogo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 28 de março de 1939, N.37, Ano XX, p.1

¹⁰⁰ - Os Jogos de Azar. *Jornal de Joinville*, Joinville, 19 de Janeiro de 1942, N. 3362, Ano XX, p.3

2.2- O PROBLEMA DO DESEMPREGO.

Na década de 20, dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial e do aparecimento de um setor de industrialização em Joinville, crescia a mendicidade que, em determinado momento, passa a ser apontada como problema. Até então, a cidade orgulhava-se de não possuir mendigos. Havia lá um ou outro inválido, conhecido de todo o mundo, com freguesia certa.

Porém em 1924, o Jornal de Joinville assim comentava a mendicidade:

Agora, não. Há mendigos de todas as qualidades e de todas as raças em todas as ruas e dos tais que pedem esmolas diariamente nas mesmas casas. Há um velho alemão corcunda que pede esmolas para embriagar-se e não raro cai nas calçadas completamente bêbado. Ouvimos que é um presente feito a Joinville pela policia de Ponta Grossa.

A policia de Curitiba já nos tem mandado alguns exemplares.

De São Francisco também vêm mendicantes para esta cidade e até de Tijucas começam a aparecer aqui uns tristes e dolorosos exemplares da miséria humana. E assim lá se vai a fama que Joinville tinha de não ter mendigos.¹⁰¹

Com o aumento da mendicidade e da pobreza, fundava-se, logo a seguir, uma instituição de assistência aos necessitados, denominado de Jesus de Nazaré, com a finalidade de angariar fundos e sócios para: “(...)Socorrer a pobreza envergonhada, isto é, aqueles que sofrem faltas sem mendigar, com alimentos, roupas, medicamentos, etc., e como, para esse mister, se faz necessário os meios pecuniários (...)”.¹⁰²

E por aí continua a notícia, com o firme propósito de retirar das ruas a pobreza e socorrer aqueles que estão necessitados, demonstrando que nem tudo vai muito bem, como queriam fazer crer.

¹⁰¹ - A Mendicidade. *Jornal de Joinville*. Joinville, 6 de junho de 1924, N. 131, Ano VI, p.1

¹⁰² - Assistência aos Necessitados. *Jornal de Joinville*. Joinville, 7 de junho de 1924, N. 134, Ano VI, p.1

No Natal de 1921, uma comissão de senhoras da “alta sociedade”, reuniu-se desde o mês de outubro, para arrecadar fundos e doações para a compra de presentes de natal, gêneros e roupas a serem distribuídas aos pobres e às crianças, cujos pais não podiam comprar, ação benemerita, que fazia seus nomes serem divulgados diariamente nos jornais, assim como os donativos que eram feitos e publicados com os respectivos nomes dos doadores.

Apesar das medidas paliativas, continuava-se a apelar para a polícia, como se a mendicância e a pobreza fossem crimes, e não questões sociais. *“Há necessidade absoluta da nossa policia pôr cobro a um mal que vai contaminando a cidade, o peditório. Além de adultos, uma infinidade de crianças pedem esmolos; se recebem dinheiro vão comprar cigarros, ou a mando dos pais, levam para casa, e se for pão, jogam fora”*.¹⁰³

Os benefícios aos órfãos do asilo e aos velhos desamparados na época de Natal eram tidos como *“espetáculo do caritativo coração do povo joinvilense para que as crianças tenham um Natal feliz e lindo”*.¹⁰⁴

Estas distribuições no Natal dos pobres, geralmente ocorriam no grupo escolar “Conselheiro Mafra” e eram tidas como espetáculos, onde somente receberiam ajuda, aqueles que estivessem munidos de cartões. Agora para assistirem às oferendas, a entrada era franca ao público, não havendo convites.

A mendicidade pelas vias públicas de Joinville, segundo a imprensa, era causada por indivíduos vindos de outros lugares que aqui viam um belo campo de ação dada à falta de policiamento e ao coração generoso dos cidadãos. Assim afirmavam: *“É lamentável, não há dívida, a vida que esses infelizes passam, os verdadeiros paupérrimos, mas causa repugnação o modo pelo qual outros se prevalecem da bondade do povo”*.¹⁰⁵

O combate aos falsos mendigos era um apelo constante, não só pela imagem que ostentavam, mas principalmente pelas ameaças que representavam.

Joinville, dia a dia, vê aumentando o número de mendigos que perambulam pelas ruas a implorar o pão.

¹⁰³ - Com a Polícia. *Jornal de Joinville*. Joinville, 8 de Novembro de 1924. N.263, Ano VI, p.2

¹⁰⁴ - Em Benefício dos Órfãos do Asilo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 18 de Dezembro de 1924. N. 297, Ano VI, p.2

¹⁰⁵ - A Mendicidade. *Jornal de Joinville*. Joinville, 5 de Março de 1926, N. 54, Ano VIII, p.1

Esse número já é elevado, o que nos faz crer que dentro de pouco tempo, senão for tomadas algumas providências, será assustador e constituirá um perigo à população.

Constantemente depara-se com caras novas, sujeitos vindos não se sabe de onde, e que aqui ficam definitivamente.

Alguns dotados de físicos capazes de trabalhos regulares confundem-se com cegos, aleijados, etc.

Chamamos a atenção do Sr. delegado de Polícia, que deverá pôr um freio à falsa mendicância.

Não seria mau um inquérito que visasse classificar os verdadeiros mendigos, deportando-se os demais. É preciso que o público não seja explorado por essa gente, e à polícia compete sanar o mal.¹⁰⁶

O apelo não ficava somente no campo das autoridades policiais e governamentais, clamava-se também para as virtudes do trabalho. Concebendo a pobreza como universal, era natural que Joinville também a tivesse, embora devesse ser um fato encoberto. Num artigo de Thomaz da Silveira (articulista do Jornal de Joinville), aponta-se como grande mal dos pobres o desânimo do trabalho que os consome:

O pobre é que não deve desanimar, tendo como um bem um inimigo a vencer, uma trincheira à transpor na sua existência, que é a falta de recursos, porque o rico, o contemplado do ouro, não tem este legítimo incentivo.(...)

A pobreza é repelida somente pelos que têm entusiasmo; os que desanimam, como que amparam ou convidam ao estado de pauperismo.(...)

Só pode crer que não progride, aquele que morrer no trabalho sem nada a fazer. Mas esse ainda não houve um para exemplo, porque todos que trabalham, honrada e consagradamente, perseverante e impavidamente, todos os que têm feito da vida um templo e do trabalho um altar, chegam a possuir alguma coisa, a alcançar quando não tudo, mas grande parte do ideal.

Aquele que morre no trabalho, na luta pela vida tem alcançado um ideal de imensa importância. O alvo da dignidade. O homem digno é uma riqueza, um valor. (...)¹⁰⁷

¹⁰⁶ - Falsos Mendigos. *Jornal A Notícia*. Joinville, 10 de Maio de 1928, Ano VI, p.4

¹⁰⁷ - SILVEIRA, Thomaz da, Pobreza e Desanimo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 29 de maio de 1929, N. 121, Ano XI, p.1

Colocava-se a mendicidade, a pobreza, quase que como opção dos indivíduos que preferem as ruas, viver de forma clandestina e sem direitos, por não terem entusiasmo. Pobre que luta, tendo um ideal, um motivo, um entusiasmo, um labor, vence, assim como triunfam aqueles que trabalham, pois trabalho é riqueza, é poder. Morrer no trabalho é digno, nas ruas é covardia, indignidade e vergonha e isto era necessário ser exterminado, como se houvesse opção de trabalho para todos, com salários justos e honrados somente pregando-se o ideal de trabalho.

O exemplo apontado era o da Alemanha, onde não há mendigos.

(...) Povo empreendedor, povo industrial, povo magnânimo, as suas leis são severas e humanas.

A lei referente à mendicidade é rigorosa e integralmente executada.

Na mais pacata aldeia, há albergues noturnos adequados aos inválidos e aos párias da felicidade, não encontram no momento com que matar a fome.

Proibindo à mendicidade pelas ruas, ela presta um serviço inestimável a essa fonte perene de energia, que se chama trabalho.

Castigando os que infligem essa lei ela presta apoio à justiça e a moralidade.¹⁰⁸

O “problema dos desocupados”, pedintes e miseráveis passava por todas as instâncias institucionais, nacionais e públicas. Na década de 30, o governo provisório fez uma estatística dos “sem trabalho” no Rio de Janeiro, onde observa-se um total de 12.881 pessoas, das quais 12.099 eram homens, 33 mulheres e 749 menores e desse total 1.255 pessoas eram estrangeiros.¹⁰⁹

Em levantamento anterior acusava-se os desocupados de preferirem o trabalho nas cidades ao da lavoura e de querer empregos públicos. Nos jornais locais, as manchetes são sempre as mesmas: “O problema dos desocupados” de PE, do RJ, SP, etc., descrevem situações lamentáveis, como se o problema estivesse muito longe e Joinville não os tivesse.

¹⁰⁸ - Não há Mendigos na Alemanha. *Jornal de Joinville*. Joinville, 29 de Junho de 1929. N.148, AnoXI, p.1

¹⁰⁹ - A Estatística dos Sem Trabalho. *Jornal de Joinville*. Joinville, 29 de Dezembro de 1930, N.291, Ano XIII, p.1

Crescia o número de desempregados e os problemas sociais dele decorrentes. O fato da mão-de-obra nacional ser preterida à estrangeira, que era considerada especializada, levou ao decreto-lei, que limitava a entrada de estrangeiros no Brasil e obrigava a todas as empresas e estabelecimentos à terem 2\3 de empregados brasileiros como forma de minorar os problemas de um excedente de mercado e de proporcionar maiores chances aos nacionais. Como se o problema, mais uma vez, fosse somente externo e não tivesse causas internas.

Apontava-se os sintomas, e não a causa da doença, ficando-se sempre ao nível das superficialidades. A crise econômica e financeira pela qual passava o país depois da crise de 29, trazia suas repercussões para o mundo político-econômico, mas, principalmente para o social. O recém criado Ministério do Trabalho, tinha uma tarefa árdua, fazer o levantamento do número de “desocupados” que havia pelo país, e em pouco tempo estes números iam se avolumando, como uma bola de neve, pulando de 15.000 para 16.000 .

As campanhas filantrópicas públicas em Joinville tentavam minimizar a dor e a fome dos desocupados com distribuição de gêneros de primeira necessidade. O Jornal A Notícia fez uma arrecadação de gêneros alimentícios que seriam entregues aos sábados, na sua sede, aos operários sem trabalho, mas vinha com a seguinte nota:

...O que viemos porém, fazendo, não passa de uma medida de emergência, enquanto outras de caráter positivo se não verificarem, medidas, aliás, que não podem ser proteladas, dada a impossibilidade de poder a filantropia joinvilense eternizar-se nos auxílios que vem fazendo a tantas bocas famintas e tantos braços paralisados.

...Isto vale pela afirmação categórica de não haveremos falseado o nosso programa do jornal do povo para o povo, que temos acompanhado sempre em suas reivindicações de justiça e amparado nas horas amargas de angústia, tais como esta que ora decorre.(...) ¹¹⁰

Era comum, empregados mais especializados oferecerem seus serviços, via nota de jornais:

EMPREGADO DE COMÉRCIO

¹¹⁰- Socorro aos Desocupados, A Notícia volverá a fazer larga distribuição de gêneros. *Jornal A Notícia*. Joinville, 22 de Janeiro de 1931, N. 756, Ano IX, p.1

“Oferece-se um, de 20 anos de idade, alemão, falando também o português, para casa comercial grande, fábrica ou expedição de jornais.

Escreve a máquina, conhece a escrituração mercantil, é bom calculista.

*Ofertas para Rua 100, nesta Redação”.*¹¹¹

Quando, raramente, se achava uma nota oferecendo empregos, era normalmente deste gênero:

PRECISA-SE

“de uma senhora de origem alemã, de 25 a 30 anos de idade, que saiba falar a língua portuguesa e conheça os serviços domésticos, tenha vontade de tratar crianças órfãs de mãe e esteja acostumada a trabalhar independente de dirigir uma casa de família bastante selecionada nesta cidade.

*Para tratar na Redação desta folha”.*¹¹²

Em 1932, publicava-se o levantamento feito pelo presidente do Bureau Internacional do Trabalho, onde este declarou que existiam 70 milhões de pessoas que sofriam as conseqüências da falta de trabalho, e que só nos Estados Unidos da América, Alemanha e Inglaterra esta cifra atingia a 30 milhões de operários e empregados de diversas categorias sem emprego.¹¹³

Anunciava-se problemas distantes, como se estes aqui não existissem. O Rotary Club de Joinville discutindo a organização da cidade, tratou da questão da mendicância como sendo um *“espetáculo de dolorosa e desagradável impressão ao forasteiro”*, e que era preciso, *“livrar as nossas ruas das manchas sombrias de miséria”*.¹¹⁴

Havia vergonha de ter que admitir publicamente a presença dos mendigos, teria de haver uma fórmula de camuflá-la ou extirpar este mal que enfeava a cidade e maculava sua imagem de modelo, de ordem e exemplo de ser a *“Manchester Catarinense”*.

¹¹¹ - Empregado do Comércio. *Jornal de Joinville*. Joinville, 19 de Agosto de 1931, N. 192, Ano XIII, p.1

¹¹² - Precisa-se. *Jornal de Joinville*. Joinville, 31 de março de 1932, N.124, Ano XIV, p.1

¹¹³ - O Problema dos sem Trabalho. *Jornal de Joinville*. Joinville, 8 de junho de 1932, N. 130, Ano XIV, p.1

¹¹⁴ - Uma Iniciativa Feliz. *Jornal de Joinville*. Joinville, 6 de fevereiro de 1935, N.129, Ano XIII, p.2

Nas eleições de 1934, alertava-se para a importância do voto numa época em que o povo sofria miséria, frio, fome e onde a ambição dos “grandes ”era cada vez maior, indiferentes aos gemidos. Atentava-se, então, para a questão da cidadania.

Há cidadãos, aí, que não podem exercer hoje o seu dever cívico, porque lhes falta a mais elementar vestimenta. (...)

É a miséria, com todo o seu cortejo de horrores, mais negra que em todos os tempos, mais horrível do que nunca. Antes de 1930, não era esta a situação do Brasil. Não havia tanta gente sem trabalho, impossibilitada de ganhar.

O governo amparava, mais eficientemente, as classes humildes, impedindo que a miséria se alastrasse tão tristemente.

*E entretanto os revolucionários exploraram o nome do povo, prometendo-lhe tudo, para que não lhes faltasse o seu apoio. (...)*¹¹⁵

Em nome do povo falava-se o tempo todo. Fazer algo pelo povo era outra coisa. A demagogia era um campo aberto em todos os flancos, sendo que a palavra povo era a chave no jogo das manobras políticas.

Em maio de 1937, era fundada a Creche Conde Modesto Leal pelo Reverendo Padre Kolb, “cujo prédio obedecia aos mais modernos preceitos de higiene e conforto”, com o objetivo de amparo aos necessitados. A creche mantinha, permanentemente, um jardim de infância, aula para meninos e meninas, à noite aulas de corte e costura para moças e senhoras operárias, bem como alfabetização para operários. A creche possuía nesta ocasião 25 berços, ambulatório médico e farmácia.

Ainda em 1937, o padre Kolb inaugurou mais uma obra, ao lado do Círculo Operário, fundado em 1935, que foi a Casa do Operário Joinvillense, também com o fim de ajudar e amparar os necessitados.

A Associação Joinvilense de Amparo aos Necessitados, também contribuiria com dinheiro, numa campanha filantrópica, com a quantia de “4:027\$000 e 3:872\$000” em janeiro e fevereiro de 1940 respectivamente, numa demonstração da “eficiência da finalidade

¹¹⁵ - Para o Leitor ler antes de votar. *Jornal A Notícia*. Joinville, 14 de outubro de 1934. Ano XIII, N. 1840, p.1

O redator do *Jornal A Notícia*, por muito tempo foi anti-revolucionário e apostava na sua falência, mais tarde consegue um financiamento para seu jornal e vai passar a ser Getulista e um de seus grandes defensores.

benemérita desta utilíssima instituição social, que tantos benefícios vem proporcionando às classes desprotegidas da sorte”.¹¹⁶

As sociedades beneméritas, ao mesmo tempo que auxiliavam os desempregados, promoviam a elite social local, principalmente em ocasiões especiais, como a do Natal.

*Natal dos pobres só não é pior, porque as obras assistencialistas das damas joinvilenses não o permitem com as campanhas para os pobres que fizeram, dando o conforto à pobres, dando o conforto à mesa dos miseráveis. Todo este esforço se deve à primeira dama, senhora Josefina Douat que promoveu o Natal dos Pobres.*¹¹⁷

Essas senhoras, além de promover os natais dos pobres, também se autopromoviam pelas suas benesses e pelos apelos que faziam junto à indústria e ao comércio para as auxiliarem nos seus empreendimentos. As causas da miserabilidade continuavam indefensáveis e o presidente da República, continuava afirmando em enormes clichês nos jornais que “O trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana”.¹¹⁸ Só faltava responder, onde estavam estes empregos para que os indivíduos pudessem trabalhar e exercer sua cidadania.

A Associação dos Empregados do Comércio colaborava com o governo no seu programa de assistência social, dentro do espírito sindical que se impunha na época, com programa de assistência médica, jurídica, à natalidade, pós-morte, etc., numa colaboração com o governo que continuava pensando somente nos que estavam empregados e “mereciam” serem compensados.¹¹⁹ Segundo as autoridades governamentais, apesar da crise ser grande, e isto era reconhecido, o brasileiro precisava orgulhar-se porque:

¹¹⁶- A Associação Joinvilense de Amparo aos Necessitados. *Jornal A Notícia*. Joinville, 4 de Abril de 1940, N. 3452, Ano XIX, p.9

¹¹⁷- Nesta Hora de Consoladoras Alegrias. *Jornal A Notícia*. Joinville, 25 de Dezembro de 1941, N. .3651, Ano XX, p.3

¹¹⁸- Do Presidente da República. *Jornal de Joinville*. Joinville, 26 de Novembro de 1940, N. 129, Ano XXI, p.1

¹¹⁹- Obra Humanitária e Patriótica. *Jornal A Notícia*. Joinville, 8 de Maio de 1941. N.3462, Ano XX, p.3

As reivindicações proletárias não atingiriam, no Brasil, a fase verdadeiramente revolucionária. Greves esporádicas e alguns distúrbios não chegaram a alterar a ordem e a vida política do país, podendo o Brasil ufanar-se de ter bem solucionado seus problemas sociais. Fatores adversos foram vencidos com inteligência e o ódio das classes - gênese das crises nacionais não conseguiu trazer a cizânia ao nosso povo, dividindo as consciências ou acirrando os partidarismos.(...) ¹²⁰

Paralelamente às notícias de ordem, vinham propagandas anticomunistas, conceituando o comunismo como: “(...) *uma arma assassina, contrária a lei e à ordem na comunidade, que aconselhava, descaradamente, a dissolução da família e o desmembramento da pátria*”.¹²¹

Transcorria o tempo e a mendicância aumentava, acusada de vergonhosa, com clichês que diziam “Auxílio À Mendicância É Um Incentivo À Malandragem”¹²². Tentava-se agora demonstrar que pedir e esmolar era vício, não necessidade.

(...) Sujos, maltrapilhos, percorrem quase todas as ruas, de manhã à noite, batendo às portas, implorando tudo, desde o dinheiro ao pão. E já se tornou (sic) conhecidos, pela alcunha de “os cabeleiras”, esse grupo de pequenos viciados, devido os cabelos que já lhes cobrem as orelhas.

A mendicância (...) está aumentando, alarmantemente, em nossa cidade, e sobretudo a mendicância infantil.

Se as autoridade competentes não puserem um paradeiro a esse estado de coisas, que tanto depõe contra os nossos foros de cidade do trabalho, muito breve estará a policia as voltas com sérios problemas.

Esses menores estão a merecer um corretivo, para que sejam reeducados para a vida, em escolas ou asilos, onde venham a adquirir uma profissão, ter hábitos de trabalho, participando dos direitos sociais que a nação assegura a todos que cooperam pelo seu engrandecimento moral e material.(...) ¹²³

¹²⁰ - Justiça Social. *Jornal A Notícia*. Joinville, 9 de Maio de 1941. N. 3463, Ano XX, p.3

¹²¹ - O Comunismo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 26 de Novembro de 1942, N. 262, Ano XXIV, p.4

¹²² - Auxílio a Mendicância. *Jornal de Joinville*. Joinville, 3 de Dezembro de 1942, N.268, Ano XXIV, p.2

¹²³ - A Mendicância está Aumentando. *Jornal de Joinville*. Joinville, 3 de Dezembro de 1942. N.268, Ano XXIV, p.1

Preocupante era o número de menores que cresciam marginalizados na cidade, pondo em risco sua reputação de “cidade do trabalho”. Segundo as autoridades, isto deprimia e revoltava a população “trabalhadora”. Mostrava-se como um caso sério, que pedia medidas enérgicas. Agora os remédios exigidos eram repressivos e imediatos.

Um artigo do jornal apontava o fato de em todo lugar existir indivíduos que, não tendo o que fazer durante o dia, não se cansavam e por isso perambulavam à noite “atrapalhando o sono de quem levava a cidade a sério” e para os andarilhos noturnos de toda espécie apontava uma solução:

*É por mal dormir que existem tantos indivíduos com perda de fosfato, facilmente irritáveis e encolerizáveis. (...) As pessoas que se tornam irritadas, inquietas, desanimadas e pessimistas em consequência da perda do fosfato, e que não podem se livrar do barulho da rua em que residem, aconselha-se o uso de injeções de Tonofosfan, que levantam o estado geral, reforçando o sistema nervoso.*¹²⁴

O mal era sério e indicava-se como remédio, o fosfato. Era tão fácil resolver os problemas. Pena que não se apresentavam soluções para o estômago vazio, para a inquietação do desemprego e para o pessimismo de um cotidiano desesperançado.

2.3 - A CRIMINALIDADE

É estranho que na cidade da ordem, se clamasse por policiamento. Ora, para que polícia, se tudo fora tão harmônico? Na verdade, a realidade mostrava outras facetas.

Em 1919, Joinville possuía somente três soldados de regimento para fazer as ocorrências, tendo ainda que atender Jaraguá, Hansa e Bananal. “(...) Nestas condições é preciso que cada cidadão carregue um bacamarte à cinta e o ponha à noite sob a cabeceira

¹²⁴- Desocupados. *Jornal A Notícia*. Joinville, 12 de Abril de 1940. N. 3460, Ano XIX, p.4

*do leito, sem o que estará sujeito a qualquer ataque à bolsa ou à vida, longe da menor possibilidade de uma garantia ou socorro possível. (...)”*¹²⁵

No início da década de 20, Joinville era a segunda cidade do Estado em população e a primeira em riqueza e movimento comercial e industrial. No entanto, reclamava-se do policiamento.

Aqui chegavam todos os dias, pela estrada de ferro ou por vias marítimas indivíduos estranhos, gente de toda parte, sem profissão e sem estabilidade. (...) um município de 50.000 habitantes, onde há bancos e casas comerciais importantíssimas, existem um sargento, 2 cabos e quatro soldados, sendo um doente. (...)

*Joinville precisa de um destacamento de 15 praças pelo menos, disciplinados e bem fardados, não só no interesse de nossa segurança, como também nos interesses dos créditos do Estado e de sua força, de tão nobres tradições de valor e de disciplina. (...)*¹²⁶

Apresentava-se como uma cidade que possuía “portas de vidro”, pois as residências não estavam concentradas em uma determinada região e sim espalhadas numa área de 30 Km intercaladas por enormes terrenos que permitiam a arte da gatunagem de maneira muito fácil. Por isso, o medo se espalhava na população que começava a se armar. (...) *Quase todas as casas podem dar facilmente entrada a gatunos que por este lado, nada terão de recear, a não ser que recebam um tiro, quando estiverem no seu serviço de arrecadação. (...) O resultado é esse que aí está: dorme-se de revolver em baixo do travesseiro para o que der e vier. (...)*¹²⁷

Os roubos passam a ter um lugar comum no noticiário e a cada dia iam ficando mais audaciosos.

Joinville, a encantadora cidade ,está enfeitada por um grupo de audaciosos e malvados ladrões.

(...) danificam as árvores (...) escangalham muros dos quintais das residências (...) assaltam o grupo Escolar Conselheiro

¹²⁵- Notas e Notícias. *Jornal de Joinville*. Joinville, 19 de Junho de 1920. N.48, Ano III, p.1

¹²⁶- Policiamento de Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville, 21 de Setembro de 1921. N.71, Ano III, p.2

¹²⁷- Os Gatunos. *Jornal de Joinville*. Joinville, 2 de Janeiro de 1924. N.2, Ano VI, p.1

Mafra (...) roubam bolsas durante o dia às 10 horas em frente à farmácia Minâncora (...).

*Assim onde iremos parar?*¹²⁸

Roubavam-se bicicletas, paletós, carteiras; arrombavam-se residências, hotéis, pensões. Pensionistas viam seus pertences desaparecerem. Até as igrejas não foram poupadas.

Desta vez, não foi uma casa comercial, nem tão pouco um banco, mas, a igreja São Francisco Xavier.

*Não foram ladrões consumados, desses que têm suas fichas na delegacia com várias passagens pelo xadrez não! Foram dois garotos desses “pivetes” que infestam todas as cidades, que formam quadrilhas perigosas e tornam-se instrumentos dos grandes ladrões.*¹²⁹

Fatos sobre estes “pivetes” foram constantes nos noticiários durante muito tempo, pois roubavam os pães que os padeiros entregavam nas residências, no centro da cidade, logo ao amanhecer. A dúvida era se roubavam por necessidade: por estarem sem pão e sem teto ou praticavam estes atos a mando de outrem. A sociedade exigia uma ação policial rígida para prender alguns malfeitores.

As autoridades policiais estão fazendo uma limpa na cidade. (...)

Os ladrões não se escondiam e nem tão pouco escolhiam o que iam roubar, qualquer coisa servia; Por causa disso, quando faziam algumas “limpas”, foram presos e deportados, devidamente escoltados, os indivíduos Alberto Palma, Chileno e Guilherme Alfredo, brasileiros.

*Destes felizmente estamos livres.*¹³⁰

Nota-se a ênfase em se acentuar que os indivíduos flagrados eram brasileiros, ou seja, estes, na lista dos desempregados, eram em número muito maior que o dos alemães ou dos teutos-brasileiros. Quando eram alemães os criminosos, também enfatizava-se a nacionalidade: “Alfredo Heldivig de nacionalidade alemã, roubou a pensão Wolf e foi preso,

¹²⁸ - Em Pleno Dia. *Jornal de Joinville*. Joinville, 27 de Novembro de 1924. N. 278, Ano VI, p.2

¹²⁹ - Continua a Ladroeira, *Jornal de Joinville*. Joinville, 14 de Janeiro de 1925. N.38, AnoVII, p.1

¹³⁰ - Deportados para outras Plagas. *Jornal de Joinville*. Joinville, 2 de Março de 1925. N. 50, Ano VI, p.1

fugiu para São Francisco, e também foi preso, fugiu e voltou a Joinville e preso novamente foi deportado para outras plagas mais distantes”.¹³¹

A mudança do delegado da cidade e sua substituição pelo tenente coronel Manoel Pereira, que tinha como representante o Sr. Trogildo Mello, os elogios à polícia passam a ser uma constante, principalmente pelo fato de agir mais à noite e de ter fechado várias casas de meretrizes que existiam na cidade. Embora continuasse com um contingente muito pequeno, a polícia era estimulada a moralizar a cidade que prometia seu eterno agradecimento. *“A ativa autoridade com todo o critério vem tratando de sanear a zona e procura os desocupados, que vivem do jogo, a se empregarem, ou mudarem de zona. Essas medidas, da enérgica autoridade policial, vêm de encontro o (sic) desejo da opinião pública”*.¹³²

Contudo essas medidas enérgicas, acabaram levando a cidade a viver um verdadeiro “far-west”, com policiais agredindo civis e dando tiros a esmo, com agressões físicas por parte dos policiais a famílias de tropeiros, agressões em bailes, brigas e queixas de que policiais invadiam pensões para exigirem dinheiro, etc.. Os jornais denunciavam: *“só bastava a ausência por alguns dias do enérgico Sr Capitão Trogildo Mello, para que alguns soldados do destacamento virassem salteadores,(...) . Esperamos que as nossas autoridades a quem estão entregues a ordem e o sossego da cidade ajam com a máxima severidade para punirem os culpados(...) que merecem corretivo.(...)”*¹³³

Neste momento, a população mostrava-se indignada com a atividade dos policiais a quem a cidade entregava seu comércio e sua indústria, com atos que causavam revoltas e indignações. Não eram somente os assaltos que eram enfatizados nas notas policiais. Apareciam notícias de agressões, principalmente às mulheres, de brigas de facas, de embriagues, de estupro, casos horripilantes que sucessivamente apareciam nos jornais na “cidade da ordem” como a que se segue: *“Enquanto a policia dorme, os ladrões trabalham nos quintais. Roubos e mais roubos.”*¹³⁴

O destacamento policial, que já era reduzido no início da década, ao invés de aumentar, diminuía cada vez mais.

¹³¹ - id. ibidem, p.1

¹³² - Ação da Polícia. *Jornal de Joinville*. Joinville, 22 de julho de 1925. N. 168, Ano VI, p.1

¹³³ - *Jornal de Joinville*, Joinville, 5 de agosto de 1925. N.180, Ano VI, p. 1 e 2

Não é possível esconder esta verdade: Joinville está entregue aos ladrões, devido à falta de policiamento.

Ultimamente, tem sido inúmeros os roubos registrados em casas particulares e comerciais desta cidade, quer na zona urbana, quer na suburbana. (...)

O destacamento local que conta apenas 8 praças, não pode, absolutamente, atender ao policiamento de uma cidade como a nossa, que diariamente está a receber elementos estranhos de inúmeras cidades do Paraná e deste Estado. Daí, uma série de comentários desagradáveis, que poderiam ser evitados se dispuséssemos de um destacamento maior.¹³⁵

Em outra nota acrescentava-se:

(...) A cidade cresce, desenvolve-se e torna-se, por isso, pouco a pouco, campo predileto para os inimigos do trabalho honesto. Oito praças, apenas oito, não bastam para proceder ao policiamento de uma cidade como a nossa que está diariamente a receber - repetimos - elementos estranhos de inúmeros pontos do país.

É necessário que Joinville tenha um destacamento policial à altura de sua civilização.¹³⁶

O Jornal lamentava o escasso destacamento policial, e o fato deste reclamar da falta de verbas, dos salários miseráveis, acrescentava que Joinville, desta forma, não garantia a propriedade nem a vida do cidadão.

(...) Como não há verba para uma diligência de captura? É lá possível pelo fato de não estar consagrada uma tal parcela no orçamento do desprezado Estado, fique a sociedade a mercê dos salteadores, dos assassinos e de toda a caterva (sic) que no crime e para o crime vive? (...)

É lamentável tudo isso! (...)¹³⁷

¹³⁴- *Jornal de Joinville*. Joinville, 10 de agosto de 1926. N. 182, Ano VII, p2

¹³⁵- Roubos e mais Roubos. *Jornal de Joinville*. Joinville, 25 de Abril de 1929. N. 95, Ano X, p.2

¹³⁶- Gatunos Internacionais. *Jornal de Joinville*. Joinville, 30 de Abril de 1929. N.99, Ano X, p.1

¹³⁷- Policiamento Exemplar. *Jornal A Notícia*. Joinville, 19 de setembro de 1928. N. 472, Ano VI, p.1

A reclamação de verbas para os setores públicos era uma constante. Mandava-se as verbas para a capital e estas não retornavam a Joinville, sendo canalizadas para outras regiões. A maior cidade do Estado ficava sem o mínimo de segurança para garantir a “harmonia” e segurança às pessoas. Em 1929 o Bazar Nipon, na Rua do Príncipe, em dez dias, foi assaltado cinco ou seis vezes, mas afirmava-se que poderia ser ainda pior na cidade “maravilha” do Estado onde havia :

(...) dois bancos, com armazéns, com fábricas que representavam um capital de alguns milhares de contos entre maquinários e depósitos de produtos manufaturados, com 15 mil habitantes, tem um destacamento policial de cinco praças, duas das quais se acham recolhidas ao Hôspital Municipal, em tratamento. (...)

Para importação de elementos indesejáveis, temos a estrada de ferro e o porto, (...).

Não é possível fazer o policiamento de Joinville com menos de 25 praças (...).

*Há da parte da nossa população, que tanto contribuiu para os cofres públicos, um clamor geral contra essa inexplicável falta de policiamento e, portanto, de garantias. (...)*¹³⁸

Em 1932, a cidade permanecia com o mesmo destacamento policial, só que agora com 20.000 habitantes (5 praças). Toda a força pública se achava na capital para o caso de guerras e a força do 13º Batalhão de Caça que ficava aqui aquartelada, também não ajudava muito, pois de vez em quando os soldados eram deslocados para a região do antigo Contestado.

Joinville estava à mercê dos gatunos, que se apresentavam cada vez mais audaciosos, enquanto a polícia revelava sua incapacidade, onde : *“Roubos são feitos à luz do dia, nas barbas da polícia, se estas não forem competentes, então que cada um compre sua arma e seja o que Deus quiser. A cidade não pode ficar eternamente à mercê dos malfeitores”*.¹³⁹

Ao invés de Segurança Pública, tinha-se a Insegurança Pública, e como o lema era dividir para melhor controlar, o governo interventor do Dr. Nereu Ramos em 1934 ocupou com tropas a cidade de Blumenau que acabou sendo dividida em vários outros municípios. A

¹³⁸ - Falta de Policiamento. *Jornal de Joinville*, Joinville, 16 de maio de 1929. N. 111, Ano X, p.1

¹³⁹ - Os Gatunos estão Agindo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 12 de abril de 1934. N.84, Ano XV, p.2

imprensa apontava:(...) *Enquanto se recusa um destacamento para Joinville de pelo menos 15 praças, para garantia da população, mantém-se o luxo da ocupação de Blumenau, até com metralhadoras. Será que a Força Pública existe para fazer política e não para garantir a propriedade e a vida das populações?*(...) ¹⁴⁰

O novo delegado de polícia, Sr. Mimoso Ruiz em 1934, prometia austeridade, mesmo com um pequeno destacamento, e nas rondas noturnas, percebeu grande quantidade de crianças que perambulavam à noite com tabuleiros, vendendo doces, pastéis, etc., o que o delegado concluía:

(...) que sejam seus progenitores a forçá-las a tal sacrificio.

Assim sendo, acho-me à disposição de tomar medidas enérgicas no sentido de pôr termo a uma tal situação, responsabilizando os progenitores de todas as crianças que depois das 9 horas da noite, forem encontradas fazendo as referidas vendas ou vagueando nas ruas. ¹⁴¹

Somente em 1937, dentro da política de nacionalização e da criação de um Brasil diferente, com as “ameaças” comunistas e a intenção de melhorar a vida pública, o prefeito resolve “abrir escolas para fechar cadeias” ¹⁴² como uma das soluções para as crianças que ficavam nas ruas, na sua maioria em idade escolar.

Da mesma forma que eram comuns notícias de assaltos, difíceis eram as que demonstrassem a eficiência policial, que capturava os bandidos. Mais difícil ainda era a recuperação do produto dos furtos. Se prendê-los era difícil, dificuldade maior era mantê-los na cadeia, pois fugas eram constantes.

Somente em 10 de Dezembro de 1938, pelo decreto nº 7 e 6 do corrente, Nereu Ramos criou em Joinville uma Região Policial, que deveria compreender as cidades de São Francisco, Jaraguá e Paraty. ¹⁴³ Procurava-se dar Segurança Pública para tranqüilizar os

¹⁴⁰ - A Insegurança Pública. *Jornal de Joinville*. Joinville, 14 de abril de 1934. N. 86, Ano XV, p.1

¹⁴¹ - Uma Medida da Polícia. *Jornal de Joinville*. Joinville, 19 de Novembro de 1934. N. 264, Ano XXIV, p.2

¹⁴² - Abrir Escola é Fechar Cadeia. *Jornal de Joinville*. Joinville, 27 de fevereiro de 1937. N. 25, Ano XV, p.4

¹⁴³ - Região Policial. *Jornal de Joinville*. Joinville, 10 de Dezembro de 1938. N.142, Ano XVI, p.1

trabalhadores, e proprietários, mas as notícias de roubos se perpetuavam, assim como a falta de policiamento que aumentava inversamente ao aumento de assaltos .

2. 4 - AS CONDIÇÕES DE VIDA.

A extrema precariedade de educação, saúde e habitação das camadas mais pobres da população joinvilense era cada vez mais evidente na cidade que se expandia com o comércio e o crescimento da atividade industrial.

Os poderes públicos municipais concentravam seus esforços e priorizavam os estabelecimentos e as áreas urbanas, ficando a periferia sem infra-estrutura, sem fiscalização e a pobreza lançada à própria sorte. Eram altos os índices de doenças epidêmicas , como a desintéria, tuberculose, doenças respiratórias, devido o clima extremamente úmido. A verminose, principalmente a giardíase, era comum neste período. As crianças, “sofriam muito de mal digestivo dos intestinos e do estômago”, como se dizia na época.¹⁴⁴

O abandono da educação era um crime. Só o tempo e o esforço contínuo da comunidade poderiam redimir o mal que causava à população carente. Os alemães tinham por hábito a associação e se reuniam para abrir escolas para educar os seus filhos, onde o alemão era ensinado livremente (isso aconteceu até o final da década de 30); mas, desde 1919, que a imprensa chamava atenção para as críticas feitas a este costume.

(...) E assim criaram-se por Joinville, Blumenau e São Bento, numa proliferação espantosa, uma infinidade de escolas alemãs, onde tudo se via e tudo se ensinava da Alemanha, e do mundo, menos do Brasil. (adverso a nossa nacionalidade).

(...)precisamos sem tréguas e sem violências, como é de aconselhar, pela instrução, unicamente sanar de vez, o grande erro e sufocar o grande mal de que o Brasil todo nos acusa.¹⁴⁵

¹⁴⁴ - Ainda hoje, em pleno final do séc. XX, água encanada e principalmente esgoto, são artigos de luxo nos bairros mais afastados e, mesmo na região central, a falta de água e, principalmente, uma rede de esgoto sanitário é algo praticamente inexistente. A maior parte do esgoto ainda corre para os inúmeros rios que cortam a cidade e despejam os dejetos na Baía da Babitonga, poluindo ainda mais o meio ambiente, já tão castigado pelo lixo industrial, que sem fiscalização e precisando manter preços baixos num mercado comercial, relega salários e “coisas supérfluas” a planos mais do que secundários.

¹⁴⁵ - Notas e Notícias. *Jornal de Joinville*. Joinville, 1 de Fevereiro de 1919. N. 14, Ano I, p.1

O isolamento social e a própria displicência do governo federal intensificaram a formação de grupos étnicos que tiveram que se organizar e criar as instituições necessárias à sobrevivência, dentre elas, as escolas, que funcionavam sem qualquer tipo de fiscalização ou intervenção pública. Assim a 1ª Escola Pública inaugurada em Joinville foi o grupo Escolar Abdon Baptista em fevereiro de 1923, onde tinha-se o ensino primário, em língua portuguesa, aos filhos dos operários, ministrado pela professora Amélia Corrêa.¹⁴⁶

A grande preocupação do governo, expressa através do Sr. Orestes Guimarães, inspetor federal das escolas subvencionadas, “*era o de combater o analfabetismo, e sobretudo, nacionalizar o ensino primário*”; e dizia ele: “*(...) até a guerra de 1918 era dada a mesma consideração ao ensino primário das escolas estrangeiras e nacionais e isto tem nos trazido muitos males e maiores advirão, se os governos não cuidarem do problema de nacionalização do ensino (...)*”¹⁴⁷

O analfabetismo era acusado de ser o fator que mais contribuía para o retardamento do progresso no Brasil e os programas de alfabetização eram vistos como treinamento para o trabalho. Os exemplos de escola eram as alemãs e italianas que não permitiam crianças em idade escolar fora delas e como não havia verbas públicas, os próprios imigrantes se cotizavam e montavam as suas para atender os seus interesses imediatos.

(...) O analfabeto é, pode-se dizer, um homem sem ação, que não compreende a necessidade do trabalho, da vida progressista, do seu próprio conforto e do futuro da sua família. Construindo a casinha recoberta com palhas e sem forro e assoalho, tendo ao lado um pequeno terreno para cultivar mandioca, o analfabeto brasileiro, esse que nós chamamos tabaréu, realizou toda sua ambição. O trabalho para engrandecer-se não faz parte do seu programa. É infelizmente dessa classe de gente que o Brasil tem mais de 80% dos seus habitantes. (...) É claro que enquanto houver na nossa população tantos homens sem ação, o Brasil não poderá progredir como devia. (...)

Como em todos os Estados brasileiros, Santa Catarina tem uma população quase analfabeta. O progresso que tem feito o nosso Estado é obra do genuíno catarinense. Foram os imigrantes alemães e italianos que mais contribuíram com seu trabalho, para o engrandecimento da terra barriga verde. É incontestável.

¹⁴⁶- Escola Operária Dr. Abdon Baptista. *Jornal de Joinville*. Joinville, 22 de fevereiro de 1919. N.23, Ano I. p.2

¹⁴⁷- Nacionalização do Ensino. *Jornal de Joinville*. Joinville, 20 de outubro de 1920. N.83, Ano II, p.1

*Enquanto o nosso tabaréo não receber uma instrução regular e não conhecer os modernos processos de trabalho agrícola, há de viver sempre encoberto pelo imigrante estrangeiro. (...) Contaminado pelo impaludismo e pelo analfabetismo, pouco tem construído para o progresso de sua pátria. (...)*¹⁴⁸

Com os alemães e italianos organizando suas escolas, sobrava aos nacionais as companhias públicas de alfabetização. Em 1921, exigia-se através da imprensa que se atacasse o mal pela raiz “colocando crianças de 4 a 7 anos nas escolas através de alimentos obrigatórios, tal e qual se faz com o alistamento militar”.¹⁴⁹ As campanhas eram pela difusão e nacionalização do ensino, necessidade esta sentida pela difusão cada vez maior da língua alemã frente ao português. A instrução tornava-se polêmica e ganhava o centro das atenções. As pesquisas serviam para sensibilizar os dirigentes públicos da necessidade de sua efetivação, os apelos tornavam-se uma constante.

A cada criança que damos instrução ganhamos um homem.

De cada cem ladrões, oitenta nunca foram à escola, não sabem ler, e assinam com uma cruz abaixo do escrito.

A ignorância engendra o crime, a ignorância é a sombra onde começa o abismo, em que se arrasta a razão, em que a honradez perece. (...)

*Devemos cultivar as inteligências; o germe tem direito a ser fruto, e quem não pensa não vive. (...)*¹⁵⁰

O analfabetismo, tido como ignorância, precisava ser eliminado. Valorizava-se a educação sistemática e exigia-se escolas para as crianças, nestes municípios de imigrantes. As autoridades federais e estaduais estavam preocupadas com a nacionalização do ensino desde o início da década de 20. Posteriormente, não se fala mais no assunto, voltando-se a ele somente no final da década de 30 com a intensificação das Campanhas de Nacionalização, onde serão fechadas as escolas de ensino regular em língua estrangeira. Contraditoriamente,

¹⁴⁸- GÖRRESEN, Brasil. Instrução. *Jornal de Joinville*. Joinvillé, 27 de novembro de 1920. N. 92, Ano II, p.2

¹⁴⁹- GOMES, Raul. Analfabetismo e Alistamento Escolar. *Jornal de Joinville*. Joinville, 13 de julho de 1921. Ano III, p.1

¹⁵⁰- CASTELLAR, Emílio. A Instrução. *Jornal de Joinville*. Joinville, 18 de agosto de 1923. N. 63, Ano V, p.2

não se abrirão outras em seu lugar, criticando-se de forma violenta as autoridades, que agora não viam o problema das crianças sem instrução e “ignorantes”.

A imprensa local sempre esteve engajada nas campanhas de alfabetização, pois quem não lia, não comprava jornais. Para atender estas e outras necessidades, o professor Germano Timm anunciava no jornal: *“Escola Noturna para operários, anexa ao Grupo Escolar “Conselheiro Mafra”. Candidatos maior de 15 anos que provarem estarem empregados durante o dia.*¹⁵¹

No final de 1928, o presidente do Estado publicou uma legislação para proteção ao menor, sendo permitido trabalhar somente os maiores. De 12 à 14 anos eram proibidos de trabalhos subterrâneos (caso das minas no sul do Estado). A intenção era livrar as crianças do analfabetismo e diziam que a instrução era o termômetro da civilização de um povo, só que não abriam escolas e defendiam:

(...) instrução é: moralidade, patriotismo, justiça; respeito, higiene e boas ações! E isso se adquire nos bancos escolares (...)

Criar escolas é: combater a ignorância, os vícios e a decadência; desviar a sociedade dos maus caminhos; dos perigos futuros, da imoralidade, etc.! É propagar a civilização; o patriotismo; a moralidade; o amor pelo Brasil; o respeito as leis; a obediência aos superiores hierárquicos, o bom exemplo para a sociedade e o reto cumprimento dos deveres! (...)¹⁵²

Em 1940, 70% da população brasileira ainda era analfabeta. Permaneciam na escuridão de sua ignorância.¹⁵³ Com poucos salários e sem condições de higiene e instrução, os bairros mais afastados sofriam os problemas de doenças endêmicas, uma vez que as autoridades públicas e fiscais, detinham seus esforços nos estabelecimentos das áreas urbanas, ficando as demais sem controle e sujeitas às doenças.

A poeira era uma constante na vida dos joinvilenses, de áreas urbanas ou não. Se chovesse era a lama e na sua ausência o pó se fazia presente. Com ele várias doenças. Em novembro de 1920 a cidade era assaltada por uma epidemia de varíola hemorrágica,

¹⁵¹ - Edital. *Jornal de Joinville*. Joinville, 8 de Janeiro de 1921. Ano III, p.2

¹⁵² - A Instrução e o Trabalho como lema da grandeza social. *Jornal de Joinville*. Joinville, 4 de maio de 1926. N.102, Ano VIII, p.1

¹⁵³ - *Jornal de Joinville*. Joinville, 2 de abril de 1940. N. 3451, Ano XIX, p.1

conhecida pelo povo de “variola negra” e chamava-se a atenção para o perigo de sua propagação e do abandono a que estavam sujeitas as suas vítimas. Pedia-se vacinas e médicos para atender a população local.

(...) Este povo honrado do trabalho, que graças à sua atividade entra com centenas de contos para os cofres estaduais principalmente, não mereceu que se lhe trate com atenção. É laborioso e esse labor incessante há de o ter feito rico.

Viva por si e faça o que puder.

Quando o mal se alastrar bem e subir até a altura olímpica dos Srs. dirigentes então sim todos acordarão e hão de sentir a necessidade de o julgar.

*Sejamos avisados; encaremos o perigo que está aí no seio do povo já fazendo vítimas. (...)*¹⁵⁴

Ao mesmo tempo que a imprensa pedia vacinas e médicos, publicava-se o perigo da vacinação que ainda era temida e acusada de matar. “População acusa morte de uma criança - Paul Pfau, filho de João Pfau - causada pela vacinação antivariola.(...)”¹⁵⁵

Depois da variola, a ameaça era o tifo e a meningo encefalite epidêmica, que aumentava a mortalidade local. Um cirurgião dentista atestava:

*Joinville, sendo a primeira cidade industrial do Estado, pelo seu grande número de fábricas deveria tomar como modelos estas fábricas modernas dos Estado Unidos: Salas de trabalho espaçosas, com janelas, ventiladores elétricos, fontes sanitárias com água pura de poços artesianos e algumas até lazer com quadras de esportes e recursos médicos no local de trabalho - evita a falta do operário e sua permanência no trabalho - (...); teriam os patrões o prazer de ver sempre seus operários satisfeitos com bastante saúde, vontade de trabalhar, e naturalmente a fábrica seria outra, porque os operários teriam disposição para faze-la progredir.*¹⁵⁶

¹⁵⁴ - Variola. *Jornal de Joinville*. Joinville, 13 de novembro de 1920. Ano II, p.1

¹⁵⁵ - Vacinação. *Jornal de Joinville*. Joinville, 20 de novembro de 1920. N. 90, Ano II, p.1

¹⁵⁶ - MACHADO, Ary. S/M/. *Jornal de Joinville*. Joinville, 26 de março de 1921. N. 23, Ano III, p.1

Este depoimento, ao pedir estas “modernizações” para as indústrias locais, demonstra que em Joinville não deveria ter “fábricas higiênicas e confortáveis”, assim como não havia pelo país, mas a situação aqui se agravava pelas condições insalubres do clima.

O “Jornal de Joinville” destacava:

(...) condições topográficas são péssimas (pântanos, terrenos sujeitos aos fluxos e refluxos das marés - situada a poucos metros acima do nível das marés - a cidade não tem condições de salubridade). O clima é sempre úmido.

*Em Joinville, as casas são baixas junto ao solo, não respeitam os princípios de higiene. As ruas não são calçadas, não tem passeios e as valas subsistem em quase todas, com suas águas mais ou menos estagnadas - viveiros de mosquitos. (...)*¹⁵⁷

A assistência médica e hospitalar era problemática, pois não contava com auxílios externos. Em meados de 1923, inaugurava-se o Hospício de Alienados, obra entregue pela viúva do Sr. Oscar Schneider, em cumprimento da sua última vontade. O Hospital Municipal era pago com dinheiro dos municípes para atender aos pobres que atingiam cerca de 80 a 100 leitos por mês. No entanto, reclamava-se dos municípios vizinhos de mandarem seus doentes para cá, onerando o hospital, sem arcar com as despesas.¹⁵⁸

A necessidade de saneamento era uma queixa constante. “*É preciso o estado sanitário desta cidade. A gripe, longe de diminuir, tem aumentado de intensidade, havendo famílias inteiras atacadas do mal, felizmente em forma benigna. As condições do tempo tem concorrido para esta situação. Chove demasiadamente e os dias são frios e úmidos*”.¹⁵⁹

No Natal de 1923, a paralisia infantil vitimou oito crianças e o Dr. Norberto Backmann procurava verificar as causas do surgimento de tal epidemia em Joinville que gozava a fama de cidade limpa e que agora convivia com um mal tão terrível e amedrontava toda a população. Em suas pesquisas na casa da primeira vítima concluiu:

¹⁵⁷ - Problemas de Joinville. Ontém e Hoje. *Jornal de Joinville*. Joinville, 27 de agosto de 1921. N.6, Ano III, p.1

¹⁵⁸ - Fatos e comentários - O Hospital Municipal. *Jornal de Joinville*. Joinville, 02 de junho de 1923. Ano V, p.1

¹⁵⁹ - Estado Sanitário. *Jornal de Joinville*. Joinville, 13 de junho de 1923. N.44, Ano V, p.2

*(...) moravam conjuntamente uma família de imigrantes recentemente chegados da Europa, família esta numerosa vinda da Alemanha. Informaram-no ainda que esta moléstia estava grassando muito a Suécia, Noruega, Rússia, Áustria, Alemanha, etc. Depois de acuradas observações tirei a conclusão que as constantes levas de imigrantes desembarcados em São Francisco sem a menor fiscalização médica, no mais completo abandono higiênico, são os responsáveis pelo aparecimento da paralisia infantil aqui e em todo o norte do Estado.(...)*¹⁶⁰

Por outro lado, diante dos inúmeros casos de tifo apontava-se como causas as deficiências de água, de esgoto e de higiene individual e domiciliar.¹⁶¹ No Jornal A Notícia acusava-se a falta de cuidado da Diretoria de Obras Públicas que possuía 12 homens para fazer a limpeza das valas e ruas da cidade, mas que só trabalhavam sete ou oito, sendo os demais desviados para outras atividades e continuava:

(...) enquanto a cidade fica com valas a céu aberto, invadida pelo mato, não escoam as águas estagnadas dando lugar a multiplicação dos mosquitos (verdadeira praga). Além das valas, os terrenos baldios da cidade já há dois ou três anos que seus proprietários não roçam apesar de haver uma lei que os obriga a trazerem limpos (...) dá-nos a impressão que vivemos numa cidade abandonada.

*(...) E assim prosseguimos como no melhor dos mundos, com o tifo e a desintéria a nos bater à porta e na eminência de novas complicações infecciosas que passam a aparecer. Drenagem e limpeza dos terrenos, desobstrução da valas para o escoamento das águas podres, fiscalização dos quintais, remoção do lixo das estrebarias e cocheiras, focos de criação das moscas, higienização das casas onde aparecem moléstias contagiosas, fiscalização da matança do gado e venda do peixe, são problemas que necessitam ser resolvidos, e que não nos consta, que a administração local, tinha tomado qualquer medida a respeito.*¹⁶²

Por este depoimento, percebem-se os problemas de saneamento, e que nos 75 anos da cidade, entre os problemas, apontava-se para as duas endemias, provocadas pela falta

¹⁶⁰ - OLIVEIRA, Ernesto de (Chefe do Serviço de Saúde). Paralisia Infantil Epidêmica. *Jornal de Joinville*. Joinville, 1 de Janeiro de 1924. N.1, Ano VI, p.3

¹⁶¹ - Tifo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 30 de maio de 1924. N.125, Ano VI, p.1

¹⁶² - XISTO - Crônica da Cidade. *Jornal A Notícia*. Joinville, 04 de março de 1912. Ano III, p.4.

de higiene : o impaludismo e a anquilostomíase, assim como para os problemas do começo do século que teimavam em permanecer: “(...) várias vezes o município tem sido assolado pela desintéria amebiana. O tifo fez várias vítimas no começo, principalmente em 1825, onde de 1759 pessoas foram reduzidos a 901, falecendo 858. Em 1893 a mesma matou 300 pessoas. Em 1914, registrou-se 37 casos fatais e em 1873, houve a variola e 1892 a febre amarela. (...)”¹⁶³

Todavia, os cemitérios recebiam também, inúmeras vítimas de gripes, que nesta localidade se difundia e atacava várias pessoas que não possuíam recursos para se precaver.

Enquanto a população morria, até de verminose, a cidade orgulhava-se de possuir um hospício totalmente subvencionado pelo município, dando oportunidade de muitos infelizes se recuperarem e saírem dali totalmente restabelecidos. Estabelecia-se que o de Joinville e de Azambuja, em Brusque, eram os únicos estabelecimentos de assistência aos alienados que existiam em Santa Catarina. “*Em uma terra em que os loucos vivem nas cadeias, sem nenhum tratamento médico ou higiênico, o Hospício de Joinville já significa alguma coisa. Aqui os loucos são vestidos e bem alimentados, recebem tratamento médico e higiênico, e os que não são furiosos, trabalham*”.¹⁶⁴

Se os problemas sanitários já eram graves, mais graves ainda eram as condições de trabalho dos operários, que além de vítimas em potencial das doenças endêmicas, ainda quando sofriam acidentes nos seus empregos, não eram aceitos nos hospitais porque não havia quem pagasse os medicamentos e as estadias nas ditas casas de saúde. Os acidentados ou vítimas fatais eram levados para suas residências.

A ação da Prefeitura Municipal era muito lenta e somente em 1928, aparecem algumas medidas de higiene tanto na zona rural, quanto na urbana, as quais sofriam ainda mais com os grandes temporais que castigaram a região neste período. Nas áreas rurais, construíam-se estradas, pontes e eram feitas algumas retificações no rio Cachoeira em determinados pontos para evitar inundações e melhor escoar as mercadorias para o porto de São Francisco. Na cidade, fazia-se o calçamento das ruas centrais e as valas a céu aberto iam

¹⁶³ - 75ª Aniversário de Joinville. *Jornal de Joinville*. Edição Especial. Joinville, 09 de março de 1926. N. 56, Ano VIII p.1

¹⁶⁴ - Para o Hospício Oscar Schneider. *Jornal de Joinville*. Joinville, 26 de novembro de 1926. N. 272, Ano VII, p.1

desaparecendo. A prefeitura montou uma fábrica de manilhas de cinco tipos para canalizar o esgoto e as águas fluviais e mandou aterrar os pântanos.

A Higiene Municipal, passou também, a preocupar-se com a fiscalização de gêneros alimentícios, das casas comerciais e domiciliares, chegando a atuar até no matadouro público que foi obrigado a instalar uma câmara frigorífica e um laboratório.¹⁶⁵

Analisando todas estas medidas, verificava-se ainda a sua precariedade; mas existia uma preocupação institucional de diferente natureza em relação, principalmente à população urbana, em relação à infância, aos operários e pobres. Para a mortalidade infantil, os jornais traziam como solução:

Mal digestivo - dos intestinos e do estômago:

*Conselho de um "vermífugo" ideal para as crianças - vermífugo apropriado para todas as idades, que não tem dieta, que não irrita os intestinos, que dispensa purgante e que é gostoso, muito agradável - Licor de Cacau Xavier - considerado o salvador das crianças.*¹⁶⁶

A hidrofobia também ameaçava a população, pois eram inúmeros os cães que perambulavam pelas ruas e pelo lixo. Fazia-se urgente medidas neste sentido. No início de 1929 foi inaugurado o Instituto Pasteur de Joinville com imensa festa, pois somente em 1928 foram mandados para Curitiba mais de 100 pessoas mordidas por cães, fora as cobras, aranhas e outros animais; mas ressaltava-se que todas as despesas haviam corrido por conta da prefeitura.¹⁶⁷

Em 1933 e 1934, as vítimas fatais eram admoestadas pelo tifo, pela crupe e varíola. Ressaltava-se nos jornais que as vacinas estavam à disposição da população nos centros de saúde. Isto é, para a população instruída, bem informada e que possuía acesso a leitura, ou seja as elites. Estas tinham acesso aos recursos da medicina. Já os habitantes da periferia e sem instrução, não sabiam nem da causa mortes dos seus entes queridos. As notícias se repetiam. *"Existe uma maneira de evitá-los - é a vacina. O governo a fornece*

¹⁶⁵ - A Ação da Prefeitura Municipal. *Jornal de Joinville*. Joinville, 03 de agosto de 1928. N. 182, Ano X, p.1

¹⁶⁶ - A Mortalidade Infantil no Estado. *Jornal A Notícia*. Joinville, 11 de abril de 1928, p.2

¹⁶⁷ - Instituição Pasteur de Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville, 08 de março de 1929. N. 56, Ano XI, p.1.

grátis. Fugir da vacina é pois, um ato de grande ignorância, é fugir ao seu próprio benefício”¹⁶⁸, e ainda afirmavam:

A diretoria de Higiene do Município cumpriu o seu dever avisando a população, por intermédio de comunicados escritos nos jornais, quanto ao aparecimento de casos de variolas nesta cidade e pondo à disposição de todos os recursos para evitar o contágio do mal.

Mas escolheu uma hora imprópria para proceder a vacinação e revacinação. De fato da 3 às 4 horas da tarde toda gente está as voltas com seus afazeres diários. Os operários, por exemplo, não poderão deixar o serviço para receber a linfa imunisante, o mesmo sucederá com todos quantos exerçam a sua atividade em pontos distantes da Diretoria de Higiene. (...) ¹⁶⁹

A população exigia das autoridades públicas, soluções à mortalidade infantil e à miséria rural e urbana, as quais mereciam atenção e medidas eficazes, não paliativos politiquieiros. Em levantamento feito pelas autoridades municipais em 1942, verificou-se que a mortalidade infantil no município e arredores era muito grande. “(...) *Em estatística global, por nós em tempo apurada na Diretoria de Higiene, morre quase metade das crianças até dois anos.*” (...) ¹⁷⁰. O Dr. Plácido Gomes, que fazia estas estatísticas, concluía:

Em suma, o que se verifica aqui, como em todo o universo é que a letalidade infantil diminuiu com o grau ascensional da educação popular: - povo cabalmente instruído em puericultura, estaria quase isento de mortos na primeira infância; sendo que o mal que provocou tal índice de mortalidade foi as desinterias e pneumonias. Mas as desinterias, só por si, notificam mais da metade dos obituários infantis, desintegrals, via de regra, provenientes da alimentação defeituosa ou anti-higiênica. (...) ¹⁷¹

¹⁶⁸- Variola. *Jornal de Joinville*. Joinville, 27 de novembro de 1934. N. 271, Ano XVI, p.1

¹⁶⁹- Variola Mau Horário. *Jornal de Joinville*. Joinville 27 de novembro de 1934. N. 271, Ano XVI, p.1

¹⁷⁰- Dr. GOMES, Plácido. Defesa e Proteção de Criança. *Jornal de Joinville*. Joinville, 16 de outubro de 1942. N. 229, Ano XXIV, p.4

¹⁷¹- id. *ibidem*. p.4

As autoridades mostravam-se conhecedoras das causas, mas medidas eficazes dependiam de verbas e boa vontade para ajudar os pobres que, segundo os entendidos, não mereciam muita atenção, pois ainda não representavam uma ameaça ao seu “status quo”.

Joinville sofria o problema da moradia, desde os seus primórdios. Na década de 20 já se denotava os aluguéis muito caros que, junto com salários aviltados, tornavam a vida dos operários ainda mais terrível. Um articulista do Jornal de Joinville que assinava com o cognome de Gil do Val, assinou vários dias notícias que comentavam as medidas municipais sobre os impostos territoriais e as moradias.

O governo municipal se propunha a isentar de impostos, por cinco anos, os proprietários que se dispusessem a construir vilas operárias com o mínimo de cinco casas sob os padrões estabelecidos na lei municipal, a fim de desoprimir o povo desta crise de habitações. O Sr. Gil do Val chamava a atenção para os preços dos materiais de construção e que na cidade não era costume construir casas para aluguéis e sim para o uso próprio. Para mudar este hábito, a prefeitura teria que estimular com prêmios ou com isenção de impostos a fim de minorar os problemas habitacionais da cidade que não dava conta da população local, muito menos dos migrantes que vinham chamados pelo Batalhão ou pelas empresas que cresciam. A cidade dava a impressão de que se encolhia.¹⁷²

A preocupação com as construções concentrava-se mais no estilo do que na quantidade. A “explosão de construção no centro”, dada à demanda que as novas necessidades comerciais impunham, destruía os modelos coloniais, justificando-se esse fato pela “modernização” urbana e crescimento das atividades econômicas. “*O município deveria preocupar-se com a estética destas reformas para a remodelação de uma Joinville linda e encantadora para o bem da humanidade*”¹⁷³. Enquanto isto, os casebres que “enfeavam” a cidade iam sendo denunciados nos jornais.

O Sr. Gil do Val encerra sua série de artigos com sugestões de moradias operárias “higiênicas e apropriadas às suas posses” distantes de um quilômetro a um quilômetro e meio do centro da cidade, deixando vagas as habitações por eles ocupadas aí. Para a construção destas residências na periferia, ele trazia todo um estudo com seus respectivos valores, procurando aumentar a oferta de casas operárias, que poderiam ser adquiridas tendo um

¹⁷²- GIL DO VAL - Os problemas das habitações. *Jornal de Joinville*. Joinville, 03 de julho de 1920. N.52, Ano II, p.1.

¹⁷³- Sem Manchete.. *Jornal de Joinville*. Joinville, 21 de agosto de 1920. N.66, Ano II, p.1

prazo de dez anos para serem pagas. O operário se tornaria proprietário e o município teria mais verbas para a construção de mais residências.¹⁷⁴

O aluguel de casas em Joinville era o terror das classes pobres, se constituindo as habitações num dos principais problemas da cidade. Muito poucas casas boas eram alugadas e isto a preços iguais aos das grandes capitais brasileiras. A maioria das casas de aluguel eram muito desconfortáveis e sem nenhuma comodidade.

(...) Mal consta que uma vai desocupar, os pretendentes correm as dezenas a procura dos proprietários que só tem o trabalho da escolha e mais um pequeno aumento de 10 ou 20 mil réis sobre o antigo preço...

Já existe em Joinville, diversas habitações coletivas, onde 2 ou 3 famílias vivem acumuladas sem higiene e sem bem estar. Oficiais do exército superior e funcionários públicos tem deixado a família em Curitiba, no Rio, em Florianópolis porque em Joinville não há casas. ...

*Onde Morar? É a pergunta de todos. É o problema angustiante e deprimente. Agora é fácil imaginar o que se passa com as classes proletárias, com as mais desfavorecidas da fortuna, com os pequenos funcionários e empregados do comércio, operários, soldados. Junta-se a carestia de todos os gêneros de 1ª necessidade, o preço do aluguel de pardieiros quase inabaláveis. Semelhante situação está a exigir uma providência ou uma iniciativa dos poderes públicos empenhados na transformação de Joinville em uma cidade digna de sua riqueza e do seu progresso industrial (...)*¹⁷⁵

A campanha pela moradia se tornou tão forte, que já em fins de 1921 noticiava-se como “febre de construção”,¹⁷⁶ pois na cidade estavam sendo edificadas mais de cem casas.

As implicações econômicas da degradação física e moral dos trabalhadores urbanos são constantemente lembradas pelos sanitaristas, que segundo Maria Stella Bresciani¹⁷⁷, já consideravam que os custos das medidas preventivas, como melhores condições de

¹⁷⁴ - GIL DO VAL - A questão das habitações. *Jornal de Joinville*. Joinville, 14 de agosto de 1920 . N.64, Ano II, p.1.

¹⁷⁵ - O problema da habitação. *Jornal de Joinville*. Joinville, 04 de junho de 1921. N.40, Ano III, p.1

¹⁷⁶ - Febre de Construção. *Jornal de Joinville*. Joinville, 30 de novembro de 1921. N.91, Ano III, p.2.

¹⁷⁷ - BRESCIANI, Maria Stella M. (1989) Londres e Paris no séc. XIX : O espetáculo da pobreza . p. 29 e 30.

moradia, sistema de distribuição de água e sistema de esgoto, provocariam menores custos com doenças, ajudaria na produtividade do trabalho com menores ausências e diminuiria as sucessivas epidemias, sem contar com a ameaça social desses contingentes desprovidos de qualquer riqueza. Enquanto em Londres esta preocupação estará presente por volta de meados do séc. XIX, em Joinville ela estará presente somente após a década de 20.

A questão da urbanização como necessária ao controle social aparece nas entrelinhas dos projetos municipais, divulgados pela imprensa, assim como era clara a idéia de urbanização associada à idéia de progresso, pelo número de casas que se construía, pela melhoria das ruas e calçamentos e, principalmente, por uma legislação que controlasse o tipo, a estética e a higienização das residências nos centros urbanos.

(...) Aproximando-se da realidade econômica de Joinville, só há no Estado, a cidade de Blumenau, mas que se nos vence, só no agrícola (sic), mas que fica muito longe no industrial e como centro urbano.

*Junta-se a todas as vantagens materiais, circunstâncias de possuir Joinville um meio social bastante adiantado e culto com elementos representativos de valor (...) e onde se constrói mais de 100 casas por ano. (...)*¹⁷⁸

A cidade progredia no seu crescimento urbano, “*numa média de 80 construções anuais e isto sem levar em conta as reconstruções e remodelações de velhos prédios que perdem a sua feição , tomando aspecto mais elegante e mais moderno. No seu vasto perímetro propriamente urbano, Joinville contava mais de 1.400 prédios*”¹⁷⁹

Dentro deste espírito empreendedor das melhorias urbanas, algumas pessoas mais simples, que ainda possuíam alguma propriedade no centro da cidade, vendiam-na; outras teimavam em permanecer, apesar do altos impostos e de toda uma legislação que obrigava as residências a se enquadrar nas normas de higienização. Paralelamente havia uma verdadeira campanha, via imprensa, que primava pelo embelezamento e aparência das residências.

(...) É pena que a esse movimento de estética urbano, de elegância, e é bom dizer também de patriotismo, não adiram (sic) os

¹⁷⁸ - Melhoramentos Urbanos. *Jornal de Joinville*. Joinville, 05 de setembro de 1923. N. 68, Ano V, p.1

¹⁷⁹ - As construções em Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville, 01 de julho de 1924. N.151, Ano VI, p.1

proprietários de alguns monstros das ruas do Príncipe e 15 de novembro, as duas artérias principais da cidade.

Porque a verdade é que existem nessas duas algumas casas, até com importante estabelecimentos comerciais, que, por mais que elas melhorem, lhes tiram completamente toda a beleza, quebrando lastimavelmente a linha de elegância e de harmonia.

*O progresso de Joinville já não pode ser detido pelos preconceitos tradicionalistas dos tempos da colônia. (...) Ninguém tem o direito de ficar atrás.*¹⁸⁰

A “modernização” passa a ser até sinal de patriotismo, excluindo-se todo aquele que não pudesse acompanhar este progresso. Aí não importava para onde se encaminhavam, em que condições ou onde iriam morar, pois neste momento o que importava era a aparência do centro da cidade, que necessitava se preparar para os dias futuros de cidade empreendedora e laboriosa do sul do país. Portanto, as velhas choupanas deviam ser substituídas por casas de tijolos e telhas, e outras em suntuosos palacetes higiênicos e belos, cercados de flores, pois este era o modelo instituído pela municipalidade.

O progresso da cidade passa a ser elogiado pelo número de prédios que se constrói. Somente em 1929, foram “*elevados a 720 o número de construções realizadas (...). A relação refere-se somente a edificações novas, não estando nela mencionados as reformas e reconstruções. (...)*”¹⁸¹

Embora a crise de 1929 permeasse todas as áreas institucionais, a cidade orgulhava-se de suas obras e melhorias e, apesar de tudo, continuava crescendo. O reconhecimento das necessidades do trabalhador como de um lar para uma vida digna e confortável eram ressaltadas a todo o instante:

(...) - hoje o operário vive em casebres insalubres, acanhados, onde não penetram nem o sol nem a luz, e que lhes custam um pesado aluguel (...) - representam um profundo desfalque na economia popular, sacrificando-se inutilmente, (...) com a falta de um ambiente que lhes prepare as energias despendidas no trabalho. (...)

A casa de hoje, visa, principalmente, fornecer ao homem o grande conforto de que ele precisa, poupando-lhe, durante as

¹⁸⁰ - id. ibidem. p.1

¹⁸¹ - O Progresso de Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville, 19 de outubro de 1929. N.235, Ano XII, p.1

*horas de inatividade,(...) retemperando-lhe as forças para o dia seguinte. (...)*¹⁸²

A grande preocupação neste momento é com a garantia da sobrevivência do “exército de reserva” de mão de obra e sua produtividade dentro da política de saneamento e modernização dos centros urbanos, que necessitava afastar o trabalhador, mas resguardá-lo fisicamente e, ao mesmo tempo, retirá-lo das ruas para que não se tornasse um “problema social”. Para esta finalidade, nada melhor do que resguardar a família e a doutrina do lar ideal.

(...) Ora, se o operário não consegue uma habitação que preencha os requisitos essenciais, as suas energias irão sentir um abalo contínuo que fará sentir os seus efeitos na capacidade produtiva do indivíduo.

Vemos assim, que as conseqüências de tudo isso serão prejudiciais aos interesses industriais da nação, pois, aquele que é diretamente lesado na sua economia particular, irá fatalmente se empobrecendo com a fatal degeneração da massa trabalhadora....

*Todos nós sabemos que a boa morada contribui para o bons hábitos do indivíduos, atraindo-o ao sistema de vida regular. Só o lar recompõe, com vantagens, a ação disassociadora das tabernas, anulando a influência nociva que essas exercem nas relações entre os elementos da família (...)*¹⁸³

Diante de tais benefícios, as autoridades são alertadas para o fato de que só habitação não basta para o controle social.*(...) Casa confortável, não quer dizer simplesmente casa asseada, com janelas para que o sol e a luz penetrem (...) significa também facilidade de transporte e preço a altura da bolsa de quem vai adquiri-la. É preciso dar ao trabalhador o máximo de bem estar, o mínimo possível de sacrificio (...)*¹⁸⁴

As autoridades locais tomando ciência destas necessidades, usarão de vários expedientes para este controle, propondo-se até a doar terrenos da municipalidade para a construção de vilas operárias, deixando ao Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Industriários, as responsabilidades de tais obras para seus associados.

¹⁸²- da SILVA, Valentim Alves. - O lar dos trabalhadores. **Jornal de Joinville**. Joinville, 22 de dezembro de 1938. N.147, Ano XX, p.2

¹⁸³- id. ibidem. p.2

¹⁸⁴- id. ibidem. p.2

(...) Já se cuida da localização da Vila Operária, estando em cogitações os locais que se afiguram mais apropriados. Sabemos também que a direção do Instituto dos Industriários, afim de tornar mais acessível aos operários, seus associados, a aquisição das suas residências, pleiteia da prefeitura a doação de terrenos necessários, o que permitiria que as referidas casas tenham um custo verdadeiramente módico, que já está orçado em cerca de 9:000\$000. As autoridades municipais, estão vivamente interessadas em cooperar nessa feliz iniciativa, doando os terrenos necessários. (...)
185

Apesar de todos estes discursos, denotava-se que a preocupação não era com o trabalhador e seu lado humano em si, mas estava centrada principalmente na modernização da cidade que pretendia perder o lado colonial que a caracterizava e resolver muitos de seus problemas de urbanização que se perpetuavam e a imprensa divulgava como problemas crônicos da cidade.

A falta d'água e seu abastecimento esteve sempre na pauta das discussões. Nos relatórios dos gastos da municipalidade ¹⁸⁶, publicados nos jornais, constava a necessidade de construções de novas adutoras para resolver os problemas da defasagem entre a oferta e procura do produto. Joinville entrecortada por vários rios e serras, contou sempre com o problema da falta d'água, que cada vez parecia ficar mais sério por falta de investimentos neste setor.

Esta era ainda mais problemática nos períodos de estiagem. Os programas e métodos para economia do precioso líquido eram amplamente divulgados. A cidade, conhecida pelas suas chuvas intermitentes, sofria do mesmo problema quando as chuvas se prolongavam devido aos detritos nos leitos dos rios.

Os projetos na Câmara dos Vereadores avolumavam-se para ser estudados, com dados estatísticos e uma série de informações para ampliação dos canos e aumento dos seus diâmetros. Em 1925, a superintendência municipal, tratava de resolver os dois problemas e dava uma mostra da precariedade: *“da captação das águas do rio Pirai e da distribuição do*

¹⁸⁵ - *Jornal A Notícia*. Joinville, 25 de abril de 1940. N. 3470, Ano XIX, p.3

¹⁸⁶ - Abastecimento de água em Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville, 10 de março de 1923. N.19, Ano V, p.1

precioso liquido pelos 18 Kilômetros das ruas ainda não abastecidas, privilégio este até hoje concedido a 22 Kilômetros unicamente".¹⁸⁷

No verão, com temperaturas altíssimas, junto ao clima úmido do mangue e áreas alagadiças, a água tornava-se ainda mais preciosa, mas, além de não se poder contar com o líquido, ainda os canos que abasteciam os reservatórios não possuíam mais de 15 cm de diâmetros, aumentando e se tornando cada vez mais sério o problema da água. Sempre que questionadas, as autoridades acusavam os governos anteriores pela falta de previsão e de responsabilidades com os orçamentos municipais.¹⁸⁸

Se os problemas eram sérios nas áreas centrais, mais graves se tornavam nas áreas distantes dos centros urbanos. Os transportes urbanos, por exemplo, além de escassos, *“são feios, cavalos cansados e magros, com condutores mal vestidos, além de muito caros”*. *A grande questão era quando teríamos um serviço de bondes? Em 1923, com uma população de 14.000 habitantes, prometia-se estes serviços somente com uma população de 20.000, “mas nada impedia que os chouffeurs usassem uniformes”*.¹⁸⁹

Havia a preocupação com as aparências e não tanto com o percurso destes ônibus para servir as áreas periféricas da cidade. Somente em 1928 aparecerá o primeiro auto-ônibus¹⁹⁰ na cidade, de propriedade do Sr. João Vogelsanger, com 28 lugares para pessoas sentadas, e com a carroceria construída em oficinas da cidade:

A Joinville ordeira e disciplinada apresentava na sua composição social uma população que possuía “garra de vencer”, de ostentar progresso e riquezas, mas que convivia, com problemas sérios de criminalidade, transporte, saúde e educação, além das questões salariais.

Embora as elites clamassem pela harmonia entre as classes, estas demonstraram cotidianamente seu descontentamento e resistiram. O culto ao trabalho, “marca registrada”

¹⁸⁷- O Problema da água. *Jornal de Joinville*. Joinville, 01 de Dezembro de 1925. N.2, Ano VII, p.1

¹⁸⁸- Falta d'água. *Jornal de Joinville*. Joinville, 01 de Dezembro de 1928. N. 282, Ano X, p.1

¹⁸⁹- Transportes Urbanos. *Jornal de Joinville*. Joinville, 01 de dezembro de 1923. N. 93, Ano V, p.1

¹⁹⁰- Novo Auto - ônibus em Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville, 1 de dezembro de 1928. N. 282, Ano X, p.1

dos discursos, terá uma conotação especial na região e nada melhor para ver como pensavam e agiam do que através de suas lembranças.

CAPÍTULO 3: OLHARES SOBRE JOINVILLE

*A concepção de cidadania para quase todos os grupos de imigrantes se fundamenta na questão do trabalho associado à opção de permanecer no país. (...) Os imigrantes vinham para ficar, na representação que mais comumente encontramos, o processo era concebido como “o estabelecimento numa nova pátria”. Essa maneira de ver o processo migratório, como a integração numa nova sociedade, encontra sua expressão mais acabada na idéia de Heimat dos teuto-brasileiros. (...) a Heimat pode ser construída em qualquer lugar. Segundo esta ideologia, assim fizeram os imigrantes alemães no Brasil, mantendo sua solidariedade étnica. Uma pátria que é, ao mesmo tempo, alemã e brasileira. Étnica e culturalmente ela é teuto, mas é brasileira porque não só está situada dentro do Brasil como seus membros estão integrados econômica, social e politicamente ao Estado brasileiro. Sua “capacidade de trabalho” - um estereótipo sempre acionado para afirmar a “eficiência alemã” - está voltada para o desenvolvimento do país. Essa maneira de afirmar sua condição de “brasileiros”, por meio da “participação ativa na economia”, pode encontrar sua expressão mais radical entre os teuto-brasileiros, mas é comum também entre outros grupos”.*¹⁹¹

¹⁹¹ - SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 86 e 87.

A preocupação de ser cidadão na América, identificada com estes imigrantes teuto-alemães, está presente nos seus depoimentos e nas suas lembranças de forma explícita ou implícita. Havia uma necessidade de se auto afirmar e de ser “alguém” reconhecido e respeitado dentro de sua diversidade cultural e política na sociedade para a qual imigraram. Não queriam ficar á margem da História Nacional e através do progresso econômico do sul do país achavam que seriam respeitados, mesmo diante do descaso do governo federal que durante muito tempo os relegou a própria sorte.

Os problemas sociais enfrentados pelos imigrantes, numa sociedade tão diferenciada seriam eminentes . A questão que se coloca hoje é saber como essas sociedades enfrentaram as questões suscitadas pelo seu cotidiano.

O trabalho, a religião e a política, eram os elos de ligação neste mundo de adversidades. Para se obter um quadro das condições de vida destes homens residentes em Joinville no início do século, utilizou-se de uma série de entrevistas. Umas produzidas pelo Jornal A Notícia, que falavam do cotidiano de 1941, permitindo observar um pouco melhor o dia a dia desta população e seus problemas, e outras feitas com duas personalidades que viveram este período e que, hoje, graças a suas lembranças, pôde clarear pontos obscuros e elucidar dúvidas do viver caboclo e do imigrante na região. Buscou-se resgatar dois momentos do cotidiano da cidade, um primeiro nas entrevistas denominados pelo Jornal de: “Entrevistas por Acaso” e outro nas entrevistas de 1994 para recompor algumas lembranças ou olhares sobre a “Joinville daqueles tempos”.

Por último, discorreu-se sobre as comemorações do dia do trabalho em Joinville e suas várias facetas: como comemoração espontânea dentro das madrugadas, como convocação dos governos interventores e como festas planejadas com o intuito de manterem a ordem e organizarem a classe trabalhadora.

As histórias de vida não esclarecem necessariamente os fatos passados, mas permitem interpretações mais atuais deles, dando-lhes um significado, e possibilitando estudos de situações que a racionalidade de um documento histórico impediria de perceber neste passado, uma vez que este foi insuficientemente estudado até agora.¹⁹²

Estas lembranças, mesmo quando coincidem ou reproduzem os significados sociais institucionalizados, oferecem elementos para análise da força das marcas das histórias que se

¹⁹²- GARRIDO, J. del Alcázar i. . As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de história**. Memória, História e Historiografia. São Paulo, Marco Zero. N. 25/26

tornam hegemônicas. São olhares que interessam ao historiador, e que, no trabalho com as memórias e lembranças é possível reconstruir importantes momentos da história.

3.1. ENTREVISTAS POR ACASO : “JOINVILLE DAQUELES TEMPOS”

Motivados com os problemas da 2ª Guerra Mundial e os problemas dela decorrentes, no mês de outubro de 1941 o Jornal *A Notícia* dedicou-se a uma enquete popular objetivando conseguir entre os homens do povo, suas opiniões concernentes às dificuldades de vida e um modo mais prático de encará-las.

Com esse objetivo, procuraram entrevistar homens do povo, que, diante da situação de crise mundial, sentiam seus reflexos presentes neste município e nas condições de suas vidas. A proposta inicial era entrevistar os representantes de cada profissão que falariam das dificuldades daquele momento, enquanto trabalhadores e chefes de famílias. O tema das entrevistas, apesar de haver um questionamento prévio estruturado, nem sempre era seguido. Ficavam livres as respostas, ao sabor das inspirações dos entrevistados e, por isso, tornou-se difícil organizá-las e colocá-las em tópicos.

As perguntas foram feitas a 18 entrevistados, na sua maioria comerciantes e trabalhadores do comércio¹⁹³, sendo cinco deles pessoas idosas, objetivando se comparar a “Joinville daqueles tempos” (final da séc. XIX), com a Joinville de 1941.

As entrevistas giraram em torno de questões como dificuldades da vida, o que fariam para melhorá-la e para elevar as condições de vida dos pobres; dificuldades com o aluguel das residências e com a legislação de higienização da cidade encarecendo ainda mais os

¹⁹³ - As pessoas entrevistadas foram: Sr. Artur Busse (A.B.)- corretor comercial, Rócio de Oliveira (R.O.) - chauffeur, Ervino Raquize (E.R.) - administrador de hotel, Carlos Nóbrega (C.N.)- garçon, Eugenio Boehm (E.B.) - comerciante varejista, Paulo Merkle (P.M.) - barman, Artur Teubler (A.T.) - barbeiro, Alfredo Stamm (A.S.) - afinador de piano, Conrado Koenig (C.K.) - sapateiro, Rolf Stanam (R.S.) - professor, Artur Fulte (A.F.) - gerente de casa comercial, José Agostinho dos Santos (J.A.S.) - general do Exército, Antonie Pfeutenreuter (A.P.) - viúva Proprietária de latoaria e funilaria, Augusto Stock (A.Stock.) - açougueiro, Harry Monech (H.M.) - eletricitário aposentado, Paulo Schwartz (P.S.) - comerciante, Jorge Dohler (J.D.) - proprietário de padaria e Alvino Tobet (A.T.) - operário.

aluguéis, o que achavam da vida, do salário, do trabalho, etc. De acordo com o entrevistado e com a sua situação social as perguntas mudavam seu enfoque e as pessoas procuravam dar soluções para os problemas que enfrentavam.

No período getulista, a idéia de nacionalismo estava presente junto às questões e ao ideal de progresso como forma de melhorar as condições de vida, o que permeou a fala dos entrevistados que tinham por objetivo tornar a vida mais digna.

A fim de facilitar este estudo, o texto do jornal foi fragmentado tematicamente para criar um conjunto de subtemas, ficando a unidade explicativa num testemunho coletivo, que nos permitiu conhecer a forma de pensar e agir das pessoas mais comuns.

O interessante é notar que a maioria dos entrevistados reproduzem as formas de pensar do poder estabelecido e as suas formas de ação, embora fossem capazes de criticá-lo e enxergar seus problemas.

A maior dificuldade encontrada neste período de crises nas importações, eram os altos preços da alimentação e das matérias-primas. O alto custo de vida era atribuído aos monopólios, aos impostos e às leis que os governantes faziam, sem ver as reais condições do povo.

Em sua entrevista, o garçom, Sr. Carlos Nóbrega (C.N.), a respeito dessas questões, respondeu:

*A situação momentânea é a das mais críticas, a responsabilidade do homem para com sua família cresce quase que diariamente, o profissional vive agoniado com receio de não poder satisfazer os seus compromissos cotidianos, seus gostos são cada vez mais elevados (...), a deficiência de alimentação de nosso povo é evidente, muitos só se alimentam quando lhe é necessário (...) o que é atribuído a carestia de vida de hoje. O sustentáculo do trabalhador é sumamente precário o que vem a refletir no seu ânimo, na sua disposição para o serviço (...).*¹⁹⁴

Este ainda aponta as questões que mais lhe aborrece, quais sejam, o problema da carestia associada à questão monetária do país, criadas com o conflito europeu. Na Europa isto seria justificável, pois os países estavam em guerra, mas no Brasil não, e prossegue: “(...) Veja por exemplo que o único artigo cujo preço se acha tabelado é o feijão que mesmo assim custa 800 réis o quilo, isso quer dizer que o operário deve trabalhar uma hora para

¹⁹⁴ - Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 7 de outubro de 1941, Ano XX, N. 3585, p.6

*poder fazer o equivalente a 1Kg de feijão. O café então, alcançou um preço exorbitante de 4 mil e 800 réis, é ridículo acontecer isso no Brasil, onde a planta rubiácea é considerada artigo genuinamente brasileiro. (...)*¹⁹⁵

De uma forma geral, os entrevistados queixavam-se do alto índice do custo de vida. O comerciante varejista, Sr. Artur Fulte (A.F.), reclamava como sendo “expert” no assunto, culpando principalmente aos monopólios, as dificuldades dos colonos venderem seus produtos na cidade, a dificuldade no transporte dos gêneros de primeira necessidade que procediam de Curitiba, Jaraguá e Blumenau, “*porque a nossa lavoura nada produz*”, e enfatiza: “*o comerciante é o menos culpado, pois a própria população, se tivesse realmente interesse em baixar os custos, plantaria a couve, a cenoura ... pois nossa terra é boa, plantando tudo dá, como diz o nosso caboclo. O governo deveria apoiar com mais eficiência o colono para baratear o custo dos produtos*”.¹⁹⁶

As pessoas mais idosas emitiam sua opinião com a autoridade de quem já havia ajudado a construir a cidade, como a do açougueiro, Sr. Augusto Stock (A.S.) 78 anos , dizendo que antigamente os preços eram baixos, e equitativos aos ganhos, e que em 1941 o custo de vida era excessivamente alto enquanto o salário tivera um aumento irrisório.

O Sr. Paulo Schwartz (P.S.) , 64 anos, comerciante, também achava o preço dos gêneros alimentícios muito caros, assim como para os Sr. Jorge Dohler (J.D) , 64 anos, proprietário de padaria que dizia que “*a carne custava 200\$000 o Kg e o saco do trigo 140:000\$000, enfim o custo de vida subiu enormemente*”.¹⁹⁷ Já o trabalhador, Sr. Alvino Tobert (A.T.) , sobre os preços, afirmava:

- Na verdade, eles são vendidos a preços muito elevados, além das possibilidades médias do trabalhador. Mas se considerarmos que a cada um cabe a defesa de seus próprios interesses, quando se trata de homens é a cooperação o meio mais plausível para a solução deste problema.

- A organização de uma cooperativa nesta cidade corresponde às necessidades do operariado, atenderá em grande parte aos fins referidos, e como ela se encontra em franca organização, é de se esperar para muito breve um alívio sensível dos preços dos gêneros alimentícios (...). (à respeito do qual o Sr. veio

¹⁹⁵- id. ibidem. p.6

¹⁹⁶- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 21 de Outubro de 1941. Ano XX, N.3597, p.6

¹⁹⁷- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 1 de novembro de 1941. Ano XX, N.3606, p.6

*me indagar). O preço das mercadorias de primeira necessidade (...), pagamos um preço superior ao estipulado pelas tabelas, e como simples operário não posso exaltar-me com a crítica referente ao caso.*¹⁹⁸

De acordo com as condições de vida dos entrevistados e das suas categorias sociais as soluções iam sendo projetadas como linha de vida e obstáculos a serem enfrentados. Nota-se que apesar do “custo de vida” ser um dos principais problemas, e comum a todos os entrevistados, para sua solução não existia um fio condutor, elas atingiam os mais diversos pontos, conforme os interesses e as visões a curta e a longa distâncias.

Outra mercadoria muito cara e que onerava em muito o orçamento doméstico eram os aluguéis e que justamente naquele período tão difícil, coincidia com as leis de higienização, ou seja, a reformulação do centro urbano onde as residências teriam que ser *ladrihadas* aumentando seu custo, tornando-o proibitivo para as populações mais carentes, obrigando-as a se afastar para as áreas mais periféricas onde não fossem atingidas pelas leis municipais.

O Sr. A.B. dizia que o aluguel era caro, “pois abaixo de 50 mil réis não se encontrava casa apropriada para a família, e esse dinheiro era uma quantia grande para quem ganhava somente 300 mil réis mensais. Mesmo para quem tinha casa própria, as exigências legais na região eram demasiadamente pesadas. Nem em “*São Paulo se faz tais exigências*”, afirmava o Sr.(E.R), cujos sacrifícios para ver a casa construída foram muito grandes, e segundo ele, “a vida é duríssima”.

Na opinião do “bar man”, Sr. Paulo Merkle (P.M.) , a principal dificuldade era a obrigatoriedade do ladrilhamento das residências que onerava ainda mais os aluguéis e os impostos municipais das bicicletas que era o principal meio de transporte dos trabalhadores. Perguntado sobre o que mais lhe aborrecia, respondeu:

É o ladrilhamento. Embora se faça incompreensível, considero sua aplicação um tanto violenta. (...). O Ladrilhamento, surpreendeu em cheio as classes respectivas e suas conseqüências, o futuro nos dirá. E mais, a obrigatoriedade do ladrilhamento, acarreta o aumento do aluguel, daquele que não dispuser de casa própria e mesmo daquele que dela dispuser (...). Não poderíamos de

¹⁹⁸ - Reportagem por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 4 de novembro de 1941. Ano XX, N.3608. p.3

forma alguma arcar com as despesas oriundas das exigências sanitárias. (...)

*O operário procura em primeiro lugar adquirir a sua casa própria, esse é o seu primeiro anseio e para tal muito dificultava as exigências da lei.*¹⁹⁹

A grande queixa era que o salário não dava para pagar a exorbitância do aluguel, para quem era proprietário como o Sr. (E.B.). *“O aluguel em Joinville é relativamente barato em comparação a de outras cidades, parece irrisório, mas é verdade, isso também não quer dizer que é barato, absolutamente, mas se em outras cidades é muito mais elevado, maiores razões temos nós de nos satisfazer com o que custa a nós (...).”*²⁰⁰

Para a vida ser melhor, o Sr. (A.T.) apontava o barateamento dos gêneros alimentícios, dos impostos e outras coisas, que segundo ele poderiam deixar de existir, mas o aluguel, segundo ele, era caro e não importava se em outra cidade ele era mais barato.

*As exigências higiênicas muito contribuíram para sua majoração. Eu por exemplo, pago aluguel razoável na sala em que ocupo na minha barbearia, mas sei que sendo intimado o meu locador para que providencie o ladrilhamento, conforme as exigências legais, majoraria o aluguel. Este é o fato que muito contribui para o preço enorme da locação. Não quero com isto criticar as autoridades, mas a verdade aí está. Não tivesse esta exigência na construção de habitações, estas estariam em número muito maior. (...)*²⁰¹

Apontava as classes que mais sofriam com tais medidas como sendo os proletários. *“Basta considerar as porcentagens tomadas por base a habitação e o salário mínimo para verificar-se a diferença enorme entre aquelas casas de alugueis (...).”*²⁰²

Um outro entrevistado (A.S.), achava os alugueis baratos, mas achava que *“as autoridades deveriam favorecer as construções de nossa cidade que têm retrocedido imensamente e cidade sem construção é cidade sem progresso”*,²⁰³. Mesmo para quem

¹⁹⁹- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 9 de outubro de 1941. Ano XX, N.3587, p.6

²⁰⁰- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 8 de outubro de 1941. Ano XX. N. 3586. p.3

²⁰¹- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 10 de outubro de 1941, Ano XX. N.3588. p.6

²⁰²- id. *ibidem*, p.3

²⁰³- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12 de outubro de 1941, AnoXX. N.3590. p.7

possuía casa própria, mas que vivia do comércio, notava o retrocesso em números de residências em função das exigências legais, reclamando:

Não é um absurdo fazer-se exigências de ladrilhamento da cozinha? Se no ano próximo, não pudermos contar com os mesmos números de casas comerciais como agora, será devido as mesmas exigências. Estrangula-se o comércio, com isso não quero criticar o governo, porque julgo-me incapaz para tanto, mas eu sou um homem simples e como tal manifesto minha opinião.

É um grande mal, que as leis sejam elaboradas por homens teoricamente preparados mas que na prática, pouco ou nada entendem.

*Nós homens do povo, temos que suportar as conseqüências, e aí reside o mal.”*²⁰⁴

Cada um visando seu interesse e de acordo com suas posses, como proprietários ou como locatários, o que se denota é a falta de residências, o seu alto custo frente aos baixos salários, onerados ainda mais pela legislação, implicando em uma vida ainda mais difícil naquele momento.

Proprietários ou não, um assunto que chamava a atenção e implicava em soluções emergentes, era a mendicância, outro sinal que a situação não ia nada bem.

Pensando em resolvê-la, e melhorar as condições de vida dos pobres, esta questão estava presente quase em todas as entrevistas e colocava em cheque a sociedade “Harmoniosa e Ordeira”.

A cada entrevistado, era questionado “o que fariam para melhorar a vida dos pobres, caso tivessem os poderes necessários?” As respostas foram as mais diversas, desde mensalidades à Associação de Amparo aos Necessitados, outros construir abrigos, talvez para escondê-los e tirá-los das ruas, distribuição de medicamentos, etc.. Agora o que todos concordavam era à respeito das inconveniências das esmolas e que devia-se criar condições para o individuo tornar-se produtivo.

- (RO) - (...) “Nada de malandragem, de esmolas que só servem para aumentar a mendicância, abrigo, comida e trabalho”.²⁰⁵

²⁰⁴ - Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 15 de outubro de 1941. Ano XX. N.3592, p.3

²⁰⁵ - Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 3 de outubro de 1941, Ano XX. N. 3382. p.3

- (E.R.) - (...) *“Sou inimigo de dar esmolas, porque tal fato vem começar a mendicidade. A vida para nós já é duríssima, julgo agora o Sr. a vida dessa gente. O Brasileiro é trabalhador, o que lhe falta é o incentivo para maiores perspectivas”*.²⁰⁶

Quanto à saúde, era visto como necessário os cuidados e amparo para que os indivíduos fossem mais otimistas para enfrentarem a luta do dia a dia.

- (E.B.) - (...) *“a mendicidade (sic), as esmolas rebaixa e humilha quem a recebe, e como o hábito forma um monge, desaparece a moralidade individual, o sujeito se torna um mendigo profissional. Enfim a questão social sempre se há de impor aos homens até que um dia possa ser solucionada, e para solucioná-la adota assistência médica e farmacêutica no mais completo termo de expressão com saúde, o homem está apto a trabalhar, a legação de doença desapareceria e conseqüentemente a alegação de impossibilidade para o trabalho”*.²⁰⁷

- (P.M.) - (...) *“A mendicidade foi e sempre será um cancro da sociedade. Também não sou partidário das Instituições e Associações Benéficas, que só fomentam a mendicidade. Vejo eu que a melhor solução se acha junto ao governo que deveria estimular um imposto especial tendente ao amparo aos necessitados. Cada individuo deve trabalhar, e sendo necessitado, deve recorrer ao governo e sendo doente deve haver caixa beneficente que lhe proporcione o necessário para sua subsistência. A pobreza é um mito. Se cada qual puder ocupar seu tempo disponível, e aplicá-lo só no trabalho, não haverá pobreza, para isso muito influi a cultura individual, que tem por aplicabilidade a influência do governo”*(...)²⁰⁸

- (C.K.) - (...) *eu procuro auxiliar a quem precisa, mas em geral o negócio de dar esmolas fortalece a mendicância (...). A colônia agrícola resolveria a questão. Agora para os impossibilitados ao trabalho, e aleijado, o nosso governo tem o dever de auxiliá-los. Eu não sou rico, mas trabalho para ganhar minha vida. Mas entretanto, quantos existem por aí, que alegam pobreza, pedem esmolas mas não poderiam trabalhar? Trabalhar, honra um homem, e eu fico indignado, quando aparece pessoas pedindo esmolas, à não ser em casos excepcionais, os quais reconheço necessidade.*

²⁰⁶- Entrevista por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 5 de outubro de 1941. Ano XX. N.3584, p.7

²⁰⁷- Entrevista por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 8 de outubro de 1941. Ano XX. N.3586, p.3

²⁰⁸- Entrevista por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 9 de outubro de 1941, Ano XX. N.3587, p.6

*Nosso governo deveria procurar levantar a moral dessa gente, viciada em esmolar. Filantropia é coisa muito diferente, do que dar dinheiro a quem se julga necessitado, enfim o Sr. compreende muito bem, porque sou homem simples. Por exemplo, eu daria auxílio, somente aqueles que se vêem em apertura (sic), mas que provem que trabalhem . O resto é vagabundagem que procura viver a custa dos outros”*²⁰⁹

Aos idosos os repórteres não questionaram à respeito da mendicância e as formas de melhorar a vida dos pobres, nos impossibilitando de obtermos um dado muito importante para compararmos com a mendicância antes do período de guerra, já que as questões foram dirigidas à reminiscências com o objetivo de conhecer Joinville no início do século.

A idéia do Trabalho se coloca como síntese da questão da mendicância e ausência de emprego, mas nenhuma solução foi dada para melhorar ou fomentar os índices de emprego, e sim de forma simplista: “ *quem não trabalha é porque não quer, porque se procurasse há emprego para todos e que de fome, ninguém morre*”. O que importava era o indivíduo ter saúde para produzir. Aí residia a idéia de felicidade desta sociedade.

De forma antagônica às críticas à mendicância, a questão dos salários era uma questão que muito desgostava os trabalhadores, pois questionados se os seus salários eram suficientes, foram unânimes em se queixar da sua situação perante ao aumento abusivo dos preços, mas havia um certo grau de conformismo com esta situação.

O Sr. Artur Busse, com respeito ao seu salário respondeu: - “*Suficiente? Isso não, mas o que quer o Sr. A gente tem que se conformar e lutar na melhor forma possível. Caso crítico é o das mercadorias de primeira necessidade que sobem diariamente, mas o ordenado permanece no mesmo nível, enfim os meus vencimentos chegam para passar o mês e nada “sobra”*”.²¹⁰

A fome que era o grande espectro das pessoas simples, ainda não havia ocorrido, e assim por mais difícil que fosse a vida e as dificuldades salariais, as pessoas achavam que a vida poderia ser bem melhor do que era, mas aprenderam a se conformar com tudo.

Para alguns, não bastaria aumentar o salário caso não se controlasse ou até mesmo reduzisse o custo de vida e argumentavam que de nada adiantaria ganhar mais se os preços subissem simultaneamente. O Sr. (E.R.) dizia: “*Prefiro permanecer nos nossos mil réis do*

²⁰⁹- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 15 de outubro de 1941. Ano XX. N.3592, p.3

²¹⁰- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 4 de outubro de 1941. Ano XX. N.3583, p.6

nível atual, para ver decrescer os preços dos gêneros de primeira necessidade” ²¹¹. Esta opinião era seguida pelo Sr. Carlos Nóbrega

Aqueles que não eram assalariados como o Sr. Eugenio Boehm, figura importante no comércio, expressava opinião de que aquela época não era difícil. Difícil mesmo foi o período de 1914. “(...) *as privações que então passamos, a vida de hoje em comparação é um paraíso e veja bem naquele tempo o Brasil ainda não dispunha de uma indústria, de um comércio e de uma lavoura como se tem na atualidade. (...) Com isso não quero afirmar que a vida seja folgada não, a palavra está longe de ser folgada e poderia ser pior.*” ²¹² Para ele o problema da época não eram os baixos salários e sim o modo como as pessoas o gastavam:

- (...) *a propósito, posso lhe relatar um caso típico acontecido com o meu antigo empregado: Quando ganhava 50 mil réis passava folgadoamente dispoendo até de uma pequena economia, ao ganhar 100 mil réis vivia mais já sem economia, ao receber 150, curtia privações, ao ser elevado para 200 mil, não fez mais dívidas, não podia mais viver, e por quê? Por que não sabe manter o seu padrão de vida dentro do permitido, com naturais, mas insignificantes alterações. Muitas vezes uma pessoa com rendimento de 200 mil réis é mais feliz economicamente, mas é mais preocupada do que outra com um conto de réis.(...) é questão de inteligência, de noção econômica, onde há economia, há progresso.* ²¹³

A idéia de que cada qual tinha que viver com suas possibilidades era assimilada e reproduzida, pois se ultrapassasse os gastos, as conseqüências logo se apresentariam. O fato de nem todos receberem os vencimentos que deveriam era notório, mas os consideravam como “casos isolados”, pois os indivíduos deveriam aprender a conviver com o seu ganho e procurar economizar, pois o importante era ter trabalho, o quanto ganhar, era coisa a “se dar um jeito”. O único problema era que para ganhar e economizar, além do salário ter de ser suficiente, ainda não poderia haver majoração dos preços, das mercadorias de primeira necessidade como vinha acontecendo até então.

O professor municipal Rolf Stamm, demonstrava descontentamento com os seus salários e reclamava de não serem condizentes com a sua “missão”:

²¹¹- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 5 de outubro de 1941. Ano XX. N.3586, p.7

²¹²- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 8 de outubro de 1941, Ano XX, N. 3586, p.3

²¹³- id. *ibidem*

A vida de um professor é um sagrado apostolado que visa a educação da juventude, esteio da pátria. A vida do professor é árdua e penosa, principalmente do professor municipal, e os salários creiam-me que eles não são compensadores a nossa missão e aos nossos esforços. Já lhe disse, que sobre nós pesa a nobre missão de educar a juventude do hinterland brasileiro e recebemos relativamente pouco, e ainda temos as despesas da condução, para as escolas que distanciadas muitos quilômetros da cidade onde quase todos nós, nela residimos. Forçosamente temos que dispor de algum veículo para nos transportar ao local de nosso trabalho.

A deficiência de remuneração é motivo de desânimo da nossa classe. Mas como apóstolo que nos consideramos temos esperanças plenas que nossas autoridades algum dia também voltarão os seus olhos para nós, elas que até hoje souberam mostrar as suas qualidades administrativas por certo também não esquecerão dos seus pobres professores municipais. ²¹⁴

Outros, como o Sr. Artur Fulte, achavam que seus vencimentos estavam de acordo com o que mereciam. Como gerente de loja, coloca-se como defensor dos interesses do patrão. Concordava que alguns possuem motivos para reclamarem de salários, mas que “o seu patrão é um homem que sabe honrar e considerar o trabalho e conseqüentemente sabe reconhecer o seu valor, dando aos empregados a remuneração que eles merecem”. ²¹⁵

Alegava estar satisfeito com seus salários por ter sido educado dentro dos princípios da economia, que sabia respeitar, porque se fosse viver além de seus vencimentos, certamente acharia falta, e por isso considerava-se feliz.

Para o operário Alvino Tobert, que vivia do seu salário e era obrigado, mesmo com economia, a fazê-lo esticar por 30 dias no mês, este era insuficiente e para eles que passavam por horas amargas o governo precisava nomear comissões compostas de operários para estudar o Salário Mínimo. “- *Homem, o salário atual não atende as necessidades do operário. A sua alimentação, habitação, etc.. Considerada não só do ponto de vista vital, como também do ponto de vista familiar, que aliás é a vitalidade da própria Nação*”. ²¹⁶

²¹⁴- Entrevista por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 19 de outubro de 1941. Ano XX. N.3596. p.6

²¹⁵- Entrevista por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 21 de outubro de 1941. Ano XX. N.3597. p.6

²¹⁶- Entrevista por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 4 de novembro de 1941. Ano XX. N.3608. p.3

Embora houvesse um descontentamento explícito ou implícito com os salários, a solução para a maioria estaria na ampliação da hora de trabalho que não era vista como uma conquista dos trabalhadores e sim como interferência do governo na vida das pessoas, proibindo-as de ganhar mais e de livremente negociarem sua mão de obra.

O primeiro entrevistado a emitir sua opinião com respeito à legislação das 8 horas/dia de trabalho, foi o Sr. Eugênio Boehm que mesmo sem ser questionado a este respeito, apressou-se em comentá-la.

(...) a vida não é má depende do modo de encará-la e vivê-la o mais inteligentemente possível. A propósito, afirmo que não sou adepto das oito horas de trabalho. Para que possa aumentar a produção humana. O trabalho dignifica o homem e cada um aplica o trabalho em tantas horas quanto deseja de conformidade com os recursos físicos e espirituais, as aspirações em cada indivíduo é ganhar mais, sempre mais. Ora somente o trabalho pode produzir esse aumento e portanto quanto mais trabalho, mais se pode ganhar, essa é minha opinião.

*Eu por exemplo para falar da minha pessoa, desconheço 8 horas de trabalho, nem poderia determinar, pois trabalho de madrugada até de dia com sacrificio da própria saúde, mas sinto prazer e alegria em trabalhar. (...)*²¹⁷

A partir desta entrevista, outros emitiram suas opiniões com respeito à legislação que limitava as horas do trabalho e sobre sua vida de trabalho, dentro da mais pura ética protestante em que era necessário trabalhar para ser feliz e ostentar economias para demonstrar que era feliz e um escolhido por Deus.

A idéia de que quanto mais o indivíduo trabalhasse mais lucro ele teria, era comum aos entrevistados, que prontamente se colocavam frente à questão. Entretanto este lucro tão citado não era definido para quem iria . O que importava era trabalhar.

A entrevista do Sr. Artur Fulte, gerente de casa comercial, expressa bem a mentalidade patronal que possuíam os trabalhadores joinvilenses. Os cargos de chefia, se contrapunham à legislação que regulamentava as horas diárias de trabalho, por ver nela, formas de onerar o patrão.

Para a legislação social trabalhista atual, o trabalhador, trabalha 8 horas, sendo considerado extraordinário o que a supera. Ora muitos patrões preferem restringir o serviço dentro deste horário

²¹⁷ - Entrevista por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 8 de outubro de 1941. Ano XX. N.3586. p.3

*unicamente para não ter de arcar com o “extraordinário” a que estão sujeitos por lei. Sou de opinião que se o empregado puder trabalhar tantas horas quanto quer sem afetar particularmente os cofres do patrão, ele com isso poderia lucrar, mas na lei vigente, o patrão prefere observar o horário das 8 horas, para não despende dinheiro com as horas extraordinárias remuneradas com 20% ou 50%...*²¹⁸

Questionado se preferiria trabalhar mais de 8 horas diárias, respondeu prontamente:

- Naturalmente, trabalhando mais, ganho mais, mas enfim o nosso governo decretou esta lei, e ela deve ser observada. A minha opinião é também a de muitos colegas meus, e ainda de outros, conforme tive oportunidade de ler nas entrevistas que o seu jornal vem publicando diariamente.

*Há quem afirme que poderemos trabalhar tantas horas quanto quisermos, mas isso não acontece, não podemos trabalhar, porque os patrões não consentem. E por que não consentem? Simplesmente pelo “extraordinário” que nos devem pagar. Esta majoração talvez pudesse nos beneficiar, como é o objetivo da lei.*²¹⁹

Observa-se que ele até concorda com o espírito da lei de beneficiar o trabalhador, mas a volta da livre negociação entre patrões e empregados, que deveriam trabalhar quantas horas fossem necessárias e sem horas extras, atendendo as exigências do mercado, talvez fosse melhor.

Veja por exemplo o Sr. o horário do comércio varejista: - Começamos às 8 horas da manhã. É uma hora inteiramente imprópria para o nosso ramo de negócios, em outros lugares o comércio abre suas portas às 6 horas ou às 7 horas, atendendo as necessidades do povo.

*Nós aqui, em Joinville, entretanto começamos a trabalhar às 8 horas. Seria oportuno que se procedesse uma reforma nesse horário em pratica, que não só prejudica a população como também o empregado. Isto é, aquele que realmente quer trabalhar.*²²⁰

²¹⁸ - Entrevista por Acaso. *Jornal A Notícia*. Joinville, 21 de outubro de 1941. Ano XX. N.3597. p.6

²¹⁹ - id ibidem.

²²⁰ - id ibidem.

Associa-se à idéia de horário de trabalho e lucros, a legislação como forma de controle não para os patrões mas para os empregados, como algo que os proibisse de ganhar e não para que seus patrões os explorassem menos.

Até mesmo o Sr. Augusto Stock, em suas reminiscências de 78 anos vividos, lembrava-se com saudade, quando livremente negociava seu horário de serviço.

Não posso compreender porque foi reduzido para 8 horas diárias. A mocidade hoje diz que o mundo evolui. Ora meu caro isso é “conversa mole, para boi dormir”. Eu quando acordava 4, 5 horas da manhã e trabalhava até altas horas da noite, sabia também que o meu lucro aumentava.

Hoje os moços trabalham somente 8 horas e depois reclamam da vida. Alguns entretanto procuram melhorar sua situação financeira e aplicam o restante de seu tempo em outro trabalho que contribua para melhorar suas finanças. Os patrões como já lhe disse um dos seus entrevistados não permitem o trabalho além das 8 horas por acarretar o aumento dos “extraordinários”. (...)
221

Por que não deixar os trabalhadores, trabalharem o quanto quisessem era a pergunta que se fazia àqueles identificados com a idéia de lucro e com o patronato. O representante dos operários possuíam uma idéia diferenciada. Defendiam e queriam seu enquadramento dentro da legislação social.

O Sr. Alvino Tobert argumentava:

As horas de trabalho constituem matéria regulamentada em lei, e temos razão de sobra para aplaudir a obra do Estado nesta questão, pois o objetivo é tão brilhante.

*O assunto do limite de horas e prorrogação das horas foi sempre objeto de estudos atentos dos quais tivemos e teremos sempre os melhores frutos. É absurdo os que defendem o aumento das horas de trabalho, embora que o aumento das horas de trabalho, embora que os mesmos aleguem que em parte viessem realmente a estimular o serviço para os que querem realmente trabalhar. Mas o governo, houve por bem, limitar sabiamente as horas de trabalho para os operários, fato ao qual deve ser observado por todos os trabalhadores.*²²²

²²¹- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 25 de outubro de 1941. Ano XX. N.3600, p.3

²²²- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 4 de novembro de 1941. Ano XX. N. 3608. p.3

Apesar do Sr. Alvino se referir a legislação e no seu cumprimento pelos operários, ele não expressa a consciência de luta, a conquista operária para atingir esta legislação, mas se refere ao governo como grande legislador e como aquele que teria beneficiado de forma muito bondosa os trabalhadores, impondo-lhes formas mais civilizadas de exploração.

A dignidade da vida está associada ao progresso e neste aspecto Joinville era exemplar já que progresso para os entrevistados residia na potencialidade de suas indústrias e a cidade vinha se definindo cada vez mais como industrial.

Na entrevista do Sr. Harry Monich de 61 anos, ele explicou o progresso como sendo devido à colonização alemã e ao seu povo, idéia esta que ainda é muito corrente na região. *“Há 61 anos Joinville não passava de uma colônia que vinha sempre mais conquistando a simpatia do povo alemão, cujos elementos constituiriam o principal fator do desenvolvimento e do progresso de nossa cidade”*.²²³

O crescimento da cidade era evidente e o Sr. Harry assim como o Sr. Paulo Schwartz se admiravam com o fato de ter se tornado industrial. *“Nossa cidade tem progredido enormemente. Veja o Sr. os prédios soberbos que hoje enfeitam nossas ruas, onde há 50 anos só haviam cabanas cobertas de palhas e apareciam as primeiras casas construídas de concreto e cobertas de telha. Joinville ainda terá um grande futuro, pois ela é essencialmente industrial (...)”*.²²⁴

A Sra. Antonie Pfuetzenreuter de 83 anos dizia que: *Joinville tem progredido afrondosamente, e eu me orgulho de descender de alemães, porque eles contribuíram para o progresso do sul do país, filhos de outras raças, trabalharam honrosamente no norte e no centro e os alemães no sul(...)”*.²²⁵

Comparada com a cidade de 64 anos antes pelo Sr. Jorge Dohler, ela jamais seria compreendida pelos jovens de 1941, pois naquela época o cavalo, a carroça e a canoa eram os únicos meios de transporte. Não havia edifícios (...) . *“Joinville naquele tempo não passava de uma colônia com ruas sofisticadas no meio da mata virgem e como bem disse um de seus*

²²³- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 29 de outubro de 1941. Ano XX. N. 3603. p.6

²²⁴- id. ibidem.

²²⁵- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 24 de outubro de 1941. Ano XX. N. 3599. p.3

*entrevistados, que então os macacos ainda pulavam nas ruas, que hoje são orgulho de nossa cidade”.*²²⁶

As mudanças eram evidentes e os mais idosos viam somente o progresso, não enxergavam os problemas dele decorrentes e se indignavam com os mais novos de terem coragem de reclamar daqueles tempos. O Sr. Alvino Tobert, resume esta forma de pensar quando reduz os percalços da vida como missão, numa visão maniqueísta de que ao se possuir coisas boas, evidentemente passam a existir as coisas ruins.

Peço licença para dizer em primeiro lugar que acho a vida boa. Cada um deve ocupar a sua missão na terra e é justamente quando alguém deixa de fazer suas obrigações, principalmente de ordem pública que me aborreço.

*É impossível imaginar o mundo feito de coisas totalmente agradáveis. Muito existirá na vida de cada qual que se coloque de forma desagradável com seus desejos. Mas o que será isto se não a própria razão de ser da existência? É natural que encontremos percalços, mas sem eles, a vida seria impossível”.*²²⁷

Para o Sr. Eugênio Boehm *“a vida só é má para aqueles que estavam habituados a encará-la de forma folgada, não pensando, talvez, que o mundo marcha incessantemente, que não haja paralisação ou retrocesso”*(...).²²⁸

O sapateiro Conrado Koenig, diz que a *“vida , sem dúvida, poderia ser melhor. Todos nós lutamos para viver. Eu por exemplo, procuro sempre o seu lado melhor embora muitas vezes tenha motivos de queixas. Não sou nenhum estudado para lhe falar sobre ela, nada aprendi de filosofia. Sou profissional, e faço o possível para dar o sustento para minha família”.*²²⁹

O fato de não ser estudado, não lhe dá direito de reclamar e de querer muito mais do que possui, pode até ter queixas, ver *“os abusos contra o povo”*, mas o conformismo e o imobilismo estão presentes em quase todos as entrevistas, em nome da ordem e da harmonia social, fazendo-nos perceber como está introjetado o discurso institucional, não lhes restando muita coisa a não ser resistir, buscar formas de sobreviver e burlar as imposições que o

²²⁶- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 1 de novembro de 1941. Ano XX. N. 3606. p.3

²²⁷- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 4 de novembro de 1941. Ano XX. N.3608.p.3

²²⁸- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 8 de outubro de 1941. Ano XX. N.3586. p.3

²²⁹- Entrevista por Acaso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 15 de outubro de 1941. Ano XX. N. 3592. p.3

sistema impõe. Pesa sobre suas cabeças uma enorme responsabilidade diante do novo, das legislações e das suas próprias vidas, que não poderá depender das benesses do Estado e dos poderes locais.

3.2. - NOVOS OLHARES VELHOS

As reflexões abaixo, dizem respeito às lembranças de dois cidadãos joinvilenses do nosso cotidiano, que viveram este século. Suas vidas serão transpostas como agentes do processo histórico que foram, como testemunhas das transformações políticas, culturais e sociais ocorridas na primeira metade do século XX.

Não se pretende uma história de vida, mas, sim, perceber como o Senador Carlos Gomes de Oliveira de 100 anos, e o Sr. Adolfo Bernardo Schneider com 88 anos, na ocasião destas entrevistas, testemunharam este período conturbado. Pessoas com uma memória especialmente coerente, com experiências de vida excepcionais, o que torna seus testemunhos muito especiais.

Como afirma Ecléa Bosi : (...) *“lembrar não é reviver, mas refazer. É reflexão , compreensão do agora a partir dos outros; é sentimento, reaparição do feito e do ido, na sua mera repetição, é reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje ,as experiências do passado”*.²³⁰ Será com este espírito que as transposições das duas entrevistas serão apresentadas, memória como forma de conservação do passado, analisada no presente, após uma longa experiência de vida e avaliação de valores antigos e atuais numa preocupação de buscar a luta dos trabalhadores nos seus dois lados, como patrões e como empregados que foram, fruto de suas amplas experiências

“A perda da memória diretamente relacionada ao aumento de vida biológica, parece compensada por uma renovada clareza nas lembranças das fases da juventude da

²³⁰ - BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo. EDUSP, 1987, p.1

própria vida”²³¹ Como é a primeira metade do século que interessa, achou-se de extrema relevância estes depoimentos.

3.2.1 - CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Nasceu em 12 de outubro de 1894 em Joinville. Filho de Francisco Gomes de Oliveira, natural de São Francisco, dedicado à política e proprietário de uma indústria de cal. Sua mãe, Isabela Vieira Gomes de Oliveira, nascida no município de Penha/ SC.

Casou-se em 1921 com Sara Gomes de Oliveira, filha de Procópio Gomes de Oliveira*, um dos proeminentes líderes da vida pública joinvilense, com quem esteve casado 71 anos.

Estudou o primário em várias escolas da localidade que ministraram o ensino em português. Mais tarde estudou na “Deutsche Schule”²³², onde passou pouco tempo e pouco pode aprender, pois ali todas as aulas eram em alemão. Concluiu seus estudos primários no grupo escolar “Orestes Guimarães” mais tarde “Conselheiro Mafra” e em 1910 foi para Florianópolis, para o Colégio Catarinense, onde levava três dias de vapor para chegar.

Formou-se em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, transformando-se em fins de 1918, no primeiro advogado nascido em Joinville.

De 1919 a 1934 dedicou sua vida ao jornalismo e à política. Na Velha República praticamente não havia partidos de oposição e em Santa Catarina o Partido Republicano Catarinense (PRC) fundiu-se com o poder e dominava o Estado.

Carlos Gomes havia apoiado Abdon Baptista²³³ para o governo do Estado, por isso, Hercílio Luz ao invés de nomeá-lo para promotor público de Joinville, enviou Ulysses

• Pertenciam a um amplo clã luso-brasileiro, e tinham um parentesco distante. Procópio Gomes de Oliveira, ocupou por duas vezes o cargo de superintendente de Joinville, (1902 a 1906 e 1911 a 1914)

²³¹ - GARRIDO, J. As fontes orais na pesquisa histórica : uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, V.13, N. 25/26, p. 38

²³² - Escola de Ensino em alemão de Joinville. No seu local, hoje fica o Colégio Bom Jesus

Costa, “um baiano, e totalmente fora das tradições catarinenses”, com a missão de exercer a função de chefe político o que para Carlos Gomes era um absurdo, “um juiz de direito se arvorar em chefe político”.

Com a finalidade de combater a política de oposição que se fazia a Abdon Baptista e aos enviados políticos de Hercílio Luz a Joinville, seus artigos no Jornal de Joinville²³⁴, onde foi seu redator fundador, começam a mudar de tônica e acaba, junto a seu cunhado Plácido Gomes, fundando um outro jornal, o “Jornal do Comércio”, combatendo a política Hercilista, via Ulysses Costa que “como juiz partidário não poderia inspirar confiança”.

O governo de Adolfo Konder em 1924, com a finalidade de minimizar as diferenças políticas, nomeia Carlos Gomes como chefe escolar da região, que não aceita a remuneração do cargo, mas exige recursos para dotar as crianças de caderno e lápis.²³⁵

Preocupado com a educação das crianças, principalmente as lusas, filhas de pessoas mais simples, procura melhorar os salários dos professores e fazer uma pré-seleção, para que somente os professores capacitados pudessem ministrar aulas e assim poder exonerar os desqualificados.

No final da década de 20, restaura seu antigo jornal para apoiar a candidatura de Max Colin à prefeitura, mais uma vez opondo-se ao candidato apoiado por Ulysses Costa que era Hans Jordan, e afirma que Max Colin teria ganho as eleições, caso não tivesse ocorrido a Revolução de 30 que acabou não permitindo as eleições.

Foi nomeado membro do Conselho Consultivo Municipal da Câmara dos Vereadores e prefeito interino durante dois meses em 1927. Elegeu-se deputado estadual em 1928. Com a Revolução se filiou ao Partido Liberal.

Integrado ao grupo getulista por ter como proposta o combate as oligarquias e as farsas das eleições. Queriam o voto secreto e a justiça eleitoral, acabou sendo convidado ao cargo de Interventor do Estado, cargo que não aceitou para se candidatar a deputado constituinte em 1933, onde sua atuação efetiva se deu na área da educação e do ensino, no

²³³ - Abdon Baptista em Joinville exerceu grande liderança política até 1920, além de médico, ascendeu socialmente com seus negócios relacionados à erva-mate, quando esta entra em declínio por volta de 1918, no mesmo período em que disputava o governo do Estado. Sofre grande oposição de Hercílio Luz que se elege apoiado em Lauro Muller.

²³⁴ - Este jornal tinha como princípio seu não envolvimento nas questões políticas, embora fosse do P.R. C.

²³⁵ - Carlos Gomes de Oliveira - 100 Anos. **Jornal A Notícia**. Caderno Especial. Joinville, 2 de setembro de 1994. p.4

intento de um processo democrático . Depõe Carlos Gomes: (...) *“fui constituinte e fiz com que se introduzisse um artigo na Constituição, determinando que o ensino primário só pudesse ser ministrado em língua portuguesa. Hoje vejo com satisfação que entre os descendentes de brasileiros, os “caboclos”, e os descendentes de alemães, não existe mais discriminação, pois, na época, havia muita rivalidade”*.²³⁶

Nas eleições de 1935, assumiu uma cadeira na Câmara Federal, onde teria grande atuação, principalmente na Comissão de Justiça. Neste período os alemães não aparecem muito na política local, temerosos das situações que se apresentavam no Estado e nos municípios, os brasileiros, caboclos, se apresentavam mais audazes e os alemães mais tímidos para a política .²³⁷

Em 1937 com o Estado Novo, acabou as lideranças políticas locais “Getúlio seguia sua política trabalhista, no sentido de amparar os trabalhadores pequenos”.

Os teutos praticamente não faziam uma oposição a Getúlio, eram muito reservados nos assuntos políticos. Mas com o aparecimento do Integralismo, fez com que a população germânica, se integrasse ao movimento, pelas insígnias, aparências, disciplina, uniformes, empolgando a população alemã educada no prussianismo.

O importante é notar que a influência do integralismo foi tão forte na região, que mesmo o Dr. Plácido Gomes que havia sido oposição política ferrenha ao PRC da região, lutando pelos menos favorecidos, etc., chegou a aderir ao integralismo, vestindo camisa e tudo.

Após o golpe de 1937, Carlos Gomes foi nomeado diretor do Instituto do Mate, mas, antes disso, foi relator de um projeto para a defesa das instituições democráticas contra o comunismo, o que, de uma certa forma, favoreceu o golpe getulista. Acreditava na existência do plano Coehn como um plano de comunização do país, e o golpe aconteceria com Getúlio, sem Getúlio ou contra o Getúlio, pois as Forças Armadas estavam inquietas, assim como o Estado Maior.

Chamou a atenção para outras lideranças locais, como o Sr. Otto Boehm, diretor do “Kolonie Zeitung” e que arregimentava grande grupo de seguidores teutos, que, descontentes

²³⁶ - id. ibidem. p.4

²³⁷ - OLIVEIRA, Carlos Gomes. Entrevista concedida a Professora Encida Raquel S. Thiago. Barra Velha/ Sc, Rua Carlos Gomes de Oliveira n. 510, em 1978, às 15:00 horas . Fita n. 1 lados 1 e 2.

com a política de nacionalização de Getúlio possuía mais seguidores entre os trabalhadores do que o próprio PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), do qual era um de seus aliados.

*O meu trabalho sempre foi sincero. Eu achava e ainda acho que é preciso defender as classes menos favorecidas e atuei sempre dentro dessa preocupação, sem me sujeitar a certas contingências que, às vezes, até a necessidade material, cria. Nunca tive compromissos que fugissem dos meus princípios. Nunca me submeti a situações que me tirassem a liberdade de pensar, de dizer e de fazer como eu achava que deveria ser feito. A minha tese sempre foi a defesa do trabalhador, do pequeno, que lutava pela criação de sindicatos e por aqueles que realmente necessitavam de uma assistência mais do que os grandes que, com seus recursos, se assistem convenientemente.*²³⁸

Com a nacionalização , as escolas fizeram o papel da integração da língua e hoje ele se “sente confortado pois ele foi um dos elementos que mais atuou para que Joinville deixasse de ser uma pequena Alemanha”²³⁹.

Questionado se esta nacionalização não teria provocado um certo atraso cultural, respondeu:

Eles realmente tinham uma cultura mais adiantada do que a nossa, quando nós não tínhamos nem escola municipal , eles já tinham até o ginásio, na verdade eles estavam muito mais adiantados que nós, mas com a Segunda Guerra Mundial, isto tendeu a desaparecer (...)

*Os alemães naquela época tinham muita resistência às influências caboclas, pois realmente nós éramos muito atrasados, mas ao mesmo tempo eles se beneficiariam muito das influências caboclas, basta dizer que Abdon Baptista no seu período político na região, constituiu seu grupo basicamente de caboclos, defendeu interesses teutos. Foi a indústria da erva- mate, feita por brasileiros caboclos que viria a dar impulso econômico a região e depois a Empresa de Luz, foi também iniciativa dos caboclos que somos nós (...), mas que constituída por alemães e dirigida por nazistas. Por aí é de avaliar-se a luta em que os caboclos, como eu, vivem, com adversários que contra nós procuram arrebatam o único predomínio que nos resta, o político, porque o econômico e o numérico é deles.*²⁴⁰

²³⁸ - TERNES, Apolinário. *Dossiê dos 100 Anos*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Pallotti, 1994, p.72

²³⁹ - OLIVEIRA, C. G. Entrevista concedida a Professora Eneida Raquel S. Thiago.

²⁴⁰ - id. *ibidem*.

Embora fosse um defensor da política do nacionalismo, foi terminantemente contra aos exageros cometidos pelos nacionalistas, chegando a interferir tanto junto ao governo federal quanto ao estadual, pelas medidas de excesso tomadas, muitas vezes contra pessoas inocentes.

A partir de 1942, assumiu a presidência do recém criado Instituto do Mate, tornando-se um dos maiores conhecedores do assunto. Com a queda de Getúlio, volta a Santa Catarina para dirigir a Secretaria do Interior, Justiça e Educação e logo após é galgado ao cargo de consultor jurídico à nível de Secretaria de Estado onde se aposentaria por volta de 1960.

Nas eleições de 1950, no desenrolar do conflito e alianças entre UDN e PTB, foi eleito senador numa disputa contra Nereu Ramos, que naquele momento era apoiado pelo PSD de Getúlio e que, em praça pública, em Florianópolis, apoiou Nereu.

No senado além dos seus quase 400 discursos, também integrou várias comissões técnicas, destacando-se a Comissão de Justiça, de Legislação e Trabalho e presidiu por longo tempo a Comissão da Reforma Administrativa, Econômica e de Relações Exteriores. Nesses discursos, percebem-se algumas preocupações básicas com o ensino, com a questão do trabalho e com as relações entre patrões e empregados.

Em 1955, preside o senado na posse do presidente Juscelino Kubitschek, e em 1960, tenta a reeleição ao senado junto a Doutel de Andrade, muito ligado a João Goulart.

- Mas a dobradinha desta vez não funcionou, diz Carlos. Os tempos eram outros. Comecei a ficar cansado da política, (contava então 66 anos de idade). Isto é, não exatamente da política, que é algo inerente a todos nós, mas da prática política. Acabei então vindo embora para Joinville e Barra Velha e gozar da minha modesta aposentadoria.

Abandonei a política sem desencanto nenhum. Não tenho do que me queixar. Nunca fui ambicioso. foram as próprias contingências da vida que me legaram a ser aquilo que nunca pleiteei. Por isto estou em paz comigo e com o mundo.²⁴¹

²⁴¹ - CALDAS FILHO, Raul. Depoimento . **Jornal O Estado**. Florianópolis, 6 de outubro de 1977. In: Ternes, Apolinário. "Dossiê dos 100 Anos". Porto Alegre, Pallotti, 1994.

Na entrevista, concedida em 1993 ²⁴², com o objetivo de conhecer melhor as questões trabalhistas de Joinville, iniciou comentando que sua vida política começou no “Jornal de Joinville” em 1919, porque o Jornal para a vida política era essencial : *“então a gente fazia política pelo jornal. (...) A atividade jornalística sempre leva à política”*.

Os jornais que circulavam até então em Joinville, eram em alemão, sendo o mais importante o “Kolonie Zeitung”, tradicional jornal dos alemães, que não permitia aos lusos acesso às informações locais, uma vez que estes não liam em alemão.

Algum tempo depois o senador percebeu que seria impossível se manter distante das questões políticas locais, envolvendo-se muito mais nestas atividades do que na advocacia, deixando cada vez mais distante seu sonho de ser o primeiro Promotor Público de Joinville.

Junto a seu cunhado e primo Sr. Plácido Gomes, em 1924 fundaria um jornal “com espírito político”, o “Correio de Joinville”, para combater a política de oposição que vinha sendo feita a Abdon Baptista.

Ainda como articulista do Jornal de Joinville em 1922, escreveu um artigo com alguns comentários favoráveis ao Movimento dos 18 do Forte de Copacabana, que acabou lhes custando, a ele e a seu cunhado Plácido Gomes, uma prisão no Rio de Janeiro, ficando vinte dias na cadeia como presos políticos, por incitarem a subversão. É com muito regozijo que se lembra deste episódio, pois no seu retorno a Joinville, *“recebemos uma manifestação pública e destas que foi talvez a maior daquele tempo”*, provocando seu definitivo ingresso na política.

Dos movimentos sociais de 1920, lembra-se que seu cunhado vivia envolvido nas cooperativas e que ele também trabalhou neste setor : *“O nosso trabalho era no sentido trabalhista, nós fazíamos o trabalho junto aos operários, e foi assim que começamos a vida política, através da idéia trabalhista”*. Para ele, *“ as questões trabalhistas apareciam juntamente conosco [ele e seu cunhado] quando nós fomos inicialmente ativando esta questão do trabalho e o problema do trabalhador”*.

Apoiavam as cooperativas *“para defenderem os trabalhadores, na defesa do trabalhador, era o nosso objetivo, nosso esforço, combatendo a exploração trabalhista, este*

²⁴²- OLIVEIRA, Carlos Gomes. Entrevista concedida a Iara Andrade Costa. Joinville/SC, 20 de out. 1993. às 10:00 horas, na Rua Desembargador Nelson Guimarães, 189. Fita 1, lado A.

era o nosso objetivo”. Na entrevista concedida à professora Eneida Raquel, o senador assim coloca a sua opinião a respeito das cooperativas:

“Defendeu o Fundo Sindical que ajudou muito a criar um espírito de sindicato. Enquanto diretor do Instituto do Mate, criou uma cooperativa de cima para baixo e convocava os produtores e lá se explicava o que era cooperativa e dava-se os fundos necessários que ajudavam a criar um sentimento cooperativista.

O trabalhador não sabia o que era sindicato, impunha-se de cima para baixo para educar a população”.²⁴³

Após sua saída do Jornal de Joinville, o seu proprietário, o Sr. Eduardo Schwartz, alegava que eles defendiam os trabalhadores, para usar isto politicamente, que defendiam o trabalhador para se promoverem na política. O senador Carlos Gomes diz o seguinte a este respeito:

No fundo, nós éramos políticos, e éramos acusados como políticos, como defensor de uma idéia, que era a idéia trabalhista. (...) O trabalhador era a vítima, era explorado, sem saber, sem se aperceber. Ele era explorado sem se aperceber que o era. Hoje a questão trabalhista já não é tão séria, porque todos já tem consciência de sua situação, e o patrão consciência do dever para com o trabalhador. (...) Nós trabalhávamos no sentido do empregado, mas sem oposição com relação aos trabalhadores (...), nós queríamos lhes dar garantias legais (...), e para isso era necessário a política. (...) Todos procuravam angariar votos no setor trabalhista. Eu sempre me engajei no princípio do tabalhismo(sic), como advogado eu via que não havia justiça para os mais pobres, os pequenos não têm acesso à justiça. [Na entrevista concedida à Professora Raquel,²⁴⁴ ele acrescentou que:] (...) Na década de 20 não havia estabilidade social e econômica e que fazer oposição era uma temeridade. O “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro era de oposição Independente, e quase sempre contra o governo, mas este quase nunca chegava aqui. (...) As oposições tinham vida efêmera. Era uma temeridade agir na oposição. A gente se expunha muito. O governo tinha tudo na mão. O delegado de Polícia era o cabo eleitoral do governo .²⁴⁵

²⁴³- OLIVEIRA, C.G. Entrevista concedida à Professora Eneida Raquel S. Thiago. Barra Velha/SC, 03 de julho de 1981. Fita 3, lado A

²⁴⁴- id. ibidem

²⁴⁵- OLIVEIRA, C.G. Entrevista Concedida a Iara Andrade Costa, Joinville, 20 de out. de 1993.

Ser jornalista naquele período era muito fácil, e comumente se associava política ao jornalismo como forma de se colocar e se expressar na sociedade. *“Não havia propriamente um trabalho de oposição ao patrão, nós não atuávamos na política pensando somente no trabalhador, nós pensávamos no resto em geral (...) diante desta exploração e da falta de justiça para o trabalhador, então nós defendíamos o trabalhador porque queríamos tirar proveito da situação como político, né!”*²⁴⁶

O senador Carlos Gomes afirma que : *“aqui existiam jornais operários, no sentido de defender o operário, apresentando reivindicações do operariado e que eram jornais que defendiam o pequeno contra o grande da exploração. (...) Estes órgãos de defesa, que nós criamos, foi sempre, no fundo, com o sentido político de defender o operário do opressor capitalista”*²⁴⁷. Hoje ele não saberia nos informar o destino dado a estes órgãos de conscientização e divulgação das atividades operárias.

Julgando a ação do patronato em relação a suas atividades diz: *“os patrões viam nossa ação como uma ação trabalhista contrária aos interesses deles. Eles gostariam de ter tudo aquilo que fosse do interesse deles e não do interesse do trabalhador”*.²⁴⁸

Questionado se as questões trabalhistas eram maiores entre os teuto-alemães ou entre os luso-brasileiros, respondeu: *“Aqui não tinha propriamente o alemão e o português como trabalhador. Ambos eram vítimas (...), mas o alemão não era tão vítima. O alemão era de outra cultura. Eles tinham cultura social mais adiantada e aí não eram tão vítimas. Possuíam a cultura do trabalho, do trabalhismo”*.²⁴⁹

As questões trabalhistas, nesta época, surgiram quando estes começaram a se organizar, mesmo antes de sua chegada em Joinville em 1919, já existiam os problemas do trabalho. *“Nós não começamos, nós fortalecemos a campanha, (...) O Plácido, já existia. Ele começou a política antes de mim. Eu já encontrei o Plácido lutando (...) ele já agitava os operários, em defesa dos interesses deles”*.²⁵⁰

²⁴⁶ - id. ibidem

²⁴⁷ - id. ibidem

²⁴⁸ - id. ibidem

²⁴⁹ - id. ibidem

²⁵⁰ - id. ibidem

Outro elemento que se lembra de lutar como líder dos operários, era o “Chico Sapateiro, *“este defendia os operários, como nós também (...) e por isso o pessoal queria ver o Chico pelas costas”*.²⁵¹ O consideravam açulador de greves e os operários que o seguiam, quando terminava o movimento paredista, culpavam-no de ter feito a greve .

Um outro momento importante nas lembranças do Senador Carlos Gomes foi o integralismo. *“O integralismo era dito como política (...) do patrão contra o operário, lutando só. (...) Ele dizia que defendia o trabalhador, mas também defendia o patrão, né! Então é por isso que grande parte defendia o integralismo, que era fascista. Fascismo e Comunismo confundiam-se, né! Era uma confusão natural (...) mas não havia comunismo propriamente, quase não se falava em comunista”*.²⁵²

O Integralismo aqui, foi muito mais forte que o nazismo, e para o senador isto era uma coisa natural. Elegeram prefeitos aqui em Joinville [Aristides Largura].

Como líderes do partido de oposição ao PRC, o senador e seu cunhado sempre apoiaram prefeitos e governantes oposicionistas. Conflitavam-se com os interesses da ACIJ (Associação Comercial e Industrial de Joinville), *“pois eles eram um órgão de defesa do patrão. (...) e nós éramos contrário, pois nós tínhamos decidido pelo operário (...). Sentíamos por fim que era uma tendência natural. Defender o pequeno”*.²⁵³

Outro ponto que muito marcou esta fase de sua infância e que se lembra com muitos detalhes foi o período de sua escola:

(...) nossa escolinha era escolinha de caboclos; chegava-se lá a professorinha muito cansada, os meninos tudo doente [barrigudo]. A gente entrava, sentava, conversava, ela falava com os meninos. Foram assuntos que me preocuparam muito. Que era a nacionalização [outro fator de oposição na cidade a sua pessoa, que só falava o alemão] (...).

*Nós éramos considerados adversários, inimigos do alemão, não podíamos num mundo germânico como era Joinville (...)concordarmos com as diferenças à nível de escola, por isso mesmo é que tivemos tanto assunto no mundo político. (...)*²⁵⁴

²⁵¹ - id. ibidem (ver greve do Moinho no Cap. IV).

²⁵² - id. ibidem

²⁵³ - ib. ibidem

²⁵⁴ - id. ibidem

As escolas funcionavam a título precário e era inconstante a presença de professores. Por isso, sua máxima enquanto político, era: *“Educar, mais do que simplesmente alfabetizar, é um imperativo de consciência para com a nossa gente...”*

O ensino, a nacionalização e a emancipação dos pobres foi sempre objeto permanente de sua luta e de seus projetos políticos que, como senador, pôde transformar em projetos de leis suas idéias em favor do ensino público brasileiro. Primeiro, dotando este de verbas capazes de viabilizar a construção de escolas cada vez melhor equipadas, depois, batalhando pela nacionalização do ensino, forçando a adoção da língua nacional nas escolas, a proposta da merenda escolar pioneiramente adotada em Santa Catarina. Foi proposta sua, também, que o ensino primário só poderia ser ministrado em língua portuguesa.

A questão da nacionalização e da integração dos estrangeiros na vida nacional também sempre estiveram presentes na sua vida política, mesmo como advogado, defendendo muitos alemães dos arbítrios da política getulista.

Sobre sua opção sincera pela defesa do trabalhador, do pequeno, do humilde, dedicou uma vida inteira em defesa de princípios e instrumentos que possibilitassem a gradativa melhoria do trabalhador, quer seja na elevação do salário, na criação de sindicatos, na organização da classe na busca de benefícios e garantias, quer como intermediador nos momentos críticos de crise entre patrões e empregados. Isto observaremos no próximo capítulo.

Defendeu a participação dos empregados nos lucros das empresas, no sindicalismo, no direito ao abono familiar e da merenda escolar. Defendeu, também, a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas escolas, com o objetivo de integração dos imigrantes europeus e seus descendentes.

Sua vida política percorreu desde a Primeira República. Viveu o período da primeira e da segunda Guerra Mundial, a Revolução de 1930, e o período completo da Segunda República, desde sua primeira fase, do governo provisório, entre os anos de 1930 e 1934, até o segundo período Constitucional, de 1934 a 1937.

Acompanhou o Estado Novo de Getúlio e participou do processo democrático pós 45 na Quarta República de 1946 a 1964, dos movimentos presidenciais, e dos cargos a serem ocupados á nível local e estadual.

Após a década de 60, mesmo teoricamente afastado da vida política, nunca se omitiu de manifestar suas idéias e defender seus pontos de vista no combate e na defesa de uma política voltada aos pequenos, tendo como sonho a construção de um país melhor, mais

solidário, mais fraterno e moderno, participativo e democrático. Isto o levou a se envolver e trabalhar em todas as atividades da vida pública.²⁵⁵

3.2.2 - ADOLFO BERNARDO LUIZ SCHNEIDER.

O Sr. Adolfo Schneider nasceu em 6 de janeiro de 1906, em Joinville. Sétimo filho do casal alemão - Karl Friedrich Adolph Schneider, imigrado em 1881 da Turingia e de Dona Johanna C. Hedwiges Schneider, imigrada em 1888 do Brunsvique. Sua primeira escola foi a “Escola Alemã” - Deutsch Shulle, de ensino em alemão, na qual ficou até os dez anos. Foi transferido para o internato do Colégio Catarinense em Florianópolis, onde seu grande

²⁵⁵ - TERNES, Apolinário. Cronologia: alguns dados mais significativos. In: **Dossiê dos 100 Anos. Carlos Gomes de Oliveira**. Porto Alegre, Palitai, 1994, p. 101/104.

- 1894- nascimento em 12 de outubro em Joinville.
- 1906- Participa , ao lado do pai, da recepção ao presidente do Brasil, Afonso Pena.
- 1913- Ingressa na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo.
- 1919- Inicia carreira de advogado e jornalista, em Joinville, como diretor e redator de “Jornal de Joinville”, fundado em janeiro.
- 1923- Nomeado inspetor de Ensino Municipal.
- 1924- Publica, em São Paulo, “Sociedades Irregulares”, estudo jurídico no campo do direito comercial.
- 1926- Diretor da “Força e Luz”, em São Francisco do Sul, empresa que dotará o município de energia elétrica.
- 1927- É nomeado prefeito-substituto em Joinville.
- 1928- É eleito deputado estadual em Santa Catarina, com mandato até 1930.
- 1931- Nomeado subchefe de polícia em Florianópolis; Nomeado Secretário de Educação e Justiça do Estado.
- 1933- Nomeado deputado-constituente para a elaboração da Constituição Federal de 1934;
- 1934- Eleito deputado Federal, com mandato até 1937;
- 1939- Publica o livro “Nacionalização e Ensino”;
- 1940- É indicado diretor do Instituto Nacional do Mate, por Getúlio Vargas (...) até fins de 1944;
- 1951- Elege-se Senador da República, pelo PTB (...)
- 1955- Preside o Senado na posse do presidente Juscelino Kubitschek, a 31 de janeiro de 1955;
- 1957- Integra a delegação brasileira, sob a presidência de Oswaldo Aranha, que participa da assembléia da ONU, em Nova Iorque, durante três meses;
- 1960- Candidata-se a vice-governador de SC na Chapa de Irineu Bornhausen;
- 1970- Assume a cadeira número 8 da Academia Catarinense de Letras, no dia 24 de novembro;
- 1985- Lança o livro “Integração, estudos sociais e históricos de Joinville”, a 16 de agosto;
- 1986- Lança o livro “Constituente e Constituição”, em outubro;
- 1992- É lançado o livro “Atuação Parlamentar”, na assembléia Legislativa de Santa Catarina, em novembro;
- 1994-A Universidade Federal de Santa Catarina concede o título “Honoris Causa”, em 28 de junho, seguindo-se à partir desta data uma série de comemorações e títulos que lhe foi outorgado pelas mais diversas instituições catarinenses.

problema eram as aulas ministradas em português, pois ele praticamente só falava o alemão. Somente em 1923 saiu de Florianópolis, após ter concluído o nível secundário. Em 1925 foi para a Alemanha, Hamburgo, para a Escola Superior de Comércio, “Buesch - Institut”. Enquanto estudava, trabalhava na Casa Bancária de John Buremberg, Gossler e C^o. , onde era correspondente de línguas estrangeiras (português, castelhano e alemão).

Após a crise de 29 e a grande depressão mundial seguida de ondas de desemprego, retorna ao Brasil em 1930, já casado em Hamburgo com a Sra. Bertha Johanna Gretchen. Em 1937 inicia seu trabalho no Comércio e Indústria Germano Stein, S.A. , de onde somente se afastou em julho de 1969, após 32 anos de serviços como chefe dos setores de Cadastro, Crédito e Cobranças. Com o passar dos anos sua seção virou uma verdadeira Escola de Comércio.

Após sua aposentadoria do Comércio, dedicou-se a profissão de escritor e historiador ²⁵⁶ de Joinville, objetivando resguardar e perpetuar suas memórias e seus patrimônios históricos, onde, até hoje, permanece pesquisando e travando batalhas para que Joinville não perca sua identidade.

Em 1970 foi designado Diretor da Biblioteca Pública Municipal pelo Prefeito Rolff Colin e em 1972 acumulará o cargo de diretor do Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Em 1971 foi eleito presidente da Academia Joinvilense de Letras e mais tarde nomeado cidadão benemérito de Joinville. ²⁵⁷

²⁵⁶ - Começou a escrever para o público em 1950, quando colaborou na “Vida Nova”, com o pseudônimo de “Santos Reis”, interessado já , “em escrever sobre as coisas da terra”, sua história, seus museus, seu folclore, seus sambaquis, etc. Em 1958, escreveu um livro sobre “As Vendas a Prestação”, em 1957, alguns livros sobre o Contestado, em 1959 sobre o Rio Grande do Sul. Escreveu também duas peças de teatro focalizando aspectos natalinos próprios da colonização germânica no Brasil. Seus principais trabalhos foram: “Os destinos dos passageiros do brigue “Emma e Louise”(1961/62) , A “História da Fundação de Joinville”(1963/68), A “Odisséia dos Noruegueses”(1965), “A Participação de Joinville, pelo seu contingente de voluntários alemães e suíços, na guerra do Paraguai” (1966), Conferência pronunciada no Centenário da Batalha de Tuiuti, em 1966. “Nossa Boa Terra”, “Contos e Crônicas da Terra dos Príncipes”. Organizou o Arquivo Histórico de Joinville, catalogando e buscando as documentações para reunir as fontes da História de Joinville. Colaborou na escritura da história das primeiras Sociedades na Antiga Colônia Dona Francisca (1958), “Lembranças da fundação da Sociedade Harmonia Lyra”, a “Sociedade dos Atiradores de Joinville” e a “Sociedade de Ginástica de Joinville”.

Escreveu também sobre vultos ilustres da Antiga Colônia Dona Francisca. Um de seus últimos livros lançado em 1994 foi sobre “Memórias I de um menino de 10 anos - abrindo a minha caixa preta”. Uma autobiografia, da qual segundo ele, se Deus lhe der tempo, ainda pretende lançar os outros nove volumes restantes. Além destas obras, possui uma série muito grande de artigos publicados nos jornais locais e correspondências aos Arquivos Nacionais e Internacionais em busca de fontes que pudessem esclarecer a História de Joinville.- Dados retirados da Pasta Número 50 D - “Adolfo Bernardo Schneider”, no Arquivo Histórico de Joinville.

²⁵⁷ - **SCHNEIDER**, Adolfo Bernardo. Pasta 50 D , Arquivo Histórico de Joinville, onde existem recortes e muitos de seus artigos escritos para a imprensa e parte de suas memórias.

Na entrevista realizada com o Sr. Adolfo Schneider ²⁵⁸ teve-se como objetivo conhecer as formas de pensar a questão do trabalho na primeira metade do século e como eram as relações trabalhistas antes da publicação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). O interesse era escutar as experiências de um trabalhador que, embora estivesse na função de chefia, tinha contato direto com outros trabalhadores de diversas empresas por trabalhar no comércio e vivenciar o drama dos assalariados.

Para ele, a criação do Ministério do Trabalho e toda a legislação decorrente do período Getulista, foram “conquistas” dos trabalhadores e de excelente repercussão junto aos empregados.

(...) as relações eram de caráter pessoal. Não havia Carteira de Trabalho, não havia férias, não havia nada destas conquistas do trabalhador, depois desta legislação.

Eu me lembro que em 1930,35,36, 37, foi criado em Joinville uma agência do IAPC, já era comerciário, era empregado da Casa do Aço que pertencia ao meu irmão. Naquela época, surgiu a necessidade de cada um fazer sua Carteira de Trabalho, e aí então, houve uma certa resistência da parte dos patrões. (...) eles não tinham confiança. Achavam que seria mais um imposto, mais uma ladroeira que o governo estava fazendo, e não dava nada em troca (...). Quando o homem chegava à idade de ser aposentado, cadê, cadê a aposentadoria, cadê o dinheiro? Cadê? Não é! ²⁵⁹

Como a região havia ficado praticamente isolada pelo governo federal, cuja atuação, aqui, praticamente se limitava em cobrar impostos, a população desconfiava de tudo que viesse como medida do governo federal, uma vez que não tinham representatividade e nem ajuda de espécie alguma a não ser as advindas de seus próprios esforços e alguma coisa da Alemanha.

(...) havia resistência [referindo-se às medidas federais em geral] . Porém, eu conheci naquela época Agostin Prodam, que era inicialmente um agente do IAPC, aqui em Joinville. Então ele me falou: Olha Adolfo, você faz o que quer, mas eu acho que você deve fazer a Carteira. Eu fui um dos primeiros empregados da firma

²⁵⁸- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Entrevista concedida a Iara Andrade Costa, Arquivo Histórico de Joinville/Joinville/ SC, 29 de nov. de 1993, das 16:30 as 18:20 horas, Fita 1, lados A e B.

²⁵⁹- As referências citadas em itálico números 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99. São referentes a entrevista citada acima.

Schneider da Casa do Aço, ih!, ..., os colegas quando viram que eu como irmão do chefe tava fazendo, eles também fizeram. Acho que todos eles estão gratos que fizeram, pois na realidade, a Carteira de Trabalho, como se diz, foi uma grande conquista, porque até ali quem era empregado, ou mesmo também os patrões, eles não tinham ..., não tinham a garantia, o que seria deles na velhice, depois que eles deixassem de trabalhar, seja forçados pela idade ou seja forçados por outras razões, então eles não tinham garantias nenhuma. Era costume em Joinville, aqui eles trabalhavam e iam comprando terrenos, a nossa aposentadoria estava baseada em terrenos. Era costume os casais comprarem um terreno para cada filho, para quando eles fossem velhos, até lá eles teriam construído em cada terreno uma casinha e poderiam viver só de alugueis (...) sempre houve necessidades de casas para alugar(...).²⁶⁰

Sobre a questão se foi uma conquista do trabalhador ou uma dádiva do Estado, o Sr. Adolfo afirmava ser uma conquista mas justificava através do personalismo da política ideológica getulista, mostrando o quanto era forte a introjeção da propaganda trabalhista.

(...) foi uma conquista, mas conquista esta que estava dentro da política de nação de Getúlio, mas este negócio já vinha desde Arthur Bernardes, que foi presidente de 22 até 26, depois Washington Luiz de 26 até 30, e já naquela época se juntaram contra a inflação, inclusive naquela época saiu a nota de 500 contos com garantia de ouro, onde a entrega desta nota, se entregava e recebia o valor em ouro. Estas notas valiam uma fortuna, quem tinha era rico. Então o Getúlio entrou numa fase onde uma porção de projetos estavam em andamento, inclusive o projeto do trabalhismo, e dentro deste projeto ele foi fazendo as coisas. Nomeou o Ministro do Trabalho que era bem quisto e era competente, e assim surgiu o Ministério do Trabalho, no tempo do Getúlio, né! (...) foi a melhor coisa que ele fez em 30 (...). Então nós devemos ao pai dos pobres esta legislação trabalhista.²⁶¹

Seu primeiro emprego quando moço com 18 anos, foi com o seu pai, Carlos Schneider, onde ganhava 50 réis por semana, para ter “*um dinheirinho para passear*”. Logo após foi para Alemanha estudar numa Escola Superior de Comércio.

(...) eles depois achavam que se sabe português, sabe também castelhano, (...) inglês, castelhano e francês. Português não. Ninguém se interessava por português, e ninguém entendia. (...) Mas

²⁶⁰ - id. ibidem

²⁶¹ - id. ibidem

*eles não queriam me dar o emprego porque só tinha 19 anos, e eu não tinha o aprendizado de comércio na Alemanha (...) não era diplomado. Então (...) eles resolveram me receber como voluntário. Trabalhei grátis (...) depois de meio ano me deram 50 marcos por mês, e meio ano depois eu estava com 100 marcos, depois passei para 200 marcos, e quando cheguei a 250 marcos, já casei.*²⁶²

Retornou para Joinville em junho de 1930 depois da crise da Bolsa de Nova York, o que chama de “*sexta feira negra*” e do seu retorno, diz:

*(...) Comecei a trabalhar numa firma que tinha aqui em Joinville, uma firma de minhas irmãs, que exportavam folhas secas e flores secas para a Alemanha, (com a crise), aquilo furou, como se, se furasse um balão, uma bola de borracha, onde tudo esvaziou. Ninguém queria mais comprar nem na Alemanha (...). Toda parte haviam clientes que mandavam esperar. Então para esta firma que eu trabalhei aqui em Joinville foi um baque. Nós também tínhamos exportação de bananas secas, nós tínhamos exportação de mel, mel de abelha, cera de abelha também (...). Foi uma dificuldade para vencer. A Casa do Aço (com a crise externa) não parou seu comércio interno, porque precisavam do ferro (...).*²⁶³

É com saudades que lembra da estabilidade dos preços, onde quem regulava os preços era a libra esterlina, baseada nas exportações de café. Não lhe agradava a idéia de São Paulo mandar no Brasil, o que, para ele, acontece até hoje. “*É em São Paulo que estão fazendo a inflação do Brasil. Os preços saem de lá! Porque a maior quantidade de indústrias estão em São Paulo, então eles fazem os custos, lá eles mandam . (...)*”²⁶⁴

Perguntado sobre a lei dos 2/3, onde as empresas teriam de contratar um contingente maior de brasileiros numa região onde eles eram minoria, o Sr. Schneider diz que “*naquela época a gente era feliz*”, e sobre o cumprimento da lei diz que “*aqui se dava um jeitinho*”. *Eu trabalhei em firmas onde não havia quase trabalhadores estrangeiros. Trabalhadores estrangeiros havia nas indústrias, geralmente eram técnicos, geralmente eram gente que conheciam, sabia e seria uma bobagem o industrial, despedir o pessoal do*

²⁶² - id. ibidem

²⁶³ - id. ibidem

²⁶⁴ - id. ibidem

*qual se dependia, só porque era estrangeiro ou alemão. Eu acho que muita gente pediu a naturalização(...).*²⁶⁵

Enquanto trabalhador da Germano Stein e Cia, trabalhava como chefe de seção das Contas Correntes. Esta empresa na época tinha indústrias de cachaça, de vinagre, moinho de trigo, torrefação de café, numa certa época uma fábrica de balas e a principal indústria era de conservas. conserva de peixe, de camarão, de palmito, massa de goiaba, de sal-mora, etc. *“O Stein era um empreendedor que fazia de tudo”. (...) Aos poucos eu fui pegando tudo quanto era C. O pior que tinha numa firma (...). Cadastro, Cobrança, Crédito, é mais um C, eu sei que ao todo são cinco C, que é o pior que existe numa firma (...) e era Chato também (...). Era o serviço mais chato que tinha. Pelas minhas mãos passavam todos os pedidos (...) mesmo os das nove filiais.*²⁶⁶

*Eu nunca notei que houvesse essa resistência de empregar gente lusa. O que valia lá, era saber ou não saber. Podia ser branco ou podia ser moreno. Se o moreno soubesse ler ele era contratado. O que acontecia, como ainda hoje acontece, é que vinha muita gente de fora que não sabia nada. Que tinha crescido na lavoura, sabia plantar aipim, mas não sabia trabalhar numa máquina (...). Às vezes dependia muito da escola, sabe. Muita gente aparecia que nunca tinha sentado no banco duma escola. Isto também valia.. Valia se sabia escrever ou não escrever. Afinal a indústria não era um local para acomodar gente que não sabe nada, tem que saber alguma coisa.*²⁶⁷

Lembrando que desde o início da colonização os germânicos se dedicaram ao ensino e a montar escolas e que somente na década de 20 o governo da República iniciou a implantação de Escolas Regulares com ensino em português na região, dá para se ter uma idéia de quem trabalhava nas indústrias.

Durante sua vida procurou não se envolver com a política, mas uma vez resolveu apoiar um candidato à presidência da República, que havia sido secretário da agricultura de São Paulo, o Gaspar Dutra.

²⁶⁵ - id. ibidem

²⁶⁶ - id. ibidem

²⁶⁷ - id. ibidem

(...) tá na hora de um secretário da agricultura que conhece profundamente esse problema de produção, de gêneros alimentícios, seja presidente da República (...) e aí escrevi um manifesto, defendendo sua candidatura (...) mandei imprimir não sei quantas cópias (...) e alguns dias antes fui colocando em cada balcão de firma como cortesia para quem queria pegar, fui nas ruas entregar e arrumei uma porção de gente, de companheiros que ajudaram a distribuir . (...) não me lembro qual era o seu partido, mas eu fui a favor (...). Agora eu fui um pouco infeliz numa frase, que contém aquele manifesto. “O lugar dos militares é no Quartel!”.(...) Isto naquela época era pecado e fui preso. (...) Me bofaram num cubículo (...). Havia um certo ódio sabe. Um certo ódio dos teutos, né! Ainda mais um cara que vivia num lugar militar.²⁶⁸

Para o Sr. Schneider, viver em Joinville até a década de 30, era viver numa colônia que representava uma extensão da Alemanha, mesmo sendo um período onde as leis de naturalização exigiam o português.

(...) uma colônia francamente cultural”(...) .Um apêndice cultural da Alemanha (...) que era e ainda é hoje um país muito desenvolvido culturalmente, era viver numa extensão da Alemanha, onde tudo era apresentado e escrito em alemão.[Mas viver aqui, ele caracteriza como:] nada bom, porque a gente era perseguido. Não podia nem abrir a boca (...). Ele era perseguido. Quando alguém falava alguma coisa em alemão, e eles ouviam, ele era preso, era levado para o batalhão.²⁶⁹

Em um artigo do jornal “A Notícia” ele afirma que: “ *Aqui era tudo tão alemão, não só pelos olhos azuis e cabelos da cor do trigo, (...) mas pela maneira de trabalhar de cantar e principalmente, “last but not least”, pela maneira de trabalhar de produzir, pela qualidade e pela quantidade, que quem estivesse residindo nessa ilhota de “germanismo”, convivendo com este povo ordeiro e trabalhador acabava sendo germanizado ou ficava marginalizado”.*²⁷⁰

²⁶⁸ - id. ibidem

²⁶⁹ - id. ibidem

²⁷⁰ - SCHNEIDER, A.B. *Meu tempo de “Deutsche Schule”*. Jornal A Notícia. Joinville, 12 de agosto de 1975, artigo número XIX

Na Stein por exemplo, onde ele trabalhava, no departamento de massas, quem trabalhava eram somente moças e ele explica:

*(...)” escolhidas a dedo”, (...):Ali quase todas ou a maioria eram alemãs, teutas (...). Quando da lei dos 2/3 também as firmas se esforçavam para empurrar uma ou outra lusa no meio para atender as leis (...) ela acabava falando o alemão. Tinha que aprender o alemão. Querendo ou não querendo, sendo intencional ou não intencional ela era germanizada (...) o que não era a seu desfavor, conhecer mais uma língua, (...). Eu sei falar cinco línguas. Eu nunca me tenho arrependido de ter aprendido inglês ou francês. (...)*²⁷¹

Com as leis de nacionalização para o Sr. Schneider a situação às vezes se invertia, pois as lusas que tinham sido obrigadas a aprender alemão para se comunicar, com a legislação, e “*sentindo-se protegidas pela lei, e sabendo dos casos de prisão que houveram, elas se sentiam fortalecidas, (...) e aí as germânicas tiveram que aprender o português, (...) e aprenderam rápido (...) embora a pronuncia delas não saísse bem, elas falavam em português, (...).*”²⁷²

Sobre as indústrias e a lavoura daquela época, o Sr. Schneider nos disse, que embora, a cidade fosse uma região industrial, quando os indivíduos necessitavam de dinheiro para maiores investimentos, tanto os pequenos como os grandes proprietários do comércio e da indústria, iam buscar este dinheiro com os agricultores.

(...) Naquela época, Joinville eram tudo firmas pequenas, tinham algumas firmas maiores, mas a maioria eram firmas pequenas. Geralmente de secos e molhados. (...). Eles nunca chegaram ao ponto de juntar dinheiro para comprar um terreno, porque os terrenos não eram caros, custavam 1000, 2000, 3000, 4000 Cruzeiros. Quatro contos de réis não era muito dinheiro, mas para eles, para essa gente era dinheiro. Então o que acontecia que eles iam na lavoura e iam emprestar dinheiro dos colonos. Os colonos eram banqueiros. (...) O primeiro banco de Joinville foi fundado em 1911. Banco Nacional do Comércio, lá embaixo na praça do mercado. (...) mas os bancos não emprestavam dinheiro, contra hipoteca, essas coisas toda, não emprestavam (...). Então o

²⁷¹ - id. ibidem

²⁷² - id. ibidem

*remédio, daquele pessoal que tavam trabalhando para garantir sua velhice, era ir fora da cidade, sempre tinha um ou outro colono que dispunha de dinheiro, de uma safra boa de cana, ou de mandioca, seja o que fosse (...). Os juros naquela época eram 4,5% ao ano (...). Era duro pagar esses juros, era duro, (...).*²⁷³

Sobre as questões sociais em Joinville, diz que aqui não havia problemas entre empregado e empregadores. Estes tipos de questões só vão aparecer com a legislação trabalhista dentre elas as greves.

Junto com as greves, surgiram os advogados, que sabiam montar uma greve. Porque o operário, geralmente o operário teuto nunca pensava em greve (...). Mas então aquela fase, onde já havia mais operários lusos, que vinham de São Francisco, vinham de Barra Velha, aquela época quando Joinville atraía gente, (...) essa gente vinha para Joinville, atraía muitos lusos, italianos, descendentes de italianos, poloneses, que tinham outras etnias. Então, como era uma gente que também sabia ler jornal. O Jornal “A Notícia”, o alemão não comprava, exceção feita por mim (...). Porque não sabiam ler, Não tinham noção do português (...).

*Não assimilavam o que estavam lendo, e depois, gastar 200 réis por dia, eles não podiam. Eles não ganhavam tanto dinheiro por dia para gastar num jornal (...).*²⁷⁴

Sobre a existência de greves aqui, ele diz que : “*se houve ele não se lembra, mas com certeza na “Casa do Aço do meu pai, na casa dos meus irmãos não houve greve. Nunca houve greve. Nem todo mundo fazia greves. Sempre um ou outro que fazia”.*

Para explicar o fato de os operários ganharem pouco, estarem sempre descontentes com seus salários, e mesmo assim não fazerem greves, explica:

Eles eram induzidos, sempre havia elementos que tinham vindo de fora. Digamos vindos de São Paulo, porque atraíam também gente de São Paulo, então essa gente vinha já com a cabeça diferente. Então eles conversavam, falavam, e conseguiam convencer seus companheiros de trabalho a fazer greves. Toda greve tinha um chefe. (...), e o chefe quem era? Não era daqui, era de São Paulo. O

²⁷³ - id. ibidem

²⁷⁴ - id. ibidem

*teuto não era chefe de greve. Nunca foi chefe de greve. Eu garanto, eu aposto que nunca houve um teuto chefe de greve.*²⁷⁵

Segundo ele havia métodos de aproximação desses “chefes”, principalmente de advogados vindos de fora, normalmente desempregados, que vinham para cá fazer greves.

*(...) conversava, entrava em contato com os operários, ficava falando diante da indústria, quando o pessoal vinha chegando conversava com eles. Criar amizades, criar contatos, e no fim eles conseguiam convencer aquela turma a entrar em greve. Era assim que eles faziam a greve, e eles só assim iam para a greve. Eles convenciam os operários das indústrias a entrar em greve. Era muitas vezes uma das maneiras de o advogado se tornar conhecido. (...) . Tanto é que ele podia fazer uma greve, comandar uma greve, logo em seguida ser designado a uma grande indústria, que a grande indústria assim, evitava logo as greves. Era uma política que em Joinville as grandes indústrias contratavam estes advogados pagando mensalmente um salário evitando assim as greves. Isto também é política.*²⁷⁶

Importante é perceber que mobilizar os operários para greve, pelo jeito, não era uma tarefa tão difícil, porque seus discursos possuíam eco, criando clima de mobilização. Por outro lado o controle ideológico, a cooptação das possíveis lideranças fica evidente como forma de controle das questões sociais. Se era necessário cooptar as lideranças é porque apresentavam ameaça. As coisas, portanto, não eram tão maravilhosas e ordeiras quanto as autoridades queriam fazer crer.

Para ele os operários não possuíam motivos para greves porque não havia aquilo que hoje incomoda muito os operários que é a mudança constante dos preços e um grande descompasso com os salários .

Hoje os operários tem motivo para entrar todos nas greves. Se o patrão automaticamente não mudar, não alterar, não aumentar,..... os seus salários.(...)

É o que automaticamente, já vem fazendo. Tem uma porção de indústrias em Joinville que vêm aumentando seus salários mínimos, mais do que o governo, para evitar greve. A greve sempre

²⁷⁵ - id. ibidem

²⁷⁶ - id. ibidem

*atrapalha muito. atrapalha muito a economia de uma indústria, porque eles têm pedidos, e tem contrato assinado e têm de fornecer as mercadorias até dia tal e não pode ninguém, pode fazer greve. Então eles fizeram uma política inteligente de, contratar advogados, esse chefe de greve, para evitar greves. Inteligente, inclusive eu aplaudo, eu aplaudo.*²⁷⁷

Sobre as chamadas “listas negras” promovidas pelos empresários da ACIJ para evitar as greves, distribuindo-as entre as empresas para que soubessem quais os funcionários seriam ameaças para os serviços, e portanto não arrumariam emprego nem aqui nem na região, o Sr. Schneider não tinha conhecimento, mas considerava como “*uma defesa das indústrias para abafar as greves. Tem uma política inteligente. Comandada pela Associação Comercial*”(…).²⁷⁸

O fato dos movimentos aqui serem isolados, era resultante da divisão étnica entre lusos e teuto-germânicos, dificultando ainda mais a união e a identidade enquanto categorias sociais. Segundo opinião do Sr. Schneider:

*Joinville antes de criarem sindicatos aqui, nunca houve união, os operários nem dentro de uma firma estavam unidos. Por exemplo, quando conseguia-se um chefe que vinha de fora, como acostumava acontecer com os advogados, (...) mesmo os operários que concordavam com a greve estavam desunidos. Não tinham uma associação, não tinham uma sociedade, não tinham uma, umaligação, um chefe, digamos um chefe. (...) Essa união não existia. Alemão neste assunto é muito independente. Ele não se junta. Talvez a educação da própria Alemanha, embora hoje, eu estive lá até 30, e hoje eu não sei como anda aquilo por lá. Só sei que existe na Alemanha muitos sindicatos de tudo quanto é tipo (...)*²⁷⁹

Diz que muitas das questões aqui existentes, e mesmo na Alemanha eram provocadas pelos partidos políticos que atritavam entre si. No Brasil, para ele “*os partidos eram formados por um chefe, não eram partidos políticos, eram partidos de um chefe. Como foi o de Getúlio (...)*”²⁸⁰

²⁷⁷ - id. ibidem

²⁷⁸ - id. ibidem

²⁷⁹ - id. ibidem

²⁸⁰ - id. ibidem

O Integralismo para ele é de saudosa memória. Era integralista e:

*(...) infelizmente, infelizmente, o integralismo não conseguiu o governo, (...).O Integralismo era um partido de idealistas. Não tinha quase nada de política. Era de fazer as coisas.(...). Na época por exemplo do integralismo, fizemos aqui um censo. Jamais foi feito um censo em Joinville tão perfeito, quanto aquele feito pelo integralismo, (...) e de graça. Isto era o Integralismo . Fazia muita coisa e tudo aquilo. Ninguém cobrava nada. É uma pena que isso tudo foi com aquela tentativa de golpe lá no Rio. Não sei se foi realmente de verdade.*²⁸¹

A aceitação do integralismo aqui em Joinville era muito grande, naquela época se dizia: “Como era verde o meu vale”, “(...) uma provincia imensa de camisas verdes. Em 36 (...) houve uma vez uma marcha dos integralistas, em fila de quatro, que quando a cabeça da marcha , do desfile, chegou aqui no final da Rua do Principe lá em baixo, o rabo estava ainda na João Colin. (...) Tudo era Camisa Verde”.²⁸²

Sobre os nazistas aqui, diz que eram somente compostos de alemães que formavam um núcleo do LCDAP (Partido Socialista do Trabalhador Alemão ? - não se lembra bem da tradução da sigla).

*(...), Tinha até uma sede própria, faziam festas, e organizavam festas quando realizavam na Alemanha, realizavam aqui também. Faziam discursos. Particularmente eu sei disso, mais ou menos, porque naquela época, 37,38, eu era zelador do Ginástico. Propriamente eram os meus sogros que naquela época, eram os zeladores, e como eram alemães, eles não puderam ser , então eu entrei no lugar deles. Mas no Clube Ginástico os nazistas fizeram uma porção de festas, muito concorridas. (...) Tinha bastante gente lá, o que não quer dizer que todos fossem nazistas. eu admito que fosse talvez uns 25, 30 ao todo de nazistas, que diminuíram quando houve um acordo, uma troca de prisioneiros franceses. (...) Houve um acordo durante a Guerra, então muitos aqui voltaram para a Alemanha. (...) inclusive o chefe deles.*²⁸³

²⁸¹ - id. ibidem

²⁸² - id. ibidem

²⁸³ - id. ibidem

Para ele o integralismo foi o último partido político de valor no Brasil. *“Eu lembro que se o integralismo estivesse hoje na comissão do orçamento, não teria havido esta roubalheira toda”*.²⁸⁴

Quanto ao fato de seguir uma linha fascista ele diz que era “paralela”, mas não era igual e que quando foi proibido, *“sabe como é o alemão, ele baixou a cabeça. Tá proibido, acabou. Não fazem nada”*. O integralismo para ele teria falhado por não ter um chefe militar.

Questionado sobre a atuação da ACIJ na construção dos movimentos trabalhistas ,ele diz que *“atuou na defesa dos empresários (...) Então, não vou dizer que eles perseguiram os operários, isso eu não vou dizer, o empresário não tinha interesse em perseguir, Ele tinha interesse em evitar as paradas com as greves (...)”*.²⁸⁵

A respeito desta obediência cega às normas pré estabelecidas e a questão da ordem dos teuto-alemães, o Sr. Schneider afirma que *“eles eram muito obedientes”*, e atribui esta atitude à cultura alemã. *“A Alemanha era, hoje eu não sei se ainda é, considerada uma nação policiada.. Na Alemanha a gente anda em todo lugar, tem uma placa, é” proibido pisar no gramado”, é “proibido andar por aqui”, é proibido isso, é proibido aquilo. Então o alemão é um povo que vive sob proibição. As crianças, na escola, já recebem proibição, (...) estão fazendo isso em diversas gerações, e o alemão se transformou em um povo obediente (...) disciplinado também”*.²⁸⁶

Para ele, há um erro na interpretação da declaração da Segunda Guerra. Quem declarou a guerra foi a Inglaterra, a França e a Rússia e não a Alemanha. *“(…) não foi Hitler que declarou a guerra. (...) Eu defendo Hitler, eu defendo. Hitler foi um homem, uma pessoa extraordinária. Como cada século aparece uma só”*. E ele atribui este fato da grandeza e coragem de Hitler ao fato de ele ter seguidores à altura.(...) *“uma firma comercial vai para frente se o chefe souber escolher seus secretários. (...) Chefe é o máximo. Porque a cabeça humana, o cérebro humano consegue controlar apenas o chefe. Então a grande coisa de Hitler é que ele soube escolher os seus seguidores (...)”*.²⁸⁷

A questão da pobreza hoje no Brasil e mesmo em Joinville, para ele *“é muito séria, pois quem ganha até cinco salários mínimos é considerado pobre, e a população de*

²⁸⁴ - id. ibidem

²⁸⁵ - id. ibidem

²⁸⁶ - id. ibidem

²⁸⁷ - id. ibidem

*Joinville com o crescimento industrial foi se tornando cada vez mais pobre, pois quem é rico em Joinville é uma camada pequena, a maioria da população é pobre”.*²⁸⁸

Antigamente, como não havia indústrias muito grandes, “a população era mais ou menos equilibrada”.

Não havia muitos ricos, mas também não havia muitos pobres. Pobres que sentavam na calçada para pedir. Não tinha, não tinha esse tipo de pobre. Então era uma população mais equilibrada, até mesmo devido ao sistema. Você veja naquela época, o patrão estava mais ligado aos operários (...). Este é um aspecto muito importante da formação das indústrias em Joinville. (...) O começo foi uma coisa muito interessante. O patrão também era operário. Ele trabalhava junto com o operário. E se havia algum problema, ele assistia, porque eles eram colegas. O patrão era colega do operário, não é como hoje em dia que o patrão senta lá atrás de uma sala cheia de coisas, cheia de nove horas, e lá em baixo na indústria tem 100, 200 operários trabalhando, e o operário que nunca viram o patrão, a não ser nos dias de festa.

*(...) Esta é a grande diferença do começo da industrialização de Joinville e hoje. Por exemplo, eu ainda lembro dos discursos do Sr. Albano Schmidt (diretor da Fundação Tupy). Aqueles 1000, 2000, 5000 operários, naquele pátio imenso. ali eu podia ver a diferença de hoje. O patrão fazendo discurso, e os operários ali, tudo escutando, batendo palma, e antigamente não havia discurso, todo mundo trabalhava junto e havia mais união, havia mais fusão, havia mais coleguismo entre patrão e o operário. E também os lucros, os ganhos não eram tanto sabe! (...)*²⁸⁹

Com o término da entrevista do Sr. Schneider, percebe-se, que mesmo não sendo proprietário, trabalhando sua vida inteira, aposentando-se com apenas cinco salários mínimos, o que prevalece é a cultura do trabalho, da ordem e até mesmo da submissão e daí enfatizar tanto a questão e a necessidade do “chefe”, do “líder” para se obter a harmonia entre as classes. A assimilação do discurso patronal como chefe que foi, as formas de cooptação e as comparações que se pode inferir, deve-se à brilhante memória deste Sr. que com seus 88 anos pode contribuir de forma valiosa para este trabalho.

²⁸⁸ - id. ibidem

²⁸⁹ - id. ibidem

A percepção humana é subjetiva, mas mesmo assim, somente destas fontes orais, como a do Sr. Schneider e a do Senador Carlos Gomes nos foi possível, como uma forma mágica, voltar o tempo e nos permitir não somente confrontar dados, como também elucidar e nos ajudar a derrubar barreiras dicotômicas entre a teoria e a prática das experiências e das imagens do passado.

3.2.3- UMA NOTA ESPECIAL: O DIA DO TRABALHO EM JOINVILLE.

Com a divulgação das idéias que oito horas de trabalho diárias, seriam o ideal e suficientes para enriquecer os patrões e que o organismo humano seria capaz de suportar para manter uma boa saúde, inteligente e feliz, os trabalhadores passaram a reivindicá-la e a lutar pela redução da jornada de trabalho, disseminando-se esta luta por todos os centros industriais existentes.

O Primeiro de Maio de Chicago em 1886, passou a ser o marco das manifestações operárias e das reivindicações por jornadas de 8 horas/dia por todo o mundo. “No Brasil, o evento foi comemorado pela primeira vez no ano de 1892, na cidade de Santos em São Paulo”²⁹⁰ e em Joinville como feriado somente após 1928, até então considerado dia normal de serviço.

Na história dessas lutas, o dia primeiro de maio de 1919 foi marcado por uma das maiores manifestações operárias, tanto no Rio, quanto em São Paulo reivindicando jornadas de 8 horas, proibição do trabalho de crianças e do trabalho noturno para as mulheres²⁹¹. Até então, o dia do trabalho tinha a reverência de alguns poucos operários desunidos e fracos que não conseguiam impor o seu dia ao mundo, porém à partir de 1919 os jornais passam a lhe dedicar imensos artigos e os governos a reverencia-lo, fazendo feriados para o descanso do agora “respeitado” operariado diante da força que demonstrou ter nas suas manifestações

²⁹⁰- ABRA MOWICZ, Betty S. **O que todo cidadão precisa saber sobre greves.** São Paulo : Global, 1985. p. 85 a 88.

²⁹¹- PINHEIRO, Paulo Pinheiro. O Proletariado Industrial na Primeira República. **In. História Geral das Civilizações.** N.9 V. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: DIFEL. 1985, p. 161,162.

conjuntas, tanto nas ruas, em suas greves, quanto dentro das fábricas, no seu poder de mobilizar as classes trabalhadoras.

Sem deixar de ser uma manifestação organizada dos trabalhadores, foi se convertendo numa festa de exaltação ao trabalho, ao som de marchas militares, tornando-se mais uma arma de dominação do trabalhador pelo patronato. Este movimento não passava despercebido das organizações trabalhistas que conclamavam a categoria a somente participar de manifestações autênticas.

O Jornal de Joinville anunciava este dia com grande entusiasmo, já que o movimento parecia ser irreversível e que os operários iriam fazer suas manifestações. No entanto o que ficou explícito neste artigo era o temor de mobilizações maiores:

Jamais, 1^o de maio se apresentou com esse caráter de grandeza e de importância (...) Não será por certo o trabalho que terá o seu culto hoje, senão o operário, o braço forte a cujas energias e atividades, os povos devem o melhor das suas riquezas. O despotismo do capital, começa a declinar, e há de aniquilar-se; e então as grandes forças sociais, o capital e o braço nivelador no seu poder, se identificarão na mesma concepção de valor e no mesmo fim para a grandeza social dos povos²⁹².

Deixava-se implícito a questão da ordem e harmonia entre as classes.

Em 1920 homenageava-se o trabalho com um feriado estadual e fechavam-se as repartições estaduais. Já em 1925 o 1^o de maio não passava despercebido em Joinville.

Os estabelecimentos escolares não funcionavam e hasteavam a bandeira nacional, assim como a superintendência municipal, coletoria estadual, clube de Joinville, Banco do Brasil e na residência do Revdo. Vigário da Paróquia.

Pelas primeiras horas, em número aproximado de 80, fizeram alvorada no jardim, ao lado da superintendência, ao som de uma banda de música e ao espoucar foquetes, indo depois cumprimentar os senhores Marinho Lobo, superintendente municipal e João Dias Paiva, juiz de direito em exercício. (...)

Dai foram a praça do mercado, onde se dissolveram na melhor ordem.

²⁹²- O Primeiro de Maio. **Jornal de Joinville**. Joinville, 1 de maio de 1919, Ano I, N. 49, p.1

*A tarde houve uma churrascada no salão Czernay.*²⁹³

As festividades começavam a tomar conta do espírito reflexivo e em 1926 o próprio Distrito Federal escolhia o dia do trabalho como sendo o 1º de maio e instituía o feriado, que foi acompanhado pelos governos estaduais que reconheciam o trabalhador como elemento importante do progresso e do desenvolvimento do Brasil, enfatizando que sua união teria permitido inclusive que tivessem representantes no âmbito governamental.

Em Joinville, as comemorações continuavam sendo nas madrugadas, com rojões e festas acompanhadas por bandas de músicas, mas feriado, somente nas repartições públicas e estabelecimentos bancários.²⁹⁴

O Jornal “A Notícia” criticava: *“O dia primeiro de maio tacitamente já adotado em toda parte do mundo como feriado, só em Joinville alguns patrões que comemoram tantos dias sem razões de ser, esquecem-se no entanto do dia 1º de maio dos operários (...)”*.²⁹⁵

Com o governo Vargas, o chefe do governo provisório proibiu que os estabelecimentos comerciais e industriais abrissem neste dia, sob pena de sofrerem pesadas multas.

As festividades aumentavam de intensidade com o avanço varguista, comemorados agora, como festas cívicas. *“Pela manhã, às 9 horas, houve solene missa campal na praça Hercílio Luz, celebrada pelo revdo. Padre Kolb, e assistida por grande multidão (...) À tarde, às 5 horas, realizou-se imponente passeata operária, formada por todos os sindicatos com os respectivos estandartes e emblemas e os escoteiros, tocando a música do 13º Batalhão de Caça (...) . A passeata foi realizada na maior ordem, causando excelente impressão”*.²⁹⁶

Enquanto isso, o operariado federado, em uma de suas reuniões, praticamente foram intimados a enviar telegramas a favor da candidatura à presidência de Getúlio Vargas. *“(...) Foi lido um telegrama do Sr. Interventor dirigido ao Sr. Dr. Plácido Gomes*

²⁹³ - 1º de Maio. **Jornal de Joinville**. Joinville, 1 de maio de 1925, Ano VII, N.100, p.2

²⁹⁴ - O Dia do Trabalho. **Jornal de Joinville**. Joinville, 1 de maio de 1926, Ano VIII, N.101, p.1

²⁹⁵ - 1º de Maio. **Jornal A Notícia**. Joinville, 30 de Abril de 1928. Ano II, N. 424, p.1

²⁹⁶ - Festa Cívica. **Jornal de Joinville**. Joinville, 2 de Maio de 1934. Ano XVI, N.98, p.2

*solicitando-o fazer com que os operários telegrafassem ao “leader” do Sr. Dr. Getúlio Vargas, à futura presidência constitucional da República; a sugestão foi aprovada pelos presentes. (...)”*²⁹⁷

No ano seguinte a data seria comemorada com bailes e com a apresentação do filme, “Uma Princesa em Apuros” e a coroação da rainha dos operários, eleita em concurso instituída pelo Jornal A Notícia.²⁹⁸

O espírito do trabalhador no seu dia, agora era de festa, descontração, mas em 1937 um articulista do jornal de Joinville alertava sobre a responsabilidade das autoridades nacionais sobre a sorte do trabalhador brasileiro:

Cometem um erro desastroso os que fazem promessas as classes operárias e uma vez levados ao poder se esquecem das mesmas e por comodidade, por covardia, por interesses inconfessáveis, vem fazer toda a sua política com a burguesia e abandonam os operários a sua sorte.

Ninguém deve é verdade defender uma classe em detrimento de outra, sob pena de estar lançando o pano a discórdia, o que levaria o país à ruína, se a situação atual não é como um mar de rosas para os trabalhadores.

Neste dia é preciso que seja posto em evidência essa grande equação; a sorte do trabalhador brasileiro. (...)

É preciso que haja uma reação intensiva em prol das classes trabalhadoras. (...)

*Neste grande dia, tais considerações devem ser como campanhas a despertarem a consciência daqueles que estão investidos de grandes responsabilidades e não fazem outra coisa senão a agravar o mal!*²⁹⁹

Neste mesmo dia, o Círculo Operário promoveu um animadíssimo baile e uma grande marcha até a Igreja Coração de Jesus onde em seu pátio foi rezada uma missa campal. O Clube Atiradores, também promovia uma grande festa no Campo do Glória. Os operários

²⁹⁷ - A Reunião dos Operários Federados. **Jornal de Joinville**. Joinville, 5 de maio de 1934, Ano XVI, N. 101, p.2

²⁹⁸ - Festa dos Operários. **Jornal de Joinville**. Joinville, 30 de Abril de 1935. Ano XVII, N.98, p.1

²⁹⁹ - LOURES, Rocha. Trabalhadores! Alerta! . **Jornal de Joinville**. Joinville, 1 de maio de 1937, Ano XIX. N. 51. p.2

de São Francisco aderiram a festa em Joinville, com um grande cortejo ciclístico, “*mostrando que os operários de São Francisco são unidos e que unidos formam uma classe forte*”.³⁰⁰

Os trabalhadores começavam a ser enaltecidos num governo populista e os jornais faziam a sua parte, dando voz e vez aos operários num justo reconhecimento de suas obras. Nas entrelinhas deste discurso ficava explícito a preocupação com a ordem e a necessidade de controlar as massas populares.

(...) Operários que durante muitos séculos não passaram de uma máquina descontrolada, porém, produtiva, pode aos poucos conseguir emancipar-se para tornar o seu verdadeiro lugar no concerto universal, por isso, no dia de hoje por toda parte, os festejos ultrapassam as raias da alegria e da satisfação na expansão sadia dos que se dedicam de sol a sol trabalhando pelo bem de suas pátrias.

*Salve Operários!*³⁰¹

Instalado o populismo, Vargas começa a ser o grande herói, e o dia do trabalhado passa a ser o dia de tecer-lhe elogios e de clamarem o apoio do trabalhador as autoridades instituídas como colaborador.

(...) E nesse dia, num retrospecto sereno, o operário contempla a obra realizada, orgulhoso, justamente ufana, por ser o colaborador fidelíssimo da grandeza do país.

Hoje, mais do que nunca, o operário brasileiro deve vibrar quando, a 1^o de maio transcórrer o dia que lhe é consagrado, por isso mesmo que tem por companheiro, como o primeiro operário da Nação, o grande, e eminente brasileiro, Dr. Getúlio Vargas, cuja administração tem tido um cunho tal de benemerência que jamais poderá ser esquecido pelo operário. (...)

Operários de Joinville! Colaborais, com entusiasmo e patriotismo, com o eminente brasileiro na grande obra da reconstrução moral e material do nosso amado Brasil! (...)

*Formai ao lado das autoridades constituídas dando-lhes o apoio sincero e completo da vossa força. (...)*³⁰²

³⁰⁰- id ibidem, p.2. As Festividades de Hoje.

³⁰¹- id ibidem. p.2. O Grande Dia do Operário.

³⁰²- COSTA, L. Dia do Trabalho. *Jornal de Joinville*. Joinville, 29 de Abril de 1939. Ano .XX, N. 50,p.1

Com o crescimento das comemorações, a consciência da necessidade da união entre os trabalhadores crescia e com isso também a necessidade de controlá-los pelos governos instituídos. A grande ameaça, a esta ordem pré- estabelecida, era o chamado “perigo vermelho” e a Legislação era uma forma de tirar as reivindicações trabalhistas, do campo de luta operária.

A prosperidade nacional passa a ser de responsabilidade do trabalhador e Vargas empunha o “bastão” da ordem e da vida dos trabalhadores.

(...) A memorável data não vale mais, hoje em dia, pela exploração do proletariado em prol de reivindicações de fundo vermelho, como anteriormente, inclusive no calendário das grandes comemorações cívicas, nas quais os governos emprestam a sua solidariedade, (...)

A Legislação Social, principalmente a legislação brasileira, incorpora quase todos os “itens” pleiteados outrora pelas classes trabalhadoras, não havendo motivos para temores dos comícios obreiros. (...)

*A legislação Social Brasileira fez desaparecer a questão proletária, instituindo leis trabalhistas superiores às dos grandes povos restabelecendo e assegurando a alma e a confiança no espírito das massas produtoras, numa atmosfera de ordem e disciplina nos meios operários cujos membros são os primeiros a proclamarem o amparo dos seus direitos. (...)*³⁰³

Com o Estado Novo, Joinville amplia cada vez mais as comemorações ao dia do trabalho, que agora não é mais dos trabalhadores, e o que importa é comemorar em grandes manifestações cívicas, convencendo-se que a concentração operária não representava ameaça e sim empolgantes manifestações onde o povo aplaudia todas as solenidades, quer nos sindicatos, ou mesmo no Círculo Operário, com discursos das autoridades para os trabalhadores.

As soluções dos “meetings” parecia resolvida através da Legislação Social, e nesse dia do Trabalho, o Exército cooptado com o governo, aproveitando a concentração operária através do Sr. Cap. Celso de Oliveira, num discurso demagógico, dizia:

³⁰³ - A Grande Parada Trabalhista. **Jornal de Joinville**, Joinville, 4 de maio de 1939. Ano XX, N.51, p.1

*(...) Operário! Ontem era o Exército que te fazia um apelo para que catarinense da grandiosa parada de civismo que perpetuava das glórias brasileiras. Hoje és tú, humilde trabalhador, que pedes a nossa presença aqui, cito, os iniciadores, e tu, o colaborador leal e modesto. Hoje, és tu, operário brasileiro, o incentor patriótico, e, nós, do Exército, os participantes gratos e conscientes. É que o exército e o povo se completam, quando estão em jogo os interesses máximos da nossa nacionalidade (...)*³⁰⁴

Sobre a legislação e suas bem feitas, continuava: *“Operário brasileiro. Tens 8 horas de trabalho, com a recompensa pelas horas excedentes. Possuís as férias remuneradas, tens a estabilidade do teu emprego. A nacionalização do trabalho é uma grande conquista tua que elevou o valor patriótico de nossos homens sabemos que a adaptação dessa lei e a sua interpretação tem retardado a fiel observância da sua regulamentação (...).”*³⁰⁵

O medo do comunismo permanecia mas com o controle legal à “turba”, não oferecia mais perigo. A colaboração das classes produtoras era uma realidade, e estava garantido o desenvolvimento econômico do país.

*Hoje meus senhores (...) sabemos todos o que significantes uma reunião igual a esta. Via-se nas capitais e nas grandes cidades da República, uma concentração como a de agora que não passava de um monstruoso “meeting”, em que as idéias de Karl Marx e Engels ganhavam terreno. O comunismo solapava a consciência do operário humilde e pregava o crime! Era o capital e o trabalho em luta para depauperar o povo; era a burguesia e o proletariado em disputa para esmagar e vender uma nação (...). E esse “meeting” era dissolvido a “pata” de cavalo, para abafar a voz da turba exaltada que cantava, punhos cerrados e ameaçadores, um grito de morte ao Brasil - a Internacional! Hoje, povo generoso da minha abençoada terra, é o que nós vemos, em todo o país, é este espetáculo(...).”*³⁰⁶

A ação do Estado Novo se acentuava em todos os setores da vida nacional, e aparecia como libertadora das más influências das ideologias subversivas e que ao lado do

³⁰⁴ - id. ibidem.p.1

³⁰⁵ - id. ibidem. p.1

³⁰⁶ - O 1º de Maio. *Jornal de Joinville*. Joinville, 6 de maio de 1939. Ano XX, N. 52, p.1

trabalhador estava o Primeiro Operário da Nação a quem todos deviam a conquista e garantias dos esforços do trabalho “honesto” via legislação.

O 1º de maio de 1940, em suas festividades teve um artigo de L. Costa no Jornal de Joinville que além de enaltecer o governo e sua legislação não esquecia de mencionar o “(...) o gênio poderoso de Leão XIII, do grande pontífice dos calamitosos tempos”. (...) *Inspirado pela luz divina, Leão XIII traçou, à luz da sã doutrina, os deveres dos governantes e dos súditos; chamou a atenção dos católicos sobre as seitas e ideologias subversivas, mostrando-lhes os erros que infeccionaram a família e a sociedade, mostrando-lhes a causa dos males e ampliando os meios eficazes para afastá-las (...)*³⁰⁷

A Rerum Novarum é apontada por ele neste artigo como “o verdadeiro Pai dos Povos”, e ressalta o capítulo sobre “Ricos e Pobres” quando coloca que as duas classes são destinadas pela natureza a se unirem harmoniosamente e a mutuamente se manterem em perfeito equilíbrio. E continua: “*Não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. Hoje, graças a seus ensinamentos, reina a concórdia entre operários e patrões pela interferência dos governos, com a assistência que aquelas classes dispensam.(...)*”³⁰⁸

L. Costa terminava seu artigo, num imenso apelo aos operários de Joinville, neste que ele considerava um grande dia:

*Operários de Joinville! Nós vos saudamos! Colaborai, com entusiasmo, nobreza e patriotismo com o vosso colega. Eminente Salvador de vossa grande Pátria. [Getúlio Vargas] . Ajuda-o na grande obra que realiza, da restauração moral e material do país (...). Acompanha-o no teu esforço, dentro da lei e da ordem. Repeli, com energia e com o vosso heroísmo, as tentativas dos que queiram implantar em vosso espírito as ideologias subversivas dos fundamentos cristãos e sociais (...)*³⁰⁹

A partir de 1940, o governo federal passava a recomendar a “*concentração de trabalhadores acompanhados de familiares, como uma demonstração do regozijo da política social do Estado novo e como um testemunho de gratidão dos lares dos operários para o*

³⁰⁷ - COSTA. L. Dia do Trabalho. *Jornal de Joinville*. Joinville, 30 de Abril de 1940, Ano XXI, N. 47, p.1

³⁰⁸ - id. *ibidem*. p.1

³⁰⁹ - id. *ibidem*.

chefe da Nação".³¹⁰ Aproveitava-se a data para supervalorizar os governantes e os trabalhadores que deveriam ser homenageados, acabavam homenageando o chefe da nação, deslocando-se o centro das atenções, impedia-se assim manifestações, sublevações da ordem social.

Este novo espírito da "festa" do 1º de maio, era colocado pelo Ministro do Trabalho, Sr. Waldemar Falcão, em 1940, como decorrente da política trabalhista do presidente que possuía "*visão dos problemas sociais do nosso tempo, foi uma política de harmonia e colaboração do governo com as classes trabalhadoras e os patrões*".³¹¹

Para o poder instituído, o presidente havia resolvido todos os problemas das classes trabalhadoras que agora estavam satisfeitos e cientes de seus deveres, responsabilidades para com o país e todas as outras classes. Agora eram reconhecidos como categoria respeitável e que não precisava ser mais perseguida pela polícia, "*o 1º de maio perdeu o aspecto de ameaça, de luta, para se transformar em comemorações de reivindicações pacificamente conquistada*".³¹²

Joinville preparou uma grande festa para este 1º de maio onde deveriam "*exaltar o dever e a dignidade do trabalho*"³¹³, mas o mau tempo acabou impedindo as demonstrações de conagração dos trabalhadores e "aplaudir" o dirigente do país. Dentro do novo espírito, a data representava a união de forças cívicas da Nação tanto patrões como empregados, se confraternizariam para a prosperidade da pátria. Era o dia de exaltação ao trabalho e não mais ao trabalhador. "*O trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana! ninguém pode viver ganhando, apenas o indispensável para não morrer de fome!*"³¹⁴

O decreto do Salário Mínimo é assinado no 1º de maio de 1940, que também era chamado de "salário vital", onde, neste decreto dividia-se o país por zonas para fiscalizar o salário. Por esta lei, regulava-se também o salário dos menores e aprendizes, fixado em 50%

³¹⁰- Recomendada a realização de concentração trabalhista a 1º de maio. **Jornal A Notícia**. Joinville, 10 de Abril de 1940. Ano XIX, N.3457, p.10

³¹¹- O Presidente Getúlio Vargas Resolveu todos os Problemas das Classes Trabalhadoras. **Jornal A Notícia**. Joinville, 27 de Abril de 1940. Ano XIX, N.3472, p.1

³¹²- id. ibidem.

³¹³- Convite. **Jornal de Joinville**. Joinville, 28 de Abril de 1940. Ano XIX, N. 3473, p.1

³¹⁴- **Jornal A Notícia**. Joinville, 1 de maio de 1940, Ano XIX. N. 3475, p.1

ao do trabalhador adulto, assim como atividades insalubres teriam salários diferenciados conforme o grau de insalubridade.

Neste momento o salário mínimo era considerado como uma justiça social num país de civilização cristã, que deveria ser obedecido por todos sem a necessidade da coação social. Tudo isto representava progresso, movimento para frente.

Os trabalhadores estariam amparados por leis, que agora eram elaboradas por técnicos e não por politiquinhos interessados em agradar os chefes e não as pessoas que os haviam colocado no poder.

Os salários eram diferenciados, conforme a região, e em reunião da ACIJ (Associação Comercial e Industrial de Joinville) o salário mínimo fixado para o trabalhador adulto, por região de Santa Catarina, ficava o seguinte:

Florianópolis, São Francisco, Lages, Blumenau, Joinville, Laguna e Itajaí : 170\$000 mensais ou por 200 horas de trabalho útil; 6\$800 diários ou \$850 por hora.

São Bento, Mafra, Concórdia, Itaiópolis, Camboriú, Brusque, Biguassú e São José: 150\$000 por mês ou 200 horas de trabalho útil: 6\$000 diários ou \$750 por hora.

*Indaial, Cruzeiro, Parati, Caçador, Tijucas, Canoinhas, Palhoça, Nova Trento, Porto Belo, Tubarão, Bom Retiro, Criciúma, Gaspar, Timbó, Amonia, Campo Alegre, Araranguá, Imaruí, São Joaquim, Orleans, Campos Novos, Jaguaruna, Chapecó e Urussanga: 140\$000, 200 horas, 5\$600 e 700 respectivamente”.*³¹⁵

Os Estadistas Catarinenses, tiraram grande proveito destas medidas e serão homenageados no Estado, e principalmente em Joinville onde a harmonia e a ordem social, eram condições de vida.

O Sr. Nereu Ramos era considerado como o melhor estadista que Santa Catarina já teve, e suas visitas a Joinville eram programadas com o maior brilhantismo pelas autoridades governamentais quanto a distribuição de verbas. Quando de sua chegada congregavam-se todas as classes empenhadas em demonstrações de estima, de admiração e de reconhecimento do povo joinvilense ao eminente administrador. As recepções eram feitas com grande participação popular.

³¹⁵ - Salário Mínimo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 4 de julho de 1940, Ano XXI. N. 72, p.1

*Ao que sabemos os habitantes das ruas do Príncipe, 15 de Novembro, 9 de Março e da Rua Cruzeiro entre a 15 de Novembro e 9 de Março, atendendo ao apelo da Comissão Organizadora destes festejos, apelo que foi transmitido pela A Notícia, ornamentarão as fachadas de suas residências a fim de dar maior brilho à recepção. Igualmente os moradores das demais ruas centrais hastearão bandeiras nacionais, evidenciando desse modo o júbilo cívico da população pela honrosa visita do Interventor Nereu Ramos.*³¹⁶

Conhecido popularmente como “Papa Amarelo”, a população era convocada a homenageá-lo dentro do espírito das leis de Nacionalização. Em Joinville, assim como em Blumenau, que inclusive passou por intervenção direta tendo seu município desmembrado por ter uma população alemã, os enfeites para homenageá-lo, tanto nas residências como nas recepções eram feitas com cravos amarelos, comumente usado em cemitérios, numa resistência silenciosa da população local.³¹⁷ No entanto os jornais enaltecem a “grande participação popular”.

O Brasil é apontado pela imprensa, como sendo o paraíso, pois graças a “sabedoria e ao patriotismo de um grande homem - o presidente Getúlio Vargas - a nação desfrutava dos benefícios da ordem e a família brasileira goza de tranqüilidade e da paz que permitem o trabalho fecundo, gerador da confiança num futuro feliz”.³¹⁸

Em 1941, o presidente, mais uma vez num 1º de maio, assinava um decreto instalando a Justiça do Trabalho, colocando-se estas medidas como sendo fruto de sua clarividência, humanitarismo, compreensão, dádiva do grande patrocinador do trabalhador, demonstrando as boas relações entre o capital e o trabalho. Desta forma, negava-se as lutas de classes anteriores e exaltava-se o chefe da nação. “Nunca como agora tivemos maior direito a cerebrar com alegria o Dia do Trabalho, porque fazemo-lo num ambiente de harmonia e de tranqüila satisfação, que decorre das sábias diretrizes político-sociais inaugurados no país pelo presidente Getúlio Vargas e que são a própria base espiritual da nova vida da nacionalidade.”³¹⁹

³¹⁶- **Jornal A Notícia**. Joinville, 4 de maio de 1940. Ano. XIX, N. 3477, p.1

³¹⁷- Depoimento de Maria Tereza Boebel- Diretora do Arquivo Histórico de Joinville em 1993.

³¹⁸- Significação Nacional do 1º de Maio . **Jornal A Notícia**. Joinville, 1 de maio de 1941. Ano XX. N. 3457, p.1

³¹⁹- id. *ibidem*.

Exultantes os operários brasileiros se organizaram para homenagear o chefe da Nação. Em Santa Catarina ergueram de forma “espontânea” um monumento na Av. Getúlio Vargas em Florianópolis, com a cooperação da Casa dos Artistas. Em Joinville houve grande movimentação para esta arrecadação de fundos com diversas atividades - circos, teatros, festival, rádio, etc. e a “ereção de um obelisco de granito, simbolizando o triunfo pacífico da Justiça do Trabalho no Brasil”.³²⁰

No ano seguinte, no entanto, os jornais afirmavam:

Não sabemos porque as datas cívicas, com exceção daquelas que são festejadas pelo 13º Batalhão de Caça, vão sendo olvidadas ou passam despercebidas em nossa cidade. Ainda agora, quando por toda parte se comemorou com desfiles dos operários o 1º de maio, em Joinville não houve por parte desta classe qualquer celebração da data. (...)

*Numa hora como a que vivemos, que deve ser de constante vibração cívica, essa orientação está errada e em desacordo com a seguida no resto do país.*³²¹

Naquele momento, “numerosos nazistas” estavam sendo presos em Joinville, na sua maioria eram funcionários da EMPRESUL (Empresa Sul Brasileira de Eletricidade) . Os jornais lançavam em grande número os nomes dos chefes de família, acusados de 5ª colonistas. A forma que os joinvilenses encontravam de resistir era a sua não participação nas atividades cívicas, mas mesmo assim, eram convocados a prestar homenagens e culto à figura do grande presidente Getúlio Vargas e, naquele 1º de maio, antes do bombardeio dos navios brasileiros, simplesmente não compareceram as homenagens.

Em maio de 1943, os jornais reproduziam os discursos do presidente, do Ministro do Trabalho, etc, mas não fizeram nenhuma referência às comemorações da data do 1º de maio, em Joinville.

Logo depois, o interventor Nereu Ramos, chega a Joinville, acompanhado de sua esposa para palestrar com pessoas de alta representação que citavam o Sr. Samal-Dubay ao afirmar:

³²⁰ - A Homenagem das Classes Trabalhadoras. **Jornal A Notícia**. Joinville, 6 de Maio de 1941. Ano XX, N. 3460, p.

³²¹ - Hora de Vibração Cívica. **Jornal A Notícia**. Joinville, 3 de maio de 1942, Ano XXI. N. 3757, p.1

“(...)os que se queixam do trabalho, tornam-se injustos com o seu melhor amigo”.

Pois em Santa Catarina, o melhor amigo do operário, do homem trabalhador, é o Sr. Nereu Ramos, infatigável operário que a 8 anos, vem trabalhando, dia e noite, sem cessar, sem desânimos, sem esperar recompensas ou gratidões, pelo progresso da nossa extremida Pátria.(...)

*Assim, pois, tanto o operário humilde como o governante catarinense, são trabalhadores que constróem, que se igualam e se assemelham no mesmo amor ao trabalho magnificamente de realizar, de produzir, mais e mais, para o progresso de Santa Catarina, para a felicidade de seu povo, para a grandeza do Brasil. (...)*³²²

Os governantes são os grandes heróis nacionais e são eles os grandes homenageados no 1^o de maio, como exemplo de trabalho a ser seguido e como os bem feitos dos operários. A data que antes mantinha as autoridades apreensivas e sobressaltadas, como hora sangrenta das reivindicações proletárias, com greves turbulentas que eram dissolvidas à pata de cavalo, agora eram comemorações harmônicas, ordeiras, pacíficas e, desde 1937, por sucessivos decretos os trabalhadores vinham “conquistando” um pouco do que pediam, mas que nem por isso lhe deram os regimes anteriores. A segurança no trabalho, a certeza do pagamento, a confiança na justiça.

Neste momento se preconizava uma democracia econômica, mais do que a política, justificando o governo totalitário e despótico que impunha o culto aos governantes e a ordem. Para tanto, era necessário cultuar os símbolos da pátria, seus dirigentes, e trabalhar muito para a grandeza de todos. Joinville seguiu este lema, sem contudo deixar sua classe laboriosa de fazer seus movimentos de resistência, mas dentro das formas institucionais que a oprimia.

³²²- Mãos de Operários que se Aprestam. **Jornal de Joinville**. Joinville, 19 de maio de 1943. Ano XXV, N. 107, p.1

CAPÍTULO 4 - RESISTÊNCIA: O MITO DA PASSIVIDADE.

... do ponto de vista histórico, os movimentos operários e seus movimentos associados em favor da reforma social e pela transformação social foram movimentos pelos Direitos do Homem, tanto no sentido individual quanto no social; e sua contribuição para estabelecer e expandir estes direitos foi de enorme importância. ...

323

Durante muito tempo, o patronato industrial resistiu a toda e qualquer lei social que pudesse beneficiar seus trabalhadores. Autores como HOBBSAWN (1987), BIRNIE (1969), PERROT (1988), THOMPSON (1984,1987), entre outros, estudaram as formas de exclusão social deste operário e as maneiras que se utilizaram para se transformarem em classes hegemônicas.

Historiadores e sociólogos brasileiros, como por exemplo: SINGER(1986), ANTUNES (1984), CANO (1977), CARONE (1979), DEAN (1971), DIAS (1962), FAUSTO (1976), MORAES (1971), PAOLI (1983), PINHEIRO (1985), PRADO (1971) estudaram este fenômeno e as greves como forma destes operários demonstrarem que estavam vivos e que não se constituíam em massas amorfas no processo de industrialização do país.

Os conflitos étnicos foram durante muito tempo limitadores dos movimentos operários brasileiros. As autoridades constituídas insuflavam a etnicidade e suas preferências quanto a mão de obra, à desunião e os conflitos entre eles.

³²³- HOBBSAWN, Eric. J. - *O Mundo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.428

*Brasileiros e imigrantes constituíam o conflito mais sério. Os primeiros ressentiam-se do fato de serem preteridos no mercado de trabalho e de serem considerados cultural e racialmente inferiores ao trabalhador europeu. Os imigrantes militantes ressentiam-se dos operários brasileiros que, confinados às ocupações subalternas não - qualificadas, aproveitavam-se das greves para substituí-los.*³²⁴

Na década de 20, o trabalhador nacional passou a ser considerado ordeiro, para se contrapor ao estrangeiro que vinha politizado e liderava os grupos de mobilização popular, contrapondo-se também à imagem do trabalhador indolente brasileiro, o “Jeca- tatu”.

Em Joinville, esta questão será colocada como peculiar, pois sendo a maioria dos empregadores estrangeiros, os nacionais irão utilizar-se dos momentos de crise para reivindicar, além de suas questões trabalhistas também uma igualdade social e fazer aflorar seus revanchismos classistas.

As questões sociais eram filtradas pelos sindicatos de Joinville, que serviam de amortecedores das questões sociais e tinham muito pouco, ou quase nenhum poder de pressão. A greve passa a ser a única forma de luta e esta é uma questão muito difícil de ser resolvida pelo seu próprio esvaziamento.

Ao longo dos tempos, elite e ciência associam-se e se auto concebem responsáveis pelas mudanças sociais e materiais para o tão propalado progresso da humanidade, constituindo-se no eixo do pensamento dominante.

No dizer do Prof. Edgar De Decca³²⁵, a questão da indústria não é uma questão tecnológica e sim formas de expropriação do saber, pensando tudo por todos. O seu cientificismo não dará conta da expropriação do trabalhador que, passa a ser mero executor de tarefas e que na fala organizada será escamoteada pela idéia de moral, indolência cultural, de que o “capitalismo é ótimo” e de que tudo é resolvido pelo trabalho, diluindo-se as questões sociológicas na prática do dia a dia.

Os discursos políticos do período até 30, serão desvinculados da realidade brasileira. Admitem a questão social, mas sugerem que a solução estaria no trabalho, fonte de felicidade e harmonia. Pregam a colaboração mútua entre indústria e operários, pois um

³²⁴ - MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. p.161, 162.

³²⁵ - DECCA, Edgar de. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo : Brasilense. 1984

depende do outro, dentro de uma proposta liberalista, já decadente na época, da livre negociação.

Pós 30, as posturas dos políticos serão as da cooptação, elegendo-se modelos sociais hierarquizados, sob a “proteção” do Estado, dentro de uma sociedade que não é modelar. O paternalismo atingirá várias instâncias do perverso cotidiano dentro e fora das fábricas. Mesmo assim o operariado mobilizou-se e resistiu de várias maneiras.

Desde cedo, houve resistência individual ou de pequenos grupos e setores dentro e fora dos locais de trabalho. Isso pode ser visto nos pequenos atos de boicote da produção, sabotagem e furto nas fábricas, registradas freqüentemente pelos organismos patronais e, também, na indiferença ou na desobediência operária perante normas, preceitos e valores instituídos pelos setores sociais dominantes.

Houve, sobretudo, resistência coletiva e explícita dos operários em face das suas condições de existência. As greves, a organização sindical, e o próprio movimento operário foram o exemplo claro desse tipo de reação operária desde o primeiro período da industrialização brasileira.

As experiências operárias, aqui mencionadas, serão colocadas de forma pontual, sem podermos fazer generalizações, uma vez que as próprias fontes utilizadas (principalmente a imprensa ideologizada e comprometida com as elites) não apresentam o problema com coerência, procurando sempre que possível desqualificá-las.

Quando os movimentos sociais ganham as ruas, evidenciando as reais condições de vida deste operariado e destacando a pluralidade do social, é que a imprensa notícia, principalmente, para achar culpados e valorizar o papel das elites na condução do processo.

4.1- A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA URBANA.

Desde o início, o operariado joinvilense apresentou-se dividido entre si, pelo próprio fato de ter sido formado principalmente por imigrantes germânicos com cultura e ideologia diferenciadas dos ibéricos (denominados de caboclos), criando uma espécie de abismo na sua identificação como classe e na sua organização, prevalecendo os clientelismos

e as cooptações com os setores dominantes, já que a classe empresarial tendeu a ser a dos teuto-brasileiros na região.

As condições de vida dos trabalhadores nunca foram das melhores. Desde o início, o alto custo de vida não correspondia ao poder aquisitivo do operariado que mesmo com toda a família trabalhando, não podia ter uma vida digna, beirando sempre a subsistência. No início do séc. XX, Joinville, vai ter a primeira manifestação social significativa de descontentamento e desagrado com a condição operária vigente.³²⁶ Esta manifestação, acompanhava a conjuntura nacional e mundial que levou o mundo à 1ª Guerra Mundial, afetando os países produtores de alimentos, como o Brasil.³²⁷

O ambiente operário era de incertezas, de sobressaltos, de angústias e de constantes confrontos com a polícia. A situação dia a dia tornava-se insustentável. O alto custo de vida e a insegurança operária verificou-se em toda a década de 1910. Apesar de tudo isto, as exportações de Santa Catarina (erva-mate) cresciam.

No Brasil, e mais especificamente em São Paulo, os movimentos sociais eclodiram em julho de 1917 e foi uma das manifestações políticas urbanas de maior expressão no período da primeira República, pois rapidamente se expandiu, influenciado pelo anarcossindicalismo e favorecido pela crise da Primeira Guerra Mundial.

Estudos sobre o movimento operário como o de Yara Cury, Maranhão, Bóris Fausto, mostram que as tensões sociais eram grandes e na conjuntura de 1917/19 várias greves ocorreram nas principais cidades brasileiras, pois somente em 1917 algumas mercadorias chegaram a custar 160 vezes mais que no ano anterior. O ano foi marcado por uma série de movimentos reivindicatórios.³²⁸

³²⁶ - Professor Walmir Martins do departamento de História da UFSC e Cleusa Soccas, em um levantamento nos livros dos Engenheiros do Arquivo Público Estadual de S.C., constatam que no final do século passado houve uma greve de ferroviários da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, no sul do Estado, sem contudo detalhar; no mais, nada existe escrito sobre o movimento operário em S.C.. In: ALMEIDA, Rufino Porfirio. *O Movimento Operário em Santa Catarina. A greve de Joinville/ S.C.*. Dissertação de Mestrado (mimeo) . UFSC. p. 4

³²⁷ - No contexto da diversificação industrial de 1914 a 1920, surgem no Brasil, 5936 estabelecimentos, e, Carone apresenta como razão os lucros extraordinários, porém os custos dos produtos alimentares sobe muito, levando os operários a movimentos paretistas como os de 1917 que abrangeu todo o país. O poder aquisitivo dos empregados em face da inflação durante a Guerra, aliado a desvalorização cambial que em média foi de 25,4% vão tornando sistematicamente seus salários defasados, fato que começara em 1911. Com os aumentos sucessivos dos gêneros alimentícios, as agitações tornaram-se um fato comum. Em 1917, principalmente a partir do 1º de maio, sobe o custo de vida e o movimento torna-se nacional. IN: CARONE, Edgard. *A República Velha - Instituições e Classes Sociais*. São Paulo : DIFEL, 1972. p. 80/81 e 188/189

³²⁸ - É de lembrar-se que a crise econômica deste período, não era o único motivo destas manifestações. A Conjuntura política mundial, e principalmente o flanco aberto com a Revolução de 1917 na Rússia,

*Os assalariados aspiram (em São Paulo), entre outras coisas, à regulamentação das horas de trabalho, do trabalho das mulheres e dos menores, à reformulação do regime interno das empresas, a salários menos reduzidos mediante a suspensão das multas e das contribuições pró-pátria, além da melhoria das condições de moradia e transporte. Lutam pela liberdade de associação, de reivindicação e de protesto e por maior segurança no trabalho.*³²⁹

Aos poucos, este movimento vai assumindo as características de greve geral. Ligas e fábricas solidarizam-se no protesto e à medida que cresciam os engajamentos, cresciam também as agressões.

Em Joinville, os reflexos deste movimento terão seus ecos ouvidos e os operários irão declarar a greve, justificando a necessidade de levar uma vida condignamente, e com o que ganhavam até então era impossível. Aderiram à greve várias categorias, inclusive ferroviários, mecânicos, pedreiros, carpinteiros, cervejeiros, operários de fábrica de fósforos, costureiras e padeiros.

As primeiras notícias do movimento grevista dos operários em Joinville começaram a aparecer nos jornais a partir de 23 de julho de 1917, quando na sua reunião os trabalhadores deliberaram romper em greve dia 27, caso os industriais não melhorassem seus salários. Desejavam um aumento de 1\$000, diários no vencimento de cada um. Os industriais concordavam em dar um aumento de 20%, procurando desta forma evitar a greve.³³⁰

A postura das elites, que num primeiro momento demonstra que até estão conscientes dos problemas operários mas conforme vai tomando fôlego o movimento, recuam de suas visões iniciais, voltando a atenção para o perigo dos movimentos de rua, de como os teuto-brasileiros deveriam comportar-se, principalmente chamando a atenção para o problema dos conceitos de solidariedade, do “perigo alemão” de prudência, etc.

No jornal local “Kolonie Zeitung”, às vésperas da greve, aparece a seguinte notícia:

permitiu que os operários vislumbassem possibilidades de saída de suas condições de explorado. Com deveres/ sem direitos

³²⁹- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. (1889 - 1930)*. São Paulo : Alfa - Ômega, 1979.

³³⁰-ALMEIDA, R. P. O movimento operário em Santa Catarina. A greve de 1917 em Joinville. In: *Revista de História e Geografia de Santa Catarina*. p. 166

...Também aqui algumas pessoas parecem ter sido atacadas pela febre e que para o futuro e bem estar desta cidade é indispensável haver uma greve. São Paulo teve a sua greve com as obrigatórias circunstâncias secundárias. Em Curitiba ela irrompeu e porque razão uma cidade grande como Joinville não pode tê-la uma vez. (...) As queixas são os baixos salários

A mesma notícia ressalta a questão da solidariedade, como questão importante.

Acredita-se que por uma questão de solidariedade outras categorias apoiaram o movimento. Mas aí o conceito de solidariedade é duvidoso. No caso seria tirar as castanhas do fogo para os outros. Nos atuais tempos críticos deve a nossa população ser duplamente prudente e evitar em 1ª linha tudo o que leva a agitações. Quando dois fazem a mesma coisa, esta longe de ser a mesma coisa. Não se pode dizer que movimentos operários locais vão ser vistos com os mesmos sentimentos benevolentes, em parte com sentimentos medrosos, e não são com os mesmos olhos que ele pode ver a situação local. Prudência e distância são hoje, mais do que justamente apropriadas.

Todavia as queixas dos operários sobre os salários eram constantes e não ficavam escamoteadas.

Para entrar na questão das queixas dos operários não nos negamos um minuto a reconhecer a necessidade que um pai de família possa para sobreviver com um salário de 3.000\$000 diários, ainda mais quando ele paga aluguel. É preciso que haja uma melhoria. Temos certeza que um pouco de boa vontade dos operários e dos patrões, há de se chegar facilmente a um consenso, mesmo sem greve. (...) em pouco tempo começarão a gritar por um aumento de salário, e a questão é saber se nossas empresas estarão em condições de atender as reivindicações sem perder a concorrência no mercado.

Os patrões, ao invés de resolverem a questão, apelam para a Câmara Municipal.

(...) Mas talvez nossa câmara pudesse fazer alguma coisa. Fixar preços máximos e se isso não ajudar, manter em suas mãos o comércio de alimentos indispensáveis. Infelizmente não podemos nos furtar a observar que a pressão de fazer de Joinville em pouco tempo uma cidade bonita e moderna não é mais apropriada para baratear a vida do pequeno.(...) Mas se nós quisermos manter

*aqui uma classe operária saudável, temos que tomar cuidado para que o operário não perca a sensação que ele é um membro importante na comunidade . Somente o título de eleitor não lhe confere esta sensação, só a propriedade. De outra forma estaremos criando aqui apenas um proletariado de fábrica.*³³¹

No outro número do mesmo jornal, as notícias da greve continuaram, com comentários jocosos, sugerindo infiltrações de elementos estranhos ao movimento, principalmente anarquistas de Curitiba e que se houve baderna, esta não foi feita pelos alemães e sim por “pretos desordeiros”.

(...) Há muitos dias que Curitiba está sob o signo do movimento. As fábricas fecharam em grande parte. Comércio e trânsito também estão lentos. Como em São Paulo aqui a iniciativa foi dos operários da estrada de ferro, aos quais se juntaram em pouco tempo, em parte obrigados, em parte por iniciativa própria ou por solidariedade o pessoal dos bondes, os operários da Cervejaria Atlântica e alguns de outras empresas maiores, como os da fábrica de fósforos Hürlimann .(...)

*(...) Nossa classe operária alemã diante das atuais circunstâncias, em vista dos acontecimentos dos últimos tempos, temos que aconselhar que mantenham a melhor reserva à tudo isto. Ele tem que pensar principalmente que tudo o que ela fizer será medida lá fora com outros critérios e possivelmente o ponto de partida de conseqüências que afetarão gravemente toda a comunidade.*³³²

O sentimento do perigo alemão durante a Primeira Guerra Mundial e as leis de Nacionalização que começavam a surgir inibiam a ação dos teuto-alemães que temiam serem envolvidos em questões policiais e de serem julgados como traidores da Nação Brasileira.

O amor pela ordem, pela paz e pela prudência dos quais a população alemã até agora nestes tempos difíceis, que com pequenas exceções, oprime a todos sem exceção, deram testemunhos tão brilhantes, deverá ser nossa bandeira. Desentendimentos internos, discórdia, etc. devem ser discutidos em casa, na confiança e

³³¹ -*Kolonie Zeitung*. Periódico bissemanal em alemão gótico, traduzido por Maria Thereza Böbel, funcionária do Arquivo Histórico de Joinville. Jornal do dia 24 de julho de 1917. p.2

³³² - Streik. *Kolonie Zeitung* . Joinville, 26 de julho de 1917. p.2

*compreensão mútuas. A rua de qualquer maneira é o local menos apropriado para isso.*³³³

E os comentários continuaram ao longos dos outros dias, e sempre que possível chamando a atenção do perigo da greve que, no início, era tida como sinal de grande cidade e de progresso, mas tomando as ruas tornavam-se perigosas e vergonhosas.

*Desde ontem de manhã Joinville está em Greve, a primeira greve de proporções já acontecidas aqui.(...) Toda a condução da greve, aliás é tão confusa, fica-se em duvida se há aqui apenas a incapacidade para dirigir o movimento por um melhor salário é apenas o disfarce para outros objetivos escondidos, ou interesses secretos. Por diversas indícios, levam-nos à última suposição, e por isso lamento vivamente, que uma grande parte dos trabalhadores alemães, como parece, principalmente por um sentimento de solidariedade mal entendido, tenha aderido ao movimento. Este sentimento de solidariedade os honra, mas que sejam cuidadosos que no final não tenham que pagar a conta de tudo.(...) De qualquer maneira, damos aos operários alemães o conselho bem intencionado, encaminharem seus desejos e queixas, desde que as tenham, cheios de confiança a seus chefes e patrões, que lhes deram até agora pão e salário. Com isso ganharão mais do que correr atrás dos seus interesses e de seus camaradas, que ficam muito aquém dos seus ideais. Perdendo tempo com demonstrações que tumultuam a população e que fatalmente não terão nenhum resultado diante da falta de qualquer organização e de total incapacidade de dirigir o movimento.*³³⁴

Conforme ia crescendo o movimento e as demonstrações públicas iam se avolumando, fazia-se necessário a ajuda da polícia.

Somente segunda-feira, parou tudo realmente, não houve nenhum excesso, a paz e a ordem reinava em todo lugar, o que deve ser elogiado.

Dois ou três casos foi preciso pedir ajuda à policia, no caso de carga e descarga nos portos e na estrada de ferro por causa de alguns pretos desordeiros.(...)As autoridades deixaram registradas toda a moderação e indulgência. Por outro lado estavam firmemente decididos a reprimir todo e qualquer excesso

³³³ -id. ibidem

³³⁴ - id. ibidem. 31 de julho de 1917, p.2

com toda energia, para este fim estavam distribuídos postos de sentinela com homens armados com 30 munições pesadas.(...)

*A greve foi inútil porque o que os operários conseguiram, teriam conseguido sem a greve [menção a interesses escondidos por trás da greve]. Foram frustradas as tentativas de dar a prova as intenções revolucionárias e altamente traidoras dos alemães em Santa Catarina.*³³⁵

O acordo entre patrões e empregados pôs fim ao movimento paredista no dia 1^o de agosto. A repercussão do movimento foi grande, visto a ênfase que os jornais da época trataram o fato, sempre se referindo aos ânimos exaltados, de agitadores que se identificavam com o movimento vindos de outras regiões. *"Apesar de ser um movimento paredista de 1917 de curta duração em Joinville, mostrou à sociedade como viviam os operários e quais eram suas aspirações".*³³⁶

Além do Kolonie, o jornal "A Gazeta do Comércio", também trata da situação, em uma notícia sobre a "A Greve", afirmava que: *"...as acusações feitas aos proprietários das fábricas e ao governo local de desonestos era um absurdo, que se havia cidade onde a administração pública fez-se com mais honestidade, foi justamente em Joinville . Aqui impera o governo da honestidade".*³³⁷

O mesmo jornal, no dia 1^o de agosto, noticia que os salários foram reajustados somente 20%, mas que em troca foram prometidos uma cooperativa alimentar aos operários pelo preço de custo, diminuindo e barateando o custo de vida, e sugestões para ajudar na construção de algumas casas operárias nas imediações das fábricas, para diminuir os gastos com conduções.

Ainda , sobre a criação da cooperativa alimentar operária, escreveu-se o seguinte. *"(...) é uma idéia digna de exenção. Ao lado disso, ficaria muito bem e vem mesmo a propósito a policia tomar medidas enérgicas para a repressão do "jogo do bicho" que é o verdadeiro sorvedouro de grande parte das economias do operário".*³³⁸

³³⁵- id. ibidem. 02 de agosto de 1917, p.2

³³⁶- ALMEIDA, Rufino P. *O Movimento Operário em Santa Catarina*. p.48

³³⁷- Jornal *A Gazeta do Comércio*. Joinville, Sábado 4 de agosto de 1917, Ano 4, nº 2, p. 1

³³⁸- id. ibidem p. 1

Ora, tentou-se criar um “bode expiatório” para o movimento, como o jogo do bicho e agitadores externos ao movimento operário local os chamados “açuladores”, e neste jornal em nenhum momento a “burguesia local” admitiu a condição caótica de vida de seus funcionários, contrapondo-se ao Kolonie que admitia uma burguesia mais esclarecida. Alegaram sempre que estes tinham casas e boas condições de vida e não havia necessidade da greve. “ *Todo e qualquer esforço para melhorar a vida de seus funcionários estaria sendo feita*”.

A mobilização teve reflexos também no meio rural, com a fundação da Liga dos Lavradores a, “Bouarerbund”, pelo Dr. Plácido Gomes de Oliveira. Foi notável a mobilização geral dos operários de Joinville que conseguiram um comprometimento dos empregadores para lhes vender alimentos pelo preço de custo, mas, ao mesmo tempo, fez com que se criassem Associações de Empregadores mais eficientes e mais unidas, e a dos empregados foram ficando cada vez menos atuantes, graças às ameaças e à criação de novos mecanismos de dominação e subserviência por parte dos patrões.

A Força Militar, o Tiro de Guerra 226 e as Forças Públicas de Santa Catarina, tiveram grande importância neste movimento paredista, tanto nas medidas preventivas contra eventuais depredações, como força repressora do movimento.

A palavra chave era “Ordem” que dentro do comportamento liberal era necessária, pois garantia a manutenção da tão desejada “paz” para que o progresso pudesse ter continuidade. A polícia julgava como indivíduos perigosos, os incitadores de greves de qualquer tipo, por subverterem a ordem social e perturbarem o trabalho livre.

Com o término da greve, a situação de Joinville pode ser resumida pelo apelo dos industriais e comerciantes, no aviso das autoridades locais:

*Ao operariado o comércio e a Indústria joinvilenses dirigem-se a estes para convidá-los a comparecer amanhã, 2 de agosto, às horas de costume, nas respectivas fábricas a fim de serem iniciados os trabalhos voltando a cidade tranqüilamente a operosidade habituais. ... Outrossim, aos que não queriam trabalhar que, pelas nossas leis, lhes é vedado expressamente impedir que trabalhem na sanção do código penal.*³³⁹

³³⁹ - Jornal *A Gazeta do Comércio*, Joinville, 4 de agosto de 1917, p.1

Por muitos dias, após o movimento, os jornais locais noticiavam e agradeciam a compreensão do operariado em evitar a desordem e as más influências subversivas, como também a colaboração das forças repressoras na prisão dos “desordeiros”. Denunciavam, também, a figura de alguns destes anti-líderes como a do Dr. Plácido Gomes de Oliveira que era representante do operariado naquela emergência. “(...) *pessoa que discursava para os operários sobre as duas relações entre capital e o braço auxílio e amparo mútuos moldados na mais sã doutrina socialista*”.³⁴⁰

Procurava-se de todas as formas ocultar as contradições sociais e os mecanismos para controlá-las pois, o que se observa através dos jornais, posterior a este acontecimento, é que o operariado joinvilense foi perdendo cada vez mais sua força de coerção contra as empresas e os sindicatos foram adquirindo cada vez mais um caráter assistencialista. “...*greves são denunciadas como vergonhosas e exemplos anarquistas e bolchevistas*”.³⁴¹

A partir de 1917, Joinville, como centro industrial e tendo como maior parte de sua fonte de renda baseada no abastecimento do mercado interno, sofre os efeitos das grandes crises do sistema capitalista, mas amenizadas nos grandes centros econômicos do país, com as lições de defesa chegando antes, dando tempo de minimizar as consequências das crises, acreditando-se no fraco poder de mobilização das classes trabalhadoras locais. Entretanto, a greve geral de julho de 1917 em São Paulo e outras regiões abriria uma conquista histórica, cujos limites se estenderam até 1920.

As greves chegam a Joinville com os noticiários da conjuntura externa; o operariado publica nos jornais notícias de descontentamento, faz algumas manifestações, mas as mobilizações paredistas são muito raras e ocasionais. Os jornais defendendo e propagando a ordem e a disciplina dos joinvilenses, quando estas acontecem, são mencionadas em notas de segunda página, e assim mesmo sem muitos detalhes e comentários. Enquanto isso, no resto do país, a chamada questão social sai de um quase esquecimento e se torna objeto de debates, tanto ao nível da sociedade civil como do Estado, saltando para as manchetes e primeira página dos jornais.

A ação policial a favor dos empregadores se manifestava de forma sutil ou explícita, embora igualmente efetiva. Entretanto, as numerosas ocasiões em que os trabalhadores foram presos ao levar reivindicações aos patrões, pouco ou quase nenhuma

³⁴⁰ - *Jornal O Dia*. Florianópolis, 7 de agosto de 1917, p.1

³⁴¹ - *Jornal de Joinville*. Joinville, 27 de maio de 1919. Ano I, n.59, p.2

menção foi feita na imprensa. Alguns exemplos podem ser observados como o de maio de 1919, quando há uma prisão de um “tal” Sr. Tülemann³⁴², acusado de ser agitador e incitador de greves.

As reivindicações operárias naquele momento, “sob a inspiração do Sr. Tülemann”, feitas aos proprietários das fábricas, segundo publicava-se nos jornais, eram coincidentes com as mesmas pelas quais lutavam os operários do Brasil inteiro.

- 1) 8 horas de trabalho
- 2) aumento de 30% sobre os ordenados
- 3) ordenado mínimo para os trabalhadores auxiliares de 4\$000.

*O Dr. Gil Costa, chefe de polícia que se achava aqui por essa ocasião, prendeu o chefe deste movimento, mandando-o para Florianópolis. Foi esta disposição, que motivou o fracasso das greves projetadas.*³⁴³

Os “agitadores” eram demitidos a título de lição para os demais e, de um modo geral, entravam para as listas negras das companhias, principalmente naquelas em que possuíam associações de classe eficazes. Uma vez na lista negra, o trabalhador tinha forçosamente que procurar outro emprego em outra “freguesia” e para tanto era obrigado a migrar.

Em decorrência deste movimento, no domingo seguinte, a Associação Comercial esteve reunida em Assembléia Geral para discutir os motivos do descontentamento operário, concluindo que deveria ser o alto custo de vida, se comparado os preços de gêneros de 1ª necessidade com São Paulo e Rio.

As tentativas de fixar preços pela municipalidade haviam fracassado, resolvendo-se, então, criar uma comissão especial para tratar deste assunto que deveria resolver:³⁴⁴

³⁴²- Tülemann, operário joinvilense foi preso em Joinville e enviado a Florianópolis sob a acusação de ser agitador socialista, por reivindicar medidas de diminuição da jornada de trabalho, diminuição do custo de vida e principalmente por ter participado de algumas reuniões junto a outros trabalhadores, onde se cogitava maneiras de se participar em uma greve.

³⁴³- Pretensões Operárias. *Jornal de Joinville*. Joinville, 22 de maio de 1919. Ano 1, n. 57, p.2 .

³⁴⁴-Esta Comissão era composta por João Gomes Ribeiro, Otto Boehm, Dr. Arthur Costa, Dr. João Dias Paiva e Paulo Mayerlle

a) a melhor maneira de tratar os interesses operários, principalmente com relação aos exorbitantes preços dos gêneros de primeira necessidade.

b) organização de uma Comissão de Amparo aos operários e suas famílias em caso de enfermidades.

c) conseguir dos poderes municipais a diminuição dos impostos sobre terreno e casa para os operários, ficando a referida comissão com poderes para lembrar outras medidas para a melhoria da condição de vida dos operários.

Quanto a diminuição das horas de trabalho, a Assembléia considerou conveniente aguardar a votação do projeto, ora em elaboração no Congresso Nacional sobre a regulamentação do Trabalho para todo o país.³⁴⁵

No seu retorno a Joinville, o Sr. Tülemann esteve na redação do Jornal, declarando-se inocente e que “esteve em algumas reuniões a convite de outros trabalhadores, e que daí por diante não queria mais saber de greves, pois para ele foi uma lição os desgostos pelos quais passou nos últimos dias”³⁴⁶. Intencionava agora vender suas mobílias e mudar-se de Joinville.

Em maio de 1920, efetuou-se em Joinville, uma sessão preliminar do Congresso Brasileiro de Operários, achando-se numerosos representantes de associações operárias, demonstrando que estes estavam engajados nos movimentos nacionais.³⁴⁷

Aqui, os momentos de mobilização coincidiram com os de crises econômicas nacionais, mas acompanhados pelos jornais, estes se tornam muito evasivos e meio sem sentido. Por exemplo em 23 de outubro de 1920, o Jornal de Joinville na sua seção de Notas e Notícias traz o seguinte anúncio - “A Greve Geral”: - “Os operários continuam a se agitar para a realização da greve. Várias associações já aderiram à greve, sendo estas as dos operários de calçados, marceneiros, trabalhadores da construção civil, metalúrgicos, maleiros, tapeceiros e os empregados em bares, cafés e o sindicato culinário”.³⁴⁸

Após esta pequena referência nada mais se comenta, nem neste, nem nos outros jornais locais, preocupando-se somente com o problemas das doenças epidêmicas como a variola que grassavam no período, a vacinação, a educação, o excesso de pó na cidade, etc.

³⁴⁵ - S/M. *Jornal de Joinville*. Joinville, 22 de maio de 1919. Ano I, n. 57, p.2

³⁴⁶ - id ibidem. p.2

³⁴⁷ - Congresso Operário. *Jornal de Joinville*. Joinville,. 01 de maio de 1920. Ano 2. n.35, p.1.

³⁴⁸ - A Greve Geral. *Jornal de Joinville*. Joinville, 23 de outubro de 1920 . Ano 2, n.84, p.1

Não se faz mais menção ao problema, não sabendo se suas causas e se a mobilização, surtiram resultados ou não.

De acordo com Edgard Carone e outros estudiosos, sabe-se que esta tentativa de greve geral não deu certo naquele momento pois havia fragilidade e distensões internas no movimento operário.

O trabalhador estava sujeito a um regime de disciplina e coerção que garantia o seu máximo rendimento.

As organizações proletárias obedecem a diversas modalidades, desde aquelas que se destinam ao auxílio mútuo até a defesa contra os inimigos da classe, porém, todas elas são simples transposição de suas congêneres européias coexistindo harmoniosamente.

Estas formas de agrupamento social são características de camadas sociais específicas com orientação política diversa, apesar de até 1920 o movimento operário ativo ser mais de anarquistas e anarco-sindicalistas, os católicos, os socialistas e os sem orientação política.³⁴⁹

Até 1920, o movimento operário é preponderantemente anarquista, devido em grande parte, à origem dos imigrantes: Itália, Espanha, Portugal, onde as tendências libertárias são mais fortes do que o marxismo. No entanto, Joinville tendo uma população na sua maioria de origem germânica, provenientes das cidades alemãs e educada para a obediência às leis, a penetração anarquista ou de qualquer outra espécie se torna mais difícil.

As greves são consideradas como uma atitude extrema, dirigida não contra os fundamentos do regime capitalista ou como algo pessoal contra os patrões, mas sim, contra as condições momentaneamente impostas pelos patrões.

Em Joinville, o início da década de 20 é marcado pelo movimento dos padeiros.

Os operários das padarias fizeram chegar até nós (jornal), que estão dispostos a descansar um dia na semana, e para coagirem, certos patrões que não se conformam com tais disposições, requerem ao Conselho Municipal dessa cidade, fosse feita uma lei, determinando obrigatoriedade para esse descanso.

³⁴⁹- CARONE, Edgard. *A República Velha. I - Instituições e Classes Sociais (1889/1930)*. Rio de Janeiro . Bertrand Brasil S. A. 1988. p.196/198.

*Parece muito justo os desejos desses rapazes. Toda gente tem um dia de descanso na semana, desde os mais humildes operários até o mais opulento patrão, e é portanto natural que os padeiros também tenham esse descanso.*³⁵⁰

A nota termina acreditando que o Conselho irá acolher os desejos desses operários na noite de domingo para segunda-feira, como de fato ocorreu.

Em 1923, os padeiros gaúchos enfrentam uma greve pela diminuição das horas de trabalho e pelo aumento dos salários. Estes chegam ao extremo de atear fogo com gasolina nas padarias. Os padeiros joinvilenses, também resolveram brigar pela qualidade e pelo preço do pão.

O Sr. Guilherme Jorge acusa as demais padarias de estarem roubando no peso do pão e do abuso da lei. Por outro lado, os demais donos de padarias se defendiam alegando que faziam pão barato, porque a qualidade era ruim.³⁵¹

Os preços continuavam a subir, tanto dos produtos agrícolas, como o dos fabris, e os salários cada vez mais perdendo seu valor de compra. Ao mesmo tempo, os jornais tentavam justificar essa defasagem junto ao operariado culpando não só a especulação, mais desenfreada do que nunca, dos açambarcadores e “proveitadores”, alegando que o motivo era uma consequência direta das deficiências da produção e do desequilíbrio entre a oferta e a procura. Publicava uma lista dos preços locais dos produtos, animais e vegetais fazendo uma cotação das diferenças dos preços anuais de 1916 até 1920 e de suas variações, para justificarem junto ao trabalhador o déficit de seus salários frente ao aumento do custo de vida.

Apesar dos apelos, não se conseguia conter as revoltas e, em 1924, a Comissão dos Trabalhadores de carga e desembarque de madeira e erva-mate do Porto de São Francisco e Joinville clamam por um aumento salarial, devido ao alto custo de vida. Inicialmente, apelavam para as autoridades para que tudo ocorresse dentro da ordem, da lei e da justiça, mas deixavam claro que não desprezavam a idéia de uma greve, caso os patrões não aumentassem suas diárias de 5000 para 7000 réis. A Comissão enfatizava que confiava no bom senso das autoridades do alto comércio local, que deveriam conceder-lhes o aumento a partir de 3 de maio.³⁵²

³⁵⁰-Pelas Padarias. *Jornal de Joinville*. Joinville, 01 de dezembro de 1920. Ano 2, n. 93, p.2

³⁵¹- Seção Livre do Jornal. *Jornal de Joinville*. Joinville, 10 de fevereiro de 1923. Ano 5, n.12, p.1 e 18 de agosto de 1923 n. 63, p.2 e 29 de agosto de 1923 ,p.5

³⁵²- COSTA, Silvino Bispo da. *Jornal de Joinville*. Joinville, 09 de maio de 19124. Ano 6, n.108, p. 2

No final de janeiro circulou um boletim anônimo, escrito em português e alemão convidando operários a se reunirem (mas não diziam aonde) para organizarem uma Associação Operária, feita entre quatro paredes, cujos fins não se soube. Alguns dias depois apareceu na redação do Jornal o Sr Francisco J. Sousa (codinome Chico Sapateiro) dizendo-se diretor desta associação e pedindo para publicarem as deliberações da Assembléia. Este, entrevistado pelo diretor do jornal, declarou-se não ser operário, e sim sapateiro e que havia aceito o convite por não haver quem o fizesse e a convite dos empregados do Moinho.

Nesta entrevista, o Sr Francisco, segundo o jornal, embasbacou-se em algumas respostas, pois não tinha conhecimentos dos regulamentos, dos estatutos, licença, etc. , enrolando-se com as questões burocráticas, assim, não publicaram o seu boletim e ainda ridicularizaram-no, colocando-o como “testa de ferro” do Sr Crispim Mira que seria o verdadeiro mentor de tal associação.

(...) Talvez os operários já tivessem lido - declaração bolchevista que a Liga trouxe ao presidente e publicou numa folha local (...). Os operários que fazem parte da Liga pelo seu presidente que é açougueiro [na verdade sapateiro], ataca de um modo fácil de compreender o intuito, os industriais fazendo perguntas ao vento, sem pé nem cabeça, e sem motivos justos.

Desta declaração, estamos certos, os operários não tiveram conhecimento antes de ser publicada, o fustigador mostra o seu despeito, o seu rancor, o ódio aos industriais, levantando uma classe laboriosa contra os seus chefes. (...)

Operários! cuidado com eles! (...) Pense em que cidade os operários estão tão bem resguardados da miséria? Terão os nossos trabalhadores razão de queixas de seus patrões? Isto é justo impor? Não!

Se fizerdes uma Liga, mas uma Liga vossa, sem estranhos que com fins justos a vós próprios. Se fizer uma Liga em vosso proveito e dentro das normas de uma verdadeira Liga, estaremos convosco, de uma forma desinteressadamente e conta com o apoio dos vossos patrões.³⁵³

O papel dos jornais era dúbio e, em 1927, o mesmo jornal (Jornal de Joinville) publicava que a Liga Operária já estava consolidada e festejava seu aniversário com uma

³⁵³ - Associações Operárias. *Jornal de Joinville*. Joinville, 31 de Janeiro de 1927. Ano IX, n. 26, p.1

sessão solene e baile no Palace Teatro, com as presenças dos Sr Marinho Lobo, Carlos Gomes e Leonel Costa.

Enquanto isso, no Rio os operários realizaram grandes comícios e passeatas, pelas comemorações do primeiro de maio.³⁵⁴

Outra greve eclode em primeiro de junho de 1927 no Moinho Boa Vista , quando seu gerente , Sr. Scheidegger, foi procurado pelo Sr. Francisco Sousa, em nome da Liga Operária, para exigir que os operários do Moinho só trabalhassem 8 horas por dia.

O gerente reconheceu que seus funcionários realmente trabalhavam mais de 8 horas/dia, mas que eram pagos pelo excedente do tempo regulamentado e que se tivessem alguma reclamação, que o fizessem diretamente, não por intermédio de estranhos. Conforme sua declaração aos jornais: *“Hoje os operários do Moinho, instigados pelo Sr. Sousa, não compareceram ao trabalho”*.

No outro dia, o gerente procurou as autoridades, pela manhã, expondo-lhes o fato e declarando que se seus operários não retornassem ao trabalho ele iria substituí-los, pois tinha pessoal para isso, e dizia:

Já se perdeu da memória a última greve havida em Joinville. Se há terra, em que exista um operário feliz essa terra é Joinville. Quase todos os nossos operários são proprietários, tem casa, terreno e vivem confortavelmente.

As fábricas, como o Moinho, que trabalham 12 horas por dia ou mais, não obrigam seus operários ao excesso de 8 horas. Trabalha quem quer, ganhando mais, ou com salários previamente combinados.

A que vem, portanto, essa greve no Moinho, a não ser por um simples intuito de exibição de quem, a viva força, quer ser importante?

*O Sr. delegado de policia esteve no Moinho, inteirando-se do caso, tendo-se prontificado a dar ao Sr. Scheidegger todas as garantias precisas para o caso de perturbação da ordem.*³⁵⁵

O delegado de policia mandou para o local alguns praças afim de garantirem o moinho. Por outro lado, o Sr. Francisco Sousa encontrava-se junto aos operários, rompendo os avisos ameaçadores colocados em frente ao Moinho, dando vivas e gritos.

³⁵⁴ - Liga Operária. *Jornal de Joinville*. Joinville, 2 de maio de 1927. Ano IX, n. 99, p.1

³⁵⁵ - Greve no Moinho. *Jornal de Joinville*. Joinville, 01 de junho de 1927 . Ano 9, n. 147, p.1

Pela manhã se achava entre os operários em greve o Sr. Dr. Carlos Gomes, segundo substituto do superintendente municipal que, após esta atitude, pediu demissão do seu cargo por ter estado ali como mediador, mas que poderia estar sendo mal interpretado pelo superintendente e, ao mesmo tempo, colocando sua impressão sobre o presidente da Liga Operária, como não merecedora de confiança.

O superintendente Sr. Dr. Ulysses Costa, de acordo com as normas do PRC (Partido Republicano Catarinense), negou-lhe o pedido de demissão.

No outro dia, o jornalista presente nos escritórios da União Mercantil Brasileira, falou com os grevistas que estavam em calma:

Os que nos atenderam acham-se desgostosos, aborrecidos mesmo, com o proceder do presidente da Liga Operária, por ter sido precipitado nesta ação.

Disseram-nos os grevistas que era seu intuito procurar falar diretamente com o Sr. Scheidegger, mas que o presidente da Liga havia se precipitado e não lhes informara o que se passara na conferência com o gerente.

Daí haver resultado terem de acompanhar o movimento, por serem sócios da Liga.(...).

Durante todo o dia de ontem e a noite o Moinho e escritório foram guardados por praças do destacamento policial, tendo, porém, tudo ocorrido com calma.³⁵⁶

No mesmo dia, uma outra nota na mesma página anunciava: “*Voltaram ao trabalho*”, colocando que os “*operários em greve voltaram esta manhã ao serviço*”. E terminava o artigo com um ar debochado: “*E foi assim um dia de greve*”.³⁵⁷

Na seção livre do “Jornal A Notícia”, o Sr. Francisco J. Sousa, vulgarmente conhecido como Chico Sapateiro, diz que o seu signatário “*munca pregara luta contra os patrões, procurara, ao contrário, harmonizar, sempre que possível, uns e outros, para melhor felicidade e bem estar de ambos*”.³⁵⁸

O Jornal de Joinville, comentando esta nota diz que a greve era uma palhaçada e fez acusações ao “Chico”:

³⁵⁶- id. ibidem. .p.1

³⁵⁷-A Greve no Moinho. Jornal de Joinville entre os grevistas. *Jornal de Joinville*. Joinville, 02 de junho de 1927. Ano 9, n.148, p. 1

³⁵⁸-Quem não conhece que o compre. *Jornal de Joinville*. Joinville, 11 de junho de 1927. Ano 9, n.155, p.2

Joinville inteiro sabe que não foi isto que se verificou por ocasião da greve. O Sr. Sousa ao invés de procurar a harmonia que apregoa e além de tido papel saliente em toda aquela PALHAÇADA, achando-se o dia quase todo, entre os grevistas, concitando-os, aos berros, a não trabalharem, foi assaz grotesco, desviando-se do caso em questão para atacar individualmente aos administradores do Moinho, pessoas cuja cultura, responsabilidade e educação se acham em plano incomparavelmente superior as do forjador de greves e "cavador" de um prestígio que não merece e jamais logrará ter.³⁵⁹

Vê-se que a exploração é contínua e que existe, mas mesmo sendo super explorados, diz-se que o trabalhador aqui é feliz. A polícia é o instrumento a serviço das elites e se há greve, é por causa de incitadores, de pessoas mal intencionadas. Além disso, as ameaças de substituição imediata dos operários talvez indiquem uma mão de obra excedente no mercado. Os grevistas são tratados com deboche e pouco caso.

Em junho, a Liga Operária por intermédio do seu presidente, Sr Francisco de Sousa, adquiriu uma foto do Sr Governador do Estado, o Dr. Adolpho Konder, e convidou os associados para a inauguração de seu retrato na sala de sessões com uma festa . Este, que antes era acusado de açulador, agora era reconhecido como presidente, pois estava “rezando a Cartilha” dos cooptadores.

O Jornal “A Notícia”, no dia 23/01/1929, chega a mencionar um “boato” de que os chauffeurs se preparavam para levar a efeito uma greve pacífica, em protesto ao péssimo estado em que se encontravam as ruas da cidade, mas a notícia não foi confirmada e o jornal não voltou mais a comentar sobre o assunto, deixando claro que a “Cidade do Progresso”, não era aquele paraíso idealizado pela mídia.³⁶⁰

Por quatro anos, não se acham menções nos jornais de movimentos paredistas, mas em 1933, os operários joinvilenses da construção civil se declararam em greve pelas 8 horas/dia de trabalho e o não cumprimento das leis.

³⁵⁹ - id. ibidem.

³⁶⁰ -Uma Greve dos Chauffeurs? *Jornal "A Notícia"* . Joinville, 23 de janeiro de 1929.A no 6, n. 503, p.1

Fazendo sentir o seu protesto, os grevistas percorreram diversas ruas, tendo o fato sido levado ao conhecimento das autoridades pelos respectivos chefes do movimento.

Pode-se dizer que os grevistas estão divididos em duas facções: uma apoiando a greve geral, ou seja a dos operários de construções civis e indústrias conexas; a outra quer a greve exclusivamente da classe.³⁶¹

O delegado de polícia local se comunicou com o chefe de polícia do Estado e este lhe prometeu as garantias de que este necessitasse.

Após dois dias, a greve continuava sem solução e os grevistas reunidos na sua causa vitoriosa procurando apoio em outras categorias trabalhadoras, conseguiram um aumento extraordinário do número de adesões.

A Associação Comercial e Industrial fez varias reuniões para resolver o caso, inclusive com o Prefeito Municipal e interessados, mas não conseguiu chegar a um acordo. Foi pedido, inclusive, apoio do interventor federal, que enviou para cá “15 praças devidamente embaladas”.

A ação da policia é digna de elogios porque tem agido com calma, sem violências. Por isso mesmo, não se tem registrado cenas desagradáveis, aliás, muito comuns, em toda parte, em situações semelhantes a que ora atravessamos (...) O que se espera é que tudo se resolva a contento de ambas as partes litigantes, sem capitulações vergonhosas, que nada mais fazem do que suscitar mal querenças eternas(...)

Na tarde de 10 de janeiro de 1933, foram presos no Mercado Público [alguns] individuos, que ali estavam proferindo discursos incendiários, incentivando os grevistas a prática de arbitrariedades. (...) Ambos são perigosos agitadores, naturais de Curitiba, muito conhecidos da policia paranaense. Fazem-se passar por operários para melhor iludir os incautos e conseguir seus fins.³⁶²

Na Associação Comercial e Industrial, as elites podem reunir-se e trazer pessoal externo para se defenderem, inclusive, a greve era de “tão pouca relevância” que até o representante do Ministério do Trabalho foi convidado a vir à cidade para apaziguar os

³⁶¹-A Greve Operária. *Jornal de Joinville*. Joinville, 7,9,10,11,13,14 e 17 de Janeiro de 1933. Ano XV, nºs 6 à 14, ps. 2

³⁶²- id. *ibidem*.p.2

ânimos. Agora os operários não podiam se unir, nem ao menos contarem com pessoas de outras regiões, que logo eram chamados de açuladores. Julgando-se estas pessoas “estranhas” e desalojadas das questões da região, [era comum em Joinville a mão de obra, principalmente a não especializada , ser de outras regiões].

No dia 10 de janeiro de 1933, chegaram a Joinville o chefe de polícia do Estado, Sr. Dr. Claribalte Galvão e o Dr. Edgard Carneiro, representante do Ministério do Trabalho, vindos de Florianópolis.

Às 5 horas realizou-se uma reunião na sede da Associação Comercial e Industrial de Joinville com a presença das referidas autoridades, do comandante do porto de São Francisco do Sul, o Sr. Prefeito Municipal e de numerosos industriais interessados na solução da greve operária. Essa reunião teve caráter reservado. (...) sendo que os representantes do Estado emitiram pareceres que foram aceitos pela classe patronal, (...) marcando-se uma nova reunião com os representantes das classes em "parede".

Veio a baila a questão da desigualdade dos salários, reclamada pelos operários. Mas imediatamente foi posta à margem, porque como explicou o Dr. chefe de polícia, no momento não se cuidava da questão dos ordenados, mas sim, unicamente, de dar solução a greve. Aviltava a volta de todos ao trabalho, embora provisoriamente, até que se conseguisse a opinião do Ministro do Trabalho.

*O Dr. Edmundo Carneiro reforçou essa opinião dizendo que a greve acarretava prejuízos não só aos industriais, como também aos próprios operários, e, em consequência, a cidade e ao Estado...*³⁶³

Após os operários terem ouvido seus companheiros e tomado posições frente às propostas das autoridades, tornaram a se reunir na sede da ACIJ onde resolveram acatar as decisões do Ministro do Trabalho.

Ontem, mesmo, voltaram ao trabalho os operários do Moinho Joinville e da oficina Mecânica Bennack, após assentamento de acordos.

Foram criadas comissões de sindicalização, compostas de operários e patrões, que resolverão entre si, amigavelmente, as questões que ainda estão dando motivos a dúvidas e desconfianças.

³⁶³ - id. ibidem.p.2

*É de se esperar, pois, que dentro de poucas horas a greve seja dada por terminada.*³⁶⁴

O Ministro do Trabalho determinou providências necessárias junto aos diversos órgãos técnicos do seu Ministério e de elementos representantes das classes conservadoras, quer de operários como de patrões, para a elaboração de uma nova lei de sindicalização a favor das classes patronais e operárias, para substituir o decreto nº 19.770 em vigor que regula a matéria. Mostrou-se desta forma que, além das leis já existentes não serem respeitadas, para resolverem os problemas suscitados pelo próprio descumprimento, propunha-se outras leis como a grande salvaguarda da harmonia, paz e ordem entre os cidadãos e que para garanti-las o operariado deveria estar comportado, cumprindo seus deveres, pois a “lei” resolveria seus problemas de fome e miséria.

Assim como outras organizações operárias vão virar “amarelas”³⁶⁵, o operariado joinvilense também participou de comícios públicos por diversas vezes, patrocinados pela ordem governamental. Nas decisões trabalhistas, tomadas à nível federal, a população joinvilense se posicionou frente as questões mais polêmicas, reunindo-se e tomando decisões em praça pública.

Em 12 de março de 1934 realizou-se um Comício Operário na praça Lauro Mueller em Florianópolis, patrocinado pela Federação Regional dos Trabalhadores de Santa Catarina, teve grande participação de joinvilenses com o objetivo de manifestar publicamente o reconhecimento da classe operária aos representantes trabalhistas, que conseguiram, na Assembléia Constituinte³⁶⁶, a inclusão dos direitos sociais com que a Revolução de 1930 a “agraciou”. *“Perante regular assistência, ocuparam a tribuna diversos operários e operárias, que enalteceram a ação de seus delegados, experimentando o regozijo de que a classe está possuída”*.³⁶⁷

³⁶⁴ - id. ibidem. p.2

³⁶⁵ - Expressão usada para conceituar os dirigentes sindicais atrelados ao processo de controle e cooptação do Ministério do Trabalho, que se submetiam docilmente a burocracia sindical, vinculada e escolhida pelo Estado, para controlar as reivindicações operárias.

³⁶⁶ - Sobre este assunto, observar o Capítulo V deste trabalho.

³⁶⁷ - O Comício Operário de ontem. Os Operários rompem com o Partido Liberal. *Jornal de Joinville*. Joinville, 13 de março de 1934. Ano 16, n. 60, p.2.

Na Constituição de 1934, aquilo que se julgava como legítimo, o artigo do direito de greve, foi retirado da legislação brasileira. *“Tendo a maioria assim resolvido por considerar que a Constituição, criando como cria a Justiça do Trabalho, não se podia constitucionalizar a greve, embora se a tenha de aceitar como um fato social, um fato contra a lei”*.³⁶⁸

O maior defensor da supressão da referida letra foi o próprio Ministro do Trabalho (Salgado Filho), acentando que, assim, o fazia como amigo sincero do operariado.

Sobre o direito de greve e da nova constituição, o jornal colocava que ela nem havia sido promulgada e já estava na hora de ser revista, pois formava um todo heterogêneo, sem orientação firme.

Ora marchando para a esquerda, quando conservava a representação de classe nas assembléias políticas, ora avançando para a direita quando negava aos operários o direito de greve.

Ora, esse direito estava incluído nas reivindicações mínimas do proletariado e é, sem dúvida, um dos princípios do socialismo.

De que arma poderão usar os operários contra os patrões recalcitrantes, exigentes e maus? Da greve é claro. (...)

E a emenda caiu. De maneira que daqui por diante, as greves de operários, serão simples casos policiais e serem resolvidos e abafados pelos delegados de polícia.

*Que dirão a isto os nossos operários a quem a politicagem liberal tem tentado enredar na trama das suas intrigas e das suas explorações.*³⁶⁹

Logo em seguida, um outro artigo, justificando as decisões da Assembléia Constituinte, comentava sobre o perigo das multidões:

O mundo sofrerá perigosa involução no dia em que estiver entregue aos caprichos das massas, divorciadas do “controle” necessário e eficaz das “elites”.

Basta uma rápida vista d'olhos sobre a história dos diferentes povos e verificaremos que as massas desabotinadas só souberam desmoronar e destruir, e nada construíram.

É sempre estéril e contraproducente a obra das massas que quase sempre acabam no mal do despotismo, da violência do favoritismo, da injustiça.

³⁶⁸- A Constituição não reconhece aos operários o direito da greve. *Jornal de Joinville*. Joinville, 29 de maio de 1834. Ano 16, n.119, p.1.

³⁶⁹- id. ibidem, p.1

*Quem hesitará entre a demagogia anarquisadora e a aristocracia mental construtora.*³⁷⁰

Sendo a linha política do Jornal “A Notícia” mais liberal, este começa a culpar a bancada paulista e o Sr. Adolpho Konder (governador do Estado de Santa Catarina) de serem os inimigos do braço operário, por não terem aprovado o direito de greve.

O Jornal de Joinville, mais tarde, aponta para a mudança de linha do seu jornal quando se justifica diante da criação de uma Justiça para o Operariado e suas questões. “Assim, não foram mais a bancada paulista e o Dr. Adolpho Konder (PRC) os culpados da expulsão do direito de greve, e sim a benemérita bancada liberal que em troca “dá” aos operários uma justiça especial”.³⁷¹

As contradições na imprensa são constantes, levadas para onde os ventos sopram mais forte, mudam suas bandeiras conforme as necessidades.

Numa mensagem aos operários, aponta-se para os problemas criados com a nova Constituição, dita “tão democrática”, mas que agora “ no Rio os comícios operários estão sendo dissolvidos à bala, a sabre e até gases lacrimogêneos. Por que? Porque o governo não precisa mais dos operários. Deu-lhes as chamadas leis sociais, contentou-os ou pensou contentá-los com algumas concessões, mas arrependido, talvez, do pouco bem que fez aos humildes, procura hoje domina-los a bala e a chanfalho. Era de se esperar”.³⁷²

Mesmo com as pressões, e com as notícias de proibições grevistas, os ferroviários da estrada São Paulo - Rio Grande entraram em greve que, logo se espalhou por todo o país, inclusive Joinville.

A greve é rigorosamente pacífica e os próprios grevistas tomaram a sua guarda o material da estrada de ferro.

*A justiça está com a causa dos grevistas, pagos miseravelmente, e reclamaram salários correspondentes aos seus serviços. É um movimento simpático, sem dúvida nenhuma, e que todos acompanham com o maior interesse*³⁷³.

³⁷⁰- O Perigo das Multidões. *Jornal de Joinville*. Joinville, 4 de junho, de 1934. Ano XVI, n. 124, p.4

³⁷¹- O direito de Greve e o Operariado Local. *Jornal de Joinville*. Joinville, 9 de junho de 1934. Ano XVI, n.126, p.2

³⁷²- Os Operários. *Jornal de Joinville*. Joinville,6 de outubro de 1934. Ano XVI, n. 229, p.1

³⁷³- A Greve dos Ferroviários. *Jornal de Joinville*. Joinville, 8,9,11, de outubro de 1934. Ano XVI, n. 230,231,233, ps. 1,2 e 1

No outro dia chegaram à cidade, procedentes do Rio, 200 operários do Loyd Brasileiro, para substituir os empregados da Estrada de Ferro. Em companhia desses operários, vieram também 100 fuzileiros navais, para evitar possíveis perturbações da ordem. Este movimento perdurou por 5 dias. *“A atitude dos ferroviários foi simpática a todos, porque pleiteavam uma causa justa. Não era possível que o governo federal deixasse que a grande e laboriosa classe permanecesse numa situação que era aflitiva (...)”*.³⁷⁴

Por outro lado, como o período era eleitoral, o jornal do dia 11 estampava no alto da página como manchete de destaque, o seguinte:

*O Dr. Adolpho Konder, em Porto União, com o prestígio de seu nome, de sua inteligência e das suas relações, fez-se advogado dos ferroviários na mais justa de todas as greves, e, por isso mesmo, teve o seu quinhão de glória no triunfo ruidoso da causa dos humildes operários, que lhes fizeram ontem naquela cidade da fronteira uma imponente manifestação. Longe de explorar os operários, o Dr. Adolpho Konder, quando lhes pleiteiam uma causa justa, põe-se ao lado deles para ampara-los e defende-los. Operários de Joinville! Abandonai os que especulam convosco e votai nos homens de bem, nos dignos, nos patriotas que constituem as chapas da Coligação Republicana. "Por Santa Catarina". Por Santa Catarina seja o vosso grito de vitória nas eleições de domingo.*³⁷⁵

O ano de 1935 começa logo com notícias de greves dos funcionários do Correio do Rio e São Paulo, pelo aumento dos salários e regalias, mas Santa Catarina e Rio Grande do Sul não aderiram ao movimento como um todo.

Em seguida aparece a greve dos Marítimos e o Porto de São Francisco do Sul não funcionando no dia 3 de janeiro, e não aportando nenhum navio brasileiro.

O movimento foi solucionado com o aumento de salários e com a majoração de fretes e passagens marítimas. A majoração dos fretes foi de 15% para as mercadorias de primeira necessidade e de 30% para as demais (...) O que se sabe é que estas majorações podem ser boas para os marítimos, mas ela é desastrosa para o povo.

Porque, em fim de contas, quem vai pagar a festa é este, o eterno trouxa.

³⁷⁴ - id. ibidem.

³⁷⁵ - Manchete. *Jornal de Joinville*. Joinville, 11 de outubro de 1934. Ano XVI, n. 233, p1.

*Os 15% de navegação de fretes e os 30% no aumento da passagem saem - é claro - do bolso do povo. E como os grevistas fazem parte deste povo é de crer que, no caso desta ultima parede, não tenham eles muitos motivos para contar vitórias.*³⁷⁶

A idéia de jogar o ônus das greves à população seria para mascarar e desqualificar as mobilizações operárias e os joinvilenses iriam assimilar este discurso e o reproduzir ao longo dos tempos.

Enquanto em Joinville os movimentos continuavam desacelerando-se, sabe-se que só em 1937, no mundo estalaram 10.267 greves. Esses movimentos envolveram 4.220.944 pessoas e ocasionaram a perda de 50.454 dias de trabalho, sendo que os Estados Unidos sofreram os maiores prejuízos com as greves, seguindo-lhes a Polônia e a Grã-Bretanha.³⁷⁷

As condições de vida da população eram das piores, ficando claro, numa carta do presidente dos sindicatos de Joinville ao Sr. Prefeito, solicitando providências, afim de tabelar os preços dos gêneros de 1^a necessidade, pois conforme afirmavam seus consignatários:

*Já não podem manter as necessidades do lar, dada a carestia dos comestíveis. O ofício expie com clareza o objetivo e de fato o pequeno operário, aquele que ganha salário, já insuficiente para a sua manutenção, em tempos normais, não pode enfrentar o momento que atravessamos, caindo dia a dia na miséria, porque lhe escasseia o crédito que já é limitadíssimo, vindo de uma hora para outra a fome assaltar-lhe o lar, onde esposa e filhos, curtem a tragédia, entre lágrimas e sofrimentos.*³⁷⁸

Após 1936 -37 diminuem ainda mais as manifestações. A Lei de Segurança Nacional, Estado de Sítio e Estado de Guerra, são argumentos mais do que suficientes para coibirem qualquer pretensão, a não ser pequenas notas de insatisfação, como a que se coloca acima.

Nacionalmente, os movimentos começavam a entrar numa fase de refluxo desde o pós 20, depois de ter havido as grandes greves gerais. A forte repressão policial e uma

³⁷⁶ - O Povo que Pague. *Jornal A Notícia*. Joinville, 11 de Janeiro de 1935. Ano XIII, n. 1907, p.1

³⁷⁷ - *Jornal de Joinville*. Joinville, 25 de agosto de 1938. Ano XX, n. 100, p.1

³⁷⁸ - Carestia dos Gêneros Alimentícios. *Jornal de Joinville*. Joinville, 11 de março de 1937. Ano XIX, n. 30, p.2

legislação que pesava sobre as cabeças dos estrangeiros, ameaçando-os de expulsão caso participassem das greves, minavam a resistência operária.

As fortes migrações aconteciam em concomitância com os longos períodos de desemprego urbano, retardando a organização operária, pois permitia aos empregadores demitir os trabalhadores que demonstrassem a menor suspeita de militância, o que intimidava o trabalhador que, coagido pelos baixos salários, tinha medo de perder o emprego.

As divisões étnicas marcantes reforçariam o enfraquecimento das mobilizações em Joinville, sobretudo diante das ameaças de deportação que recaiam sobre os ativistas estrangeiros, permitindo às elites livrarem-se dos “indesejáveis” sem perder sua fachada de tradição jurídica, cultivada pelos liberais em nome do progresso e da civilização.

Mesmo diante das ameaças e dos mecanismos de repressão, a resistência local se manifestava em várias ocasiões, como se pôde verificar.

4. 2 - O BAUERNBUND E A QUESTÃO SOCIAL NO CAMPO.

Enquanto a onda de greves e mobilizações agitava a cidade, os lavradores teuto-brasileiros, também protestavam, e viviam mobilizando-se através de suas Associações, principalmente o “Bauernbund”. Fundado após a greve de 1917 como uma das soluções dos problemas para o barateamento dos produtos de 1^a necessidade, suas reivindicações e protestos eram feitos nos centros urbanos junto às autoridades municipais.

A oposição para tal atitude se repete: agitadores, infiltração, açuladores, menosprezando-se a força de mobilização dos trabalhadores do campo, colocando-os sempre numa situação subalterna, sendo necessárias ações paternalistas e de proteção, julgando-os incapazes de atitudes de auto gerenciamento de suas vidas.

Em março de 1919, os camponeses num forte protesto às leis municipais que incidiam sobre os impostos escolares e sobre a aguardente mobilizaram-se e vieram em massa para a cidade de Joinville, organizando um movimento, numa espécie de greve, onde por dois dias,

*(...) grupos de homens aqui e ali em atitudes pacíficas, mas falando e gesticulando entre si como se uma grande revolta íntima os dominasse: "Que foi que arrancou esta boa gente da patriarcal comodidade lá das roças, onde apenas a luta se faz com arado, a terra que eles aram para ajuda-lo a florir na riqueza de suas plantações? De onde vem essa gente geralmente tão ordeira na pacatez de sua vida campesina? Vêm em trajés domingueiros. Será alguma festa? Não, é a revolta contra os impostos da aguardente, contra as taxas escolares, que os traz assim nessa atitude(...)".*³⁷⁹

Quanto ao imposto escolar, o jornalista o acha justo e que somente por infiltração e sugestões de outros, mobilizariam estes camponeses, pois estes por si só não viriam à cidade, embora confesse que a taxa escolar esteja sendo cobrada em muitas municipalidades onde não há escolas nem professores, mas alega que às vezes os professores eram repelidos pelos moradores, justificando sua ausência, (era época da chamada primeira nacionalização do ensino, e os alemães não aceitavam professores que não falassem o alemão).

Sobre o imposto que incidia sobre a aguardente, o superintendente municipal acabou achando - o exorbitante e agiu em favor dos reclamantes, comentando o jornalista o seguinte sobre esta atitude:

*Dai, porém, o que resulta é um forte arranhão no prestígio da lei. É preciso muita ponderação no se confeccionarem as leis para que ela não fique como agora na contingência destas revogações pouco airosas. Os cidadãos devem aprender a respeitar as leis, como um dogma. É lei, não se discute. Cumpra-se. Se não, a veremos combatidas, mutiladas, desprestigiadas pelos prejuízos que os há quase sempre, que a lei só visa interesses coletivos, que muitas vezes colidem com interesses pessoais, por isso confeccionar uma lei é pois tarefa melindrosa, o que deve presidir sempre, o melhor critério e a melhor ponderação.*³⁸⁰

No dia 17 de abril, saiu publicado o decreto do Dr. Abdon Baptista, com a resolução da suspensão temporária da cobrança dos impostos sobre os engenhos de açúcar e aguardente, assinado pelo secretário Municipal Edgard Schneider.

³⁷⁹ - Registro - Impostos. *Jornal de Joinville*. Joinville, 11 de março de 1919. Ano I, n. 29, p.1

³⁸⁰ - id. ibidem. p.1

Contradizendo a fama de Joinville ser a cidade da ordem, da harmonia e da pacatez, em 05 de maio, mais uma vez a cidade teve suas ruas movimentadas por um grande número de colonos.

O motivo desta revolta foi o de protestar as ordens do Sr. tenente que estava presidindo um inquérito policial e mandou intimar Ernesto Tholbawa e Guilherme Geahm para depor e estes não compareceram.

O Sr. tenente então mandou-os buscar "de baixo de vara", como faria qualquer autoridade em sua posição. E o resultado foi esta romaria de gente na cidade para protestar contra o ato da autoridade.

Nestas condições, pois, só temos a lamentar que o espírito deste povo tão ordeiro se desvie das normas de respeito as leis e as autoridades tão lindamente observadas ontem.

Nós que estaremos sempre ao lado da legalidade e como nos parece que a autoridade não exorbitou das suas funções, só temos que reprovar e lamentar a atitude de nossos habitantes rurais.

Precisamos convencer de que a autoridade precisa ser acatada, e acatá-la reverentemente para que ela possa resistir na sociedade a alta missão a que se destina para garantia da ordem e da tranqüilidade social.³⁸¹

A questão da legalidade era defendida pela imprensa, mostrando que mesmo os governantes poderiam concluir e perceber seus erros, revogando leis. Mas a imprensa, clamorosa da legalidade que se arvorava o liberalismo vigente na época, não permitia deslizes, e mesmo concordando que a lei poderia estar errada, esta teria que ser cumprida, uma vez aprovada. Era o mundo da legalidade, onde juristas determinam e passam a ser as reais autoridades, desde que esta beneficie e prestigie “os iguais”, porque aquelas que beneficiavam a maioria, fazia-se “vistas grossas” e o “Cumpra-se” era se “Quiser”!

Através do Bauernbund, na época presidida pelo Sr. G. Hene, estes trabalhadores do campo tomavam resoluções, protestavam e enviavam às autoridades municipais, um documento que contestava novamente os impostos territoriais que eram estabelecidos de forma igual para todas as classes, protestando e reivindicando:

1) Contra os impostos municipais

³⁸¹ - Demonstração dos Colonos. *Jornal de Joinville*. Joinville, 10 de maio de 1919. Ano 1, n.52, p.2.

- 2) Classificação justa desses impostos
- 3) Alistamento eleitoral para ser cabo eleitoral.

Neste momento, as autoridades alertavam que as reclamações do Bauernbund eram infundadas, pois as leis orçamentárias já estavam votadas e não havia como deixar de executá-las. Lembavam, ainda, que o tempo dos protestos em atitudes revolucionárias já passara. As autoridades de hoje não permitem repeti-las, e estes têm o apoio da opinião pública, patriótica e bem orientada, e o apoio material da força para fazer cumprir e executar as leis da República dos Estados Unidos do Brasil, sejam federais, estaduais ou municipais.³⁸²

A idéia de cooperativismo, como solução de todos os problemas sociais e da majoração dos preços era corrente. Via-se nas cooperativas soluções para tudo e, dentro deste contexto, um associado do Bauernbund, através do Kolonie Zeitung publica em junho, uma carta de um dos moradores de Hansa, acusando a Associação de Lavradores de não ser uma simples sociedade de lavradores, e que esta não foi fundada para cuidar dos interesses da classe. Segundo este articulista, o Bauernbund, é um partido político que vive a preparar o alistamento eleitoral entre os seus associados. Há cidadãos discursadores, mais ou menos veementes que aspiram chefias políticas em Bananal, Jaraguá e em Hansa, assumindo às vezes atitudes inconvenientes, e que a associação foi criada para ser atrelada ao carro dos que ambicionam cargos políticos no município e estendem-se, então, em considerações sobre o que deveria ser estas associações, aconselhando-os a boicotarem o comércio em geral, pois os negociantes são desonestos nas suas vendas, querendo ganhar demasiadamente e ainda se prevalecem da não oportunidade para qualificar de muito corrupta a política brasileira.

Ainda na opinião desse articulista, os trabalhadores devem estar unidos, mas existindo uma separação entre os diversos grupos, de maneira que os alemães formem um grupo a parte, inconfundível pela língua e pelo sentimento, porque estrangeiro que não fala a língua nacional, tem somente o controle da direção política de municípios brasileiros, como partido através do Bauernbund. Não há brasileiro que não se revolte contra isso, nem há governo que apoie esta retrogradação de Joinville e, por isso, o Bauernbundismo tantos males causou a seus associados, como a população de origem alemã do sul do Brasil, que são taxadas através de impostos e conduzido a uma condição de desgraça que reina hoje.

³⁸²- A Bauernbund e o Orçamento Municipal. *Jornal de Joinville*. Joinville, 29 de Janeiro de 1921. Ano III, n. 8, p.1

O articulista sugere que se faça como em Blumenau e outras regiões catarinenses, onde estes nunca pensaram em se constituir em partidos políticos étnicos e sim em cooperativas de consumo e despesa, em defesa da indústria e da agricultura, onde estes, como ele afirma textualmente:

*Não obrigaram boicotagem, contra o comércio, fundaram armazéns, de todos os produtos de consumo, desde produtos alimentícios até de instrumentos, agrários, fazendas e medicamentos. Comprando diretamente do Rio de Janeiro, São Paulo, ou Porto Alegre e revendendo aos associados com pequenos lucros para a defesa da produção, as cooperativas depositam os produtos, adiantam o dinheiro aos produtores, nas vésperas da desvalorização deles e procuram vender diretamente, sem intermediários, com preços mais remuneradores. Assim, sim é que se presta a coletividade e ao país e não com associações que resolveram satisfazer ambições políticas com língua, bandeira e normas estrangeiras.*³⁸³

Esta carta denota que a culpa dos movimentos sociais acaba recaindo não no empobrecimento dos lavradores mas sim no problema de defesa de interesses individuais políticos, e que qualquer resistência seria sinônimo de atraso dentro do espírito de progresso. No entanto, neste momento, Joinville já apresentava a maior renda do Estado e a cidade se destacava cada vez mais na exportação de seus produtos agrícolas e industriais.

Em julho de 1921, a sociedade dos Lavradores, “Bauernbund”, resolveu tomar a denominação nacional de Liga dos Lavradores, e orientar-se de maneira diversa ao que vinha seguindo nas suas relações com os poderes públicos municipais, já tendo alguns de seus membros mais salientes entrado em acordo com os Srs. Drs. Juiz de Direito e Superintendente Municipal, resultando desse entendimento, “*uma orientação inteligente tão útil aos interesses da importante classe dos lavradores e do próprio município de Joinville*”.³⁸⁴

Liga dos Lavradores ou Bauernbund, o problema do não pagamento dos impostos e da falta d'água permanecia. Em reunião da Liga em Anaburgo, com a presença do Sr. Dr. Plácido Gomes, convidou-se o Sr. Gustavo Witte e mais tarde compareceram algumas autoridades municipais (Sr. Marinho Lobo, Eugênio Moreira e comitiva) que alegaram não

³⁸³ - “O Bauernbund”. *Jornal de Joinville*. Joinville, 1 de junho de 1921. Ano III, n.39, p.1

³⁸⁴ - A Liga dos Lavradores. *Jornal de Joinville*. Joinville, 13 de julho de 1921. Ano III, n. 51, p.1

ser justo sobrecarregar de impostos a cidade para fazer melhoria nas estradas e pontes no campo. Afirmavam, ainda, que podiam brigar, mas que não iam conseguir nada.

As autoridades municipais comentam que o grupo permanecia com um caráter anarquista e que jamais poderia florescer na Joinville conservadora. Possuíam falta de fundamentos em suas queixas. Propunha-se como solução a nacionalização, através da língua nacional.

A rivalidade entre o campo e a cidade quanto à cobrança de impostos vão revolucionando as classes, pois os do campo alegam que pagam impostos para melhorias nas cidades e que no campo estes não possuem estradas nem para escoarem suas mercadorias, ficando isolados; que suas associações, de Lavradores ou Bauernbund, possuem suas reivindicações, mas as autoridades municipais sempre lhes colocam como sendo estas devido às incitações de 2 ou 3 anarquistas em busca de votos e eleitores.

A maioria daqueles homens tem sido explorada na sua rudeza, na sua simplicidade, na sua ignorância das coisas de nossa pátria. (...) Para eles desconhecida, porque muitos, quase todos, nem a nossa língua conhecem (...) jamais constituirão partido político, pois em quase sua totalidade, nem eleitores são.

*Instruí-los com o sentimento Nacional e propagar entre eles e seus filhos o ensino da língua portuguesa, organiza-los em cooperativas e sindicatos agrícolas, seria uma bela e fecunda iniciativa, grandemente útil, ao seu bem estar, a sua prosperidade e ao progresso econômico de Joinville (...) no espírito da ordem e no elevado grau de cultura, de civilização e de sentimento nacional, a que Joinville já atingiu.*³⁸⁵

A pessoa mais atingida pelos ataques institucionais de ser agitador e anarquista é o Dr. Plácido Gomes (o fundador do Bauernbund), *“divorciado do sentimento nacional e pretendendo um simulacro de prestígio político para mostrar-se fora de Joinville, aos diretores de política estadual que tem partido nesse município”*. É acusado de ter a ambição de dominar Joinville, fazendo discursos em alemão aos pobres lavradores, pregando-lhes doutrinas subversivas como a de não pagar os impostos municipais, *“como se isto fosse possível dentro da legalidade”*.

³⁸⁵- Inspeção Municipal. *Jornal de Joinville*. Joinville, 20 de julho de 1921. Ano III, n. 59, p.1

O Dr. Plácido redigiu telegramas às autoridades do Estado e à imprensa do Rio, delatando as condições de Joinville e, ao mesmo tempo, acusando os jornais locais de intrigantes. Confirmando que, os lavradores estão muito sobrecarregados de tributos, redigindo inclusive, uma representação das autoridades municipais, assinadas pelos associados que segundo a imprensa local, o fizeram sem saber:

O Dr. Plácido Gomes diz em sua representação, que a falta de atenção a estas reclamações, poderia se tornar fatal e para evitar situações desagradáveis e indesejáveis, pede-se não desconhecer a boa vontade, e etc.

A ameaça é evidente (...), vamos ter uma repetição da greve de 1917 e da demonstração de 1919. Movimentos capitaneados pelo Sr. Dr. Plácido Gomes, que dele deveria ter saído curado de sua mania maximalista.³⁸⁶

O Kolonie Zeitung saiu em defesa da Liga dos Lavradores e de suas pretensões alegando que esta sempre foi uma liga nacionalista, patriótica e republicana.

O Jornal de Joinville, questiona por que Joinville não tem suas feiras livres e acusa o Bauernbundismo de não permitir as relações com o mercado e eliminar os açambarcadores e que, por outro lado, ao invés de feiras livres, eles querem uma cooperativa nacionalista, através da catequese de seus lavradores.³⁸⁷

No dia 3 de agosto, o Jornal de Joinville usa na 1ª página, 4 colunas e meia para discutir “As Pilhérias do Dr. Plácido”, que no dia do cinema resolveu fazer uma panfletagem, onde começava dizendo que o Jornal de Joinville é a única folha que aqui se publica em português, “como se isso fosse um crime”.

O Dr. Plácido foi mais feliz que nós. Conseguiu ter aquela gente escravizada aos seus intuítos anárquicos, levando somente a cartilha, porque não falam a língua nacional, não conhecem a vida brasileira, nem lhes explicam, de maneira convincente os seus direitos e os seus deveres. É preferível conservá-los assim³⁸⁸.

³⁸⁶ - Bauernbund e o Dr. Plácido Gomes. *Jornal de Joinville*. Joinville, 23 de julho de 1921. Ano III, n.54, p.1.

³⁸⁷ - As Feiras Livres. *Jornal de Joinville*. Joinville, 27 de julho de 1921. Ano III, n. 55, p.1

³⁸⁸ - Eleições Municipais. *Jornal de Joinville*. Joinville, 10 de agosto de 1921. Ano III, n. 59 p.1

Era época de eleições municipais e o clima estava conturbado, sendo as questões regionais, confundidas com a política nacionalista defendida pelo Partido Republicano Catarinense. O grupo Regenerador, formado pelo Dr. Plácido e o Dr. Carlos Gomes, eram a única oposição naquele momento.

As eleições foram tumultuadas e o jornal sobre o Dr. Plácido dizia: "*A sua intervenção em greves incompatibilizou-o de vez com os industriais de Joinville. (...) Ao mesmo tempo que a sua Bauernbund provoca cada vez mais protestos da importante classe comercial deste município*".³⁸⁹

É importante notar que segundo o recenseamento da época, o Estado já possuía 600.338 habitantes. Em Joinville, estimava-se entre 38.168, sendo provavelmente de 41.604, já que os recenseamentos não eram perfeitos e Joinville já se colocava como a maior cidade do Estado, mas com o número de eleitores muito reduzido em função das exigências legais.³⁹⁰

Logo após as eleições, o Dr. Plácido e o Dr. Carlos Gomes fundaram um jornal, "Correio de Joinville", que, segundo o Sr Eduardo Schwartz dono e diretor do Jornal de Joinville, tinha o firme propósito de atacá-lo, contra a sua intervenção na política de Joinville. Este jornal era impresso nas oficinas do "Kolonie Zeitung" e seria órgão de um novo partido político que apoiaria a candidatura do Dr. Nilo Peçanha à presidência da República e combateria a situação dominante neste município, sustentado pelo governo do Estado e pela alta direção do PRC.

Em entrevista sobre a fundação do Jornal o Senador Carlos Gomes de Oliveira, afirmou que o "Correio de Joinville" era um semanário que tinha um caráter eminentemente político e que seu trabalho junto com o Dr. Plácido era no sentido trabalhista, como já foi citado no Cap. III, p.114.

Por outro lado, o PRC continuava suas conquistas em Santa Catarina, fortalecido por elementos teutos e lusos e sua oposição era fraca e se diziam como a única força política em Joinville sabedora do seu dever com o município, o Estado e o país, sob a bandeira da democracia catarinense.³⁹¹

O problema da carestia permanecia em Joinville em 1924 e a necessidade de se fazer alguma coisa "mas dentro da ordem" era latente. Tudo em Joinville era mais caro -

³⁸⁹ - id. ibidem, p.1

³⁹⁰ - id. ibidem, p.1

³⁹¹ - Política Local. *Jornal de Joinville*. Joinville, 5 de outubro de 1921. Ano III, n. 75, p.1

carne, pão, trigo, precisava-se achar solução já que nossos produtos e das cidades vizinhas iam para o Rio de Janeiro.

O problema não estava somente na carestia, mas também na falta de gêneros como, manteiga, ovos, verdura, etc. e a solução apontada era a criação das feiras.

Os gêneros de primeira necessidade sobem espantosamente, chegando alguns a um preço tão alto e exorbitante, que é impossível as classes pobres se abastecerem delas, pois custam o cabelo da cabeça. (...)

Urge, pois que todos os espíritos empreendedores desta cidade se congreguem e organizem uma associação para dar combate a esses comerciantes gananciosos, que são os únicos causadores da penosa situação da pobreza de milhares de lares joinvilenses. (...)

O preço das frutas são tão altos e exorbitantes, que passa a ser objeto de luxo.

*O preço da banana minguada é de 5\$000 (...) e os comerciantes acusam os caboclos dos arredores da alta do preço da banana nesta cidade.*³⁹²

Comparado aos preços de outros lugares, chegou-se à conclusão que Joinville talvez fosse uma das cidades de vida mais cara do Brasil. Os produtos da pequena lavoura eram vendidos pelos lavradores nas casas comerciais e estes os vendem pelo dobro do preço. A proposta das feiras tem contra si a indiferença destas. Enquanto isto já existia em março de 1924 uma Campanha Nacional contra a fome e uma verdadeira guerra contra os açambarcadores.

A municipalidade acabará realizando a primeira feira livre em maio, apresentando grande concorrência entre os compradores, não podendo se dizer o mesmo com relação aos vendedores. *“Poucos colonos que compareceram. Os produtos expostos em pouco tempo foram consumidos. As carroças coloniais saíram limpas, limpinhas, da praça da Municipalidade”*.³⁹³

Comparados os preços de Joinville com os de Florianópolis e Rio de Janeiro, conclui-se que aqui tudo era pelo menos 20% à 50% mais caro.

³⁹²- Carestia de Vida. *Jornal de Joinville*. Joinville, 29 de janeiro de 1924. Ano VI, n. 26, p.1

³⁹³- A Feira Livre Hoje. *Jornal de Joinville*. Joinville, 2 de maio de 1929. Ano VI, n.103, p.2

Na votação do orçamento de 1925 teve-se a preocupação de não aumentar os impostos, vindo de encontro às aspirações gerais, porque não era mais possível sobrecarregar os contribuintes e, tributar às cegas sem atender às condições da população, era um erro, era um crime.³⁹⁴

Enquanto isso, a mendicidade na cidade ia aumentando a cada dia e os jornais exigiam que as autoridades municipais tomassem medidas para evitar este “triste espetáculo de cidade sem policiamento”.

*As ruas de nossa cidade estão transformadas em alas de asilos de mendicidade. Há mendigos velhos e mendigos moços, e até crianças, cuja procedência ou paternidade se ignora, explorando a caridade pública dizendo-se órfãos de pai e mãe, famintos, abandonados, etc. É uma situação deprimente, que entristece e envergonha, e o mais interessante é que essa gente toda despeja-a à São Paulo - Rio Grande (...) e nós aqui a recebemos, de braços cruzados para enfeiar a rua do Príncipe (...).*³⁹⁵

As ruas iam se enfeitando, a população empobrecendo, a oposição sendo acusada de inimiga do trabalhador e qualquer tentativa de organização destes trabalhadores, sofria um processo de “desmonte” de desqualificação e até de ironização pública, colocando-se sempre em xeque a fidedignidade dos movimentos. Acha-se suas causas justas, mas que os patrões que são os responsáveis por forrarem-lhe o estômago e dar-lhes felicidades não podem ser traídos e terem seus trabalhadores como inimigos, ludibriados que são com qualquer promessa de aumento salarial e redução de trabalho, pois é isso que almejam os cérebros diabólicos de exploradores politiqueros.

Alega-se que estes fundam armazéns para venderem gêneros pelo preço inferior ao do comércio, sem pretensões de lucros, mas que mais tarde em convocações de Assembléias e várias discussões, os preços sobem de forma exorbitante, enriquecendo os exploradores da categoria que encham os bolsos e dão o fora.

Além do Armazém, alegam que institui-se médicos e advogados que por coincidência são os dirigentes destas mesmas Associações (referem-se ao médico Dr. Plácido Gomes e aos advogados Dr. Crispim Mira e Dr. Carlos Gomes de Oliveira), afinal é preciso agradecer, e cobram taxas de todos os honorários dos pobres trabalhadores que se deixam

³⁹⁴ - O Novo Orçamento. *Jornal de Joinville*. Joinville, 15 de outubro de 1924. Ano VI, n. 295, p.1

explorar por não terem parâmetros e por serem levados pelo espírito de coleguismo e terminam: “*É para isso que tem valido as Associações Operárias no Brasil*”.³⁹⁶

Em Joinville, continuavam as publicações nos jornais, acusando ao Dr. Carlos Gomes e o Dr. Plácido Gomes de manejarem e de se envolverem nos problemas dos lavradores. Estas acusações chegam a tal intensidade que o Dr. Carlos Gomes acaba mandando publicar uma carta no Jornal de Joinville, alegando que os políticos de seu partido não se prestam a manejos dessa ordem e que se estão envolvidos em política é com sacrificio dos seus interesses pessoais e levados pela compreensão dos seus deveres na vida pública de Joinville e poderem favorecer o bem estar de seu povo e sobre o caso dos lavradores afirma o seguinte: “*(...) tem servido para açular certa exploração política, porque temos bom número de amigos envolvidos nessa questão, amigos esses que me têm procurado como intermediário para uma solução favorável aos seus desejos*”.³⁹⁷

Sobre o fato de Dr. Carlos Gomes e o Dr. Plácido terem aceito cargos públicos na política dominante, oferecidos pela vontade do Dr. Adolpho Konder, ambos argumentavam que este lhes ofereceu autonomia, porque não compreendem ação eficiente em cargo nenhum, sem que se leve para ele um coeficiente de idéias próprias. Portanto, quem afirma que haveriam de recusar sua intervenção nas causas populares e expulsar de suas portas os amigos lavradores, estavam enganados.

Em 1927 os problemas das taxações dos impostos no campo, voltaram a ser discutidos por estarem taxados entre 50% e 60%. O Dr. Carlos Gomes disse que aconselhou os lavradores a pagarem, que fez tudo para evitar que viessem a cidade novamente, como haviam vindo no dia anterior, mas que sabia das dificuldades dos impostos serem pagos e afirmava: “*(...) O dia que a política me impossibilitar com os seus melindres de ter opinião e principalmente, sobre coisas mal feitas, como é em geral a nossa tributação, nesse dia eu saberei afastar-me dela, para não me diminuir aos meus próprios olhos*”³⁹⁸.

³⁹⁵ - *Jornal de Joinville*. Joinville, 16 de dezembro de 1924. Ano VI, n. 295, p.1

³⁹⁶ - As Associações Operárias e os Exploradores de Classe. *Jornal de Joinville*. Joinville, 7 de Janeiro de 1925. Ano VII, n. 5, p.1.

³⁹⁷ - id. *ibidem*, p.1

³⁹⁸ - Saibam Quantos... Carlos Gomes de Oliveira. *Jornal de Joinville*. Joinville, 17 de novembro de 1927. n. 262. Ano IX, n. 262, p.2.

Os lavradores no dia 16 de novembro haviam feito um protesto público na cidade contra a alta dos impostos, quando da ausência do superintendente municipal, e pretendiam repeti-la no final do mês, quando o delegado de polícia chamou o Sr Agostinho Borges, tido como um dos cabeças do grupo, intimando-o a não repetir o fato de tão triste repercussão para os créditos de cultura e civilização de Joinville, deixando claro que faria usar energia precisa, pois o governo não toleraria movimento acintoso às autoridades nem comentários à execução das leis.

A passeata não se repetiu colocando-se que: “*os lavradores recalcitrantes resolveram pagar os seus impostos*”.³⁹⁹

Paralelamente a estas mobilizações, aos assaltos, e a mendicância, Joinville, cada vez mais vai exigindo das autoridades estaduais reforços policiais no destacamento da sua Força Pública do Estado, ao mesmo tempo que aumentam os desfiles de rua do Batalhão de Caça e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville que, nas ocasiões de movimentos populares, eram cada vez mais solicitados para conter os “ânimos exaltados”.

O ano de 1930 marca novamente o reaparecimento do Bauernbund, mais uma vez por iniciativa do Dr. Plácido Gomes, com fins de amparar a lavoura, e alheio as questões políticas. Tinha como renda as jóias e mensalidades de seus associados. Os jornais acusam as intenções desenfreadas de politicagem de tais movimentos e colocam: “*A proteção aos lavradores e criadores é função do poder público (...). Não tinham os lavradores e criadores ônus de mensalidades e jóias e as coberturas e os místers agrícolas eram dirigidos por técnicos e não por agricultores de anel (...)*”.⁴⁰⁰ [referência ao anel de doutor do Dr. Plácido].

Este momento é de contradições por si só e o Partido Liberal que estava tentando se afirmar, liderado pelos doutores Plácido e Carlos Gomes em oposição ao partido tradicional da região, joga com os interesses operários, apelando para este eleitorado e para que este não se deixe enganar por políticos eleitoreiros.

Ao mesmo tempo que elogiam determinados patrões e rendem homenagens e palavras lauriosas nos jornais a estes, mostram aos operários sua dependência em relação aos mesmos e quanto lhes devem, pois se pouco possuem, nada teriam sem o seu emprego.

³⁹⁹ - O Caso dos Lavradores. *Jornal de Joinville*. Joinville, 28 de novembro de 1927. Ano IX, n. 271, p.1

⁴⁰⁰ - Ainda Bauernbund. *Jornal de Joinville*. Joinville, 30 de abril de 1930. Ano XII, n. 30, p.1

Mesmo dentro do espírito de ameaças de prisões e propagandas, os lavradores, em 1937, ameaçavam deixar de abastecer a cidade, caso não mudassem os impostos criados pelo governo do Estado, obrigando ao pagamento de tributos aqueles cujos negócios rendessem mais de 3 contos de réis anuais e os demais seriam obrigados ao requerimento de um cartão de licença e um livro de registros de vendas diárias, compra de selos e de um livro de “Registros de Movimento” de estampilhas de vendas e consignações.(...)”*Não se justifica uma greve nesse sentido. Que culpa temos nós da cidade que compramos ao colono, de que o governo do Estado crie e aumente os impostos? O imposto não criará dificuldades, temos certeza e mesmo não é assim como muita gente apregoa (...).*⁴⁰¹

O contraponto destas taxações é o aumento alarmante do preço dos alimentos, dos gêneros de primeira necessidade e pedia-se medidas de contenção dos preços.

O caso da carne, que de Rs 1\$400 o Kg passou para Rs 2\$000, é bem sugestivo. Junto à carne, o arroz e o açúcar também entrou em ascensão, colocando em cheque a capacidade de subsistência e da própria saúde do povo.

O articulista, Sr Moacir Gomes, publica uma nota no jornal com o título de “Laisser-Faire/ Laisser Aller” e afirma:“(...) *Não temos aqui, felizmente calamidades climáticas que justifiquem a elevação observada nesses elementos substanciais da vida. Ao contrário, condições benignas de cultura e criação estariam condicionando um maior barateamento em todos os gêneros (...)*”⁴⁰²

Culpa mais uma vez aos intermediários que promovem formas de comércio que seriam criminosas, não fosse a liberdade com a qual estão agindo, portanto acaba afirmando que o que falta realmente é controle e fiscalização.

Diante desta conjuntura e para evitar a exploração do camponês, o então deputado federal Carlos Gomes reivindicava escolas para as zonas rurais, mostrando o abandono em que ficavam o caboclo e o imigrante, que permanecendo ignorantes, e estrangeiros por gerações, propugnando a nacionalização pela escola como meio eficiente, ao mesmo tempo que estes estariam mais preparados e em condições de se tornarem eleitores e assim deixarem de serem tributados sucessivamente sem uma força que expressasse suas necessidades.

⁴⁰¹ - Greve? *Jornal de Joinville*. Joinville, 14 de janeiro de 1937. Ano XIX, n . 6, p.2

⁴⁰² - GOMES, Moacir . Laisser- faire/ Laisser - aller. *Jornal de Joinville*. Joinville, 14 de Janeiro de 1937. Ano XIX, n. 6, p.2

O cooperativismo em Santa Catarina aparecerá na década de 40, como uma forma dos lavradores se organizarem e terem o apoio do governo Estadual e Federal. Ângelo Zanini coloca que *“este é a solução social, já que o capitalismo tem falhas e o socialismo não dá para pensar”*.⁴⁰³

Em 1941, o município resolve tabelar os preços como defesa da economia popular, como se isso resolvesse realmente os problemas dos lavradores e dos pobres. Em setembro, foi instalada a sociedade cooperativa de consumo dos operários e empregados de Joinville, uma organização que se instalaria na sede do Círculo Operário com uma série de exposições de doutrinas cooperativistas e suas vantagens, propondo mil soluções para os problemas trabalhistas da região.

O Jornal “A Notícia” coloca que, o cooperativismo precisa expandir-se em Santa Catarina, porque o operário ganhando geralmente um salário reduzido e muitas vezes insuficiente para atender as despesas essenciais suas e da família, não pode ficar a mercê da especulação de alguns retalhistas, e mais tarde completa:

O cooperativismo muito tem realizado entre países desenvolvidos, começa a prosperar entre nós e já temos mais de 1900 cooperativas no Brasil.

*Na serenidade de seu trabalho, disciplinado, constante e progressivo, o operário de Joinville acompanha no mesmo ritmo o esforço de todos os operários brasileiros para que o Brasil bem e prontamente cumpra os compromissos, assumidos consigo mesmo para o desagravo das ofensas recebidas da parte do totalitarismo que pretendia dominá-lo pela traição, e com as Nações Unidas para salvar a civilização do retrocesso à selvajeria bárbara que pretende escravizar o mundo pelos preconceitos de raça (...). Todas estas atitudes confirmará para sempre que Joinville é um pedaço do Brasil.*⁴⁰⁴

Tendo Joinville neste período estudado (17/43), assim como as demais cidades brasileiras, sua economia ainda baseada na atividades primárias de produção, era natural que o maior índice de protestos de lá viessem, mesmo porque os lavradores aqui referidos, na sua maioria, eram pequenos proprietários, tendo um outro tipo de relacionamento com os poderes

⁴⁰³- Cooperativismo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 13 de fevereiro de 1933. Ano XV, n. 36, p.2

⁴⁰⁴- O Cooperativismo. *Jornal A Notícia*. Joinville, 28 de Abril e 6 de Maio de 1944. Ano XXIII, n.3753 e 3754, p.1 e 2

instituídos, conforme discuto no Capítulo III, onde cobravam altos juros de empréstimos aos cidadãos.

Joinville já emergia como cidade industrial, mas a classe operária neste período, mais conservadora, não possuía organizações inter-fábricas ou sindicatos engajados. Os movimentos restringiam-se mais às próprias fábricas, como é o caso do Moinho e padeiros. Mas, mesmo assim, aparecerão nas ruas, mostrando suas inquietações.

E como diz Maria Célia Paoli: *“os dominados existem, têm voz própria e até mesmo, longe de serem alienados e passivos, para alguns autores e [discursos oficiais] têm um saber autônomo e quase ilimitado”*.⁴⁰⁵ E isto fica evidente no seu desejo de transformação, no seu inconformismo e nas suas formas de RESISTIR.

⁴⁰⁵ - PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicação 7*- programa de pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1983, p.54

CAPÍTULO V: DO CONTROLE SOCIAL E SUAS VARIEDADES.

*Os homens em geral julgam mais com a vista do que com o tato, eis que ver é dado a todos, sentir, a poucos. Todos vêem o que parece ser, poucos sentem o que é; e estes poucos não ousam opor-se à opinião dos muitos que contam com a majestade do Estado para a sua defesa. Nas ações de todos os homens, especialmente os príncipes, contra os quais não há tribunal a que recorrer, os fins é que contam. Faça, pois, o príncipe tudo alcançar e manter o poder; os meios de que se valer serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo atenta sempre para aquilo que parece ser e para os resultados. No mundo não há senão o vulgo que valha; e os poucos não tem oportunidades quando os muitos têm em que se apoiar.*⁴⁰⁶

O discurso do poder que se pronuncia sobre os trabalhadores ou sobre o trabalho definindo seu sentido, finalidade, forma e conteúdo, mascara, exclui e desqualifica os atores principais deste cenário.

Os excluídos do discurso do trabalho são justamente aqueles que poderiam falar do trabalho, enquanto experiências que lhes são próprias.

As classes dirigentes, alegando imaturidade, falta de competência, necessidades de manter o emprego, apontam os patrões como empreendedores bons, que tudo fazem para assegurar sua “família feliz e satisfeita”, legitimando assim, dirigi-las e governá-las, pela submissão.

Uma das características do capitalismo, é convencer somente com aquilo que está organizado, sistematizado, não dando assim, oportunidade para que os trabalhadores o façam

⁴⁰⁶ - MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo, Circulo do Livro, sd. p. 113

por si, procuram as classes dirigentes fazer isto por eles, dando-se uma dimensão do grau do controle social. Este controle se torna mais eficaz, quando se lembra que este sistema se reproduz muito dentro de cada um de nós; ele é eficaz por si só e não vem somente de cima para baixo.

As formas de controle são muito diversificadas e neste capítulo utilizou-se dos discursos de algumas instituições como igreja católica, legislação, exército, esoterismo, escola e da ACIJ (Associação Comercial e Industrial de Joinville) para verificar estas formas de submissão e controle da maioria da população.

5.1- O CONTROLE PELA CRENÇA.

Durante o século XIX, diante do quadro deplorável das condições de trabalho e de uma seguridade social quase inexistente, a Igreja Católica praticamente se colocou de forma omissa, fazendo vistas grossas ao problema e, aqueles membros que queriam participar e dar voz a este operariado, ingressavam nas fileiras do socialismo.

A partir da Revolução Francesa, a grande discussão era a questão do cidadão, enquanto da Revolução Industrial era a discussão do indivíduo no espaço do trabalho. O grande problema da Igreja era redefinir o papel do homem na sociedade, uma vez que o homem, mesmo que crente em Deus, não necessariamente seguiria o catolicismo.

No Brasil, após a Proclamação da República, Igreja e Estado se separam. Ela passa a ter um caráter interclasses isto é, perpassa todas as categorias sociais, porém não tem nenhuma liderança na nova categoria social que é o operariado, isto porque seu discurso até o final do séc. XIX era puramente rural, onde procurava resgatar valores medievais, isto até Leão XIII. Com a Rerum Novarum inspirada nos modelos de Santo Tomás de Aquino (onde pensar ousadamente era pensar o universo sem Deus), na qual condenava-se a exploração e dizia-se que os governos, assim como a Igreja, deveriam zelar para que os trabalhadores tivessem um tratamento humano, e que os patrões cristãos deveriam ser justos com seus

operários⁴⁰⁷; era o chamado Catolicismo Social. Enquanto o Estado era identificado com os interesses dominantes, a fala oficial da Igreja, quanto à questão operária, era a inspiradora da nossa Legislação Trabalhista.

Os governantes faziam questão de estar ao lado da Igreja. Esta abandona as questões políticas, sem contudo deixar de reivindicar seus direitos, principalmente ao perceber que sua força residia na organização de uma base popular sólida, despertando para a emergente questão social, centrando força na figura de seus prelados que passaram a ter poderes significativos no âmbito de suas dioceses.

A estrutura da Igreja não era brasileira. Quem lhes dava as diretrizes era Roma, que não tinha como missão essencial solucionar os problemas sociais nem promover o bem estar temporal. Sua missão era mais elevada, era de salvar as almas e de lhes assegurar a felicidade eterna.

Com as discussões do trabalho e cidadania o homem é redefinido. E ele se redefine a partir dele próprio. As coisas começam a ser explicadas sem ter como referencial a divindade. Define-se o papel das instituições.

A Igreja incorpora e sustenta a ordem hierárquica do pensamento do Estado. Prega a harmonia, a paz, a submissão à ordem estabelecida. Para ela era melhor ter o capitalismo com todos os seus males que ter o coletivismo. Consegue superar as dicotomias e os entraves do próprio capitalismo.

Na *Rerum Novarum*, ensinava-se a expansão da doutrina e a ação social cristã. Para a igreja o indivíduo só é livre para abdicar de sua liberdade, e o neoliberalismo com seu internacionalismo social e econômico, favorecia a classe operária “porque o Estado deve servir ao bem comum”. Na questão salarial seria aplicada a lei da Justiça Natural, e sindicatos ou corporações a defenderiam. Embora tentasse uma maior humanização no trabalho, jamais pretendeu romper com a ordem do capitalismo. Sua base de crítica era o liberalismo, e por pior que fosse o capitalismo o que lhe representava ameaça era o socialismo e o comunismo que poderiam lhe expropriar de todos seus bens.

Esta encíclica não apenas marcava a presença da Igreja frente aos movimentos e lutas sociais que se tornavam mais veementes e vigorosos nos meios urbanos industrializados da época, fermentados com a atuação política dos socialistas e sindicalistas, mas dentro da

⁴⁰⁷ - Terceiro Caderno da Ação Católica Operária: História da Classe Operária no Brasil: Idade Difícil 1920 - 1945. Rio de Janeiro. Comissão Nacional de Publicações da ACO, 1986, p.33.

linha do Evangelho procuravam dar respostas concretas às violentas questões colocadas pela justiça social.

No Brasil a Igreja não tinha tradições de lutas em torno dos problemas sociais, mas diante das novas posturas européias colocava-se em cheque a posição do catolicismo nacional que foi estimulado a seguir as determinações romanas. Há um processo lento de conscientização nos meios católicos em torno da questão social em geral e, aos poucos, da ação social operária.

Em 1900 há o primeiro Congresso Católico, celebrado em Salvador (Bahia), com os líderes católicos da Igreja do Brasil, empresários, que se uniam para decidir os destinos da classe trabalhadora. A princípio não representavam problemas, por serem “reflexo” do que se chamava de “questão operária na Europa”. Houve porém, erros: “Em primeiro lugar, dos patrões, no lidar com problemas tais como: esquecimento de justiça e caridade, bem como a ganância que levou os industriais a procurarem para si grandes lucros, desprezando a dignidade moral do homem, impedindo-o de se desenvolver. Em segundo lugar, dos trabalhadores, pelo esquecimento do princípio de conformidade com a situação sobre a qual repousa toda a economia divina”⁴⁰⁸.

Se a questão ainda não existia de fato, ela poderia vir a existir. Para os empresários, a solução de todos os problemas estaria na Santa Igreja, no conjunto de sua doutrina, onde estão concentrados todos os únicos meios de estabelecer entre os homens a paz e a concórdia, sem quebra dos direitos naturais de cada classe, sem subversão dos princípios de justiça, pregando a paz e a harmonia, além da submissão à ordem existente.

A classe empresarial coloca a indústria como a redentora das classes pobres, pois enquanto os operários ficam nas fábricas, não são expostos aos vícios e promiscuidades das ruas e a família é preservada, já que pelo menos na fábrica se unem e constituem a aristocracia de nosso proletariado. No entanto, a Igreja aponta as grandes fábricas modernas de uma grande imoralidade: onde homens e mulheres se misturam numa grande promiscuidade. Um dos remédios para tal situação seria a religião para dar uma formação moral completa. Segundo a igreja, todo homem precisa deste freio íntimo, deste regulador interno das consciências. E para tanto o padre é o agente indispensável.

A missão dos patrões era dar o exemplo, não devendo ostentar luxo frente ao operariado para evitar revoltas e ao mesmo tempo identificar-se com seus trabalhadores como

⁴⁰⁸ - Primeiro Congresso Católico Brasileiro, Atas e Documentos, Paupério e Cia, São Paulo, 1900, p.123-124, p.33

chefe de família operária, presente nas suas festas. Em uma fábrica cristã, os operários se habituariam a conviver com seus patrões e com as famílias deles, através da criação de escolas, cooperativas, sociedades de socorro mútuo e benefícios, caixas de empréstimos, sociedades musicais, teatrais, etc.

Procuravam-se formas de combater o socialismo que representava o mal; e ao mesmo tempo defendia-se o cristianismo que se identificava com o bem. Era uma forma de garantir-se os lucros, pois quanto mais lucros houvesse, mais seriam divididos entre os trabalhadores. Somente a religião seria capaz de realizar o milagre econômico e a solução justa estaria na cooperação para evitar os avanços do sindicalismo de esquerda.⁴⁰⁹

Com as crises frequentes a partir de 1910, e uma militância operária mais efetiva, a Igreja passa a ditar normas comportamentais para o operariado, sugerindo-lhes conformidades no sacrifício. Contraditoriamente, procurava dissuadi-los da prática de greves que prejudicassem as indústrias. Ao mesmo tempo discursava por salários justos, clamando para que os operários defendessem seus direitos diante das condições desumanas em que se encontravam, abandona as questões políticas propriamente ditas, sem contudo deixar de reivindicar seus direitos, principalmente quando percebe que sua força residia na organização de uma base popular sólida, despertando para a emergente questão social.

Todo o clero, de uma forma ou de outra, a partir do final do séc. XIX passa pelo chamado Ultramontanismo que é a romanização da Igreja no nível mundial e onde o Papa é a figura central, representante de Deus e sucessor de Pedro, e tem um caráter infalível. Se por um lado a Igreja era extremamente monolítica, de acordo com a autoridade do Papa, por outro, ela era heterogênea, na sua atuação prática nas diversas localidades. De acordo com o contexto sócio-político econômico, ela adapta suas posturas para continuar ao lado das classes dirigentes.

Na década de 20, aumentava a harmonia entre Igreja e Estado, sobretudo porque o poder público procurava aplicar a Constituição de forma menos ofensiva ao catolicismo, passando até a uma atitude de benevolência dos homens do governo, inclusive com a incorporação das reivindicações católicas na legislação. Era a constituição definitiva de “uma Igreja livre no Estado livre”.⁴¹⁰

⁴⁰⁹ - Discurso de Carlos Alberto Menezes no 1 Congresso Católico celebrado em Salvador (Bahia), 1900.

⁴¹⁰ - MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado Livre. IN: **Revista de História Questões e Debates**. Curitiba, n. 10(18/19), jun/dez. 1989, p.232

A “Quadragesimo Anno”, 40 anos depois confirma a Rerum Novarum. O Estado totalitário, recriando o corporativismo sob postulado próprio, atingiu o projeto católico no seu ponto mais sensível. A “Quadragesimo Anno” altera a economia anterior no sentido da ação da corporação e de solidarizar organicamente o capital e o trabalho. Assim as corporações católicas deveriam ser organizadas em função de sua atividade comum, num mesmo ramo de atividade produtiva, e não pela posição dos seus membros em relação ao mercado de trabalho, isto é, como operários e patrões.

Alceu Amoroso Lima, representava as bases do catolicismo no Brasil. À elite caberia desencadear o processo de recristianização da sociedade brasileira, ressacralizando a instituição do Estado a quem a política, sociedade e economia deveriam subordinar-se normativamente e de forma transcendente.

A crise brasileira, ao se iniciar a década de 30, é apresentada em função da ausência de legitimidade da autoridade. A Igreja contando com o apoio da sociedade civil e de um grupo de intelectuais, vê seus passos embaraçados pelo monopólio sindical do Estado, no que se refere à política eclesial para com as classes subalternas. O pensamento autoritário católico será um elemento contundente de oposição à implantação de um sistema tutelado pelo Estado.

Fundamentalmente a questão social é reconhecida como política e a Igreja ainda procura reconhecê-la de forma assistencialista e filantrópica. Não tendo os católicos forças para impor seu projeto, davam oportunidade ao corporativismo. Por fidelidade à sua ideologia antiliberal, a Igreja ajudava a abrir caminho para o Estado autoritário-corporativo que sepultaria de vez as pretensões eclesiais hegemônicas. O pluralismo sindical estava fadado a ter vida efêmera, porque concebia os sindicatos como “pará-choques” entre as tendências conflitantes nas relações entre capital e trabalho. Decretava-se a opção pelo sindicato único, definindo-o como órgão de colaboração com o poder público. O Estado recuava frente a insistência da Igreja na questão do religioso nas escolas, mas não estava disposto a dividir com ninguém o controle da classe operária, fazendo com que a Igreja abdicasse de suas pretensões sociais junto as classes subalternas através dos sindicatos católicos.

Após 30, a questão social é reconhecida e absorvida pela Igreja com obras sociais. A questão social é vista como eminentemente política, e o Estado atuava explicitamente de forma legislativa. A Igreja pregava a idéia do envolvimento mútuo entre patrões e empregados, no mutualismo. A essência era a harmonia entre o capital e o trabalho e para tanto era preciso deslocar os locais das lutas de classe, o que se tornava perfeitamente

possível agrupá-los em corporações que avançavam para o cooperativismo. A ação social ficava baseada na filantropia, e não em resolver a questão social propriamente dita.

A Igreja entrava nos Hospitais, Asilos, Creches, Orfanatos, Escolas, Educandários, Colégios Técnicos Salesianos, aos poucos ia ocupando um espaço cada vez maior na família e na vida das crianças (doutrina) e para o Estado, isto era favorável: Aos poucos ele também vai absorvendo o discurso da Igreja que, por sua vez, absorve o da classe empresarial.

O modelo autoritário-corporativo do regime e do Estado, na forma com que se consumou, tornava-se inconcebível sem a mediação dos empresários que legitimavam o autoritarismo. A Igreja, trabalhando com a idéia de comportamento modelar, do perdão e do pecado com culpa, onde o “Panótipo máximo é Deus”, que vê tudo, muito ajudará no modelo de poder que estava se constituindo.

Ela trabalhava muito com o imaginário, idéia do Juízo Final, Apocalipse, e principalmente com a questão da morte. Trabalhava com o mítico. Em tese, todos têm culpa no cartório, a única isenta de culpa é a Igreja modelar, introjetando na sociedade o princípio da ordem e de um Estado messiânico, que salvará a sociedade e a vida das pessoas. Ela condena, mas não deixa de dar esperança através dela mesma.

A proposta social da Igreja é a criação de sistemas cooperativos, conhecidos na Europa como sistemas RAIFFEISEN, que aqui são denominados de União Popular, realiza uma outra aspiração do governo Federal, que cogita em modificar o sistema em vigor, pelo qual a economia do povo: em vez de voltar para a circulação em benefício das próprias classes que a acumularam, é empregada nas despesas públicas, aumentando assim, cada vez mais, a dívida flutuante e, com esta, as responsabilidades da nação que podem crescer. Gradativamente vão-se formando as Cooperativas, Círculos Operários, etc., que vão suplementando o espaço da fábrica, com associações de Socorro Mútuo, Construção de Casas Operárias, cujas idéias mais tarde vão ser incorporadas pelos empresários, bem como pelo próprio Estado. Sua função social era a de mediação entre o fiel e Deus. É típico do poder garantir o monopólio da mediação para o clero afim de que garanta a “função de atomizar o corpo social ou mais exatamente ser o ponto de passagem para as relações sociais”.⁴¹¹

⁴¹¹ - LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*; Campinas, Papirus. 1986, 216p. p.157.

Vê-se nesse momento a questão social sendo politizada com o reconhecimento da igreja, e ao mesmo tempo, despolitizada dentro do meio operário. Os sindicatos deixam literalmente de ser um órgão de Estado e vão assumindo a questão social com reconhecimento público e político.

Aceitando a experiência dos sindicatos, mas ao mesmo tempo controlando, desqualifica-se a questão. O Estado com o aval da Igreja entra de forma paternalista e como elemento disciplinador, criando mecanismos de intervenção e ao mesmo tempo impondo uma máscara de liberalismo.

A legislação vem para unificar tudo, mascarando-se as desigualdades. A Igreja permaneceu imutável e as Instituições foram mantidas. Criava-se uma “sociedade perfeita no seu gênero”.

As publicações dos jornais joinvilenses, apontavam a religião como “*esteio-mestre da sociedade. Uma sociedade sem religião é como um povo sem governo. Isto tem sido reeditado várias vezes. O freio que retém os arremessos do ódio humano, dominando as iras da barbárie é ela, porque o foi em todos o tempos e há de ser ainda por muitos séculos, enquanto existir vestígios de maldade sobre a face da terra*”.⁴¹² A Igreja como controle do mal podia estender seus braços a todos os segmentos sociais, com seu devido respaldo e consentimento.

A Igreja em Santa Catarina, teve nos períodos Colonial e Imperial, um contingente de sacerdotes oriundos de famílias luso-brasileiras, que, em razão do Padroado participaram ativamente da vida política e administrativa local, quer em funções seculares, quer religiosas. Tais atividades mistas prolongaram-se no período do Império.

Este quadro se modificou, a partir de 1850, com a chegada dos imigrantes alemães e italianos, acompanhados por sacerdotes de suas etnias, fazendo com que aqui, a reestruturação da Igreja contasse com a participação de um expressivo contingente de eclesiásticos europeus, principalmente germânicos, provocando a resistência de uma parte dos católicos catarinenses que alegavam, em uma atitude de resistência, a “germanização” da Igreja, exacerbando as reações nacionalistas e anti-clericais na região.⁴¹³

⁴¹²- VILLAR, Fausto. Reflexões Teológicas. *Jornal de Joinville*. Joinville, 01 de Fevereiro de 1919. Ano 1, n.14, p.1e2

⁴¹³- CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A Expansão da Igreja em Santa Catarina, A Reação Anti-Clerical e a Questão do Clero Nacional (1892- 1920)*. Dissertação de Mestrado em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1988.

Apesar das intransigências com o clero germânico feitas a partir dos movimentos nacionalistas decorrentes do conflito da primeira Guerra Mundial, em 1919, o padre Dr. Gercino Oliveira (posteriormente, Monsenhor) assumiu como substituto a prefeitura de Joinville. Era o poder espiritual mais uma vez se imiscuindo no poder temporal, mas a imprensa local se justificava: “*são as tradições do passado voltando, onde os padres não podem ficar somente nas igrejas mas também devem participar da vida pública pois não há pátria sem Deus, nem Deus sem pátria*”.⁴¹⁴ Era, de uma certa forma, uma maneira de romper o poder do Partido Republicano Catarinense, colocando-se provisoriamente no poder alguém aparentemente “neutro” politicamente.

Havia uma preocupação de Roma em manter o controle nas áreas educacionais, e o Papa em uma manifestação no Conselho Nacional da Associação de Homens Católicos, revelou seu grande interesse em que os pais bem educassem seus filhos, afirmando que “*à igreja compete exclusivamente a educação cristã*” e mais a frente destacava: “*É evidente que qualquer educação moral ou espiritual, num país católico, só poderá ser cristã*”.⁴¹⁵ Deixando claro que a separação entre Igreja e Estado, que deveria imputar as questões educacionais para o Estado, pendia ainda para a responsabilidade da Igreja.

A Igreja chamava a atenção para o abuso de poder de alguns estadistas prepotentes, e poderosos que precisavam ser freados. O Jornal A Notícia destacava:

O Papa Pio XI, (...) já elaborou a encíclica dirigida ao mundo cristão, na qual sua santidade dá relevo especial à necessidade de se pôr um termo ao absurdo do esmagamento, pela prepotência dos governos, das liberdades e direitos individuais.

*A encíclica do chefe da igreja católica é considerada como uma exteriorização do movimento mundial contra as forças que visam transformar o Estado em ser supremo não tomando em consideração as liberdades populares.*⁴¹⁶

A religiosidade em Joinville foi disputada entre católicos e protestantes. A convivência era pacífica. As festas religiosas foram divididas entre ambas e no plano

⁴¹⁴- MIRA, Crispim. O Censo do Clero. **Jornal de Joinville**. Joinville, 20 de maio de 1919. Ano I, n.56, p.1

⁴¹⁵- S.S. concita os pais a educarem seus filhos. Papa Pio XI. **Jornal A Notícia**. Joinville, 20 de Abril de 1928. Ano VI, n. 409, p.4

⁴¹⁶- A Voz de Deus. **Jornal A Notícia**. Joinville, 16 de Junho de 1928. Ano VI, n. 450, p.1

educacional, houve uma grande preocupação em montar-se dois grandes centros irradiadores de cultura, um para cada grupo religioso.

Em 1929, Joinville passaria a ter seu bispado com D. Pio de Freitas como bispo. Mesmo antes de aqui chegar, já conjecturava à respeito da cidade dentro do discurso dominante: “*povo laborioso, ordeiro e progressista. Colônia vicejante, que em apenas três quartos de século subiu do nada ao esplendor em que hoje se vê, a ponto de sua importância transpor o oceano e ocupar a atenção da S. Sé*”.⁴¹⁷

A chegada do bispo trazia à cidade uma conotação de moralidade, de respeito e de atenção da Instituição da Igreja com relação à cidade e era elogiada pelos órgãos públicos.

Tem causado excelente impressão no espírito público a conduta de muitos protestantes de origem germânica concorrendo para a instalação do bispado de Joinville.

No caso não se trata somente de uma manifestação de tolerância religiosa e de superioridade mental, mas principalmente de uma compreensão de deveres, de hospitalidade e de amor à Joinville, que, com a sua escolha para a sede de um bispado, foi alvo de uma grande distinção da S. Sé.

Ninguém dirá que o bispado deixe de ter uma grande influência moral sobre a nossa vida e a nossa civilização.

*Joinville, sede de um bispado, cresce a importância, torna-se a maior nos seus valores morais”.*⁴¹⁸

Na Revolução de 30, tratou-se de logo justificar junto a Roma o caráter não comunista do evento, ressaltando que o movimento era de repúdio ao comunismo russo.

A revolução já vitoriosa na maior parte dos Estados brasileiros, é essencialmente política, pois propõe reivindicar somente liberdade e direitos constitucionais. A vida e os bens dos representantes das outras nações gozam de todas as garantias. Os estrangeiros não sofrem nenhuma violência ou constrangimento, mas são estimados como sempre.

As instituições religiosas e sociais continuam a existir sem a menor perturbação.... O Clero, respeitado por todos, reza com o povo para que Deus abrevie a luta. Todas as classes sociais

⁴¹⁷ - FREITAS, Monsenhor Pio de. O Primeiro bispo de Joinville dirige-se ao seu povo. *Jornal de Joinville*. Joinville, 31 de março de 1929. Ano XI, n. 123, p.1

⁴¹⁸ - Bispado de Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville, 25 de junho de 1929. Ano XI, n. 144, p.1

*irmanadas entre si uniram-se ao movimento que reveste o caráter nacional.*⁴¹⁹

Os órgãos oficiais do Vaticano, com sede no Rio de Janeiro, corriam para informar ao Papa que aqui, as liberdades estavam garantidas, que não havia prisões políticas e que “*vários chefes trabalham em perfeito acordo, sem que sua obra seja perturbada por dissensões políticas*”⁴²⁰. A censura à imprensa não existia, ficando livre para discutir os atos do governo e divulgar que o atual governo repelia as chamadas “*razões de Estado*”, não negando de forma alguma as liberdades individuais. A fórmula da Igreja livre e do Estado, não significava para o Brasil uma simples frase. Era completada pela cordialidade das relações entre Estado e Igreja.

Apesar destas afirmações, eram sensíveis as mudanças nos jornais locais. Cada vez menos publicavam notícias e comentavam situações regionais, modificando toda a estrutura dos jornais, que passaram até a ter uma nova divisão na distribuição do noticiário. Sutilmente, era notificada, por exemplo, a proibição da circulação dos Jornais de Manaus e do Rio de Janeiro por terem “*falas tendenciosas*”.

Em 32, quando a situação do país voltava a ficar conturbada, o Partido Católico de São Paulo, denominado de “*União Popular Brasileira*” publicava os itens de seu programa, destinado a congregar todos os eleitores que participavam de sua crença. Não se tratava especificamente de um partido, mas de um centro orientador e controlador, que sem apresentar candidatos seus, indicaria ao eleitorado católico, os de outros partidos que correspondessem a uma ideologia cristã.

- 1) *Constituição do País promulgada em nome de Deus;*
- 2) *Aplicação dos princípios das encíclicas “Rerum Novarum” e “Quadragesima” regulando as relações entre o capital e o trabalho;*
- 3) *Ensino facultativo da religião nas Escolas;*
- 4) *Combate aos monopólios públicos ou particulares prejudiciais ao povo;*
- 5) *Reconhecimento dos Sindicatos Católicos;*
- 6) *Registro dos casamentos religiosos para os efeitos civis;*

⁴¹⁹ - Uma epístola de D. João Becker, arcebispo de Porto Alegre, ao Vaticano. **Jornal A Notícia**. Joinville, 21 de outubro de 1930. Ano IX, n. 683, p.1

⁴²⁰ - O Órgão Oficial do Vaticano e a Situação Política do Brasil. Rio de Janeiro. “O Observador”. In: **Jornal de Joinville**. Joinville, 05 de março de 1931. Ano XIII, n. 54, p.2

- 7) *Tribunais para as classes operárias gratuitos;*
- 8) *Repulsa ao Divórcio;*
- 9) *Proteção as Classes Agrícolas;*
- 10) *Assistência espiritual as forças de terra e mar.*⁴²¹

Não podemos esquecer que as diretrizes da Igreja sempre foram de procurar a harmonia entre o capital e o trabalho, conciliando seus interesses políticos sem desmontar as classes sociais vigentes. Para ela, se diminuíssem as injustiças sociais, os problemas estariam resolvidos.

Orientava-se o clero para que se abstinhasse da política partidária, mas isto não o impedia de publicar exaltações à disciplina, como forma de seguir as encíclicas papais que visavam minorar as diferenças sociais, não pelo conflito, [como o fez Karl Marx] mas pela garantia da propriedade particular e pela salvaguarda da família⁴²².

*A religião é a força que ainda mantém o mundo de pé.
É a disciplina resistindo a indisciplina.
São tão fortes os laços criados pela Disciplina que ela é,
sempre, invencível, ante quaisquer investidas da anarquia e da
desordem.
É preciso, porém, que ela exista. (...)
Sem catecismo não pode haver disciplina.
Com catecismo não há indisciplina que vença a
Disciplina.
Politicamente não temos catecismo.
Partidos há, sem, programas sequer. E os que possuem,
eles não são conhecidos dos próprios partidários.
Eis porque qualquer corrente, boa ou má, apenas
arregimenta meia dúzia de "profiteur" da indisciplina geral, põe
abaixo as melhores idéias e formações.
Exércitos regulares, vencem sempre exércitos
irregulares. (...).*⁴²³

⁴²¹ - Programa do Partido Católico de São Paulo. **Jornal de Joinville**. Joinville, 11 de julho de 1932. Ano XIV, n. 158, p.1

⁴²² - PAPA LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Carta Encíclica sobre a condição dos operários. 8a ed., Edições Paulinas, São Paulo, 1965.

⁴²³ - LOPES, Napoleão. Demos ao povo um catecismo político social. **Jornal A Notícia**. Joinville, 02 de março de 1933. Ano XII, n. 1366, p.1

A luta maniqueísta, entre o bem e o mal, que sempre permeou os discursos da Igreja era, agora, revigorada na luta contra o comunismo e forças que não representassem a ordem constituída, e assim sendo, o discurso deste articulista, Napoleão Lopes, terminava assim:

Disciplinemo-nos, pois, para a defesa do bem, antes que o mal, com exércitos regulares, faça parecer ao Mundo, pelo desaparecimentos dos fundamentos morais da Ordem e da Justiça.

A Disciplina Mental, eis a primeira necessidade. Formemos no espírito público, sadias concepções sobre os fenômenos sociais.

*Demos ao Povo um Catecismo Político e Social (...), e a humanidade, com idéias fundamentais, simples e verdadeiras, emanadas naturalmente de Deus e da Ciência, reagirá, pela própria força do espírito ilustrativo, contra a treva e contra o caos.*⁴²⁴

A racionalidade estava baseada no grau da ordem e da disciplina do povo para retirá-lo das trevas e da barbárie. A apologia do amor ao próximo era constantemente enfatizado. O amor e o perdão deveriam ser a base da harmonia entre as classes para evitar os conflitos.

Joinville, neste período, estava construindo sua catedral, e necessitava da doação do terreno da Loja Maçônica “Ao Cruzeiro do Sul”, o bispo D. Pio de Freitas apelava ao povo para a viabilizar a construção da Igreja, e para tanto necessitava da doação do terreno: “... São as gotas que formam o mar, e se cada um doar um pouco, serão muitos para construir a futura matriz, sem sacrificio de ninguém. O esforço repartido entre todos tornar-se-á suave para cada um”.⁴²⁵ O esforço de cada um era comparado desde doações pequenas, até a doação de um terreno imenso⁴²⁶ no centro da cidade, a rua do Príncipe, paisagem familiar aos joinvilenses da época, por ficar no alto do morro e ser bem visível.

⁴²⁴ - id. ibidem, p.1

⁴²⁵ - A Futura Catedral de Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville. 03 de Julho de 1933. Ano XV, n. 149, p.1

⁴²⁶ - A Loja, a partir de 1935, praticamente deixou de funcionar, e o Templo, permaneceu fechado. Os membros distribuíram os imobiliários entre si, e queimaram os arquivos de correspondências, a biblioteca e os livros de atas. O terreno, no qual se alojava o Templo, vizinho da Mitra Diocesana local, foi vendido por 41:200\$000, para a construção da Catedral da Igreja Católica em Joinville. Desse, valor foi doado pela Loja, 40:000\$000 à Associação de Auxílio das Senhoras Evangélicas de Joinville (Junto ao Hospital Dona Helena, antigo “Elenenstift”, o restante foi doado ao Asilo “Bethesta”, de Pirabeiraba, município de Joinville, (1:300\$000).

A Igreja Católica, naqueles anos difíceis, era apontada, no noticiário local, como aquela que conseguia subsistir, pois a Maçonaria era considerada decadente, o comunismo ainda não tinha obtido uma coesão necessária para uma ação mundial, e o capitalismo era considerado um negócio, e não um ideal, e concluía-se: “*A persistência da Igreja Católica, através dos séculos, dos milênios, é a melhor, é a grande prova de sua sabedoria*”.⁴²⁷

Na Constituinte de 34, usando de sua força política, fizeram um “lobby” para que todas as emendas religiosas fossem votadas antes das possíveis eleições presidenciais, ou era assim ou não votariam qualquer outra medida⁴²⁸. As pressões políticas feitas pelos núcleos religiosos tendiam a aumentar cada vez mais. Iam estendendo suas teias envolventes, num belo discurso cristão de igualdades sociais, que não pressupunha uma igualdade civil e social de todos os cidadãos e sim somente de alguns cidadãos.

Os núcleos Católicos Militares de Joinville, promoviam festas cívicas em que misturavam em seus debates temas como : O Cristianismo e o Sentimento de Pátria, O Cristianismo e o Nacionalismo, Caxias, Cristão e Soldado Brasileiro, São Sebastião (padroeiro do Núcleo Duque de Caxias), Cristão e Soldado Romano⁴²⁹. A fé era considerada como formadora do indivíduo, tanto moral, quanto cidadão útil e patriota, e daí a necessidade dos soldados estarem sempre alerta na defesa da civilização cristã.

A instalação dos Círculos Operários Católicos, pelo padre Alberto Kolb a partir de março de 1935, veio reforçar a teia de influências da Igreja nos meios políticos e sociais, juntamente com os escoteiros e creches construídas para filhos de operários⁴³⁰. Ao lado do Círculo Operário, posteriormente foi inaugurada A Casa do Operário Joinvilense.

A Creche mantinha permanentemente, um Jardim de Infância para meninos e meninas, ambulatório médico e farmácia. À noite aulas de corte e costura para as moças e senhoras operárias, bem como aulas de alfabetização para operários.

- EHLKE, Cyro. **A Maçonaria no Passado Histórico de Joinville**. Joinville, Prefeitura Municipal, Fundação Cultural e Arquivo Histórico, 1990.

⁴²⁷ - PADILHA, Alfredo. A Igreja e o Estado. **Jornal de Joinville**. Joinville, 05 de Janeiro de 1934. Ano XVI, n. 4, p.1

⁴²⁸ - Ou Crê, ou Morre! . **Jornal A Notícia**. Joinville, 24 de janeiro de 1934. Ano XII, n. 1627, p.1

⁴²⁹ - Núcleo Católico Militar. Festival Cívico. **Jornal de Joinville**. Joinville, 14 de Dezembro de 1934. Ano XVI, n. 286, p.1

⁴³⁰ - A primeira medida foi dotar Joinville de uma banda de música bem dirigida, que correspondesse aos fins nobres destas associações. Ficava-se nas aparências, enquanto as questões sociais de relevância eram tratadas como coisas menores. In: **Jornal de Joinville**. Joinville, 23 de Março de 1935. Ano XVII, n. 69, p.2

No Círculo Operário era mantido um bar para os operários e um rádio de ondas curtas e longas, bem como outras distrações para os trabalhadores . Congregava também todos os sindicatos operários, *“proporcionava a cada um uma ampla e cômoda sala de acordo com a prescrição do Ministério do Trabalho e tudo dentro da Ordem e da Paz, fatores indispensáveis para a mais perfeita harmonia que reina entre o Capital e o Braço”*⁴³¹.

Outras seções do Círculo de relevante importância era a Seção Mortuária, pois *“proporcionava à família de cada sócio que venha a falecer um auxílio pecuniário de RS 200\$000 para cobertura das despesas funerárias, banindo assim, dos olhos da sociedade Joinvilense o tristíssimo quadro de os parentes do defunto indigente correrem pelas ruas da cidade, batendo de porta em porta e pedindo óbulos para suprirem as despesas”*.⁴³² A seção da Juventude Operária e a dos Escoteiros vinham de encontro aos ideais de observância da ordem, da disciplina, da honestidade e cidadãos cumpridores de seus deveres.

Eram realizadas viagens periódicas para as comunidades vizinhas, a fim de se estreitarem os laços de amizade e camaradagem entre os operários das diferentes localidades. Foi montada, também, uma Caixa de Auxílio aos desempregados e de Amparo para prestar serviços aos seus associados e de salvaguardar a sociedade do comunismo e do fascismo, consideradas pelo papa, ditaduras, que: *“tomavam o papel da divindade, ditando leis contrárias à justiça e à equidade. Estavam usurpando o lugar do altíssimo, negando até os princípios de consciência e liberdade de crença”*.⁴³³

As cerimônias promovidas pelo Círculo, eram disputadas pelas autoridades civis, militares e pelos representantes do comércio e da indústria, funcionários federais, estaduais e municipais, além dos operários e de seus familiares. Era uma grande confraternização, principalmente no dia de São José, padroeiro dos operários, nos aniversários de fundação e a partir de 35 era comum a inauguração de salas, com o retrato de pessoas de destaque tanto a nível civil quanto militar.

⁴³¹ - Casa do Operariado Joinvilense. **Jornal de Joinville**. Joinville, 12 de agosto de 1937. Ano XIX, n.95, p.1

⁴³² - Id. ibidem. p.1

⁴³³ - As ditaduras estão usurpando o lugar do Altíssimo. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28 de outubro de 1939. Ano XVIII, n. 3321, p.1

Uma das pessoas mais homenageadas passou a ser o capitão Felinto Müller, chefe da Polícia do Distrito Federal, além dos oficiais do Exército, por representarem a garantia da integridade e a segurança contra as ideologias subversivas. O Presidente Getúlio, também, figura das mais homenageadas, era considerado o maior protetor do Círculo Operário de Joinville.⁴³⁴

Dentre as homenagens do Círculo Operário, numa delas, ao Dr. Vieira de Melo, representante do general João Mendonça Lima, ministro de vias e obras públicas, o delegado de polícia local, o Sr. Lúcio Corrêa, falando dos trabalhadores dizia ser: “*a família operária joinvilense, tão nobre e moderada nas suas reivindicações quão disciplinada e honesta no seu labor diuturno e anônimo em prol da coletividade - apoia as obras do Padre Kolb. (...) O Círculo Operário de Joinville é fruto da fé, que abala montanhas*”.⁴³⁵ Fica clara a imagem de trabalhadores ordeiros que se fazia dos joinvilenses, e do papel do Círculo Operário junto aos poderes instituídos, que diminuindo os desconfortos da pobreza, não minorizavam as dores e sofrimentos, mas melhoravam os sentimentos com relação a ela.

A igualdade social tratada pelo Papa Pio XI, era compreendida como aquela que “aproximava os homens na eucaristia permanente do amor ao próximo”, e a luta contra os extremismos era uma premissa básica dos representantes da Igreja que queriam o caminho da igualdade, da fraternidade e da nacionalidade para o Brasil. Em fevereiro de 1939, com a morte de Pio XI e a eleição de Pio XII, procurou-se dar uma unicidade maior a Igreja. Durante o período do conflito mundial, suas declarações não se colocavam numa posição de neutralidade. “*Ele combate com coragem pelo bem, pela justiça e pela verdade, quanto mais evidentes forem as infrações cometidas*”.⁴³⁶

No Natal de 1939, foi organizada uma Comissão Cristã Pró Natal, para os trabalhos caritativos, que possibilitariam a união de forças espirituais, num período de guerra, as aspirações estavam voltadas para o bem comum, esqueceram-se dos princípios

⁴³⁴ - “(...) O Sr. Presidente Getúlio Vargas, pela ordem n. 147 do Tesouro Nacional, mandou remeter ao Círculo Operário de Joinville a subvenção de 20:000\$000 do corrente exercício, como vem praticando desde 1936, quando pessoalmente encorajou ao Padre Alberto Kolb para esta obra e prometeu auxiliá-lo anualmente”. IN: **Jornal de Joinville**. Joinville, 10 de agosto de 1942. Ano XXIV, n. 173, p.3.

⁴³⁵ - As homenagens do Círculo Operário. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03 de Dezembro de 1941. Ano XX, n.3630, p.6

⁴³⁶ - O Papa não é neutro. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14 de março de 1941. Ano XX, n. 3418, p.1

doutrinários teológicos de seus credos, em prol da missão em favor dos pobres. O jornal A Notícia destacava:

Efetivamente a comissão conta com membros de diversas igrejas, luteranos, presbiterianos, presbiterianos independentes, ciência cristã, espíritas, esotéricos, que por si só organizaram a comissão sem causar o menor dano a sua igreja.

*A comissão deixará de ser uma pequena entidade, de trabalhos assim, em épocas próprias, para tornar-se uma Associação permanente. Lembrar-se do pobre em dia de Natal não é efetivamente o máximo gesto de amor. O amor não se traduz unicamente em caridades mas vive plena vida com o próximo. A Associação visará atingir objetivos principais e terá os seus trabalhos assentados sobre dois grandes planos: O lado moral (...) e o lado espiritual (...).*⁴³⁷

O ecumenismo na cidade era uma atitude comum, pois a convivência entre católicos e luteranos era coisa do cotidiano. Os jornais luteranos publicavam, em alemão, até as leis de nacionalização⁴³⁸, as suas notícias e de sua comunidade, e os católicos publicavam nos jornais que circulavam em língua portuguesa. O Jornal A Notícia possuía uma coluna quase que diária, assinada pelo “O Cristão”, que trazia versículos, ou comentários de trechos bíblicos⁴³⁹.

A Igreja Católica participava de quase todas as atividades do cotidiano das pessoas. Na campanha de levantamentos estatísticos para a elaboração do Censo Demográfico da cidade, se fez representar, “*pois ela sempre esteve presente na história de nossa pátria, em todas as suas grandes memoráveis pelejas, desde os tempos da colonização até os tempos atuais, jamais procurou divorciar-se do povo brasileiro nos anseios de seu progresso(...)*”⁴⁴⁰

⁴³⁷ - Natal do Pobres. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03 de Janeiro de 1940. Ano XVIII, n. 3373, p.2

⁴³⁸ - Com a lei de nacionalização a grande crítica era sobre os padres alemães, que ao invés de substituírem os jornais escritos em alemão dentro da lei de nacionalização, preferiram fechar, pondo na rua funcionários de 10 à 15 anos de serviços. E comentava-se: “A legislação foi boa, pois pelo menos foram indenizados, mas provou-se a falta de patriotismo destes frades franciscanos tão bem recebidos aqui e não souberam retribuir”. In: **Jornal A Notícia**. Joinville, 22 de novembro de 1941. Ano XXI, n. 3926, p.8

⁴³⁹ - Em 1942, Joinville contava com 31.711 habitantes, sendo 15.443 católicos e 16.278 protestantes. No distrito de Jaraguá eram 5898 católicos, nos demais distritos de Joinville, mais 9535 católicos e 10.985 protestantes e a cidade, contava com 3094 católicos e 3739 protestantes. Dados em: “25 anos de Paróquia e Paroquianos”. In: **Jornal A Notícia**. Joinville, 08 de março de 1942. Ano XXI, n. 3713, p.3

⁴⁴⁰ - A Igreja não podia faltar ao Brasil - e não faltará. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12 de abril de 1940. Ano

Sua presença encontrava-se também em outras instâncias. Por exemplos, nas legislações trabalhistas brasileiras, há inspirações *Rerum Novarum*, que justificavam as leis dos salários mínimos, do abono familiar como forma de preservação da família, pois tinham nela o núcleo da sociedade, e tinham de dar-lhe estabilidade e continuidade. A Encíclica Histórica de Leão XIII, “o papa dos operários”, possuía um caráter espiritual, e era elogiadíssima, ao mesmo tempo era mais um fator de enaltecimento para Getúlio Vargas, “o pai dos operários”, que havia materializado os mandamentos do Papa, nas legislações trabalhistas brasileiras.

A luta da Igreja em prol da família, era secular. Os males sociais em decorrência da miséria eram acusados de serem os causadores das desgraças que enfrentavam a humanidade no mundo contemporâneo. Isto desarticulava moralmente as famílias, e a Igreja necessitava, em nome de Deus, orientá-las para que não caíssem nas malhas das misérias sociais e não fossem consumidas pela falta de moralidade e produtividade no meio social.

Os males sociais, eram apontados como sendo:

O analfabetismo, a tuberculose, a verminose, a malária, o desemprego, a carestia de vida, a habitação insalubre, a falta de educação higiênica, o álcool, a sífilis, tudo isso forma a avalanche dos males sociais.

As doenças venéreas, o aborto criminoso, o relaxamento dos pais em relação à vigilância que devem exercer sobre as filhas, o modernismo, o mundo com as suas seduções e misérias, dão em consequência mórbidas os desajustamentos sociais que deparamos.⁴⁴¹

Os males sociais apontados são dados, como sendo os comportamentos sociais, as atitudes morais e não as responsabilidades sociais com relação ao desemprego, superexploração do trabalho, falta de perspectivas de vida, etc.

O Dr. Plácido Gomes encarava a assistência social do pobre, antes de tudo, como preventiva e para minorar as necessidades de subsistência, dizia ser necessário que se produzisse mais: “*Dentre as várias causas determinantes da pobreza, dependente ou independente do indivíduo que esmola, alcoolismo, moléstias crônicas, desempregos, ganho*

XIX, n.3460, p.4

⁴⁴¹ - O Diagnóstico dos Males Sociais. *Jornal de Joinville*. Joinville, 30 de setembro de 1942. Ano XXIV, n.215, p.1

*insuficiente, uma entre todas se destaca, como a mais freqüente de quantas até hoje têm originado a miséria dos que se valem da generosidade pública e que é o descuido pelo trabalho”.*⁴⁴² Antes de qualquer atitude caritativa, a primeira exigência a ser solucionada era a atitude com relação ao trabalho e ao emprego.

A Legislação Trabalhista do Estado Novo, no espírito das encíclicas sociais, em especial a “*Quadragesimo Anno*”, levou muitos católicos que se opunham ao Estado Novo no campo político, a elogiarem e a apoiarem sua atuação no campo social.

Com a liquidação do Estado Novo, os Círculos perdem sua influência mesmo dentro da Igreja, mas o trabalho no meio operário será continuado pela Juventude Operária Católica (JOC).

No meio protestante, onde o trabalho como meta de vida se faz presente, necessitava-se ainda mais controlá-lo dentro da ética da ordem e harmonia do capital e do trabalho para o progresso.⁴⁴³

Hoje ainda a Igreja tenta interferir na política pública do Estado, não só por tradição, pois quando não atua explicitamente, ela atua nos meandros do poder, para garantir o monopólio nas mediações das questões sociais.

O empresariado local soube explorar esta situação e dela tirar proveito no controle e submissão do operariado. Era uma forma de glorificar a Justiça de Deus e um meio de não subverter a ordem existente e garantir-se os lucros.

5.2 - LEGALIZAÇÃO DO CONTROLE

As questões sociais no Brasil, na primeira fase da República, normalmente eram remetidas para o âmbito do código penal. No decurso de quase três décadas, a classe operária se viu como força isolada no mercado, sem uma legislação específica. Suas reivindicações

⁴⁴²- A Assistência Social e o Trabalho. *Jornal de Joinville*. Joinville, 19 de setembro de 1942. Ano XXIV, n. 206, p. 1

⁴⁴³- WEBER, MAX. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo : Pioneira, 1985.

tinham um caráter imediato, no nível econômico, e se esforçava por romper o estatuto da ordem liberal.

O tema da legislação e sindicato no Brasil foi sobejamente discutido por autores como : MUNAKATA (1984), VIANA (1989), SIMÃO (1966), SADER (1980), PINHEIRO (1979), MORAES (1971), MARANHÃO (1979), DIAS (1962), entre outros, sendo aqui discutidas somente algumas passagens desta ampla discussão e histórico das conquistas do trabalhador no mundo do trabalho.

Para os trabalhadores, de uma forma geral, os brasileiros, a questão da legalidade sempre esteve presente em suas vidas como uma questão importante do direito de poder. Educados para serem cordiais, hospitaleiros, ordeiros e trabalhadores, vão ter na legalidade a condição “*sine qua non*” de seus movimentos, e irão reivindicar nos seus sindicatos uma legislação mais justa e condescendente.

No entanto, as poucas legislações existentes, tão almeçadas pelos movimentos trabalhistas, simplesmente não eram respeitadas pelos empresários que simplesmente as ignoravam, como era o caso do Código de Menores, alegando que tornavam inviável o ritmo do trabalho industrial e a lei de seis horas dia atentava contra a “liberdade da indústria”.

Com a crise política, econômica e social do final da década de 20, o empresariado brasileiro adere cada vez mais aos postulados liberais, que desde Locke tinham como princípio a defesa da propriedade privada. Esta era para o liberalismo, a própria essência do indivíduo que ao mesmo tempo era dotado de vontade e liberdade.

O Estado com o intuito de defender em cada indivíduo, a sua liberdade e propriedade, jamais pode intervir em assuntos privados, desde que estes não ferissem a liberdade e a propriedade de outros. Ao Estado caberia zelar pelos contratos firmados, evitando que este fosse rompido sem o mútuo consentimento das partes contratantes. A própria ação da polícia estará de acordo com a lei liberal. O Estado deve intervir nas relações justamente enquanto policial, principalmente nos casos de greve.

Segundo Kazumi Munakata⁴⁴⁴, todas as vezes que os sindicatos buscavam exercer o controle do mercado de trabalho , por categoria, os industriais invocavam o princípio da “liberdade de trabalho”. A cada ação coletiva dos operários os Sindicatos apareciam como um interlocutor que tinha como objetivo ampliar o quadro de sindicalizados acenando com possíveis benefícios para assim aumentar seu poder de barganha. Também deveriam

⁴⁴⁴- MUNAKATA, K. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984, p.52 à 55.

disciplinar os trabalhadores para o trabalho. Isto fazia com que os patrões recrutassem preferencialmente os trabalhadores sindicalizados. Se antes lutava-se pelo controle do mercado de trabalho pelos trabalhadores, agora controlá-los implica controlar os trabalhadores. O paradoxo da luta operária, nesse momento é o de que para conquistar o controle pelos trabalhadores da condição de trabalho, os trabalhadores acabam endossando uma forma de organização que os controla.

Com a criação da CIESP em 1928, como órgão unificador das indústrias e irradiador de novos projetos políticos de dominação burguesa, conclui-se que a indústria não poderia ser abandonada ao jogo da livre concorrência, deveria ser defendida por um organismo exterior que seria o Estado. A crise de 29 precipitará a dissolução do liberalismo agrário-exportador.

A legislação sindical, ao invés de procurar cortar o passo crescente da organização dos assalariados, buscará orientá-los para dentro do aparato estatal. A legislação trabalhista não teria como fim favorecer a acumulação de capital e sim, limitar os efeitos dos movimentos sociais via controle político da classe operária para mantê-la neutra diante das vicissitudes de realização do capital industrial. Sua dimensão não transcenderia o âmbito da política, não incidindo de modo algum na dimensão econômica. O que se necessitava era de um “modus vivendi” entre as duas classes que se confrontavam.

O Estado não poderia desconhecer esta realidade, sob pena de ser absorvido por ela. O discurso era de que necessitava-se uma solução de direito. Os sindicatos patronais e operários tomaram o lugar dos partidos políticos em 30, e a nova ordem das coisas assinalava o início de uma luta de classes, organizada de cima para baixo, sob pena de serem absorvidos pelo comunismo, grande fantasma do período.

Em Joinville, os trabalhadores eram convidados a participar de um Congresso Operário no Rio de Janeiro em 1929, para emitir um parecer sobre o Código de Trabalho, dando ares do liberalismo”. *O Partido Trabalhista é que tomou a iniciativa desse empreendimento, reunindo os delegados das classes operárias desta capital e dos Estados, e vai oficializar as associações de classe convidando-as a delegarem seus representantes. O Partido Trabalhista, tendo o original do Código do Trabalho, empenhar-se-á para que o Congresso Nacional aprove aquele importante compêndio de leis sociais*”.⁴⁴⁵

⁴⁴⁵- Congresso Operário. *Jornal de Joinville*. Joinville, 16 de novembro de 1928. Ano X, n.269, p.1

Não era mais possível tratar a “questão social” como “caso de polícia”, dadas as evidências, seu crescimento numérico e organização. O Estado entra com uma outra tese de que a questão é política, e penetra em todos os níveis, tanto do Estado, quanto teórico, dos anarquistas, socialistas e comunistas, mas apesar das diferenças, estas discussões não desmobilizam os trabalhadores e o capital.

Pós-30, necessitava-se constituir canais legais para a ação sindical e a resolução de greves como ação governamental para a manutenção da “ordem e da paz social” para o desejado equilíbrio econômico. Pretendeu-se transformar a classe trabalhadora em colaboradora na constituição da sociedade capitalista.

A nova função do Estado requeria a dilatação e a racionalidade dos quadros da administração pública. Um dos primeiros atos foi a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio afim de organizar o trabalho livre no Brasil. Através dele se efetivava a intervenção estatal.

A disciplina e a organização das relações de trabalho consubstanciadas na legislação trabalhista era, pois, um dos instrumentos utilizados pelo governo para conter a luta de classes. A legislação era resultado da relação política entre Sindicato, Estado e Patronato. Privatizava-se o espaço público no gerenciamento de suas questões. Se de um lado a questão social era politizada com seu reconhecimento, por outro ela era totalmente despolitizada dentro da questão operária. Os sindicatos deixam literalmente de ser um órgão do Estado, vinculado-se a um órgão público que é o Ministério do Trabalho. Há um avanço do Estado sobre o cidadão, onde agora Nação é sinônimo de industrialização e a classe operária tem que ser reconhecida dentro de um projeto de sociedade.

Quem se encarregou de fazer o reconhecimento da questão social para que esta não fosse mais tratada como caso de polícia foi Lindolfo Collor em 1930 que procurava esvaziar a questão do sentido que ela tem. A questão social existe, mas estava tudo sobre controle, desqualificando-a. “*A questão social entre nós nada tem de grave ou inquietadora: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso*”.⁴⁴⁶

O Estado Corporativista, é a ditadura científica dos especialistas. A lei de férias, encerra uma das grandes armadilhas, que vai servir para a inclusão definitiva da classe operária na organização corporativista da sociedade, pois esta só lhe é assegurada mediante a

⁴⁴⁶ - CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A “Questão Social” no Brasil. Crítica do Discurso Político. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982. p.76

Carteira de Trabalho e se for sindicalizado numa entidade reconhecida pelo Ministério do Trabalho, como mais um de seus instrumentos de controle e dominação⁴⁴⁷.

A Constituição de 1934 somente ratificará os dispositivos legais já consumados pelo Ministério do Trabalho, sem alterar-lhe o espírito. Cria-se como órgão administrativo, a Justiça do Trabalho. A nova constituição inscreve entre os seus dispositivos o da liberdade. Era de se perguntar, liberdade de quem e para quem?

Uma das promessas da Revolução, que tanto prometeu e nada fez, foi a instituição de uma justiça fácil, rápida e barata para os pobres. Ainda hoje pela manhã andava por aí pela cidade, um pobre e humilde rapaz, queixando-se de que trabalhara quatro anos em uma casa por casa e comida e agora ficou sem casa, sem comida e sem o bolso dos seus salários.

Não está aí um caso de justiça, rápida e sumaríssima, em que o juiz tivesse de decidir fulminantemente, bastando para tanto ouvir as partes?

⁴⁴⁸

Após 1935 a ação mitificadora do Estado torna-se ainda maior, quando esmaga politicamente o proletariado e acaba com quase todas as lideranças autenticamente operárias. Estabelece-se a Lei de Segurança Nacional ou “Lei Monstro”, para conter de qualquer maneira os movimentos contra a ordem constituída. A questão social agora, não é um caso de polícia: é um meio de Segurança Nacional, que representava mais uma das armas das classes dominantes contra a ascensão revolucionária do proletariado.

No Golpe de 1937, o pluralismo é definitivamente eliminado. A Associação Sindical é livre, porém só o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal. Aumenta-se o controle Estatal sobre os sindicatos. O Sindicato é tido como extensão democrática do Ministério do Trabalho. Em 1940 cria-se a obrigatoriedade do imposto sindical, onde nos sindicatos fictícios, os grandes ausentes eram os trabalhadores. Domesticados os sindicatos, o Ministério do Trabalho volta-se à ação legislativa.

⁴⁴⁷ - Na imprensa joinvilense será dada uma conotação pejorativa às tão desejadas férias do trabalhador, como sinônimo do não trabalho honesto, como aparece numa notícia em 1920, quando da prisão de dois ladrões desempregados que pegos em flagrante, recebem o seguinte comentário: “Ambos tomarão alojamento livre na cadeia pública esperando o juiz, para lhes dar um prazo determinado de férias”. IN: Roubo. **Jornal de Joinville**. Joinville, 23 de junho de 1920. Ano II, n.49, p.2

⁴⁴⁸ - Justiça para o Pobres. **Jornal de Joinville**. Joinville, 18 de maio de 1934. Ano XVI, n.111, p.2

Sem liberdade sindical, sem autonomia das associações profissionais, sem direito de greve e necessitando de permissão prévia do ministério para dissídios coletivos perante à própria Justiça do Trabalho, viveram as classes trabalhadoras durante a vigência do Estado Novo. A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, a partir de 10/11/ 1943 não resolveu o problema desses abusos, apenas colocou-os sob um novo disfarce, atestando institucionalmente a legalidade. O Estado interferiu nas relações trabalhistas, propondo uma forma paternalista estatal, capaz de cortar as possibilidades de protesto das classes inferiores.

A legitimação do Estado na interferência da questão social não é feita de maneira democrática e sim de forma paternalista entrando como elemento disciplinador (sindicatos, classes sociais). “Todos são iguais perante a lei”- legislar perante a lei. Ao mesmo tempo ele é o pai de todos, tem responsabilidade sob seus filhos. Criam-se mecanismos de intervenção, limpando seu caráter ou máscara do liberalismo. Desloca-se o lugar do conflito e de outro lado se introduz o pacifismo com o paternalismo. Conclui-se que capital e trabalho são duas forças que se completam economicamente. A legislação é para unificar tudo, mascarando-se as desigualdades.

Agora trazer a “questão nacional” para o palco das discussões não ameaça, nem assusta mais ninguém. Os mecanismos jurídicos selam e cristalizam as relações de forças antes que estas se desenvolvam. O conflito é privatizado sob a ótica do litígio entre particulares e abstraído sob a forma de lei universal que nega o caráter social da contradição de interesses em nome da paz social, não há lutas, há concessões sociais.

A legislação e a busca da legalidade sempre foram questões cruciais para os trabalhadores joinvilenses atentos para as questões de seu interesse e na busca da oficialização das conquistas trabalhistas. O Código de Menores embora já existisse, aqui não era posto em prática. *“As crianças ao invés de estarem na escola, estavam nas fábricas, e isto não é porque os pais necessitam e sim por ignorância.(...) É triste de dizê-lo mas é um fato: uma grande porcentagem dos operários de Joinville é representado por crianças em idade escolar, que não lêem, sequer, os primórdios da instrução preliminar.(...) - O trabalho das crianças é largamente explorado entre nós - muitas estão em trabalho noturno ao invés de estarem nas escolas”*.⁴⁴⁹ A preocupação com a alfabetização dos menores era grande neste

⁴⁴⁹ - CARVALHO, César A. Instrução Pública. *Jornal de Joinville*. Joinville, 6 de novembro de 1928. Ano X. n.261. p.1

período, principalmente devido aos altos índices que o Brasil apresentava e Joinville, como cidade de origem européia, tentava destacar a Instrução Pública como protetora dos menores.

Enquanto se tentava proteger o trabalho de menores, as denúncias de maus tratos também eram feitas:

*Emilio Ludwig, proprietário de uma pequena fabrica de cadarços à rua Brusque, tinha como seu operário o menor de 17 anos Arthur Ganske. No dia 26 do mês findo fez as contas com o menor que tinha a receber 84\$000. Mas Ludwig pagou ao mesmo 80\$000 em cadarços refugos e 2\$000 em dinheiro. Como o pai do operário não concordasse com essa forma de pagamento procurou a policia para obrigar o fabricante a pagar em dinheiro. Chamado à delegacia, Ludwig recusou-se a pagar em dinheiro alegando que o operário lhe estragara os cadarços, o que não foi verdade, pois os estragos foram provenientes das máquinas. Já não é a primeira vez que este fabricante assim procede com os menores.*⁴⁵⁰

Para mostrar que a cidade também estava preocupada com a educação dos menores, o responsável pela firma Arp procurou a direção dos jornais locais para declarar que em sua empresa não havia menores em idade escolar e os que lá trabalhavam estavam acima dos 14 anos e eram alfabetizados. Havia necessidade de mostrar na imprensa a não exploração dos menores, embora sutilmente a educação na própria escola colocava-se como sendo “vida e trabalho”. “*O trabalho justifica a existência do homem. Nascemos para trabalhar, trabalha-se para viver, vive-se para trabalhar, logo que o trabalho é um modo de glorificar a Deus que o instituiu e nos criou. (...) É preciso que amemos o trabalho, seja ele espinhoso ou suave, sendo, como é, condição de vida. A mocidade precisa valorizar o que ganha, economizar o fruto do seu trabalho para futuramente beneficiar, com mais largueza, os povoadores meigos e inocentes de seu lar*”.⁴⁵¹

O decreto n. 22.042, de 3 de novembro de 1932 regulava o trabalho de menores na indústria, proibindo o trabalho de menores de 14 anos de idade, exigindo além da autorização dos pais, um atestado de alfabetização, e um outro médico atestando capacidade física e mental, além do que era proibido o trabalho nas madrugadas.

⁴⁵⁰ - Explora Operários Menores. *Jornal A Notícia*. Joinville, 6 de junho de 1928. Ano VI, N.447, p.2

⁴⁵¹ - SILVEIRA, Thomaz da. *Vida e Trabalho*. *Jornal de Joinville*. Joinville, 3 de junho de 1929. Ano XI. n. 125., p.1

As notícias sobre mortes, acidentes de trabalho e até mesmo suicídios eram constantes⁴⁵² às vésperas da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O governo provisório demonstrará grande preocupação na reconstrução política e econômica nacional e de trazer para o âmbito do Estado a normatização da situação dos operários que cada vez mais se rebelavam contra a situação de desmoralização na qual se encontravam.

Os sindicatos são convidados a se organizarem, para melhor serem controlados e logo se organizam os Sindicatos de Operários das Fábricas de Fósforos, de Força e Luz e Telefones, dos Ervateiros, dos Empregados de Moinhos, dos Barriqueiros, dos Empilhadores e Classificadores de Madeira, União de Trabalhadores do Livro e do Jornal, Aliança dos Trabalhadores da Construção Civil, União dos Trabalhadores de Armazéns e Trapiches, etc..., e de acordo com a lei sindical fundou-se a Federação Regional dos Trabalhadores de Santa Catarina, onde somente em Joinville abriram-se na data das inscrições 11 sindicatos dos 12 existentes no Estado.⁴⁵³

Em uma conferência operária realizada pelo capitão-tenente Hoffman, capitão do porto de São Francisco, nas dependências do Teatro Palácio destinada aos Sindicatos Operários de Joinville, ficam explícitos os objetivos dos mesmos e a ênfase dada à ordem e à harmonia que reina na cidade.

S.S. disse que a ação dos Sindicatos é a de defesa dos interesses da classe, dirigindo-a para melhores condições de vida, mas não para perturbar a disciplina das fábricas e provocar incidentes com os patrões.

Disse ainda que Joinville no Brasil é um exemplo de trabalho organizado e de vida mais ou menos feliz para os que produzem.

Perturbar a vida de Joinville, anarquizar o seu trabalho e propaga ideologias exóticas e impatrióticas, é um crime contra o Brasil e contra a Pátria (...).

*A reunião operária terminou depois da meia noite, em absoluta ordem e perfeita calma, nada se registrando de anormal.*⁴⁵⁴

⁴⁵²- "José Rabello de 17 anos, no trabalho de dragagem do rio Cachoeira, caiu do barco e morreu". "José do Rosário ficou com as pernas bastante feridas na oficina J. Cubas, quando procurava empurrar um vagonete" "Operário de estrada de ferro - Sebastião Mattoso ficou esmagado no vagão de cargas quando este fazia manobras, falecendo depois, com 19 anos de idade". *Jornal de Joinville*. Joinville de 6 a 23 de junho de 1930, respectivamente. . Ano XII, n. 129. p2.

⁴⁵³- Formação de Sindicatos. *Jornal de Joinville*. Joinville, 18 de novembro de 1931, Ano XIII, n. 267, p.2

⁴⁵⁴- Conferência Operária. *Jornal de Joinville*. Joinville, 4 de janeiro de 1932. Ano XIV. N. 2, p.2

A lei de férias remuneradas continuava sendo esquecida , burlada ou interpretada de forma errônea por parte dos patrões, e os trabalhadores não tinham como recorrer a leis que lhes suscitavam direitos. O decreto das férias foi assinado em janeiro de 1934, mas somente era concedido aos operários sindicalizados.

Coisas escabrosas sobre a disciplina e a moralidade nas relações entre operárias e pessoal dirigente aconteciam e ninguém tomava conhecimento. *“O pai de uma operária menor apresentou queixa à polícia sobre o caso de ter sido a mesma desvirginada na própria fábrica por um empregado de categoria, que lhe ofereceu 500\$000 para abafar o escândalo.(...) O criminoso está sendo protegido pelo gerente da fábrica, único responsável pelo estado de desmoralização de um estabelecimento onde se dão fatos dessa natureza”*.⁴⁵⁵ As leis, sindicatos existiam, mas o trabalhador ficava à mercê de uma fiscalização que praticamente não existia.

No Golpe de 1937, onde todas as liberdades eram cerceadas, o Sindicato dos Empregados e Operários de Joinville, lança a seguinte nota, demonstrando a quem ele realmente servia: *“Vem saudar a nova constituição pelo seu momento oportuno, com apoio e solidariedade ao Sr. presidente, pois a nova Constituição veio ao encontro das necessidades e aspiração do povo brasileiro que necessita de paz e ordem para maior engrandecimento da Pátria*.⁴⁵⁶ Seria bom de se perguntar de qual povo brasileiro se estava falando.

Na sua criação, o Ministério do Trabalho é apontado por Lindolfo Collor como sendo o “Ministério da Revolução” e o jornal local reproduz uma notícia de um jornal carioca colocando que *“a frase não queria dizer nada, porque da Revolução deveriam ser de todos os ministérios, visto que o governo era revolucionário, mas o que ele tem de particular é a desordem nos seu serviços. Os quadros são absolutamente anárquicos, o que é imperdoável numa repartição nova(...). O Ministério do Trabalho é, especificamente, o ministério da Desorganização”*.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵- Na fábrica de fósforos da Rua Bucarein. **Jornal de Joinville**. Joinville, 28 de janeiro de 1932. Ano XIV. N.23, p.2

⁴⁵⁶- Sindicato dos Empregados e Operários de Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 23 de outubro de 1937..Ano XIX, N. 140, p.2

⁴⁵⁷- O Ministério da Desorganização. **Jornal de Joinville**. Joinville, 16 de Dezembro de 1931. Ano XII, n.290,p.1

Em uma outra nota, dois anos depois, o mesmo Lindolfo Collor é apontado como “*fundador da pasta da revolução que exige alguns reparos*”⁴⁵⁸, mas ao mesmo tempo é elogiado como homem público que tratou das questões sociais não como caso de polícia, mas sim traçando linhas gerais para “*conduzir*” a questão social no Brasil a fim de “*reintegrar o nosso proletariado na sociedade brasileira e para dirimir as eternas desavenças entre o capital e o trabalho, dentro das normas da justiça e do direito*”. Embora o artigo reconheça que as leis em vigor já estivessem cheias de erros, acrescenta que isto não poderia dirimir as suas intenções, pois elas foram feitas num período tumultuado de nossa história : “*Que se impõe a revisão das leis sociais, para condicioná-las as realidades do nosso meio, é uma verdade que ninguém discute. Mas o Sr. Lindolfo Collor devemos fazer justiça de reconhecer-lhe a nobreza das intenções e a grande sinceridade que o animou na gestão da Pasta do Trabalho*”.⁴⁵⁹

O termo conciliador dos conflitos inerentes às questões do trabalho e do capital passam despercebidos pelas leis que procuram um caráter de conciliação e de justiça. Elas podem até conter erros, mas o que vale é a intenção de normatizar e colocar para junto do aparato do Estado uma categoria social desassossegada, que as leis fossem desagradar muita gente também é consentido, mas acrescenta-se a isto o fato delas “*reivindicarem direitos de uma classe que vivera até então sob o julgo (sic) infame da prepotência policial, resgatando-lhe um passado de sofrimentos, tornando-o um elemento precioso de colaboração e de trabalho, (...) vieram romper para o proletariado as perspectivas de uma nova era*”.⁴⁶⁰

Em 35, por outro lado, as classes conservadoras já estão dando sinais de descontentamento e também acusam o Ministério do Trabalho de ser ineficiente, inútil e burocrático que ele, assim como os demais ministérios, eram criações inúteis dos governos republicanos, que visavam apenas “*colocar pessoas graduadas na política, sem resultados práticos que beneficiassem a coletividade*”⁴⁶¹. O artigo continuava fazendo a crítica ao Sr. Lindolfo Collor:

⁴⁵⁸ - A Legislação Social Brasileira. **Jornal A Notícia**. Joinville, 2 de abril de 1933. Ano XII, n. 1392, p.1

⁴⁵⁹ - id. ibidem

⁴⁶⁰ - id. ibidem

⁴⁶¹ - O Ministério que Veio Complicar a Vida Nacional. **Jornal de Joinville**. Joinville, 1 de fevereiro de 1935. Ano XVII, n. 27, p.1

Nascido, amamentado e criado para fins de resolver as questões das classes trabalhistas no país, esse complicadíssimo aparelhamento, que custa os olhos da cara a nacionalidade, fez surgir no seio do Brasil uma questão até então inexistente - a questão social!

Esse mesmo ministério, guardadas certas feições que lhe são próprias, até parece um ministério de Moscou.

São Paulo e a capital Federal vivem de braços com as greves e o tal ministério, ao invés de as resolver, incentiva-as, provoca-as, com onerosos resultados para a nação e as classes conservadoras, sem resolver de forma alguma, o problema trabalhista no país.

O Sr. Lindolfo Collor pode limpar as mãos à parede; vingou-se, por antecipação do Sr. Getúlio Vargas.⁴⁶²

A ironia do artigo coloca como estavam se sentindo aqueles que viam os seus poderes ameaçados, mas que ao mesmo tempo não alcançavam as benesses que a legislação lhes traria.

O governo revolucionário pós 30 tentou cumprir a nova ordem Mundial nas relações pertinentes ao trabalho, prevendo agradar às massas proletárias, que, após a guerra e retornando ao seu trabalho cotidiano, certamente tornaram-se mais exigentes quanto aos seus direitos mínimos de sobrevivência, e também pela própria questão dos preços internacionais das mercadorias que iriam disputar o mercado. O Brasil, embora signatário do acordo internacional, contemporizou ao máximo, e o resultado que aparentemente teria agradado a “gregos e troianos” é criticado em um artigo, acusando “o governo que cria direitos novos e os regula de má fé. Seus decretos se dirigiam preferencialmente às classes intermediárias, que constituem mais uma pequena burguesia do que mesmo proletariado. A massa de proletários urbanos pouco obteve. E dos rurais coisa alguma”.⁴⁶³

Esta lucidez, que aparentemente reluz no início dos anos 30, com a ditadura e o seu serviço de propaganda, irá diminuir e mascarar estas manifestações e publicar somente artigos apelativos ao patriotismo, ao espírito cristão de renúncia e cobiça de querer ganhar mais, como um pecado a não ser perdoado, com discursos extensos e apelativos às mais elementares virtudes humanas.

⁴⁶² - id. *ibidem*

⁴⁶³ - MEDEIROS, Mauricio. Legislação do Trabalho. *Jornal de Joinville*. Joinville, 23 de julho de 1934. Ano XVI, n. 168, p.1

As leis do trabalho constituem o documento mais expressivo do sentimento de solidariedade que anima o chefe da nação, tão eloqüentemente demonstrado durante o governo provisório que reconheceu, espontaneamente, os direitos dos trabalhadores brasileiros, sem imposição de nenhuma violência de classe, mas exclusivamente pela compreensão das necessidades da grande massa operária, tão digna dos benefícios da vida como qualquer outra classe(...).⁴⁶⁴

O presidente, pai e protetor, aparece nas manchetes dos jornais como aquele que dá as merecidas leis aos trabalhadores brasileiros, arrolando-as uma a uma, desde a lei das 8 horas/dia, pagamento das horas extras, nacionalização do trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores, Juntas de Conciliação, reformas nas leis de acidentes de trabalho, oficialização dos sindicatos de classe, apontados como de “*simples associações particulares passaram a ser considerados órgãos do poder público, revestindo-se assim de maior força e de mais autoridade para defender e pugnar pelos interesses de seus associados*”⁴⁶⁵, além de Institutos de Aposentadorias e Pensões, e até casas para operários e a promessa de um salário mínimo.

OPERÁRIOS BRASILEIROS

Até hoje, em nenhum país do mundo, as classes trabalhadoras conseguiram tanto, em tão pouco espaço de tempo e tudo isso concedido pelo espírito de justiça de um só homem!

Trabalhadores do Brasil, cerrai fileiras em torno do Estado Novo!

Cerrai fileiras em torno do vosso grande amigo e de vosso grande patrono! Getúlio Vargas.

Pela Constituição de 10 de novembro!

*Pelo Brasil unido e forte, caminhando vitoriosamente para os seus gloriosos destinos!*⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ - Os Direitos dos Trabalhadores. *Jornal de Joinville*. Joinville, 24 de fevereiro de 1938. Ano XX, n. 23, p.1

⁴⁶⁵ - O que deu o Presidente Getúlio Vargas aos Trabalhadores Brasileiros. *Jornal de Joinville*. Joinville, 2 de maio de 1938. Ano XX. N. 58, p.3

⁴⁶⁶ - id. *ibidem*

Se os discursos do presidente eram apelativos e conciliatórios, o da classe empresarial chamava a atenção para as taxas a serem fixadas pela lei do salário mínimo e o grau de instrução dos operários. Aquilo que era previsto para beneficiá-los poderia ser “*uma catástrofe, pois irá desempregar aqueles operários sem profissionalização que o patrão julgar não merecedor de receber o salário mínimo. O pobre empregado não terá a instrução nem seus antigos salários anteriores, criando uma massa de mendigos pelas cidades*”⁴⁶⁷. O que os empresários não sabiam, com certeza, para emitirem tal comentário, era de como seriam estes salários e de quanto tempo ficariam congelados.

Os mais ilustrados sentiam que a exploração e a diferenciação social tal e qual vinham acontecendo, provocariam uma série de revoluções e até achavam que as leis propostas eram formas conciliatórias do desequilíbrio social que açulavam os ódios e animosidades sangrentas.

O governo de Santa Catarina, através de seu interventor, o Sr. Nereu Ramos, era elogiado por seus decretos que iam além daquele assistencialismo do governo federal. Este se preocupava também com as questões culturais da cidade.

Praças de esportes e edifícios de associações desportivas, magníficas e custosas, pululam em todos os pontos do país: nas grandes ou nas pequenas cidades; nas vilas ou nos rincões agrestes; entretanto sociedades fisiológicas, bibliotecas, centros de investigações científicas, organizações de cultura e difusão artística, esses são em número irrisório, comparados aos primeiros.

Estimular o desenvolvimento intelectual e artístico de um povo é uma tarefa que enaltece e sublima qualquer governo. (...)

*Governo bom não é o de palavras e promessas vãs; não é o que acumula numerário nas áreas do tesouro para depois jactar-se de espírito parcimonioso; não é o que se ilustra por obras santuárias, enquanto as populações se amarguram nas cruzeiras da miséria física e na penúria do embrutecimento intelectual: governo bom e equânime é aquele que corre ao encontro das massas, curando-lhes as doenças atendendo-lhes, ao mesmo tempo, o pão material, que lhes revigora e apruma para as atividades da vida, e o pão do espírito, que as disciplina para a compreensão da sociedade e lhes integre a individualidade, que é a consciência da dignidade humana.*⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ - PRAZERES, Otto. Os Perigos do Salário Mínimo. *Jornal de Joinville*. Joinville. 25 de agosto de 1938. Ano XX. N.100, p.1

⁴⁶⁸ - SOUZA, Celso Honório. Moderno Espírito da Administração Catarinense. *Jornal A Notícia*. Joinville. 3 de outubro de 1940. Ano XIX, n. 3304, p.4

O Sr. Nereu Ramos parece que soube ler muito bem o seu Maquiavel e colocá-lo em prática num período difícil e onde o respaldo popular era imprescindível para se manter no poder.

As “grandes realizações” do governo Getúlio eram enfatizadas principalmente pelos seus feitos sociais em favor das boas relações entre o capital e o trabalho: “*foram transformações dramáticas que se operou na vida do operariado brasileiro durante este decênio, as garantias de segurança, de conforto e de higiene e de educação*”⁴⁶⁹, mas neste artigo chama-se a atenção para o perigo das reformas urbanas, principalmente com a criação da Justiça do Trabalho, por provocarem um grande êxodo rural, ficando o presidente encarregado de fazer uma legislação para o campo.

Sobre a Justiça do Trabalho, eram grandes os artigos, principalmente elogiosos sobre a questão, por ser considerado o Brasil o primeiro país do mundo onde esta se instalaria. Seu caráter pioneiro lhe dava uma plenitude de agradar tanto aos patrões quanto aos empregados. E esta seria :

*(...)a grande cúpula que viria a coroar a grande obra de reajustamento social realizada pelo presidente Getúlio Vargas. Não se esqueçam os trabalhadores brasileiros de que essa obra teria sido impossível ou teria pelo menos permanecido muito incompleta, se não possuíssemos hoje uma organização estatal, que permita ao poder público submeter os interesses individuais ao ritmo dos imperativos do bem nacional.*⁴⁷⁰

Os sindicatos, cada vez mais controlados, expunham nos jornais suas campanhas de sindicalização, as vantagens de ser sindicalizados e publicavam notas convocativas para reuniões por categorias, como demonstrações de solidariedade das profissões. Como ponto culminante, nestes noticiários vinham os elogios a todas as vantagens de serem cobrados os impostos sindicais e para tanto citava-se o exemplo do Sindicato da Construção Civil e de toda a sua organização após 1937.

As inaugurações dos prédios, sedes dos sindicatos, eram verdadeiras festas na Igreja que benzia o prédio, do Estado, representado quase sempre pela inauguração de um

⁴⁶⁹- AMARAL, Azevedo. Perigo do Êxodo Rural. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18 de maio de 1941. Ano XX, n. 3471, p. 2

⁴⁷⁰- Justiça do Trabalho. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18 de maio de 1941. Ano XX, n. 3471, p.8

retrato do presidente, e do Exército que neste dia enviava seus comandantes para emitirem notáveis discursos, confraternizando-se as três entidades com os sindicatos recém abertos que nasciam como um elemento muito frágil desta tríade poderosa, e que portanto necessitava ser protegido e teria que estar atrelado às suas benesses.

As legislações vinham ao encontro das necessidades de se formar no espírito do povo, mentalidade trabalhista, construtiva, para completar a harmonia do capital com o trabalho.

Os jornais latino-americanos assinalavam o exemplo do governo Vargas, como aquele que teria feito uma verdadeira transformação na nossa sociedade de trabalho, que antes era escrava, durante todo o período republicano nunca merecera atenção por parte dos governos constituídos e que a partir de 30 “*o trabalho pertence aos brasileiros. A legislação em vigor ampara legal e economicamente a todos os que trabalham (...) para garantir os conflitos de interesses.*”⁴⁷¹ Os chilenos se encantavam com a lei do Salário Mínimo “*considerada como uma das maiores conquistas do operariado brasileiro*”⁴⁷², e enalteciam o governo por estas considerações.

Mas a população não era ingênua de somente digerir os pacotões prontos do “Sr. Getúlio e Cia” como se referenciava a imprensa local. As pessoas, da forma que podiam, faziam as suas críticas e acusavam o governo de fazer leis, mas de não fazê-las cumprir.

Em um artigo publicado no Jornal “A Notícia”, um leitor reclama que estaria “tudo errado”, e arrola uma série de problemas da cidade, demonstrando que a população estava acordada para as questões sociais, onde sobreviver ficava cada vez mais difícil, apesar das leis protetoras.

Se vai-se ao mercado com a intenção de comprar uma tira de pescado porque o orçamento doméstico não sobra nenhum níquel para as compras diárias, sofre a decepção de assistir um bate boca infernal entre os candidatos que vencer aquele (barciante), habitante dos mares sem que nenhuma providencia seja tomada em abono a decência da equidade das leis que regem estabelecimentos iguais. E não se adquire o pescado porque o caboclo vendeu a dois ou três protegidos que visam a gorjeta do felizardo que os comprou.

Se sobrevivemos a mente, o desejo de darmos um passeio de automóvel pela cidade porque tivemos a ventura de acertarmos

⁴⁷¹ - O Brasil assinala Rumos Sociais e Econômicos. **Jornal A Notícia**. Joinville, 1 de outubro de 1941. Ano XX, n. 3580. p. 2

⁴⁷² - Direito Trabalhista. **Jornal A Notícia**. Joinville, 9 de Dezembro de 1941. Ano XX, n. 3637. p.2

numa centena do bicho e nos embarafustamos pela avenida Procópio Gomes com suas transversais até a estação , o auto encalha naturalmente em meio do matagal espesso que ornamenta as vias públicas desta risonha Joinville.⁴⁷³

Utilizando-se da ironia, continua seu artigo comentando sobre as leis do Sr. Getúlio e a falta de elementos para subsistência do mais desfavorecidos da sorte.

Se ocorre-nos a mente o desejo de arrumarmos uma noiva, ora para gozarmos dos favores das leis do eminente sábio Sr. Dr. Getúlio Vargas que declarou que o casamento civil é absolutamente grátis pagando-se somente as custas legais do serventário vitalício que em toda parte atingem a 20.000\$000 réis. Levando o candidato ao casamento os papéis preparados temos que arrear a carreira pois ao chegarmos ao cartório como ainda ontem aconteceu com um cidadão que vai “enforçar-se” somos obrigados a pagar 50.000\$000 réis porque tivemos o desaforo de preparar os papéis fora do referido Cartório.

Tudo Errado! ...

Caminhamos lentamente em conjecturas básicas. Falta em casa o açúcar, o arroz, o feijão e a banha, entramos no primeiro negócio. Mesmo porque depois do tabelamento não pode haver preferência por este ou aquele estabelecimento comercial. Puro Engano!... Os preços são cobrados ao sabor de cada negociante e os escrúpulos com respeito as leis desapareceu completamente(...).⁴⁷⁴

Enquanto uns reclamavam das péssimas condições a que ainda estavam expostos os trabalhadores, outros construíam monumentos ao presidente com dinheiro dos próprios trabalhadores⁴⁷⁵, de forma arbitrária e se expressando em seu nome. Agora, quando o lucro era grande, como foi o caso vivenciado pelo Brasil na época da Guerra, os excedentes segundo o decreto presidencial, teriam que ser repassados aos empregados, mas este foi

⁴⁷³- JUREMA, Claudio. Tudo Errado!. **Jornal A Notícia**. Joinville, 1 de novembro de 1941. Ano XX, n. 3606, p.6

⁴⁷⁴- id. *ibidem*

⁴⁷⁵- “O delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes,(...) avisa as empresas contribuintes do Instituto que estão autorizadas a descontar facultativamente, sobre o salário dos seus segurados no corrente mês a importância de 1/2% que deverá ser recolhido ao Instituto como contribuição ao Monumento a ser erigido pelas aludidas classes ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas. (...)”. In: Instituto dos Comerciantes. **Jornal A Notícia**. Joinville, 9 de novembro de 1941. Ano XX, n. 3613. p. 6

julgado temporário e o aumento foi repassado em forma de “abono”, que deveria ser retirado quando a situação voltasse ao normal, para não prejudicar a economia nacional, os industriais e os próprios operários. Ou seja, quando se tinha vantagens, estas eram parcimoniosas, modestas e concedidas como algo que exigiria muito esforço da classe patronal e muita compreensão por parte dos empregados.

O Sindicato dos Comerciários tomou a iniciativa dos patrões a favor dos seus empregados, propondo um aumento do salário procurando justificar:

(...) embora os sindicatos não tenham exigido aumentos salariais, a situação de guerra e a crise onerou muito os salários dos empregados e com a garantia dos estoques feitos antes da guerra daria para melhorar os salários dos comerciários que ganhavam menos que uma lavadeira, que além de receberem de 150 ou 200\$000 juntam-se quase sempre os resmetes da patroa (quarto, cama e comida, além de roupas usadas, etc.)

*A crise da guerra é grande com o controle de alguns produtos principalmente da gasolina que afeta diretamente o comércio pois evita que a mulheres saiam de casa (...) e economizem na toaleta, que tem sobre o comércio reflexos imensos(...)*⁴⁷⁶

Os sindicatos, vendo a penúria que provocava a crise de guerra, além da depauperização salarial, propunham ao Ministério do Trabalho uma cooperação e aumento do salário mínimo, a fim de aumentarem os meios circulantes e reaquecer o comércio local.

O governo vociferava ajuda e conclamava a necessidade das classes trabalhistas de “congregar , unir, coordenar - são necessidades permanentes de um país que deseja progredir. O espírito coletivo rompendo com o egoísmo individualista facilita os grandes movimentos de que se podem esperar grandes resultados.(...) O que se quer “são sindicatos que realmente represente estes interesses, não aqueles de nome, salas vazias, para recolher mensalidades”⁴⁷⁷. Conclama-se aos verdadeiros sindicatos que são aqueles cuja finalidade e prestígio façam jús de serem órgãos de colaboração dos poderes públicos. Está claro quais eram as verdadeiras funções destes sindicatos, a quem deveriam servir, prestar contas e favorecer.

⁴⁷⁶- CARNEIRO, Hugo. Política de Harmonia entre o Capital e o Trabalho. *Jornal A Notícia*. Joinville, 4 de setembro de 1942. Ano XXI, n. 3862, p.3

⁴⁷⁷- Direito Trabalhista. *Jornal A Notícia*. Joinville, 13 de janeiro de 1942. Ano XX, n. 3664, p.1

Na Justiça do Trabalho de Joinville, menos de um ano após sua criação, já se faziam apelos via imprensa, denunciando o acúmulo de processos trabalhistas, não dando aos juizes condições de despacharem os processos. *“juiz dedicado apenasmente ao estudo dos fenômenos sociais no setor trabalhista, porque estas atingem uma percentagem maior que todas as demais questões reunidas”*⁴⁷⁸. Isto porque aqui reinava a harmonia entre as classes.

As questões trabalhistas se atropelavam em ocasiões circunstanciais, onde os patrões sempre procuravam brechas nas leis para garantirem seus direitos. Isto fica explícito neste caso: *“Quando de um julgamento de causas trabalhistas, no qual o empregador e o empregado eram alemães, o Sr Dutra Silva, vogal do empregador, propôs que diante das agressões nazistas ao Brasil, a Justiça do Trabalho não deveria garantir direitos dos alemães, devendo-se pois consultar os poderes superiores sobre a competência da Justiça do Trabalho para conhecer de casos tais. A proposta foi aprovada unanimemente e o julgamento adiado”*⁴⁷⁹.

As autoridades definiam este período como sendo de otimismo e confiança, pois o operariado teria encontrado a tranqüilidade em seu trabalho, agora cercado pelas leis de que muito se orgulhava o Brasil. Dentro deste espírito é que se abriam até mesmo concursos públicos para homenagear a nova ordem brasileira e o trabalhador nacional.

O Ministro do Trabalho também falaria às quintas-feiras aos trabalhadores, para esclarecer dúvidas e traçar diretrizes aos que habitavam distante do Rio de Janeiro.

A Consolidação das Leis Trabalhistas eram anunciadas como obra redentora do governo autoritário de Vargas, que teria feito tudo em ritmo acelerado para recuperar o tempo perdido em uma série de leis que caminhavam de conquista em conquista do trabalhador para verem consagrados os seus mais elementares direitos. O Código do Trabalho era colocado como algo que *“cristalizaria todas as medidas legais até hoje adotadas - monumento jurídico, que será um padrão de glória para os atuais dirigentes do Brasil”*⁴⁸⁰.

⁴⁷⁸ - Peixoto, A. Sá. Justiça do Trabalho. *Jornal A Notícia*. Joinville, 1 de fevereiro de 1942. Ano XX, n. 3681, p.1.

⁴⁷⁹ - A Justiça do Trabalho. *Jornal A Notícia*. Joinville, 19 de fevereiro de 1942. Ano XX., n. 3689, p.8

⁴⁸⁰ - Consolidação da Leis Trabalhistas. *Jornal de Joinville*. Joinville, 2 de setembro de 1942. Ano XXIV, n. 192, p.4

O amparo social passa a ser elogiadíssimo pela imprensa local. A medida que mais chama a atenção é a Previdência Social, e a tenacidade dos poderes dirigentes em melhorar os salários e as condições materiais de vida dos operários e de suas famílias.

O salário mínimo foi instituído sem qualquer abalo na economia nacional. O alto custo de vida, corroía os salários instituídos para manter um justo nível na remuneração do operário e o governo se sentia sobrecarregado para cumprir todas as obrigações previstas nos setores da defesa nacional, da saúde e de viação. O recurso mais dispendioso ocorria na área de financiamento da casa própria pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, desatando os recursos do governo, que possuía um compromisso no discurso, mas na prática não conseguia dar conta de todas as implicações sociais que suas próprias leis lhe acarretavam em troca do silêncio dos trabalhadores e de sua dedicação ao trabalho e aos governantes que teoricamente lhes protegiam.

A situação de penúria ia se perpetuando, mas os elogios aos poderes instituídos iam sendo dirimidos pela própria situação de guerra, que fazia com que o trabalhador se acomodasse já que a situação mundial era de desespero, justificando até mesmo o autoritarismo.

Os desfiles cívicos, o problema do “perigo alemão” e dos “quinta colonistas” mascaravam uma situação e faziam crer que a situação realmente era ordeira e harmoniosa no mundo do trabalho joinvilense.

5.3- AS FORMAS PERIFÉRICAS DO CONTROLE

Os aspectos do controle molecular, tipicamente fascistas deste período, estavam presentes nas várias instâncias do poder, em um amplo projeto de reordenamento da sociedade a fim de neutralizar os focos de conflitos sociais.⁴⁸¹ Havia necessidade do controle social na sua capilaridade, educando jovens e crianças para o trabalho, para a disciplina e para a ordem.

⁴⁸¹ - LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, São Paulo : Papirus, 1986, p.18

O plano pedagógico foi utilizado para construir o controle das mentes e dos corpos sociais. Educar seria transmitir idéias, conhecimentos que através de sua prática podia transformar ou conservar a realidade; por isso a Escola será encarada aqui, como mais um instrumento de dominação, ideologicamente transmitida pela classe dominante e introjetada inconscientemente pela classe dominada.

A educação transmitida de forma aparentemente neutra, e com fins sociais altamente aguçados, trazia, intrínsecamente, conteúdos impregnados de ideologias disseminados nos seus mínimos detalhes.

O exército e o esoterismo, representaram um outro nível de controle dos jovens rapazes, convidados a exercerem sua cidadania na mais tenra idade. A vontade de fazer destes jovens, adultos miniaturizados, responsáveis e cientes de seus deveres com o seu país, com sua comunidade e consigo mesmos, levou as autoridades locais, com o apoio da igreja, a se desdobrarem para que reinasse a disciplina e, portanto, a submissão à ordem na cidade.

Por último a ACIJ (Associação Comercial e Industrial de Joinville) que terá um papel de grande relevância na região, não só no controle das elites governantes, como da população como um todo.

A Escola em si foi sempre uma preocupação cultural dos imigrantes que aqui se instalaram. Necessitavam ser alfabetizados para lerem a Bíblia, suas doutrinas e sua própria história, como forma de manterem as suas tradições. Uma das suas primeiras atitudes quando aqui instalados, será a fundação de uma Escola que pudesse ensinar as crianças.

Nos seus discursos, a palavra educação possui uma conotação altamente carregada de coisa imprescindível e de não serem capazes de pensar uma sociedade sem ela. Sua imbricação não somente religiosa e mantenedora das tradições, mas o seu caráter de agente mais privilegiado, que procura, através de suas práticas influenciar e moldar comportamentos e ações dos indivíduos no meio social, estarão presentes nos meandros do poder local.

Havia também uma preocupação governamental com estas “escolas estrangeiras” no Brasil, e pensava-se fórmulas de integrá-las a nação brasileira. Dada a premência em que se encontrava o país naquele momento, e o processo de urbanização emergente, os discursos refletiam as necessidade das escolas profissionalizantes e mais tarde das necessidades nacionalizantes.

O Jornal de Joinville inaugura o seu primeiro número, em 1919, afirmando:

Que ilusão crassa é a democratização do mundo, com os governos pelo povo e para o povo, enquanto a grande massa popular é formada por ignorantes e analfabetos. (...) Eduquemos o povo, procuremos acabar com o analfabetismo da massa geral, para que cada um cidadão compreenda seus deveres e direitos.

Gastemos a maior verba possível de nossos orçamentos em instrução pública, facilitemos o ensino superior a todos que provam sua capacidade intelectual, e limpemos as academias dos parasitas que as freqüentam baseados nas fortunas dos seus pais e na proteção de pistolões.

Organizemos escolas noturnas para adultos que na sua infância ficaram atrasados; para aprendizes de ofícios, para evitar que esqueçam o que lhes foi ensinado, e completem sua educação enfim, para todos que nutrem o desejo de educar-se.

*Escolas! escolas! deve ser o grito, que nos garante um futuro risonho, um povo educado, um povo que saiba estimar seus deveres e direitos, um povo que escolha seus governantes conforme suas necessidades. (...)*⁴⁸²

Na década de 20, havia uma preocupação com o educação de adultos, e o governo propunha o ensino noturno para os trabalhadores. As autoridades locais elogiavam tal iniciativa, mas apontavam as falhas do projeto, argumentando que: “*ao operário não sobra tempo nem forças, para o estudo à noite, após um dia inteiro de trabalho extenuante*”⁴⁸³. A proposta era de duas horas e meia de curso por noite e as autoridades locais reivindicavam somente duas horas, igual ao que acontecia em outros lugares, como São Paulo, para não tornar-se tão cansativo e o empregado poder trabalhar com disposição no outro dia.

A preocupação com a educação, própria dos grupos teutos, receberá uma nota especial sobre o ensino profissionalizante, como uma necessidade tanto para os operários, como para os patrões, que necessitam saber o ofício.

Desde que o trabalho da lavoura, o trabalho manual, o trabalho mecânico passou a ser feito exclusivamente por escravos, foi olhado pelos homens livres como uma degradação e, por isso, foi desprezado. (...)

Roma deixou-nos, pois, esse triste legado: a vergonha do trabalho honesto, do trabalho-pão, do trabalho-indústria, do trabalho-progresso. E levou-nos, em compensação, o cesarismo, os

⁴⁸² - SCHWARTZ, Eduardo. 1o de Janeiro. **Jornal de Joinville**. Joinville, 1 de janeiro de 1919. Ano I, n.1, p.1

⁴⁸³ - GIL DO VAL. Escolas Noturnas. **Jornal de Joinville**. Joinville, 10 de março de 1920. Ano II, n. 21, p.1

hábitos da guerra escravizadora, de guerra-pilhagem, da guerra-modo de vida.

*E os pobres não viam ainda no trabalho a fartura, a higiene, a robustez, a independência, mas, sim, o ferrete, a ignorância, o castigo, a repulsa da sociedade.*⁴⁸⁴

A necessidade do ofício aos patrões, especificamente, é apontado pelo autor deste artigo, como uma necessidade, pois os trabalhadores estão se tornando uma força e uma ameaça, pois eles são os donos do saber/fazer, e os patrões necessitam saber o ofício para quando os operários vierem pedir aumento e fazer exigências estes possam mostrar-lhes que não são indispensáveis, pois a concorrência abaixa os salários.

A Reforma do Ensino Secundário, proposta pelo ministro da Justiça, o Sr. Dr. João Luiz Alves, deveria ser para preparar para a vida. O curso proposto era de 6 anos, prazo considerado não excessivo se comparado com o de outros países que variavam entre 7 e 9 anos. O curso só seria concluído com o estudo da filosofia, que deveria habilitar os indivíduos para o estudo superior⁴⁸⁵.

A educação é apontada como responsável pela ordem e pelo progresso de uma nação. “*Onde não há instrução nem trabalho, não pode haver progresso*”⁴⁸⁶. Rumo à Escola e Instrução deveria ser o brado do povo brasileiro, para garantir os rumos da República e que o povo consciente pudesse garanti-la dos ultrajes que se viessem observar.

Apesar dos clamores pela instrução e da necessidade da escolaridade para o engrandecimento da nação, as leis estaduais afirmavam a obrigatoriedade de crianças entre 6 e 15 anos de frequentarem a escola, mas a impunidade de pais e de patrões, levava as crianças muito cedo para as fábricas, ou totalmente analfabetas ou com cursos preliminares incompletos. “*Em Joinville as nossas fábricas na entrada e na saída mais assemelham-se à saída ou entrada de grupo escolar ou de jardim da infância, tais e tantas crianças que ali se vêem*”.⁴⁸⁷ A cidade que clamava por instrução não se preocupava com ela na hora de

⁴⁸⁴- RIBEIRO, J. M. Gomes. Aprender um Ofício. **Jornal de Joinville**. Joinville, 11 de janeiro de 1924. Ano VI, n. 10, p.1

⁴⁸⁵- A Reforma do Ensino Secundário. **Jornal de Joinville**. Joinville, 24 de janeiro de 1925. Ano VII, n. 20, p.1

⁴⁸⁶- SUL, João do. Rumo às escolas. **Jornal de Joinville**. Joinville, 24 de janeiro de 1927. Ano IX, n. 20, p.1

⁴⁸⁷- CARVALHO, César A. de. Crianças nas fábricas. **Jornal de Joinville**. Joinville, 03 de fevereiro de 1927. Ano IX, n.29, p.1

aproveitar a mão de obra das crianças no trabalho e deixá-las completamente analfabetas. A instrução como termômetro da civilização de um povo, aqui levada a sério, para as crianças que necessitavam trabalhar, não era valorizada.

Com as leis de nacionalização, o tema volta à baila, e agora, pela força e como forma de controle das massas. Ao mesmo tempo que a lei obrigava o ensino em língua nacional e extirpava o ensino estrangeiro, acabava também com as escolas locais. Comparado o número de escolas em língua estrangeira e nacional, os primeiros eram muito superiores, e estas são fechadas pelas novas normas.

Os enviados da Sociedade Brasileira de Educação viam em Joinville, que os alunos da escola alemã, assim como o do Grupo Escolar Conselheiro Mafra cantavam o hino Nacional de forma a emocionar os visitantes e concluíam: “*Não importa que as populações de origem germânica conservem a psicologia da raça, os costumes e as tradições. O que é preciso é dar-lhes espírito de brasileiro, educá-las no conhecimento e no orgulho da nossa história e da nossa pátria*”.⁴⁸⁸ A proposta era de uma escola reformulada não destruída, pois reconheciam as inúmeras vantagens propostas pelas escolas estrangeiras.

O ensino proposto pela emenda constitucional de 37, no artigo 129, propunha verbas para o ensino profissionalizante, pois estávamos na era das máquinas e o Brasil necessitava de técnicos. “*...a nova Carta política declara que o ensino pré vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado*”⁴⁸⁹.

As Escolas Profissionais da cidade serão inauguradas pelo Circulo Operário para melhoria do trabalho operário, que terá meios de se aperfeiçoar nas suas práticas diárias para as indústrias a ter um trabalhador mais inteligente e melhor remunerado. Para a construção destas escolas, Joinville contou com a colaboração do chefe de polícia, capitão Dr. Felinto Müller, que doou 10:000\$000 de réis, o restante viria das indústrias locais que viam vantagens em tais empreendimentos⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸- Visitas e Impressões. **Jornal de Joinville**. Joinville, 28 de Fevereiro de 1929. Ano XI, n.49, p.1

⁴⁸⁹- Bons Operários. As Escolas Profissionais e a Nova Constituição. **Jornal de Joinville**. Joinville, 13 de janeiro de 1938. Ano XX, n. .5, p.1

⁴⁹⁰- Escola Profissional. **Jornal de Joinville**. Joinville, 29 de novembro de 1938. Ano XX, n .137, p.1

Em contra - partida, o secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, instituiu o Serviço de Merendas nas escolas ⁴⁹¹. O município, já fornecia este serviço com a colaboração dos professores e do exército, para garantir as crianças nas escolas, e para formar gerações vigorosas, mas com a institucionalização deste serviço, repercutia como uma feliz inovação, pois era a garantia de sua permanência.

O problema das escolas brasileiras era apontado como sendo das causas de ordem econômica e social, das próprias deficiências da organização social que era incapaz de reter os alunos nas escolas.

Apontava-se como conseqüência desta situação, não somente o aspecto cultural e as questões políticas emergentes, como também fator de impedimento da nacionalização de áreas submetidas à colonização estrangeira, que por falta de escolas ignoravam nosso idioma, não se integravam com a nossa cultura e não se identificavam com os nossos ideais, portanto tinha-se que impedir a formação de quistos raciais.

O argumento alegado para justificar a falta de interesse dos colonos estrangeiros em preparar os filhos para a cidadania brasileira é o de que as nossas escolas são, além de deficientes em números, ineficientes para realizar sua missão⁴⁹². Com número de escolas insuficientes e de qualidade ruim seria difícil trazer os estrangeiros para dentro das escolas nacionais e impedir o que se chamava na época de “quistos raciais”.

Em um artigo do Sr. Abelardo Montenegro, comentando o relatório do Sr. Nereu Ramos, diz, que o que mais chama a atenção é o seu programa educativo, que receberia a influência do idealismo norte americano, definido por Hermes Lima: *“educação como força de reajustar o homem ao seu meio - dar felicidade ao homem aqui na terra mesmo - prega a educação física e psíquica das gerações. Crê que o pensamento é o senhor do mundo e só o conhecimento das verdades universais pode abrir caminho da liberdade. (...) A missão da escola seria valorizar a inteligência, combater a violência e defender a paz”* ⁴⁹³.

O governo de Nereu Ramos irá utilizar com eficácia estas lições e seu governo será elogiadíssimo por ter tornado as escolas catarinenses em lugares claros e saudáveis para as

⁴⁹¹ - Merenda aos alunos das Escolas. **Jornal de Joinville**. Joinville, 07 de setembro de 1939. Ano XXI, n.103, p.2

⁴⁹² - Evasão Escolar e os Quistos Raciais. **Jornal de Joinville**. Joinville, 16 de julho de 1942. Ano XXIV, n. 152, p.4

⁴⁹³ - MONTENEGRO, Abelardo Fernando. A visão sociológica de Nereu Ramos. **Jornal A Notícia**. Joinville, 29 de novembro de 1941. Ano XX, N. 4629, p.6

crianças, com aulas de ginástica, cânticos, jogos infantis, etc. Chamavam estas escolas de “batalhões de cigarras”⁴⁹⁴. O cântico como forma de estimular as crianças a virem para as escolas, assim como a educação física para torná-los disciplinados, foram formas de diminuir a evasão escolar, prática muito utilizada pelos governos autoritários.

O exército e as atividades congêneres eram tidos como instrumentos impositivos da ordem e da harmonia entre as classes e portanto necessários a uma comunidade ordeira e disciplinada. Suas diligências eram concorridíssimas e necessárias em qualquer cidade. Joinville prestigiava tais eventos por considerá-los de fins educativos, disciplinadores (linha prussiana), evitavam os elementos desordeiros, ocupavam grande número de pessoas, impunham normas rígidas de vida, condizentes com a educação que pretendiam para os homens desta terra, e acima de tudo, demonstravam civismo com sua participação, tentando provar sua inteira integração com a comunidade “cabocla”.

O Tiro 226⁴⁹⁵, era encarado como um atestado vivo e exuberante da força do povo joinvilense, por ostentar sua disciplina e lições de civismo. “(...) *que nesta terra, as ascendências estrangeiras de grande parte da população, não implicam em ausência de patriotismo, antes pelo contrário, todos, teutos e luso-brasileiros se nivelam na mesma convicção da sua nacionalidade e no mesmo sentimento de patriotismo*”.⁴⁹⁶

As atividades do exército⁴⁹⁷ eram concorridíssimas e prestigiadas pela comunidade e pelas escolas, pois achavam que eles representavam o povo, nelas havia de dois a mais membros de cada família joinvilense.

⁴⁹⁴ - Oito Anos de Governo próspero, feliz e avançado. **Jornal de Joinville**. Joinville, 30 de abril de 1943. Ano XXI, N. 92, p.1. “ Hay que cantar en las escuelas”! - bradava Sarmiento, o homem que transformou o ensino primário em fábrica de cidadania. Foi o que fez o atual governo das nossas escolas transformando-as em orfeões canóros”.

⁴⁹⁵ - O Tiro de Guerra 226, era formado por um grupo de associados, onde recebiam os sagrados ensinamentos do dever para com a Pátria, para com a família, e para a sociedade. Após a Primeira Guerra o grupo foi desfeito, e pensado em se rearticular, por volta de 1926. In: Tiro 226. **Jornal de Joinville**. Joinville, 05 de março de 1926. Ano VIII, n.54, p.1.

⁴⁹⁶ - A Excursão do Tiro. **Jornal de Joinville**. Joinville, 12 de julho de 1919. Ano XIX, n.77, p.1

⁴⁹⁷ - “Em cumprimento ao decreto n. 13194 de Dezembro findo, o 13 Batalhão do 5o Regimento de Infantaria (...), foi organizado um Batalhão de Caçadores.

A nova unidade deverá ter um efetivo de 446 homens entre praças e oficiais (...) fará um estacionamento definitivo nesta cidade. (...) Pena é não existir aqui um edifício onde se possa condignamente instalar essa nova unidade do exército”. IN: Batalhão de Caçadores. **Jornal de Joinville**. Joinville, 10 de Janeiro de 1920. Ano II, n.4, p.1

Logo após o Batalhão de Caça ter se instalado na cidade, seu oficial, o Sr. 1º tenente Miguel de Oliveira, organizou o grupo dos escoteiros . *“Duas ou três vezes por semana desfilam pelas ruas da cidade, em marcha ritmada pelos tambores uns 100 rapazitos, rigorosamente formados, alinhados militarmente, muito garbosos e muito conscientes do papel que representam e da missão que o futuro lhes reserva na obra da grandeza e da glória da Pátria”* ⁴⁹⁸. O escotismo servia para treinar, desde pequenos os meninos, na disciplina e na ordem, para uma conduta social condizente com aquela que a cidade havia instituído.

O exército era enaltecido por suas virtudes: *“ele hoje é mais do que escola educadora onde se forma o cidadão para os misteres da guerra, é um templo de civismo, e como tal, devemos considerar”* ⁴⁹⁹. Apesar da população reconhecer os seu valores e o elogiar, por serem os guardiões da disciplina e da ordem, o governo federal, neste período atrasava o soldo dos praças, por um período intolerável. *“Em tal situação encontra-se presentemente o 13º Batalhão, cujo atraso de vencimento alcança 10 meses. Os prejuízos sofridos pelo comércio são fáceis de avaliar; porém mais dolorosa é a situação triste dos pobres soldados”* ⁵⁰⁰.

No movimento tenentista, de 1924, considerado subversivo, houve a participação de 13º B.C. de Joinville, que perdeu seu comandante em batalha, o Coronel Gustavo Maria de Andrade S. Thiago, com 50 anos. *“Nem mesmo teve a gloria de morrer combatendo inimigos estrangeiros, fulminado que foi pelo seus próprios irmãos d’armas, traidores da Pátria que tentaram apunhalar pelas costas na mais vil da emboscadas, assassinos de camaradas dignos não corrompidos pela ambição das aventuras e da rebeldia”*. ⁵⁰¹

O 13º B.C. , pouco ficava na cidade ⁵⁰², vivia sendo recrutado para operações das mais diversas, representando Santa Catarina e Joinville nos incidentes contra a ordem e a disciplina, em busca da legalidade, temas tão defendidos pela comunidade.

⁴⁹⁸ - Os Escoteiros. **Jornal de Joinville**. Joinville, 21 de maio de 1921. Ano III, n.36, p.2

⁴⁹⁹ - A Nota do Dia. **Jornal de Joinville**. Joinville, 14 de Janeiro de 1924. Ano VI, n. 12, p.1

⁵⁰⁰ - Id. ibidem, p.1

⁵⁰¹ - Movimento Subversivo. Morreu o coronel S. Thiago comandante do 13º B.C. **Jornal de Joinville**. Joinville, 05 de agosto de 1924. Ano VI, n.181, p.1

⁵⁰² - No movimento de 1924, o Batalhão permaneceu 10 meses e 10 dias fora da cidade. *“Regressou hoje a seu quartel nesta cidade, coberto de louros, o heróico 13 batalhão de Caçadores, gloriosa unidade do Exército Nacional que foi nos rudes campos de batalha, receber o sagrado batismo de fogo. (...) Foi*

Por volta de 1929, cogitava-se novamente sobre a formação de um novo grupo de escoteiros na cidade, mas estabelecia-se algumas regras para admitir os voluntários: “(...) serão admitidos, depois de sindicância a respeito da conduta. Candidatos de 12 a 18 anos de idade, saiba ler e escrever, seja vacinado e não sofra de moléstia infecto-contagiosa, comprovada por atestado médico(...)”⁵⁰³. Apontavam-se várias vantagens para a reimplantação do esoterismo; - “prepara as crianças sob o triplice aspecto - moral, intelectual e físico. Em contato com a natureza e ao ar livre aprendem a ser obedientes e disciplinados; cultivando uma aversão pelos hábitos prejudiciais à saúde; mantendo o acendrado culto pela bandeira e por tudo o que for de seu país”.⁵⁰⁴

O Padre Alberto Kolb será o homem que conseguirá instituir o escotismo na região de forma definitiva. “Uma organização de escotismo deve ser sempre bem aceita. (...) Ela educa os jovens em dois belos princípios. “Procura bastar-te a ti mesmo” e “Procura ser útil ao teu próximo para que ele te seja também útil a ti”.⁵⁰⁵

As senhoras da sociedade iriam confeccionar os uniformes para os soldados pobres, e defendiam: “O escotismo, posto a prova em todos os países do mundo, é uma escola onde a criança se desenvolve, inspirada numa moral sã de amor a família, ao trabalho e ao próximo”⁵⁰⁶.

Com o Integralismo, os discursos a favor do escotismo aumentam:

Do jovem escoteiro necessitamos para o futuro, pois dele teremos o homem ação, o homem trabalho, o homem iniciativa, o homem coragem, o homem dinâmico, e mais do que tudo, o homem caráter.

A verdadeira grandeza de uma pátria está na instrução, preparo, inteligência e fixidez do caráter de seus filhos. Escoteiros,

uma das mais valentes unidades, que com estoicismo soube suportar as atrocidades do momento, levando de vencida todos os obstáculos, os mais perigosos, Sendo por isso classificado o batalhão de “elite””. IN: Salve 13 Batalhão de Caçadores! **Jornal de Joinville**. Joinville, 26 de maio de 1925. Ano VII, n. 120, p.1

⁵⁰³ - Escoteirismo. **Jornal de Joinville**. Joinville, 08 de Janeiro de 1929. Ano XI, n.4, p.1

⁵⁰⁴ - O Escoteirismo. **Jornal de Joinville**. Joinville, 01 de Fevereiro de 1929. Ano XI, n.27, p.1

⁵⁰⁵ - Notas e Fatos. **Jornal A Notícia**. Joinville, 02 de março de 1934. Ano XII, n. 1657, p.3

⁵⁰⁶ - Escotismo. **Jornal de Joinville**. Joinville, 22 de fevereiro de 1934. Ano XVI, n.44, p.1

*soldadinhos nobres multiplicai-vos nestas fileiras de educação moral para a grandeza do Brasil.*⁵⁰⁷

O escotismo era defendido e elogiado também, por fazer com que as crianças trabalhassem e aprendessem fazendo. Em 1939, Joinville já era escolhida para ser a sede da concentração de cerca de 2000 jovens de Santa Catarina e do Paraná para aperfeiçoamento dos sentimentos cívicos e morais da criançada⁵⁰⁸, e o escotismo era um programa completo de educação, no qual se formavam homens capazes.

Para enaltecer o escotismo e fazer propaganda desta instituição publicava-se:

*Somente vive quem luta,
Quem traz n'alma e sobre a fronte
Um designio inabalável;
Quem galga o áspero cume
De um destino alevantado;
Quem vai pensativo e cheio
de sublime aspiração,
Levando diante dos olhos,
Toda noite, todo dia,
Ou algum santo trabalho,
Ou então um grande amor.*⁵⁰⁹

Poesia, festas nos dias da pátria, os novos recrutas eram enaltificados por serem patriotas e por estarem cultuando a ordem e o trabalho, em uma verdadeira campanha pró-escotismo:

Dia a dia, acontece a sede dos escoteiros afim de alistar-se nas suas fileiras, grande número de meninos e jovens, meninas e moças. Já agora, surpreende, animador, é o número atingido em poucos dias: 260! É uma demonstração de fé nos destinos da Pátria! É a expressão nítida, entusiástica de que se confia no futuro do Brasil. É a ânsia da ascensão, do alto, dominadora, pujante de soberania. (...)É o predomínio contra ondas

⁵⁰⁷- HOTON. O Escoteiro. **Jornal de Joinville**. Joinville, 07 de junho de 1934. Ano XVI, n. 127, p.2

⁵⁰⁸- Escoteiros do Paraná e Santa Catarina. **Jornal de Joinville**. Joinville, 05 de Janeiro de 1939. Ano XX, n.2, p.2

⁵⁰⁹- VITOR HUGO. Seção de Escotismo. **Jornal de Joinville**. Joinville, 10 de agosto de 1939. Ano XX, n.92, p.2

*invasoras, contra ideologias exóticas, negras e rubras, que tentam assaltar a Pátria, infiltrando-se no coração dos fracos, dos inconscientes, semeando a semente bárbara da discórdia, do fanatismo, da intolerância, da babel confucionista,(...) para derrubar Deus dos altares, como se o vandalismo pudesse apagar da brasileira Deus e a Pátria!*⁵¹⁰

Os objetivos de tanta propaganda para matrículas e elogios à instituição se escondem no medo de outras ideologias consagradas pelas elites governantes como ameaças a seu poder. As crianças seriam, dentro desta ideologia, as guardiãs das normas institucionais vigentes, em nome dos poderes instituídos, e para tanto valorizava-se essencialmente os aspectos moral, social e físico. Seriam as reais depositárias das virtudes, a fim de transformar uma mocidade apática, em uma mocidade sadia produtiva, empreendedora, generosa e principalmente: Sempre Alerta!

A Igreja, através do padre Kolb, encabeçando o escotismo estaria garantindo Deus nos altares, já que o comunismo era famoso pelas suas lutas anticonfessionais. A Pátria, entendida pelas elites como ideal de vida, deveria ser a mesma da população como um todo, de explorado e de exploradores. Todos almejavam a mesma Pátria, representada pelo pendão auri-verde, que ostentava nossa independência, a nossa grandeza. Escotismo era identificado com lições de civismo.

Os evangélicos também possuíam seu grupo de escoteiros e, com os mesmo objetivos, os divulgavam e faziam propagandas nos jornais, como uma doutrina capaz de salvaguardar a mocidade do futuro.

O governador Nereu Ramos, apoiava de forma efetiva as iniciativas que visavam o desenvolvimento esportivo catarinense e justificava-se:

Não resta dúvida que o programa em que se empenha o interventor Nereu Ramos é uma resultante de sua brilhante visão administrativa, pois não é possível ter um povo economicamente forte, sem que lhe sobrem aptidões para o trabalho. E essas aptidões nascem naturalmente do interesse com que ele se dedicou no preparo físico, nascendo daí a possibilidade do desenvolvimento de todas as capacidades individuais (...) e por um corpo que se apresente com

⁵¹⁰- J. de D. . Sempre Alerta! **Jornal de Joinville**. Joinville, 07 de Dezembro de 1939. Ano XX, n.139, p.1

*vontade para as próprias pelejas de aperfeiçoamento intelectual, (...) para criar um indivíduo forte, resoluto e decidido.*⁵¹¹

No início de 1940, Joinville possuía mais de 300 escoteiros Instituição considerada como útil à educação cívica e moral da juventude, tratou-se logo de organizar o Grupo de Bandeirantes para fazer frente à “educação” dos jovens de forma mais globalizante⁵¹². Esta data marca de forma definitiva a instalação dos grupos escoteiros na cidade. As tentativas anteriores, iniciavam e logo depois acabavam por falta de verbas para a manutenção do grupo e até mesmo de uma ideologia definida. Com o Estado Novo, o autoritarismo fica definido e escotismo e exército ficam sendo os guardiões dos esforços coletivos em prol de engrandecimento nacional. Deixa-se o liberalismo que “*dissolvía energias, cegava o povo e paralisava as reações, compreendeu-se afinal que só as nações fortes têm direito à vida e só os povos enérgicos conseguem ser respeitados*”.⁵¹³

A década pós-30 inaugurava a educação cívica da juventude brasileira, que antes era descuidada e nas festas nacionais recitava-se e cantava-se os hinos de forma distraída e indiferente e de uma certa forma mecanicamente em obediência aos regulamentos. A nova geração era educada no culto aos heróis do passado e no amor à pátria.

A educação cívica passou a fazer parte integrante dos programas de ensino. Imprimiu-se cunho novo as festas nacionais. A juventude passou a ter consciência das suas responsabilidades para com o Brasil, a respeitar as suas tradições e a venerar aqueles que trabalham pela sua grandeza. Educa-se no culto dos heróis. Hoje observa-se um surto de patriotismo na mocidade, que sente e age, como coletividade.

*(...) Levar à infância e à juventude o nome e os exemplos nobilitantes dos grandes vultos brasileiros - nas artes, na ciências, nas letras, na política, no exército e na marinha - representa um gesto autêntico de patriotismo.*⁵¹⁴

⁵¹¹- O Interventor Nereu Ramos e a Educação Física da mocidade barriga verde. **Jornal A Notícia**. Joinville, 21 de outubro de 1939. Ano XVIII, n.3315, p.4

⁵¹²- O Escotismo em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 15 de março de 1940. ano XIX, n. 3437,p.2

⁵¹³- DUTRA, Frederico G. (Ministro). O Exército no Estado Novo. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03 de outubro de 1941. Ano XX, n. 3582, p.5

⁵¹⁴- Tópicos do Dia. O Culto dos Heróis Nacionais. **Jornal A Notícia**. Joinville, 22 de janeiro de 1941. Ano XX, n.3379, p.2

As restrições às liberdades chegam às escolas locais de forma avassaladora e logo seria decretado que “nenhuma escola poderia ser dirigida por estrangeiros e nem pessoas naturalizadas”. O incentivo ao escotismo aparece de imediato, com grande patrocínio das autoridades em conformidade aos decretos presidenciais e com os seguintes dizeres: “(...) a escola legítima onde se forjam os caracteres do Brasil de amanhã”.⁵¹⁵

O sistema de divulgação e propaganda do governo federal fazia imprimir em todos os jornais de circulação nacional, inclusive de Joinville, as seguintes manchetes: “*O Estado Novo não reconheceu direitos individuais e contrários à coletividade. Os indivíduos não tem direitos, tem deveres. Os direitos pertencem à coletividade! O Estado sobrepõe-se à luta de interesses, garante os direitos de coletividade e faz cumprir os deveres para com ela*”.⁵¹⁶

Em outra manchete do mesmo dia, publicava: “*A grande virtude nacional, neste momento histórico, deve ser uma virtude militar - a disciplina; as circunstâncias impõem a nossa conduta o atributo dos povos fortes - a tenacidade. A Nação disciplinada e tenaz, há de realizar os seus altos objetivos de progresso, sob a proteção do pavilhão auri-verde, símbolo da unidade e da grandeza do Brasil*”.⁵¹⁷

Para o controle social seria óbvio que somente escola, disciplina e ordem não seriam suficientes para segurar uma população oprimida. Havia uma série de mecanismos periféricos de controle social numa construção extremamente elaborada. Há um reducionismo neste período da própria historiografia de um modo geral, em transformar em agentes somente as oligarquias e a administração representada pelo Estado.

Foram inúmeros os arranjos oficiais de controle social e de reconstrução de uma memória coletiva forjada e ideologizada nas suas raízes.

Uma das instituições locais que exercerá um controle fantástico em nome da ordem será a ACIJ⁵¹⁸ (Associação Comercial e Industrial de Joinville), entidade da classe patronal,

⁵¹⁵- Incentiva-se em Joinville o escotismo. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18 de novembro de 1941. Ano XX, n. 3619, p.6

⁵¹⁶- VARGAS, Getúlio. MANCHETE. **Jornal A Notícia**. Joinville, 01 de novembro de 1942. Ano XXI, n. 3909, p.5

⁵¹⁷- id. ibidem., p.6

⁵¹⁸- (...) fundada em 16 de fevereiro de 1911, era o órgão aglutinador de comerciantes e industriais que somente desaparecera em 24/05/1927, quando se fundiu com o Centro Industrial e a Associação dos Varejistas, dando lugar a entidade atual: Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville. IN:

considerada “*responsável pelo destino de pólo industrial que anos mais tarde o município viria a se tornar, liderando em muitos aspectos todo o processo econômico catarinense*”⁵¹⁹. Uma das preocupações básicas da entidade era o atendimento às prioridades comunitárias, na orientação dos sócios nas questões trabalhistas, fiscais e tributárias e desde o início com profundos interesses políticos partidários. Observação esta fácil de ser comprovada ao olharmos a lista dos prefeitos e a lista dos membros da diretoria desta entidade, transformando-a numa das mais importantes instituições mantenedoras das elites locais.⁵²⁰

Seria bom observar o caráter das deliberações da Associação que foi criada e mantida para defender os interesses das classes produtoras e no entanto, passam como sendo à favor da comunidade e do bem comum, sendo que a maioria da população nem sabe da existência de tal associação, que decide os seus destinos econômicos e políticos, numa posição privilegiada e das mais importantes para Joinville, ainda nos dias de hoje, após quase 85 anos de sua existência.

A ACIJ foi sempre apontada como defensora das classes conservadoras e do operariado, a sua ação elogiadíssima, principalmente por dirimir dúvidas quanto às interpretações das leis referentes ao comércio e à indústria. Em uma nota desta associação, explicita-se o seu lema:

A ACIJ tem como lema o trabalho e este não se faz esperar quando há necessidade de intervir junto as autoridades federais, estaduais e municipais, encontrando, quase sempre apoio às suas

ALMEIDA, Rufino. **O Movimento Operário em Santa Catarina - A greve de 1917 em Joinville.** Dissertação de Mestrado (mimeo), p.35

⁵¹⁹- TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville.** Joinville, Meyer, 1986, p. 253

⁵²⁰- No relatório de ACJ em 1916, a diretoria faz um relato dos objetivos desta instituição que iria se perpetuar mais tarde: “ tornar a instituição um elemento de utilidade para o comércio, para os industriais, e classes operárias, como expoente representativo de seus interesses e fator de desenvolvimento e progresso dessas mesmas classes conservadoras, cooperando ao mesmo tempo, para o fomento da solidariedade entre os consórcios na esfera das relações que se manifestam dentro do município, e para uma tentativa frutuosa de coligação com outras associações idênticas, existentes no Estado e no País, com o objetivo de unificar e fortalecer a defesa dos interesses das mesmas classes no âmbito mais amplo da Nação”. IN: ALMEIDA, R. op. cit., p. 2

O objetivo, é interessante notar, era à união das classes de comerciante e industriais e operárias e para o desenvolvimento e progresso dessas mesmas classes conservadoras. Uma amplitude muito grande, talvez derivada do sentido paternalista ou familiar que vigorava entre as empresas teuto-brasileiras, empresa - família, binômio este que se fazia sentir nos primórdios do desenvolvimento das mesmas. Os operários são envolvidos na mesma categoria que os patrões como se pudessem possuir os mesmos interesses.

pretensões que são o bem estar e o reajustamento do nosso comércio e da nossa indústria.

*A entidade comercial guia o associado, aconselha-o e sobretudo esclarece-o e até entre o patrão e o empregado tem a Associação sido uma mediadora, beneficiando um e outro, dentro da justiça e da equidade, é uma associação de classe que muito honra e enobrece a terra joinvilense, sem ela muito sofreriam as instituições comerciais que mais servem a nossa terra, e das quais dependem todo nosso futuro e grandeza.*⁵²¹

As diretorias tendiam a se perpetuar no cargo, com várias reeleições e seus membros se revezarem nos cargos de confiança da diretoria. As novas gestões sempre estavam em consonância com as anteriores. A cada dois anos as manchetes dos jornais se ocupavam em estampar os resultados das eleições da associação que, coincidentemente, eram quase as mesmas, com pouquíssimas alterações nas listas dos candidatos eleitos nas eleições municipais⁵²².

Uma das grandes bandeiras desta instituição, e tema recorrente nas reuniões dos empresários era sobre o sistema de cobranças fiscais. Publicava-se notas de desagrado.

A firma M. Colin e Cia, de nossa praça fabrica cordões de seda e agora motivada pelo aumento excessivo da taxa, não podendo assim concorrer com as fábricas congêneres de país, terá que paralisar o fabrico desse produto.

O fisco do Estado é prejudicado na sua receita e a indústria é asfixiada por medidas do Tesouro, que talvez o Sr. Dr. Governador ignore. (...)

Resultado deste aumento, dois prejudicados!

*De um lado o fabricante, que deixa de fabricar o artigo, por não poder mais concorrer com as outras fábricas congêneres e por outro lado o fisco do Estado que deixa de ter renda por mais um artigo que se podia fabricar no Estado.*⁵²³

⁵²¹ - Associação Comercial e Industrial de Joinville. *Jornal A Notícia*. Joinville, 23 de dezembro de 1933. Ano XII, n. 1604, p.11

⁵²² - Os nomes mais frequentes destas diretorias na época, que reuniam-se na primeira terça-feira de cada mês, foram: Hermann August Lepper, Emílio Stock, Henrique Jordan, João Colin, Otto Boehm, Gustavo Richlin, César Pereira de Souza, Max Colin, Henrique Meyer, Guilherme Meyer, Ricardo Karmann, Rodolpho Colin, Guilherme Urban, Procópio Gomes de Oliveira, Henrique Douat, Arnaldo Moreira Douat e de seu advogado, por 54 anos, Sr. José Acácio S. Moreira Filho.

⁵²³ - Como o fisco é prejudicado. *Jornal de Joinville*. Joinville, 14 de janeiro de 1927. Ano IX, n. 12, p.2

Em seguida, na mesma página, como que complementando a notícia acima:

O Centro Industrial pede redução dos impostos de 100, 200 e até 400 % dos impostos incidentes sobre as indústrias e solicita que estes sejam iguais as do exercício anterior de 30% para não prejudicar as indústrias nascentes, que já estão muito prejudicadas com a atual crise geral.

*Pelo Centro Industrial de Joinville,
Otto Colin - Presidente.⁵²⁴*

A Associação dos Varejistas, e a Comercial, também reclamaram da alta dos impostos de até 400% e irão reivindicar a volta dos 30% de impostos como era na gestão anterior. Para evitar a cobrança se unem todas as associações existentes na região com convocações de seus sócios, via imprensa, com publicações diárias, para reuniões extraordinárias, afim de esclarecer dúvidas e evitar de pagar estes impostos que eram considerados exorbitantes, e ameaçavam a sobrevivência das empresas locais, portanto de demissões dos empregados, colocando na rua mais um “bando de desocupados” e colocando em risco a segurança da cidade, justamente em uma época de crise econômica nacional.

Este clima de insegurança, mais as ameaças operárias, fará com que logo em seguida estas associações integrem numa única Associação para obterem maior respaldo e força política junto aos poderes locais e estaduais, e até mesmo federais, como do telegrama recebido pela ACIJ, na época de sua fusão pelo então Ministro da Viação o Sr. Victor Konder:

Rio, 16/06/1927

Sr. Nicolau Mäder Júnior, Presidente da Associação Comercial, Centro Industrial, Associação Varejista, numa única instituição que passou denominar-se Associação Comercial e Industrial de Joinville. Extremamente grato gentileza vossa participação auguro nova Associação prosperidade correspondente ao muito que estou certo fará em prol comércio, indústria catarinense.

*Saudações Cordiais - Victor Konder
Ministro da Viação.⁵²⁵*

⁵²⁴ - Centro Industrial. **Jornal de Joinville**. Joinville, 14 de janeiro de 1927. Ano IX, n. 12, p.1

⁵²⁵ - A Fusão das Associações Comerciais de Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 18 de junho de 1927. Ano IX, n. 136, p.1

Uma outra preocupação da Associação era a construção de estradas para escoamento das mercadorias produzidas na região. As ligações rodoviárias com São Francisco eram emergentes, com estabelecimento de uma balsa que fazia a travessia no Canal do Linguado pois: *“A regularidade das comunicações atuais pelo Rio Cachoeira - Lagoa Saguassú e baía Babitonga é dificultada pela baixa das águas das marés rasantes. Quanto as comunicações pela via férrea, dois trens, somente circulam diariamente em cada sentido entre Joinville e o seu escoadouro marítimo”*.⁵²⁶

A Associação se encarregava também de anunciar pela imprensa a vinda dos fiscais do comércio e da indústria a fim de evitarem as multas que eram consideradas “pesadas”. *“Deverá, dentro de poucos dias, chegar a esta cidade o Sr. Francisco Camargo Júnior, digno inspetor fiscal de consumo, neste Estado. S.S. vem afim de inspecionar o comércio e a indústria, e principalmente as vendas mercantis.”*⁵²⁷

Publicava-se no final do anos através da Associação, longas listas do comércio e da indústria locais, mencionando-se o que fabricavam e seu progresso, assim como uma forma de divulgar o que a cidade possuía, das marcas tradicionais e o que produzia-se em cada uma delas, mostrando a diversificação do comércio e da indústria local⁵²⁸.

Em 1930, ao lado da associação dos patrões, estruturou-se a Associação Joinvilense dos Empregados no Comércio com o objetivo de *“amparar a grande classe dos que labutam no comércio”*⁵²⁹. Esta associação terá um caráter assistencialista. Vales farmácia, cursos noturnos, como o de guarda-livros.

Nos jornais de fim de ano, na década de 30, eram pagas edições especiais dedicadas ao Comércio e à Indústria de Joinville, financiadas pela própria ACIJ, enaltecendo a prosperidade de ambos e situando a cidade como o parque industrial de Santa Catarina, graças ao trabalho de seu povo que muito cooperava para o desenvolvimento da região e inclusive do Brasil.

⁵²⁶- DOUAT, Henrique e JORDAN SOBRINHO, Otto. (presidente e primeiro secretário, respectivamente). Construção de Estradas, Ofício da ACIJ ao governo do Estado. **Jornal de Joinville**. Joinville, 26 de setembro de 1928. ano X, n. 227, p.1

⁵²⁷- Inspeção Fiscal. **Jornal de Joinville**. Joinville, 03 de Dezembro de 1928. Ano X, n. 283, p.1

⁵²⁸- Exemplo destas listas pode ser observada na publicação seguinte: O Nosso Comércio e a nossa Indústria. **Jornal de Joinville**. Joinville, 15 de Dezembro de 1928. Ano X, n. 294, p.7

⁵²⁹- Associação Joinvilense dos Empregados no Comércio. **Jornal de Joinville**. Joinville, 25 de julho de 1931. Ano XIII, n. 171, p.1

Mau grado às crises periódicas que agitam o mundo, que levam as nacionalidades às portas da ruína, podemos no Brasil, entoar ainda, sem constrangimento, a canção do relativo bem estar.

Entre nós, por exemplo, tudo corre normalmente. As classes conservadoras desenvolvem as suas atividades operárias, não temos meetings públicos. Todos os nossos problemas são resolvidos dentro da ordem e com espírito de equidade, dando-se, dest'arte, a cidade toda a segurança e todo o prestígio de que ela carece para realizar os seus altos destinos.

Sentimo-nos à vontade, por isso, jubilosos e inteiramente à vontade para render esta homenagem, embora singela, ao comércio e a indústria de Joinville.⁵³⁰

A ACIJ passa a ser defendida e aplaudida pelas classes empreendedoras as quais se dispunham defender, que em contrapartida publicavam notas nos jornais para elogiá-la.

As classes conservadoras do município tem na Associação Comercial e Industrial de Joinville uma grande e intemerata defensora das suas legítimas aspirações e direitos, motivo pelo qual dia a dia o seu prestígio mais se acentua, e mais se amplia. São inúmeros e relevantes os serviços por ela prestados a coletividade. A sua ação se faz sentir não apenas entre as próprias classes de que é defensora, para discussão e solução de questões e problemas, mas, também, e principalmente, junto as autoridades do município, do Estado e da Nação, encontrando, as mais das vezes, decidido apoio as suas pretensões que são aliás, as do nosso comércio e da nossa indústria.

Destarte, a sua finalidade vai se realizando, sem esmorecimento e sem quebra do programa, graças a força de vontade, energia e espírito esclarecido de seus dignos dirigentes.⁵³¹

Em 1933, publica-se outra edição especial dedicada ao Comércio e à Indústria, divulgando as suas atividades e o poder de sua representação:

(...) Como já dissemos alhures, a sua ação se faz sentir não apenas entre as próprias classes de que é defensora, para discussão e solução de questões e problemas, mas também, e principalmente junto as autoridades do Município, do Estado e da Nação,

⁵³⁰- Edição Especial dedicado ao Comércio e a Indústria de Joinville. *Jornal de Joinville*. Joinville, 17 de dezembro de 1932. Ano XIV, n. 291, p.1

⁵³¹- Associação Comercial e Industrial de Joinville. *Id. Ibidem*, p.14

encontrando, as mais das vezes, decidido apoio as suas pretensões que são aliás, a do nosso comércio e da nossa indústria.

Depois da Revolução de Outubro e sobretudo nestes últimos meses, a atividade da ACIJ tem sido deveras notável. Todas as leis do governo federal, regulando a atividade na indústria e no comércio, de difícil interpretação, com texto por vezes, complicado, são reproduzidas, com anotações esclarecedoras do assunto. A Associação facilita, assim, ao cumprimento da lei. Guia-o, aconselha-o, esclarece-o. Assiste-o nas suas incertezas, ampara-o nos momentos difíceis.

Não para, porém, aí, a série de benefícios que ela esclarecidamente presta ao comerciante e a indústria de Joinville. A sua ação vai mais longe: assim é que se faz mediadora de um mal entendido entre os patrões e o operariado agindo, nesses casos, isentos de todo e qualquer espírito de parcialidade. Todas as questões são solucionadas com o senso de oportunidade, critério e justiça.⁵³²

Observa-se a ênfase dada à isenção com que eram analisados os casos de desentendimento entre patrões e empregados, demonstrando, ao mesmo tempo, que havia desavenças no meio da “harmonia” alardeada pela imprensa e pela própria associação.

Nas recepções às autoridades constituídas, na época, principalmente ao Dr. Nereu Ramos, que era a personalidade mais freqüente na cidade, a ACIJ encarregava-se da recepção, de representar as classes conservadoras e inclusive, da execução das modificações necessárias para uma melhor colaboração entre governantes e governados. Tinha como função primar pela tradição de civismo e de acatamento às autoridades constituídas, e na sua colaboração com o trabalho, que sempre dignificaram o povo joinvilense.

Com a legislação trabalhista, as atividades da ACIJ, ficavam asseguradas com pleno sucesso, pois agora com o respaldo de leis mais consistentes fazia-se até o discurso do sindicalismo e justificava-se:

(...) a sindicalização é transcendente tanto para o empregado quanto para o empregador, - que é o órgão direto de colaboração entre todos. Pelo sindicato é possível se resolver sobre a harmonia do capital com o trabalho. Os sindicatos de hoje não são os de dez anos, de combates, de lutas de desordens, de confusão.

⁵³²- Associação Comercial e Industrial de Joinville. **Edição Especial do Jornal de Joinville.** Joinville, 16 de Dezembro de 1933. Ano XV, n. 287. p.2

Os seus fins são de harmonia social, pois os sindicatos de hoje não tem a cor de outros tempos; são sindicatos prestigiados pelo governo e devem ser pelos empregadores.

*Eles se compõem de gente de paz e gente que conhece todos os problemas do trabalho (...)*⁵³³

A competência desta associação chegou a ser reconhecida pelo governo federal que a declarou de utilidade pública federal em 15 de julho de 1942, transformando-a em órgão Consultivo do Governo da União, por seus inestimáveis serviços prestados à classe e à coletividade não só joinvilenses, mas a todos os poderes públicos de uma forma geral. “*A eficiente existência e a ação da ACIJ despertou interesse em todo o nosso Estado e outros, tanto assim que hoje ela registra em seu quadro social firmas, não só pequenas como poderosas empresas estabelecidas nos diversos municípios de Santa Catarina, desde Laguna até Concórdia e Ibipiranga, nas distantes fronteiras com a República Argentina e em Paranaguá, Curitiba e outras cidades*”.⁵³⁴

Os entraves proporcionados pela Campanha de Nacionalização e a política da ditadura varguista, poderiam ter sido avassaladoras para a ACIJ, que possuía em seus quadros representantes da elite luso-brasileira, mas principalmente das lideranças germânicas da região. Na verdade, a política nacionalizadora foi amenizada pelo intenso crescimento econômico que a guerra proporcionou para todo o país, incluindo Joinville, que pôde consolidar seus empreendimentos industriais da década de 30, num mercado que reclamava de crises nos setores tradicionais da economia, mas que se abria cada vez mais para os setores industriais.

A ACIJ sempre representou uma enorme liderança na comunidade com intensa participação da entidade em todas as atividades sociais, políticas e nos meios empresariais como forma de atender aos seus interesses e a continuidade dos seus negócios, sem esquecer-se dos problemas enfrentados pela população, como forma de garantir o bom andamento do trabalho e dos lucros dos patrões .

Aos trabalhadores que não contavam com espaço na imprensa, não possuíam dinheiro, suas poucas entidades de classe estavam atreladas a sistemas ignóbeis, inoperantes,

⁵³³ - Discurso do Banquete oferecido aos Srs. Gilberto de Sá e Ernani Oliveira. **Jornal de Joinville**. Joinville, 24 de julho de 1942. Ano XXIV, n. 159, p.1

⁵³⁴ - A Associação Comercial e Industrial de Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 17 de julho de 1942. Ano XXIV, n. 153, p.2

circundados por um sistema de controle social com amarras fortes e estabelecidos em várias instâncias sociais, restava-lhes resistir da maneira como podiam, individualmente ou até mesmo coletivamente, quando havia chances. Provaram várias vezes que não necessitavam de falsos paternalismos, onde o que importa, não eram somente os salários, mas sobretudo a sua dignidade de seres humano

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A sociedade procura homogeneizar comportamentos através da universalização de modelos, esquemas, buscando condutas desejáveis, dentro do preestabelecido como deveres, consciência com responsabilidade para com o mundo onde o capital define as formas de relacionamento.

A regra da competência, somada ao mito da racionalidade encarnada na burocracia e acrescida dos padrões de organização e planejamento sob a forma “neutra” da administração, silencia o discurso do trabalho em benefício do discurso do capital.

Exige-se organização, planejamento, produtividade na empresa. Impossibilita-se organizações autônomas por considerar (e reforçar no discurso da ordem) a imaturidade dos trabalhadores em autogerir-se.

No entanto, no cotidiano da vida, os centros das decisões, deslocam-se, pois os seres humanos são imprevisíveis e no seu dia a dia os conflitos se revelam, embora sejam mascarados e desqualificados.

Como diz TURAZZI ⁵³⁵, “ Os ideais de “progresso pelo trabalho”, “ordem pela disciplina” e “virtude pela pobreza” são basilares para a compreensão do tipo de autoridade exercida pelo patronato sobre o operariado, uma vez que tais pressupostos instruíram durante muito tempo os princípios e as técnicas de organização do trabalho no universo industrial que ia sendo construído no país”.

A síndrome do trabalho ordeiro e submisso está presente até hoje nos trabalhadores joinvilenses, o que, na verdade, encobre um forte sistema de controle social

⁵³⁵ - op. cit. P.39

que sustenta o crescimento acelerado da produção, cada vez mais infiltrado pelas multinacionais, que nele encontraram um mercado ideal: mão de obra barata e ordeira que acredita que a vida é o que o dinheiro pode comprar.

Grande parte do operariado joinvilense, ainda se considera como “aristocracia operária”, identificando-se muitas vezes com os patrões, protegendo-os e seguindo à “risca” as diretrizes das empresas, sendo estes sempre escolhidos como “operários padrões”. Contudo, são bastante significativos os momentos em que a desobediência se insinua e o operariado demonstra que não se ilude facilmente. A disciplina imposta, colocada como coisa natural de um povo ordeiro, demonstra sua fragilidade e como pode ser rompida nas vias do contradiscurso institucional.

Diante das ameaças das questões sociais e da necessidade de mecanismos de seu controle com o objetivo de manter a harmonia entre Capital e Trabalho, Empresários, Igreja e mesmo os partidos políticos menos expressivos entregam ao Estado a tarefa de contenção dos operários. A Igreja se retrai definindo sua missão mais como religiosa e espiritual, desistindo de construir uma participação efetiva no seio da classe operária através de um sindicalismo católico. Todavia continua a amenizar os conflitos entre Capital e Trabalho.

No período estudado, a questão social foi reconhecida e politizada dentro dos meios oficiais, ao mesmo tempo que ia sendo despolitizada dentro do meio operário, cooptada e atraída para dentro do aparelho estatal. Os sindicatos deixam, literalmente, de ser órgãos autônomos para serem órgãos do Estado, assumindo a questão social com reconhecimento público e político.

O Estado, entra nas questões trabalhistas de forma paternalista e como elemento disciplinador, criando mecanismos de intervenção, reelaborando a ideologia dominante, e deslocando o lugar da luta do trabalhador.

A legislação busca unificar tudo, mascarando as desigualdades e colocando o operariado como figurante de uma cena onde não lhe cabe outro papel senão o de aguardar que suas dificuldades sejam resolvidas pelo Estado ou por outras instituições sociais.

Todavia, contradizendo à estratégia da dominação observa-se que as diferenças sociais, acirradas pelos conflitos existentes entre imigrantes e brasileiros, permitem mesmo assim, a manifestação explícita dos operários através de momentos grevistas, organizações sindicais, participação em congressos, em comícios operários, passeatas, exigindo, cada vez mais, esforços e o empenho das autoridades locais para controlá-los.

Informalmente, manifestam-se através de notas assinadas na imprensa denotando seu descontentamento, ressaltando o aumento da mendicância, criminalidade, jogos, acidentes de trabalho, e até mesmo suicídio, como forma de não submissão às regras impostas pelas classes dominantes.

Apesar dos discursos enaltecendo a cidade que se compara à Europa desenvolvida e progressista, a sua contra-leitura aponta para problemas estruturais sérios que afetam a população e que merecem, ainda hoje, atenção especial: falta d'água, problemas de higiene e saúde, policiamento, transportes, instrução, desemprego e uma série de outros.

As condições de vida deste operariado teuto-brasileiro não foram nada invejáveis como querem fazer crer os discursos da ordem. Seu cotidiano é duro como bem demonstram as suas lembranças .

O contraponto do discurso dos empreendedores joinvilenses, que pregam a poupança, a disciplina e ordem para um homem ideal, protótipo do trabalhador cordial que cultiva religiosamente o trabalho é o homem com salários baixos, condições miseráveis de moradia, falta de infra-estrutura, descontentamentos e sofrimentos.

O conformismo e o imobilismo aparente, defrontaram-se com reivindicações e mobilizações que remetiam à infiltrações externas, açuladores e baderneiros que provocam “agitações sem motivos” na cidade da ordem pois a resistência era tida como sinônimo de atraso dentro do espírito do progresso.

A interpretação dos discursos apontou-nos os momentos de fratura que marcaram o cotidiano joinvilense, mesmo que a oficialidade afirmasse o contrário.

A luta do trabalhador frente ao discurso do empresariado pauta-se na tese de “cidade modelar” e de ser a “família empresa” tida como homogênea, onde as dicotomias não aparecem. Através disso verifica-se que o discurso hegemônico foi competente e que os trabalhadores necessitavam de identidade para resistir.

Nas entrelinhas dos textos oficiais e nos olhares sobre Joinville através das entrevistas, buscou-se a fala do trabalhador, ao mesmo tempo, apontou-se para um reestudo deste trabalhador, do empregador e de todas as questões políticas que envolvem as relações de trabalho, onde a diversidade imediata é confundida e transposta de forma harmônica.

Os resultados desta pesquisa apontam para as tentativas de resistência do operariado e as formas de controle do empresariado, as quais geraram um trabalhador que se crê presente em Joinville. Conforme se procurou demonstrar as reivindicações que aparecem na imprensa em pleno final do séc. XX, revelam a historicidade do tema.

Este trabalho representa uma contribuição para a reflexão sobre a atual realidade do trabalhador joinvilense. Nele ainda se observa os fragmentos das condições de vida e das formas de controle e de resistência formais e informais, que predominaram no período de 1917 a 1943.

Evidenciou-se, no decorrer deste estudo, alguns dispositivos que levaram os trabalhadores e a sociedade joinvilense como um todo, a acreditar que certos discursos encerram em si verdades implícitas e que necessitam observar as razões pelas quais submeteram-se às normas propostas nos seus enunciados.

Fica claro que o tema não se esgota aqui, e que nele se encerra muitas outras possibilidades que permitam à população local se perceber historicamente e rever o mito de sua passividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A - Fontes:

1- Periódicos.

- a) “A Gazeta do Comércio de Joinville”- S. C., 1917,1918, 1919,1920
- b)“Jornal de Joinville” - Joinville - S.C.,1919,1920,1921,1923,1924, 1925,1926,1927,1928,1929,1930,1931,1932,1933,1934,1935,1937,1938,1939, 1940,1942.
- c) “ A Notícia” - Joinville - S. C., 1923*,1924*, 1925*,1926*,1927*, 1928*,1929* , 1930, 1931, 1932* , 1933* , 1934, 1935, 1938* , 1939,1940,1941,1942, 1943* , (* somente alguns números, não havia a coleção completa).
- d) “ O Estado” - Joinville - S. C., números avulsos.
- e) “ Correio Dona Francisca” - Joinville - S. C. 1942
- f) “ Kolonie Zeitung” - Joinville - S. C. 1917

2- Biblioteca Municipal de Joinville “Rolf Colin”

- Biblioteca Universitária da Univille “ Coronel Alire B. Carneiro”.
- Obras específicas e de caráter geral.
- Biblioteca da Univesidade Federal de Santa Catarina - Banca de Teses de Santa Catarina e Região.

3- Arquivo Histórico de Joinville

- a) Periódicos
- b) Pastas sobre sindicalismo, greves, Estatutos das Associações, algumas personalidades
- c) Pastas de Entrevistas Gravadas e Transcritas de personalidades da época, do Laboratório de História Oral
- d) Livros Atas da Federação dos Trabalhadores, 1934, 1939,1940, 1942.
- e) Livros Atas do Sindicato dos Operários e Empregados do Moinho, 1931, 1932, 1933,1934, 1935,1936.

4- Entrevistas: realizadas por Iara Andrade Costa

- Senador Dr. Carlos Gomes de Oliveira, em sua residência, Rua: Desembargador Nelson Guimarães, 189, Centro, Joinville/SC, 20/10/1993. Fita n.1, lado A, 45’.
- Sr. Adolpho Bernardo Schneider, no Arquivo Histórico de Joinville, Joinville/SC, 29/11/1993, Fita N.1, lado A e B, 110’.

B - Obras Específicas:

- ABRAMOWICZ, Betty S. . **O que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Greves.** São Paulo: Global, 1985.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio. O Movimento Operário em Santa Catarina. A greve de 1917 em Joinville. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.** Florianópolis: I.H.G.S.C, 3a fase, n.4, 1982/83.
- ANDRADE, Pedro. (Org.) **Encontros da Classe Trabalhadora (1906 - 1981).** São Paulo: Quilombo, 1981.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil.** 1984
- BARBOSA, Rui. **A Questão Social no Brasil.** São Paulo, J. Tr. Editora: Fundação Rui Barbosa. 1983.
- BATALHA, Mario Otávio & DEMORI, Flávio. **A pequena e Média Indústria em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1990.
- BENAKOUCHE, R. **Formação dos grupos Industriais no Brasil: Caso do Grupo Tupy.** Florianópolis, s/d. Dissertação de Mestrado - UFSC.
- BIRNIE, A. **A história Econômica da Europa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: EDUSP, 1987.
- BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense.** Florianópolis: Edição Comemorativa da FIESC, 1988.
- BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no Século XIX. O espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CABRAL, Oswaldo. **Os Açorianos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1965.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. **A Classe Operária vai ao Sindicato.** São Paulo: Contexto, 1988.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** São Paulo: Difel, 1977.
- CAPELATO, M. Helena & PRADO, M. Ligia. **O Bravo Matutino, imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

- CAPELATO, M. Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo : Edusp / Contexto, 1988.
- CARDOSO, M. de Lara, e ARAÚJO, S. M. P. de . **Jornais Operários - Metodologia para análise histórica do discurso operário na Primeira República**. In: **Revista de História: Questões e Debates**. Curitiba: APAH, N.6, junho de 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARONE, E. **Movimento Operário no Brasil (1877, 1944) .** São Paulo: Difel, 1979.
- _____. **O Pensamento Industrial no Brasil (1880, 1945)**. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. **A República Velha - Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: Difel, 1972.
- CASTRO, Antonio Barros. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Forense, 1977. V. 1 e 2.
- CATANI, Antonio David. **A Ação Coletiva dos Trabalhadores**. Porto Alegre: Palmarica, 1991.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A Questão Social no Brasil. Crítica do Discurso Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.
- _____. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.
- CIFUENTES, Rafael Ilano. **Relações Entre a Igreja o o Estado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos, 1993. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFSCar. (mimeografada)
- CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. **A Expansão da Igreja em Santa Catarina. A Reação Anti Clerical Nacional (1892-1920)**. Florianópolis. 1988. Dissertação de Mestrado em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. (mimeografada).
- CUNHA, Idaulo José . **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- D'ARAÚJO, M.C., GOMES, A.de C. . **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

- DE BONI, Maria Ignês Mancini. **Vigilância e Punição: o espetáculo da criminalidade na Constituição do Trabalhador Urbano; Curitiba, 1890,1920.** In: **História: Questões e Debates.** Curitiba, APAH, junho/dezembro, 1987, p. 45 a 99.
- DECCA, Edgar S. de . **O Silêncio dos Vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DECCA, Edgar S, de & VESENTINI, C.A. . **A Revolução do Vencedor. Contraponto.** Rio de Janeiro (1): 60 - 71, nov., 1976.
- _____. **A Ciência da Produção: Fábrica Despolitizada.** In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: Marco Zero, 19--
- _____. **O Nascimento das Fábricas.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DECCA, Maria Auxiliadora G. de. **A Vida Fora da Fábricas - Cotidiano Operário em São Paulo, 1920/1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Indústria, Trabalho e Cotidiano. Brasil 1889 a 1930.** São Paulo: Atual, 1991.
- DIAS, E. **História das Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1962.
- EHLKE, Cyro. **Joinville Histórica.** Itajaí: Uirapuru, 1975.
- _____. **A Maçonaria no Passado Histórico de Joinville.** Joinville: Fundação Cultural e Arquivo Histórico de Joinville, 1990.
- FAUSTO, B. **Trabalho Urbano e Conflito Social.** São Paulo: DIFEL, 1976.
- _____. **Sindicato e Classe Operária.** H.G.C.B., Tomo III, V.3. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. **A Revolução de 30: historiografia e história.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERRANTE, Vera Lúcia. **F.G.T.S. : Ideologia e Repressão.** São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil.** São Paulo : Ática, 1988.
- FICKER, Carlos. **História de Joinville: Subsídios para a Crônica da Colônia D. Francisca.** Joinville: Ipiranga, 1965.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo : Nacional, 1971.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREDERICO, Celso. **A Vanguarda Operária.** São Paulo: Símbolo, 1979.

- GERMAN, C. Igreja Versus Governo - opções políticas na transição democrática brasileira, In: **Revista de História: Questões e Debates**. Curitiba, Apah, n. 10, jun/dez., 1989. p.235/259.
- GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. **O Perigo Alemão**. Rio Grande do Sul : UFRGS., 1991.
- GIROLETTI, Domingos. **Fábrica Convento Disciplina**. Belo Horizonte : Ipremsa Oficial, 1991.
- GORZ, André. **Adeus ao Proletariado. Para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HARDMAN, F. Foot. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- _____. **Nem Pátria nem Patrão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____ e LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987.
- HERKENHOFF, Elly. **Era uma Vez um Simples Caminho**. Joinville: Fundação Cultural, 1987.
- _____. **Joinville Ontem e Hoje**. Joinville : Arquivo Histórico de Joinville, 1981.
- HUNT, Lynn . **A Nova História Cultural**. São Paulo : Martins Fontes, 1992.
- HOBBSAWN, E.J. **O Mundo do Trabalho**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- _____. **A Era das Revoluções. 1789 - 1849**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **A Era dos Impérios. 1875 - 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **História do Trabalho e Ideologia**. São Paulo : Brasiliense, 1977.
- HUBER, Valburga. **Saudade e Esperança. O dualismo do imigrante alemão refletido em sua literatura**. Blumenau: FURB, 1993.
- IANNI, Otávio. **Classe e Nação**. Petrópolis: Vozes. 1986.
- IGLÉSIAS, F. **A Industrialização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LEITE, M. de P. **O Movimento Grevista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1986.
- LOPES, L.R.. **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983
- LUZ, Nícia Vilela . **A Luta pela Industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MACEDO, L.A. Castro de. **O Novo Sindicalismo**. Porto Alegre: Feplam, 1986.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. **Alemanha, mãe pátria distante. Utopia pangermanista no sul do Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1993. Tese de Doutorado. (mimeografada)
- MAMOU, Yves. **A Culpa é da Imprensa! Ensaio sobre a Fabricação da Informação**. São Paulo: Marco Zero, 1991.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado Livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: **Revista de História: Questões e Debates**. Curitiba : Apah, n.10, jun/dez. 1989, p.213 -233.
- _____. O Direito à História: Rodolpho Senff. Cem anos de Curitiba. In: **Boletim n.31**. Curitiba : Departamento de História da UFPr, julho, 1994.
- MARAN, S.L. **Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário Brasileiro**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.
- MARANHÃO, R. **Sindicatos e Democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, K. O Trabalho Assalariado e Capital. In: **Textos n. 3**. São Paulo : El. Sociais, 1977.
- MINAYO, Maria C. de Souza. **Os Homens de Ferro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- _____. A Acumulação Primitiva do Capital. In: **O Capital**. V.I., Tomo II. Crítica da Economia Política. São Paulo : Civilização Brasileira, s.d.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória. A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.
- MORAES, Evaristo. **Apontamentos de Direito Operário**. São Paulo: Edusp, 1971.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1984.

- OSWIECIMSKY, Theodor Rodowicz. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil.** Florianópolis: UFSC, 1992.
- PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros. In: LOPES, José Leite (coord.). **Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora.** Rio de Janeiro: Marco Zero/EFRJ, 19--.
- PAOLI, M.C., SADER, E. & TELES, V. da S. . Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, N.6, 1983.
- PEREIRA, Astrogildo. **Ensaio Histórico e Político.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PERROT, Michele. **Os Excluídos da História: operários, mulheres , prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PETRONE, Maria Tereza S. . Imigração. In: FAUSTO, Boris (org)., **História Geral da Civilização Brasileira- O Brasil Republicano.** São Paulo : Difel, 1985, v.2.
- PIAZZA, Walter F.. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: Lunardelli/UFSC,1983.
- PINHEIRO, P.S., e HALL, M. **A Classe Operária no Brasil (1889 -1930).** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- PINHEIRO, Paulo S. . **História Geral das Civilizações. Sociedade e Instituições (1889-1930).** São Paulo: Difel, 1985. N. 9, V. 2.
- POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais.** São Paulo : CEBRAP N.3, 1975, p.5 a 39.
- _____. **Poder Político e Classes Sociais.** Porto: Portucalense, 1971.
- PRADO, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. **Evolução Política do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. **História Econômica do Brasil.** São Paulo : Brasiliense, 1974.
- RAGO, Margareth . **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMALHO, J.R.. **Estado Patrão e Luta Operária.** São Paulo : Paz e Terra, 1989.
- RANCIÈRE, J. . **A Noite dos Proletários. Arquivo do Sonho Operário.** São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- RIAZANOV, D. . **Marx e Engels e a História do Movimento Operário.** São Paulo: Global, 1984.

- RIBEIRO, Luiz Carlos. **A Memória do Cotidiano na História do Trabalho.** In: **História: Questões e Debates.** Curitiba : Apah, jun/dez., 1987.
- RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do interior de Joinville e Blumenau.** Florianópolis: UFSC. Blumenau : FURB, 1986.
- RODRIGUES, I.J.. **Comissão de Fábricas e Trabalhadores da Indústria.** Rio de Janeiro : Cortez, 1990.
- ROIO, José Luiz Del. (org.) . **Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização.** São Paulo: Ícone, 1990.
- SADER, Eder. et al. **Movimento Operário Brasileiro 1900 - 1979.** Belo Horizonte: Vega, 1980.
- _____ . **Quando Novos Personagens Entram em Cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SEGATTO, J.A.. **A Formação da Classe Operária no Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SERETE. **Estudos e Projetos. Plano Básico de Urbanismo de Joinville.** Joinville : Prefeitura Municipal, 1965.
- SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre: Movimento, 1974.
- _____ . **Imigração e Cultura no Brasil.** Brasília: Unb, 1990.
- _____ . **Nacionalismo e Identidade Étnica.** Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura, 1974.
- SHERER, Ilse Warren. - **Movimentos Sociais.** Florianópolis: UFSC, 1984.
- SILVA, E.L.. **O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina.** Rio Grande do Sul, 1978. Dissertação de Mestrado, defendida na UFRGS. Banca de Teses da Biblioteca da UFSC, N.60.
- _____ . **Formação de Joinville. História das Indústrias e Ideologias.** Florianópolis: UFSC, s.d.
- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SIMÃO, Assiz. **Sindicato e Estado.** São Paulo: Edusp, 1966.
- SIMONSEN, Roberto. **Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos.** São Paulo: Edição da Federação das Indústrias de São Paulo, 1943.

- _____, **A Evolução Industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Nacional/USP, 1973.
- SINGER, Paul. **A Formação da Classe Operária.** Campinas: Atual, 1986.
- SOUTO, Américo Costa. **Evolução Histórica e Econômica de Santa Catarina. Estudo de alterações estruturais. (séc. XVII).** Florianópolis: CEAG?SC, s/d.
- TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville.** Joinville : Meyer, 1986.
- _____, **História de Joinville, uma abordagem crítica.** Joinville : Meyer, 1981/1984.
- _____, **Dossiê dos 100 Anos, Carlos Gomes de Oliveira.** Porto Alegre: Palitai, 1994.
- TSCHUDI, Johann Jakob von. **As Colônias de Santa Catarina.** Blumenau : Casa Dr. Blumenau, 1988.
- TURAZZI, Maria Inez. **A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem.** São Paulo: Marco Zero, 1989.
- THIAGO, Eneida Raquel S. . **Coronelismo Urbano em Joinville: o caso de Abdon Batista.** Florianópolis : Edição Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.
- THOMPSON, E. P.. **Tradiccion, Revuelta y Consciência de Classe: estudios sobre las crisis de la sociedade pré industrial.** Barceleona : Crítica, 1984.
- _____, **A Formação da Classe Operária Inglesa.** São Paulo: Paz e Terra, 1987. 3 volumes.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado. História Oral.** São Paulo : Paz e Terra, 1992.
- VIANA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil - histórico das legislações trabalhistas e o gradual controle do Estado nos sindicatos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VIEIRA FILHO, Ady. **As Raízes da Industrialização.** Florianópolis: Ed. do autor, 1986.
- WEBER, M. . **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1985.